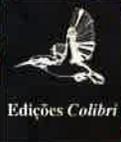


NOVA SÉRIE  
VOLUME 1  
1996

ISSN 0870-4104

CENTRO DE HISTÓRIA  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

CLIO



Edições Colibri

# CLIO

---

Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa

**Director:** José Nunes Carreira

**Conselho da Direcção:** João Medina, Maria do Rosário Themudo Barata,  
António Borges Coelho, António Dias Farinha

**Secretariado:** José Brissos, José Varandas

**Proprietário do título:** Centro de História da Universidade de Lisboa

**Editor:** Edições *Colibri*

Alameda da Universidade – 1699 Lisboa Codex

Telef./Fax: 796 40 38

**Capa:** Inês Mateus

**Composição, impressão e acabamentos:** *Colibri* – Artes Gráficas

**Depósito Legal:** 26 066/89

**ISSN** 0870-4104

**Distribuidor:** SODILIVROS

**Tiragem:** 1.000 exemplares

**Preço de capa:** 1.575\$00

A correspondência relativa a colaboração, permuta, oferta de publicações,  
etc. deve ser dirigida a:

**CLIO** – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa  
Centro de História da Universidade de Lisboa  
Cidade Universitária  
P – 1699 – Lisboa Codex

Acabado de imprimir em Maio de 1996

Solicita-se permuta  
On demande l'échange  
Man bittet um Austausch  
Exchange requested

# CLIO

---

Nova Série – 1 – 1995  
Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa



## ÍNDICE

Nota da Direcção.....	5
-----------------------	---

### LIÇÃO DO DIA

<i>A Sociedade Portuguesa no Tempo de Camões</i> Jorge Borges de Macedo .....	9
--	---

### ESTUDOS

<i>Notas Sobre a Memória do Rei Ramiro e Algumas Reflexões Sobre uma Cláusula dos Votos de Santiago</i> Margarida Garcez Ventura .....	17
---	----

<i>D. João II (1455-1495): Esboços para um Retrato</i> António Borges Coelho .....	21
---	----

<i>A Ilha de S. Tomé – Alguns Problemas Históricos</i> Benedita Araújo .....	47
---	----

<i>O Projecto de Casamento do Infante D. Luís com Maria, Princesa de Inglaterra</i> Manuela Mendonça .....	67
---	----

<i>Renegados Estrangeiros na Inquisição de Évora (Século XVII): a Vivência da Religião Islâmica</i> Isabel M. R. Mendes Drumond Braga .....	83
--	----

<i>Auto-da-Fé de Coimbra de 14 de Junho de 1699</i> Isaías da Rosa Pereira .....	99
---	----

<i>As Estratégias para o Atlântico nos Anos Cinquenta</i> António José Telo .....	117
--	-----

<i>European Fascism: a Conceptual Synthesis</i> João Medina.....	149
---	-----

## MEMÓRIA

<i>Notas Sobre a Revista «Do Tempo e da História» (1965-1972)</i> Ernesto Castro Leal.....	163
---	-----

## NOTICIÁRIO

<i>II Congresso Luso-Espanhol sobre Descobrimientos e Expansão Colonial</i> F. C. D. ....	177
--	-----

## RECENSÕES

<i>Estudos em homenagem a Jorge Borges de Macedo,</i> Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Arqueologia e História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992 Maria do Rosário Themudo Barata.....	181
---	-----

## IN MEMORIAM

<i>Fernando Piteira Santos:</i> <i>Historiador e Professor da Faculdade de Letras</i> António Borges Coelho .....	185
<i>Manuel Cardoso Mendes Atanázio:</i> <i>Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa 1927-1992</i> Maria do Rosário Themudo Barata.....	191
<i>Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque (1917-1992)</i> A. A. Marques de Almeida .....	193
<i>O Toque de Silêncio</i> Maria do Rosário Themudo Barata.....	195

## Nota da Direcção

Com outro rosto, a *CLIO* volta iniciando uma Nova Série e promete um diálogo mais regular com os seus leitores.

Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, continuadora da revista *DO TEMPO E DA HISTÓRIA*, a *CLIO*, na sua nova série, publica naturalmente trabalhos dos seus investigadores mas pretende abrir-se ao mundo universitário e à sociedade em geral.



## LIÇÃO DO DIA

---



## A SOCIEDADE PORTUGUESA NO TEMPO DE CAMÕES

---

*Jorge Borges de Macedo*

A cultura europeia formulou uma concepção ideográfica de profundo significado: a estátua bifronte. Obviamente, a cultura portuguesa não lhe foi insensível e, pela mão de um dos seus artistas, colocou-a à entrada do Palácio de S. Bento-Assembleia da República, numa intuição sublime quanto ao que enforma a cultura portuguesa: a ambiguidade e a consciência da necessidade de tomar posição. Nessas duas exigências simultâneas e de algum modo confrontuais, exprimimos a nossa pessoa colectiva. E se optamos por uma delas, fica-nos sempre a vontade da outra que por qualquer motivo – despromovemos, sem deixar de pertencer à essência da nossa completa realização.

O século XX, que vive os seus últimos anos, exprimiu de um modo rico e diversificado esta característica – que não a única, claro está – da nossa maneira de ser. É um século profundamente polémico, embora nós, em cima dos acontecimentos, nem sempre nisso tenhamos reparado. E, no entanto, isso vê-se não só na dimensão política, como na social, como ainda na que mais nos interessa relevar aqui, que é o campo da cultura.

Muitas são, no século XX, as polémicas que, no entanto, se diversificaram relativamente ao século XIX. Enquanto, neste último, não há polémicas sem personalidades intervenientes, sempre muito conhecidas e nelas centrais, o século XX desdobra-se em polémicas que esquecem, ou por serem conduzidas numa audiência mais descuidada e dispersa, ou porque a via polémica, envolvida em si mesma, se descuidou do público. Lembrarei notáveis polemistas, debatendo problemas essenciais da vida portuguesa, e que após o debate ou a polémica são esquecidos, para decerto virem a aparecer numa futura história da cultura portuguesa. Polémica que utiliza todos os meios de expressão, desde a caricatura ao panfleto, desde o livro de ciência ao ensaio de posição, desde a tribuna ao jornal, desde o teatro

de revista à anedota, desde o romance ao poema. Não é possível, em momento algum do século XX português, entendê-lo e integrá-lo na vida portuguesa sem termos presente essa dimensão, simultaneamente ambígua e bifronte, da nossa personalidade colectiva que tão profundamente nos toca. E tão profundamente o faz, tão intensamente vivemos os debates e tão existencialmente vivemos essa marca do nosso tempo, que arrumamos o passado na atonia dos substantivos abstractos que dissolvem os confrontos quando já não necessários em fórmulas de compromisso, em que a nossa ambiguidade se esmera. A Europa não se enganou ao colocar-nos, nesta hora difícil do seu processo, na presidência da Comunidade Europeia.

### **As polémicas do séc. XX**

Dentre as polémicas e ambiguidades do século XX, encontramos três que neste momento importa salientar, pois que tangem com o nosso tema:

- 1- A polémica camoniana.
- 2- A polémica à volta dos Descobrimentos.
- 3- A polémica da identidade nacional.

Curiosamente, diferem das polémicas do século XIX, porque são polémicas universitárias que atingiram um largo público, o que raramente aconteceu no século XIX, também cheio de polémicas, mas que escolhiam os jornais, as tribunas, os grémios, as academias para se manifestarem e divulgarem. E se isso também acontece no século XX, não se verifica nestas e em muitas outras que não interessa referir aqui. O papel da universidade, naquilo a que podemos chamar a animação cultural do nosso tempo, é uma dimensão a que todos devemos estar atentos.

Mas deixando este aspecto para outra oportunidade, aproximemo-nos da polémica camoniana e analisemos a sua expressão no século XX. Façamo-lo brevemente. Para além desta participação universitária e académica, de alta qualidade, onde os nomes de Rebelo Gonçalves, Joaquim de Carvalho, Hernâni Cidade, Costa Pimpão, David Lopes, Prado Coelho, Carolina Michaelis, para só referir os que já não estão connosco, acrescentaríamos um conjunto de grande qualidade que tem tratado muitos outros novos aspectos da obra camoniana. E de todas estas posições surgiu uma perspectiva nova de considerar Camões como um poeta do imperialismo, um mero ideológico do nacionalismo, mais humanista que vivencial, ainda que eventualmente um grande génio poético.

Esta opinião teve um indiscutível eco na opinião pública, provocando uma interrupção no interesse pela sua leitura e pela curiosidade intelectual que uma tão grande figura literária normalmente suscita. Hoje, Camões ainda não é uma leitura procurada. Qual a razão de uma tal persistência nesta opinião tão evidentemente errada, para além das evidentes deficiências de leitura?

A pesquisa para uma resposta leva-nos para outra polémica do nosso tempo, que é da identidade nacional. Há longos anos que esse tema se debate, como se a identidade existisse para ser prática funcional e vantajosa. Nada disso, a identidade nacional existe porque tem a autenticidade e o vigor que lhe são dados pela generosidade da vivência e a força de uma argumentação em debate. Não precisamos de discutir a nacionalidade de Cristovão Colombo para termos identidade nacional. Se assim fosse, teríamos de desistir de S. Francisco Xavier e do dicionário de Bluteau, teríamos de olhar D. Henrique só com um olho ou de acharmos duvidosa a figura de Bernardino Machado só pelo facto de ele ter nascido no Brasil.

Por esse caminho somos levados a considerar a função da História. Essa função não é nem política, nem social, nem diplomática ou económica. A História é uma atitude de cultura indispensável porque projecta na consciência do homem uma dimensão que de outro modo não teria, ficando indiscutivelmente mais pobre e mais limitado. A História projecta na consciência do homem a dimensão da anterioridade, da sequência, a necessidade de considerar outras situações da comunidade, além daquela que se vive no tempo em que estamos. A função da História é alargar o campo da consciência, demonstrando a necessidade criadora de dar amplitude à experiência humana susceptível de ser conhecida. A História é o prolongamento indispensável para a compreensão do homem. Não se preocupa com o futuro senão com dar a verdade do presente ou a verdade do passado que lhe abriu uma perspectiva mais ampla do humano. A História não é, não tem o direito de ser uma perspectiva de justificação do presente ou do futuro, mas tão-só um alargamento da experiência que assim fica ao nosso alcance. Por isso, não pode interessar à necessidade da grandeza e servidão da cidadania, na frase de Raymond Aron, uma História triunfalista e cheia só de grandes homens e de grandes figuras, de grandes feitos e só de batalhas vitoriosas e decisões infalíveis. A História é o relato da evolução dramática e correctora de uma comunidade em luta pelo acerto da sobrevivência conquistada, pelo seu valor universal, pela expressão dos valores que representa.

### Uma interpretação de «Os Lusíadas»

E que História de Portugal nos apresenta Camões no seu poema? Uma história triunfalista? Uma realeza infalível? Um plano das Índias? Uma chefia sem fraquezas e sem riscos? Um caminho sem alternativas? Nada disso. Luís de Camões é um daqueles intelectuais que, ao ter de escolher, escolhe uma ética de responsabilidade, pondo de lado a ética da convicção, nas duas alternativas que Max Weber concebe para o homem de cultura.

A imagem que ressalta da problemática de *Os Lusíadas* é profunda e cheia de alusões críticas, que o seu tempo entende bem, se lermos o poema e o entendermos no contexto da sua realidade histórica.

Qual era então a realidade de Portugal e da Europa, no tempo de Camões? Acaso Camões a ilude ou a descreve com nuvens cor-de-rosa? Acaso Camões tem ilusões sobre a capacidade dos quadros portugueses da Índia? Acaso considera ou manifesta, perante o público leitor português, uma imagem idílica ou suave sobre o mundo que nos rodeia? Acaso deixa alguma vez de chamar a atenção para a responsabilidade dos cristãos e dos portugueses no tempo das Descobertas? Tem Camões alguma responsabilidade na interpretação que sobre o século XVI fizeram ou fazem os Portugueses? Eis o que não se pode dizer.

O século XVI, como o século XV, tem sido estudado de uma forma finalista, como se o caminho marítimo para a Índia já estivesse descoberto, só faltando executá-lo, como se Marrocos fosse um divertimento ocidental, como se a Flandres fosse uma zona de comércio igual às cidades italianas, como se a Inglaterra fosse já o leão dos mares e a França estivesse formada como ficou depois da Revolução Francesa. Expressões de algum modo caricaturais, mas que revelam afinal o carácter finalista, endereçado à hegemonia europeia do século XVIII ou mesmo do século XIX.

Ora não se passou nada disso. Não era nada assim. O mundo europeu do século XV debatia-se na constituição dos Estados com que se salvou a República Christiana da ameaça turca e do desequilíbrio de poderes com o Norte da Europa. A expansão europeia, contida a leste pelo império turco, tentava a oeste, no Mediterrâneo ocidental, criar uma área de segurança essencial, nessas condições, à sobrevivência dessa mesma República Christiana partilhada em estados.

Portugal teve um papel decisivo, com a sua política marroquina, na garantia do flanco oeste da Europa, quebrando, mais uma vez, a ameaça do cerco à Europa pelo ocidente. Foram autores dessa política D. Afonso V e D. João II, ao criarem uma área de segurança além-Mediterrâneo, que se prolongou para o sul e chegou ao golfo da Guiné, cujos produtos interessaram o Mediterrâneo ocidental e a Europa do Norte, fazendo desaparecer a dependência europeia relativamente ao Mediterrâneo. A inserção lenta na Europa das novas riquezas vindas de civilizações pobres não causou grande dificuldade ou prejuízo.

### **Exportar o Estado**

O projecto da Índia e a sua realização constituiu um tremendo choque para a Europa. A consciência disso está manifesta no extraordinário passo do Velho do Restelo, que uma leitura míope transformou num pobre medroso e acomodaticio quando, na verdade, ele é a voz de um projecto inacabado frente a outro que se ia consumir. Continua a ser a sociedade dos homens a ter de escolher caminhos, a ter de os realizar e de assumir as consequências que daí resultam. Pela primeira vez, desde Roma, a Europa vai exportar Estado, vai exportar poder organizado. E fá-lo para a Índia.

Conhecendo o modo de o fazer? Tendo a segurança do lugar escolhido? Contando com a experiência da transferência do poder político? Conhecendo bem os centros estatégicos e económicos do Índico? Nada disso. O relato que nos é dado em todas as fontes portuguesas sobre a Índia nada tem de triunfalista, antes pelo contrário. Revela um esforço considerável no sentido de revelar um aproveitamento inteligente das condições de negociação, por parte dos Portugueses, do uso da força sempre depois da negociação e quando esta está gorada.

Por outro lado, quando os portugueses chegam à Índia tinham uma experiência de feitoria, de negociação directa, sem condições políticas e de protectorado. Aplica-se em Calecut o sistema de feitoria, em Cochim o sistema de protectorado e na costa do Coromandel o sistema da negociação directa. No plano do armamento e da força naval, os portugueses chegam à Índia em naus, galeões ou caravelas, tudo navios do mar alto. E alteram a sua utilização, criando uma frota intermédia de combate ao longo da costa e na foz dos rios. No plano das relações comerciais, os portugueses levam projectos para o comércio da Índia com a Europa e, perante esse mundo imenso e absorvente, percebem rapidamente a força do comércio local e a exportação para a Europa passa tão-só a ser uma parte da razão da presença portuguesa na Índia. Este facto provoca tal dinamização no comércio europeu que desencadeia uma verdadeira transformação das condições económicas europeias, provocando uma revolução dos preços e um aumento de produção agrícola radical.

No plano da situação interna da Europa, não ignora Camões as tensões internas que nela existem e não esconde a consciência da fraqueza que daí resulta e a necessidade de se preparar para as mais difíceis amarguras. Opinião que é a de Garcia de Resende, Gaspar Correia, João de Barros e tantos mais.

Assim como não há, no pensamento e na cultura política portuguesa, tal como na europeia, de uma maneira geral, uma suposição seja da impunidade dos governantes seja da segurança do poder. Este está em formação, constrói em Portugal órgãos de intervenção política, social e religiosa, que revelam um processo interno de poder mais do que uma impunidade segura. Antes, muito antes, da perda da independência em 1580, já D. Jerónimo Osório considerava a hipótese da república e os numerosos tratadistas do poder advertiam os governantes quanto às suas responsabilidades e limitações.

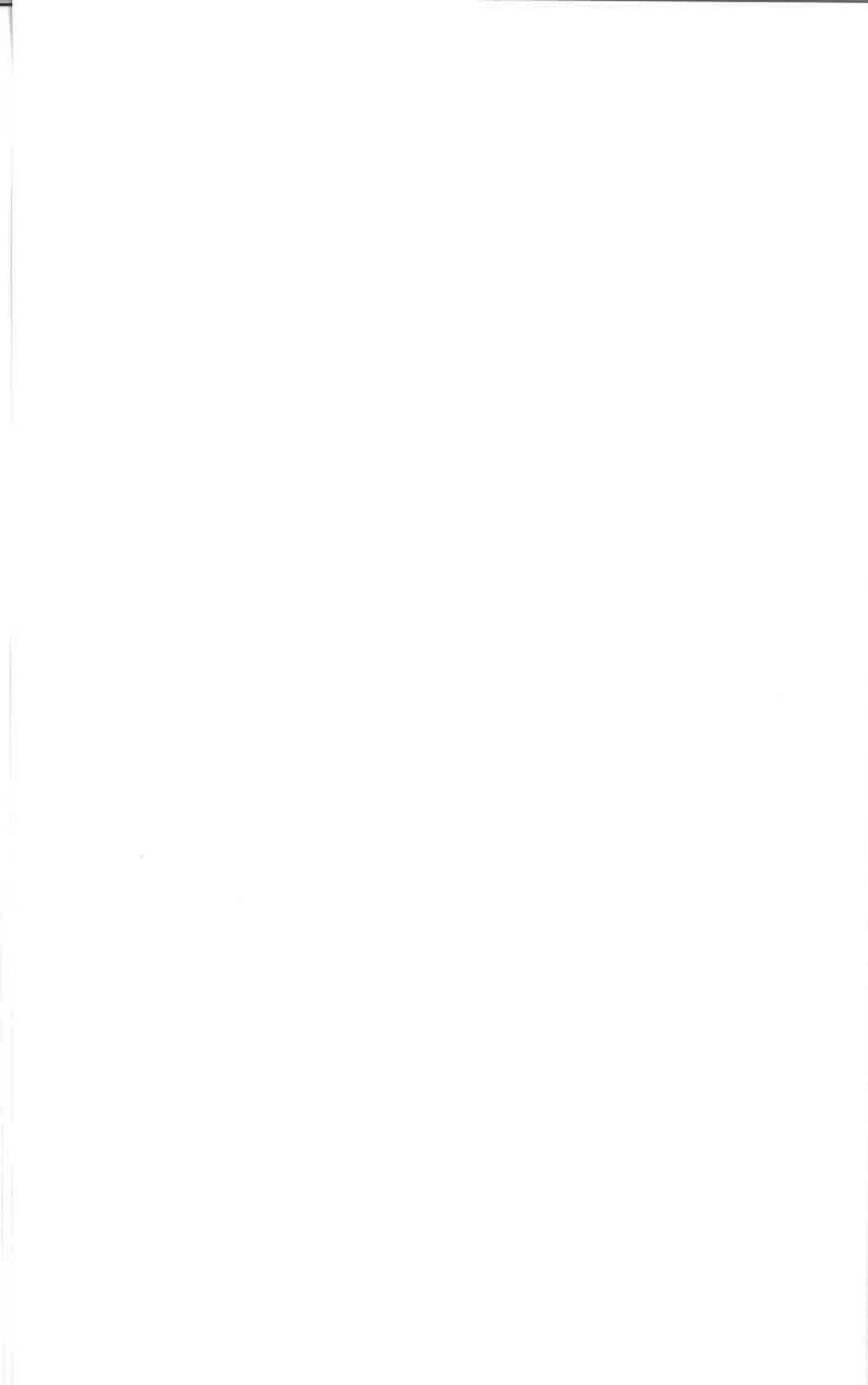
Em conclusão: a sociedade portuguesa, tal como sucedia com as sociedades europeias, era uma sociedade experimental e de experiência e erro. E *Os Lusíadas* é o cântico de uma sociedade em debate e confronto, confiante no seu valor, segura de que será capaz de vencer as suas dificuldades. Camões não era – nunca foi – o cantor de uma sociedade triunfante e irresponsável quanto aos seus deveres humanos e morais, mas precisamente do contrário. Foi porta-voz do intelectual responsável que adverte o

poder de que só poderá vencer se conseguir o apoio de forças vivas portuguesas de todos os escalões – que aparecem, todas elas, no poema e se, além disso, conseguir fazer respeitar a justiça que a cada um se deve. Não me parece que quem pensa assim mereça a designação de imperialista.

Merece, sim, regressar ou permanecer no plano de representante da ética da reponsabilidade. Para portugueses e para todos os homens de boa vontade.

# ESTUDOS

---



## NOTAS SOBRE A MEMÓRIA DO REI RAMIRO E ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE UMA CLÁUSULA DOS VOTOS DE SANTIAGO

---

*Margarida Garcez Ventura*

Os protagonistas dos inícios da expansão portuguesa para o além-mar marroquino tomavam estas acções bélicas como a continuação natural da reconquista peninsular e esta, por sua vez, integrada na ideia mais vasta de «cruzada»<sup>1</sup>. Deixemos de parte este último elemento englobante para nos concentrarmos na premissa de que os fautores das empresas levadas a cabo na primeira metade do século XV consideravam a guerra contra os mouros, fossem eles do reino de Granada ou de Benamarim, na continuidade da guerra de reconquista.

Em Portugal tal ideia encontra cabal formulação logo nos pareceres dos letrados sobre a conquista de Ceuta<sup>2</sup>, consignados por Zurara na *Cronica da tomada de Ceuta* e assumida pelo cronista noutras obras. Esses conselheiros teriam feito apelo à leitura das «estórias» que os príncipes tinham em suas câmaras, entre as quais estava a narrativa do milagre que Deus fez a favor do «boom Rey Remigio, que prometeo os uotos ao apostollo Samtiago». E seguem-se os exemplos de Fernando Magno, Afonso VI de Leão e Castela, e de Rui Dias de Bivar, o Cid. A genealogia das acções bélicas contra os mouros, realizadas nos anos de quatrocentos entronca, pois, nas anteriores lutas travadas contra o ocupante infiel da península<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Cfr. Luís Filipe F. R. Thomaz e Jorge Santos Alves, *Da Cruzada ao Quinto Império*, Sep. de *A Memória da Nação*, Lisboa, 1991.

<sup>2</sup> *Cronica da tomada de Ceuta...*, por Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915, Cap. XI.

<sup>3</sup> Esta premissa está obviamente subjacente às bulas de cruzada (vd. Charles-Martial De Vitte, «Les Bulles pontificales et l'expansion portugaise au XVIème siècle», in

É esta memória do «boom Rey Remigio» que agora nos importa destacar, demonstrando a sua operacionalidade como charneira de duas situações bélicas havidas como paralelas e com consequências no pagamento ou isenção dos votos de Santiago.

Como foi dito, Zurara, escrevendo a *Cronica da tomada de Ceuta* entre 1449 e 1450, põe na boca das personagens intervenientes na decisão da conquista referências explícitas aos heróis da reconquista peninsular, retiradas certamente da chamada *Crónica Geral de Espanha de 1344*<sup>4</sup>. Lindley Cintra provou a presença de diversos manuscritos no reino ou nas mãos de portugueses (nomeadamente nas do condestável D. Pedro), e, até, que a sua redacção inicial, em língua portuguesa, teria sido realizada em Portugal. Temos, assim, como bastante certo, o conhecimento e divulgação das narrativas nela contidas, entre as quais estão a das conquistas de D. Ramiro e a da instituição dos votos de Santiago.

De facto, podemos aduzir como exemplo da «banalização» dos feitos do rei Ramiro alguns documentos que testemunham a continuada preocupação pelo correcto conhecimento do instrumento de instituição dos votos. Num desses documentos, conservado no Arquivo Distrital do Porto, lemos que, a pedido de Gonçalo Vasques, cónego e procurador do cabido do Porto, é feito em Santiago, a 7 de Dezembro de 1425, um instrumento em pública forma com um alvará do rei D. Henrique de Castela (com data de 1378) obrigando certos lavradores ao pagamento do voto feito por D. Ramiro. O alvará tem incorporado o testamento do rei Ramiro, pelo qual se mostra a origem dos votos<sup>5</sup>.

A origem dos votos de Santiago estava narrada na *Cronica Geral de Espanha*. Entre outros muitos feitos dos reis cristãos e do próprio Ramiro, a Crónica narra como Santiago aparecera em sonhos a este último, declarando-se protector da Espanha e anunciando-lhe a vitória sobre os mouros na que iria ser a batalha de Clavijo. No seguimento desta vitória, D. Ramiro fez uma promessa à Igreja de Santiago. Convocou todos os bispos e abades que estiveram consigo no campo de batalha e, após ter tomado seu conselho, estabeleceu, para sempre, determinadas ofertas aos clérigos que servissem essa Igreja. Lavradores, cavaleiros e homens de armas em geral, incluindo peões, deveriam proceder a essas doações de acordo com um cálculo estabelecido a partir da dimensão das terras culti-

*Revue d'Histoire Ecclesiastique*, Lovaina, T. XLVIII (1953), T. XLIX (1954), T. LI (1956) e T. LIII (1958); deixa a sua marca e é, simultaneamente, desenvolvida nos diversos pareceres pedidos por D. Duarte antes da campanha de Tânger, isto é, entre os anos de 1433 e 1436 (incluídos no *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte*, Lisboa, Editorial Estampa, 1982).

<sup>4</sup> *Crónica Geral de Espanha de 1344*, introdução, notas e glossário de Luís Filipe Lindley Cintra, Lisboa, Ed. Verbo, 1964.

<sup>5</sup> A.D.P., *Livro de Originais*, Liv. XVI (1674), fl. 17.

vadas ou do proveito do saque.<sup>6</sup> Nada mais se acrescenta à narrativa da instituição dos votos de Santiago, isto é, a Crónica não consigna qualquer cláusula de isenção do pagamento.

Numa audiência que teve lugar em Santiago de Compostela a 6 de Outubro de 1439<sup>7</sup> é mencionada uma cláusula do privilégio dado por D. Ramiro à sé dessa cidade, cláusula que não figura na narrativa da *Crónica Geral de Espanha*. E, se a instituição dos votos está fundamentada na guerra de reconquista, esta cláusula reforça ainda mais essa relação intrínseca, aplicável a qualquer tempo ou lugar em que um rei cristão lute contra o mouro ou qualquer infiel. E não é dispiciendo que a citada audiência tenha lugar numa época de acrescentadas lutas contra o mouro (ainda) presente na península, assim como contra o infiel em geral. Esta mesma razão poderá explicar a presença deste pergaminho na chancelaria régia portuguesa.

O motivo da referida reunião insere-se no grave debate sobre o pagamento dos votos de Santiago.<sup>8</sup> No que respeita a Portugal, era frequente que lavradores das dioceses de Braga e do Porto, alegando várias razões, se recusassem a pagar os votos, incorrendo, por isso, em sentença de excomunhão, para além de sofrer as penas impostas pelas justiças régias, se acaso elas considerassem procedentes as queixas do clero. Situando-nos unicamente no reinado de D. João I, bastará dizer que o assunto está presente reunião de Agosto de 1427, da qual sairá uma concórdia entre o rei e o clerezia. No entanto, o assunto não ficou encerrado, pois havia que definir, caso a caso, (segundo a situação geográfica dos casais e a sua dimensão) quais os lavradores obrigados aos votos, e a quantia de pão e vinho a que eram obrigados. Conhecem-se diversas sentenças régias sobre o assunto e também a intervenção de Martinho V.

A audiência de 6 de Outubro de 1439 decorreu perante o bacharel Pascoal Gil, cónego de Santiago e juiz ordinário do bispo D. Lopo de Mendonça, estando presente o notário público Gomes Garcia e várias testemunhas. Aí veio pessoalmente Nuno Fernandes de Ávila, cónego de Santiago, que representava o deão e o cabido da sé. Nuno Fernandes lembrou que, por privilégio do rei Ramiro de boa memória, foram dados e outorgados para sempre à dita Igreja os votos, possuídos sempre desde então. Nuno Fernandes baseava-se num traslado do privilégio, feito por escritura pública e autêntica. No entanto, e porque se receava que algumas pessoas contradissem indevidamente o dito privilégio por não o have-

---

<sup>6</sup> *O.c.*, Cap. CCLII e CCLIII.

<sup>7</sup> A.N./T.T., *Gav.* I, m. 1, n<sup>o</sup> 14.

<sup>8</sup> Cfr. Maria Margarida Garcez Ventura, *Poder régio e liberdades eclesiásticas (1383-1450)*, Dissertação de Doutoramento em História Medieval (exemplar fotocopiado), 2 vols., Lisboa, 1993, vol. I, pp. 750s.

rem visto, trouxera à presença do juiz várias testemunhas para que fossem inquiridas e, de tudo o que declarassem, o juiz mandasse dar um instrumento público para salvaguarda da catedral de Santiago e seu cabido. O juiz recebeu o juramento das testemunhas sobre o sinal da cruz que tocaram por suas mãos em vez dos Santos Evangelhos, e elas prometeram dizer toda a verdade. E declaram que tinham visto muitas vezes visto o privilégio do rei Ramiro confirmado e escrito em pergaminho e selado com selo pendente de chumbo de armas de Castela segundo era costume, e não rasurado, nem chancelado, nem suspeito de qualquer falsificação; conheciam também «cartas canónicas» dos príncipes e reis de Castela mencionando o privilégio. Nele estava declarado que em toda a Espanha se deveriam dar os votos à Igreja de Santiago, «resalvando hũa clausula que esta en o dito privilegio que o dito rey Ramiro de boa memoria mandou: que se o rey da terra ouver guerra contra mouros e inimigos da santa fee, que ajan este pam dos vodos pera suportamento da sua guerra». É para esta clausula, que julgamos apócrifa, que queremos chamar a atenção do leitor.

Tanto quanto podemos deduzir, tal clausula, *ressuscitada* em 1439, não impediu a posterior cobrança dos votos em Portugal. O próprio Eugénio IV irá pronunciar-se a seu favor<sup>9</sup> e conhecem-se várias sentenças de D. Afonso V (e reis posteriores) contra os moradores de determinados lugares das dioceses de Braga e Porto que se recusavam ao seu pagamento.<sup>10</sup> Curiosamente, porém, a recusa dos lavradores baseava-se sempre noutros motivos que não a guerra em que o rei de Portugal estava envolvido; e ainda é mais curioso que Afonso V não tenha aproveitado tal clausula para reter no reino, a favor das campanhas de África, o valor dos votos.

Está estabelecida – ou reforçada – por esta clausula a relação entre a «matriz» da reconquista peninsular e qualquer luta contra o mouro ou infiel. O elo de ligação aqui expresso é a instituição dos votos e a continuidade ou isenção do seu pagamento. A razão pela qual não se aplicou em Portugal permanece em aberto.

---

<sup>9</sup> A.D.P., *Livro de Originais*, Liv. XVI (1674), fl. 31.

<sup>10</sup> Como ex., vd. A.D.P., *Livro de Originais*, Liv. V (1663), fls. 50, 57 e 64; Liv. XVI (1674), fl. 1.

## D. JOÃO II (1455-1495)

### ESBOÇOS PARA UM RETRATO

---

*António Borges Coelho*

A História, a epopeia e a tragédia nasceram de mãos dadas. Cantavam os dramas e os feitos dos heróis. Resgatavam do esquecimento as vidas que arvoravam em bandeira. Mas, lenta, penosamente, a História foi inventando métodos que distinguissem a verdade do desejo, que libertassem a verdade provisória da ganga da justificação e da exaltação ideológica. No entanto, ainda hoje, quando, por exemplo, se fala em D. João II, tocam clarins e hossanam Príncipe Perfeito sobre as vozes que o acusam de tirano, de cruel. A historiografia, que se conta entre o espólio mais rico do nosso património cultural, continua a assumir-se, e com legitimidade, embora muitas vezes atropelando a verdade ou escamoteando a compreensão e o rigor, como panteão das glórias e dos insucessos humanos e nacionais.

Mas a História tem hoje particular empenho no homem comum. Vestem-o, alimenta-o, cerca-o dos seus objectos, integra-o nas redes mentais, institucionais e políticas que o condicionaram em vida, liberta o rumor, o movimento e as cores que marcaram o seu quotidiano, por vezes chama um homem ou uma mulher pelo seu nome. É quase sempre, mesmo quando o chama, logo o sepulta no anonimato da poeira infinitamente pequena dum número ou no armário aberto ou fechado duma qualquer estatística.

E é sempre do presente que olhamos o passado, remoto ou próximo. Olhamos do agora. Mesmo sabendo que temos de nos despir o mais possível deste presente; definir laminadamente os velhos vocábulos; empunhar os antigos instrumentos; e vestir as roupas, aprender a olhar, ouvir, gostar e cheirar como os homens do passado.

Mas se o homem comum e as cadeias que o amarraram em vida estão no centro da nossa atenção, não desistimos de lançar o foco sobre homens ou mulheres, sobre aquele ou aquela que, pelo modo como usaram o poder institucional e político, ou que, pela criatividade no campo das artes, das ciências, da entrega à humanidade marcaram profundamente o nosso devir colectivo.

Tal é o caso do rei D. João II de que nos propomos esboçar o retrato político libertando o nosso traço de outros traços antigos e modernos. E, desde logo, uma primeira interrogação. Como poderam 14 anos de governo marcar de tal maneira a nossa memória nacional? Porque estamos numa época de rotura que abre as transformações profundas da época moderna? Pela tensão dramática da sua vida e da sua obra? Certamente também pelo evangelho da sua vida e morte, escrito a duas mãos por Garcia de Resende e Rui de Pina.

Rui de Pina era 15 anos mais velho que o monarca e seu secretário, embaixador e cronista; Garcia de Resende, 15 anos mais novo, seu moço de câmara, músico, poeta, desenhador e cronista. Rui de Pina escreveu poucos anos após a morte do rei; Garcia de Resende, quando a fama do grande monarca o alçava ao epíteto de Príncipe Perfeito. O primeiro actuou no julgamento e na morte do duque de Bragança; participou nas negociações que estabeleceram a paz entre Portugal e Castela; e assinou como notário público e geral o testamento do monarca ditado nas Alcáçovas. O segundo desenfadou o rei na sua câmara como moço de escrivaniinha, como músico, declamador e poeta e assistiu, com Rui de Pina, aos últimos momentos do seu Príncipe.

### **O retrato por Rui de Pina**

Corpo mais para o grande que para o pequeno; até aos 30 anos enxuto de carnes; rosto mais comprido que redondo; bem povoado de barba, os cabelos castanhos (embora aos 37 anos as cãs lhe marcassem os cabelos e a barba); o nariz um pouco comprido e derribado, sem fealdade; os olhos de perfeita vista com umas veias nos brancos e máguas de sangue que, nas coisas de sanha, lhe tornavam o semblante mui temeroso.

De juízo claro e profundo, possuía maravilhoso engenho, subida agudeza em todas as cousas, a memória mui viva e esperta. Mas a grande confiança que tinha em si próprio, levava-o muitas vezes a confiar menos do que devia nos conselhos dos outros. As sentenças e falas que inventava e dizia distinguiam-se mais pela verdade, agudeza e autoridade do que pela doçura e elegância pois que a pronúncia era vagarosa e entoada um tanto pelos narizes.

Bom dançador, destro, braceiro, singular cavaleiro e monteiro, vestia ricamente, excepto nos dias de nojo e penitência ou em tempo de acidentes.

Comia bem, nunca mais que duas vezes por dia, mas tão devagar que cansava os que estavam na sua mesa. E até aos 37 anos, quando adoeceu, bebia somente água nunca vinho.

Depois de rei, foi muito continente nas solicitações da carne. Ouvia uma missa diária e assistia aos officios divinos. À noite rezava no oratório secreto. E na sua capela havia sempre capelães e singulares cantores, embora muitos lhe apontassem a devoção como fingida hipocrisia para encoberta de muitas coisas que aconteceram.

No homem político, Rui de Pina exalta a autoridade, que se impunha também pelo medo, e, como era tradição, o sentido e exercício da justiça. As leis, que condenavam os vassalos, não queria que o absolvessem a ele e nas execuções era mais rigoroso e severo que piedoso, sem excepção de pessoa alta ou baixa.

Nunca quis ser nem parecer servo de servidores mas sim senhor dos senhores, daí ser havido por seco de condição e não humano.

Era tão verdadeiro que com uma só palavra iam os homens mais contentes do que com os papéis assinados e selados.

Nunca soube dar pouco nem a poucos mas muito e a muitos mas não dos bens da coroa. Os poucos que deu foram sem jurisdições e senhorios, e só em vida; mais pareciam empréstimos que dádivas. Mui liberal e magnífico gastador de ouro, prata e dinheiro. Não houve reino, província de cristãos e infiéis, amigos e inimigos, onde não houvesse gente a receber tenças e mercês dos seus tesouros para acrescentamento da sua coroa.

De mui alto, esforçado e sofrido coração, suspirava por grandes e estranhas empresas. O corpo andava pelos seus reinos para os bem reger mas o espírito vagueava fora deles com desejo de os acrescentar.

Ordenou muitas e boas cousas para proveito e boa governança dos reinos, vassalos e naturais e era o próprio e verdadeiro coração da república.

No entanto não parece que em vida fosse de todos tão estimado como foi depois da morte. Este novo, tão grande e tão geral amor, que depois sobreveio, não nasceu tanto dos merecimentos do corpo, em que muitos houve, como da gloriosa salvação e bem-aventurança de sua alma<sup>1</sup>.

### O retrato por Garcia de Resende

O poeta do *Cancioneiro Geral* é mais cortesão e espreitou por cima do ombro de Rui de Pina. Mas ao envolver o homem em múltiplos e riquíssimos episódios da prática quotidiana, levantou um dos mais impressionantes retratos dos nossos dirigentes políticos. Homem de mui bom parecer,

---

<sup>1</sup> Rui de Pina, *Chronica delrey Dom Joham II*, ed. de Alberto Martins de Carvalho, Coimbra, Atlântida, 1950, 202.

«mais grande que pequeno, muito bem feito», airoso e com tanta gravidade e autoridade que logo era conhecido por rei. As mãos compridas e alvas, as pernas grandes. Depois dos trinta anos engordou alguma coisa. Mui alvo, o rosto corado, a barba preta bem posta, o cabelo castanho corredio. Aos 37 anos, alvejaram as cãs e não consentia que lhas mondassem. O rosto era um tanto comprido, o nariz em boa maneira, a boca muito bem feita, os dentes alvos e bem postos, os olhos pretos, graciosos, mas nas alvas umas veias de sangue que o faziam ser mui temido.

Grande memória, claro juízo, muito vivo saber, muito pronto e esperto, versado em todas as cousas, falava muito bem embora com maior verdade e autoridade do que com despejo e sabor que as falas «eram algum tanto vagarosas e entoadas pelos narizes».

Singular dançador em todas as danças, bom cavalgador na gineta e na brida, destro, braceiro.

De alto e mui ardido coração, vivia envolto em altos pensamentos e desejoso de cousas grandes por serviço de Deus e honra e acréscimento de seus reinos. E tinha muito cuidado em prover as cousas antes que houvesse necessidade delas.

Muito amigo da justiça, temperado nas execuções, não fazia diferença entre pessoas altas e baixas. Todas as leis que fazia cumpria como se a elas fosse sujeito. E nunca na justiça usou de poder absoluto nem de cruza nem tirou razão às partes. No Tribunal da Relação recomendava secretamente que dessem vida aos homens pois tinha muitas ilhas para povoar e um homem custava muito a criar.

Vagaroso nos despachos e petições, muito estimado e nomeado em todas as partes do mundo, era em seu reino tão reverenciado e temido que só com os olhos emendava tudo. Podiam mais os seus olhos que a acção dos oficiais e porteiros.

Nunca o viram mentir, partilhava os seus segredos e conselhos, mas nenhum cuidou que o poderia governar.

Os grandes tinham-no por seco mas era muito amado e querido da gente meã e dos povos. E depois da morte foi mais chorado e desejado que nenhum rei foi.

Estimou os bons cavaleiros (eram como a sardinha, havia muita, sabia muito bem e custava pouco), honrou os letrados, os homens de bom saber e as donas embora muitos hipócritas de todos os estados se enfadassem de ser hipócritas depois da sua morte.

Favoreceu os bons oficiais de todos os ofícios e sabia muito de todos. Aliás, foi o primeiro que inventou estando em Setúbal a maneira de assentar bombardas grossas em caravelas e navios pequenos. Num livro secreto de sua mão escrevia as obrigações que tinha para com os seus servidores. E noutro apontava o nome dos homens aptos para os diferentes ofícios.

Distribuiu muitas mercês a seus criados e naturais mas poucas cousas da Coroa onde se mostrou aquisidor. Pagava secretamente a informadores

espalhados por Castela, Aragão, França, Roma e muitas outras partes de quem recebia muitos avisos. As suas esmolas chegavam a Jerusalém<sup>2</sup>.

### Algumas notas comparativas

Os retratos estão próximos. Rui de Pina escrevia, como dissemos, nos primeiros anos do governo de D. Manuel quando os filhos dos perseguidos por D. João II recuperavam boa parte do poder. Garcia de Resende está a redigir no tempo de D. João III quando o mito crescia e se desenvolvia. Não é de estranhar, pois, que Rui de Pina tenha deixado o nariz comprido embora sem fealdade e se atreva à crítica de que não ouvia os conselheiros como devia, de que era rigoroso e não temperado nas execuções e à insinuação mais grave de que lhe assacavam a devoção por hipocrisia. Ou ainda o reparo de que o grande e geral amor de que então era alvo, se devia não tanto aos merecimentos do corpo, certamente muitos, mas à salvação da alma que se mostrava, na crença da época, na incorruptibilidade do seu corpo. Talvez Resende o queira atingir ao lembrar que muitos dos que o incensavam em vida tiraram a máscara de hipócritas depois de morto.

Na sua síntese, Garcia de Resende afeiçoa o nariz, os dentes alvos, a graciosidade dos olhos pretos, em suma pinta-o tão airoso que, ao vê-lo, como Fernão Lopes escrevera a propósito do rei D. Fernando, logo era conhecido por rei. Tempera-lhe a crueza mas é nos pequenos episódios que o retrato do homem e do político se agiganta. Alguns ditos exemplares, conservados por Resende, ficam na memória colectiva como a experiência conservada nos provérbios.

Garcia de Resende está mais próximo, como hoje diríamos, do politicamente correcto. No entanto, da sua descrição, ressaltam novidades fundamentais: o sistema de informações montado pelo monarca, a novidade das experiências no campo da artilharia naval, a autoridade que emprestava aos tribunais e juizes e o apoio e amor que lhe dedicavam a gente meã dos cavaleiros e mercadores e a arraia meúda.

Nas fantásticas cenas da morte do rei, é ainda o homem medieval que morre num cenário que evoca o Evangelho e a Paixão. Mas o homem e o político da Renascença ressaltam impressivamente nas descrições fortíssimas sobre a prisão, julgamento e morte do duque de Bragança. Ainda nos arrepiam os soluços, não do condenado, mas do rei que o mandava condenar.

Os retratos da pena de Rui de Pina e Garcia de Resende encarnam de algum modo um modelo de príncipe. Traços do arquétipo: antes de mais,

---

<sup>2</sup> Garcia de Resende, *Crónica de Dom João II e Miscelânea*, ed. Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Impensa Nacional, 1973, XV.

domínio das boas qualidades do corpo e do espírito, isto é, bem apessoado, bom dançador, monteiro, cavaleiro, excepcional inteligência, memória e claro juízo. No campo moral, cumpridor dos deveres religiosos, casto, respeitador das donas e verdadeiro. No campo político, além das qualidades de inteligência, memória e claro juízo, o ser verdadeiro, dadivoso, aberto aos conselhos, bom governador, vida entregue ao engrandecimento dos reinos, autoridade, amante e executor da justiça sem fazer diferença dos grandes e dos pequenos. Em suma, o príncipe modelo devia comportar-se de tal modo que pudesse ser considerado, nas palavras de Rui de Pina, «o próprio e verdadeiro coração da república», isto é, da comunidade organizada nos seus diferentes corpos.

### Teias que envolviam a acção

Voltado para o Atlântico, Portugal era europeu mas lançava os primeiros tentáculos para as ilhas, as praças marroquinas e as novas feitorias da África Ocidental, Arguim e mais tarde S. Jorge da Mina, Benim e Congo.

No final do reinado de D Afonso V, as rendas mais elevadas provinham da actividade mercantil e das actividades ligadas aos territórios de Além-Mar: o comércio da Guiné renderia 4 milhões de cruzados, as da Ilha da Madeira 1 milhão e 500 mil, as saboarias 1 milhão, as capitánias de Ceuta, Arzila e Tânger eram respectivamente avaliadas em 700 mil, 276 e 226 mil cruzados e o rendimento das judiarias ultrapassavam o mínimo de 624 mil cruzados. Saliente-se, por outro lado, o elevado rendimento das lezírias, a de Santarém e a de Valada avaliadas em 80 mil cruzados ou o rendimento da quinta da Caparica, que fora de Álvaro Vaz de Almada, e renderia 25 mil cruzados<sup>3</sup>.

O Portugal urbano radicava-se fundamentalmente no sul mediterrânico. Nas Cortes de Évora de 1481 participaram 84 cidades e vilas, 64 delas a sul da linha Mondego/Estrela e apenas 20 do Norte Atlântico e interior. A mancha é particularmente cerrada numa das áreas hoje mais desérticas do país, a do Alto Alentejo, nos caminhos que levavam à Andaluzia e ao Mediterrâneo. A própria Corte joanina deambulará pelo vale do Tejo, descendo a Montemor, a Évora e a Beja e só com uma incursão à Beira Alta, Trás-os-Montes e Entre-Douro-e-Minho e duas breves incursões ao Algarve, a última delas para morrer<sup>4</sup>.

A Europa envolvia-se em guerras civis, Guerra das Duas Rosas em Inglaterra, lutas em França, designadamente as de Luís XI contra Carlos o Temerário, lutas intestinas nas cidades e entre cidades italianas, e também

<sup>3</sup> Jorge Faro, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1965, 170.

<sup>4</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de El-rei D. João II (1481-1495)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1993.

a descida dos franceses, seguida dos espanhóis, sobre a rica e desenvolvida Itália.

Veneza com o Império suportava o peso do avanço turco sobre os Bálcans e o Mediterrâneo Oriental. Apesar dos apelos do Papa e de Veneza, só D. Afonso V, depois da queda de Constantinopla, se dispôs a enviar uma armada para Levante, armada que a pressão interna desviaria para a conquista de Alcácer Ceguer em 1458. Agora mesmo em 1482, o bispo de Évora Garcia de Meneses assumia o comando duma armada contra o Turco<sup>5</sup>. Pelo seu lado, Garcia de Resende, sempre citado, conta que o Turco tomou boa parte da Cristandade, anexou dois impérios e vários reinos mouros. E que teria mais renda que os reis da Cristandade<sup>6</sup>.

Na Península Ibérica prosseguia o movimento aglutinador, gerador de sanguinolentos conflitos, que reuniria, sob hegemonia de Castela, as diferentes nacionalidades ibéricas. Num ou noutro momento, os reis de Portugal tentaram voltar a favor do engrandecimento da sua Coroa este movimento unificador.

A consciência dos perigos que ameaçavam a sobrevivência política impulsionaram os dirigentes portugueses a alongar o território pelo Algarve africano e a abrir na fronteira marítima estradas rápidas e relativamente seguras por onde navios, mercadores e povoadores passavam às ilhas atlânticas e à costa da Guiné. Ao prosseguir esta aventura, Portugal dilatava os horizontes do conhecimento humano, contactava regiões e fenómenos de que não havia notícia, levantava a tal bruma pessoana que ocultava aos olhos dos europeus a vastidão e a riqueza aberta pelo Mar Oceano.

Internamente, a ideia de Coroa como centro e símbolo da Lei, do Estado e do governo merecia o apoio dos legistas e dos povos e a resistência dos grandes senhores e do alto clero, ciosos das suas jurisdições privadas, com os seus pequenos estados dentro do Estado, e que pretendiam sentar-se ao lado do rei como iguais e partilhar com ele o governo e os benefícios. Esta contradição vai arrastar-se por mais três séculos mas a lembrança dos episódios dramáticos do governo de D. João II e principalmente a crescente expansão marítima e colonial quebrarão boa parte da força deste afrontamento.

O desenvolvimento das armas de fogo tornava obsoletos os velhos exércitos e fortificações medievais favorecendo o poder do rei. Por outro lado, o avanço do comércio atlântico ampliava e entumescia o comércio inter-regional, engrandecia as cidades e as vilas, acumulava capitais e tornava menos competitivos os proventos provenientes da renda da terra, reunia meios materiais consideráveis na Coroa do reino e lançava progressivamente no século seguinte fidalgos, clérigos e plebeus no mundo

---

<sup>5</sup> *Ibidem*, 45.

<sup>6</sup> Garcia de Resende, *ob. cit.*, 336.

dos negócios, dificultando o desenvolvimento duma classe mercantil organizada e politicamente autónoma.

Com a expansão portuguesa, a que vinha agora juntar-se a espanhola e timidamente a francesa e inglesa, a ideia do mundo sofria um considerável alargamento. A África definia a sua costa atlântica e, no final do governo de D. João II, apresentava o novo recorte patente no *Esmeraldo de Situ Orbis* do navegador Duarte Pacheco Pereira. Ptolomeu e a física aristotélica sofriam os primeiros embates: afinal a zona tórrida era habitada, o Atlântico comunicava com o Índico.

A ideia de que a experiência era a madre dos feitos ganhava terreno. Também o número e a medida transformavam a visão e a capacidade de operar sobre o mundo físico. A medida em graus numa esfera imaginária da diferente posição das cidades tornava obsoleta a visão medieval de Jerusalém como centro do mundo. Medindo a altura do sol no porto de origem e no alto mar era possível ver o que se não via, a distância que faltava percorrer, a distância percorrida. Quando aportou a Lisboa em Dezembro de 1488, (a afirmação é de Cristóvão Colombo que assistiu ao encontro do navegador e do rei), Bartolomeu Dias trazia desenhada na carta de marear, légua a légua, a distância percorrida até além do Cabo da Boa Esperança<sup>7</sup>.

As caravelas descarregavam no reino milhares de escravos, azenegues, canários e sobretudo homens e mulheres da África Negra. Esta comunidade negra, escrava e livre, propagava-se rapidamente deixando marcas culturais profundas no corpo, na mente, na arte e na literatura. Neste tempo é criada em Lisboa a Casa dos Escravos e é de 1484 a primeira notícia sobre a existência na cidade de uma Confraria dos Pretos, dirigida por oficiais próprios e protegida pela rainha D. Leonor<sup>8</sup>. D. João II reunia pelo menos 19 escravos na sua estrebaria, além dos que serviam no tesouro e as escravas de Sintra. O negro Pero Álvares vê confirmada pelo rei a carta de alforria que lhe concedera o rei de Inglaterra. D. Pedro de Manicongo, D. Francisco e mais 8 dignatários negros aprendiam a ler, a escrever e os rudimentos da cultura europeia<sup>9</sup>.

A influência cultural dominante provinha das Universidades, particularmente das italianas e francesas, dos colégios das Ordens religiosas e do mundo dos negócios e das corporações, particularmente das cidades do Norte e da Itália. Os humanistas e as primeiras luzes do Renascimento alteravam a visão das coisas. Humanista é o bispo de Évora, Garcia de Meneses, morto na cisterna de Palmela, e Cataldo Sículo, o italiano

---

<sup>7</sup> Cristóbal Colón, *Textos y Documentos Completos. Nuevas Cartas*, ed. de Consuelo Varela e Juan Gil, 5ª ed., Madrid, Alianza Editorial, 1995, 91.

<sup>8</sup> *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis III*, Lisboa, 1959, 203.

<sup>9</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários...*, 516.

contratado por D. João II. Da Alemanha chega a prata e o artilheiro Hans, que chefiará 30 bombardeiros que deveriam saber disparar serpentinas e ter conhecimentos de marinharia.

### **A Casa do Príncipe**

O rei D. João nasceu a 3 de Maio de 1455. Pouco depois, nesse mesmo ano, o cadáver do infante D. Pedro, após 6 anos de prisão no castelo de Abrantes, era honradamente recebido em Lisboa, na Rua Nova, e exposto no mosteiro de S. Elói, e seguidamente sepultado no mosteiro da Batalha. As exéquias tiveram a viva oposição do duque de Bragança e de seu filho o conde de Ourém, agora marquês de Valença, e ainda do infante D. Fernando, irmão do rei. E logo a 2 de Dezembro desse mesmo ano morria a rainha Isabel, sua mãe<sup>10</sup>. Desde os primeiros passos que o príncipe carregava sobre os ombros os cadáveres de seu avô o infante D. Pedro, morto em Alfarrobeira, e ainda os da avó paterna e da mãe, segundo a voz pública, vítimas de veneno.

A aura e o percurso do infante D. Pedro, seu avô materno, marcaram profundamente o jovem príncipe. Desde muito cedo herdou o senhorio das terras que haviam pertencido a seu avô: Coimbra, Montemor, Buarcos, Tentugal, Rabaçal, Vila Nova de Anços. Com o senhorio, a privança com os antigos vassallos. Como o infante D. Pedro adoptou o primado da lei, «pela lei e pela grei». Mais do que ele, impôs o primado do rei, violado pelo avô materno quando, contraditoriamente e num acto de desespero, protagonizou a última batalha feudal junto de Alfarrobeira. E é pensando no avô que, já próximo da morte, atribuiu ao filho bastardo D. Jorge o ducado de Coimbra e também os mestrados de Aviz e da Ordem de Santiago.

A casa de D. João, enquanto príncipe, abarcava ainda o senhorio de Nisa, Monção, Vila Nova de Cerveira, Valença, Viana e, desde 1475, o rendimento da Guiné<sup>11</sup>. Como mestre das Ordens de Aviz e de Santiago, dirigia quadros militares qualificados e auferia novas e grossas rendas. Mais tarde, o pai atribuir-lhe-ia as rendas da alfândega de Lisboa.

Desde logo, o poderio do príncipe que, depois de casado, montara casa em Beja, onde residia a sogra D. Beatriz, viúva do infante D. Fernando, duque de Viseu e de Beja, assentava largamente nas cidades e vilas marítimas do Norte e Centro, na cidade de Lisboa bem como nas vilas marítimas do senhorio da Ordem Santiago, em particular a vila de Setúbal.

Embora afirmasse que o pai o fizera senhor dos caminhos de Portugal, o rendimento da casa do Príncipe D. João não empalidecia face às maiores

---

<sup>10</sup> Rui de Pina, *Chronica de El-Rei D. Affonso V*, Lisboa, Bibliotheca de Clássicos Portugueses, 1901, vol. II, 138.

<sup>11</sup> Jorge Faro, ob.cit., 170.

casas senhoriais, as do seu primo e cunhado D. Diogo, duque de Viseu, e a do também primo e cunhado, D. Fernando, terceiro duque de Bragança.

### O rei senhor do reino

D. Afonso V morreu a 28 de Agosto de 1481 numa situação política extremamente delicada porquanto seu neto, o príncipe herdeiro D. Afonso, estava refém na vila de Moura, como garantia da paz entre Portugal e Castela, e sob a autoridade da Infante D. Beatriz, tia e sogra de D. João II e tia de Isabel a Católica. Aclamado em Sintra, o novo rei convocou as Cortes do reino para Novembro desse ano e para a cidade de Évora.

As minutas referentes ao acto de menagem a prestar pelos grandes e pelas cidades e vilas, minutas conservadas pelo secretário Álvaro Lopes de Chaves<sup>12</sup>, mostram que o projecto de abater o poderio da grande nobreza senhorial, ligada à Casa Real, era antigo, pois o auto solene de menagem e fidelidade a prestar pelos grandes e pelas cidades e vilas esteve previsto para a cerimónia da aclamação em Sintra.

Logo que el-rei falecer, o príncipe vestirá burel e ao terceiro dia ouvirá missa cantada do Espírito Santo, vestido com uma opa roçagante de pano de ouro. E assim paramentado, entrará no palanque de 7 ou 8 degraus, fechado nas ilhargas, onde decorrerá o auto do levantamento. E sobre um estrado de 2 degraus, coberto de alcatifas, se assentará a cadeira real com docel de brocado e almofadas de brocado no assento e nos pés. As paredes estarão armadas com panos de Arras e, quando o novo rei se assentar, empunhará o cetro.

Este cenário, idealizado para Sintra e onde também o rei juraria guardar os privilégios dos três estados, foi materializado em Évora mas sem o juramento do monarca.

Na abertura das Cortes de Évora/Montemor, depois de grande altercação no Conselho e vozes desvairadas sobre a fórmula do acto de obediência, coube ao doutor Vasco Fernandes de Lucena a oração introdutória justificativa da cerimónia.

Os naturais da Pérsia, assim começou o orador, levavam presentes quando visitavam os seus reis. Também os três estados do reino, imitando os persas, vos vêm hoje «dar suas menagens e obedecer em tudo como por direito devem e são obrigados. E porque não se sabendo que cousa é menagem se pejariam muitos em a jurar, digo que menagem não é al senão juramento que faço de ser fiel pelo temporal que dalgum senhor tenho, ca no espiritual é cousa indigna e estranha à Santa Sé Apostólica».

A menagem, continuou o orador, tem em mente seis objectivos: a guarda da saúde do corpo do senhor; o não descobrir os seus segredos; não lhe

<sup>12</sup> Álvaro Lopes de Chaves, *Livro de Apontamentos (1438-1489)*, ed. de Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, 105.

fazer dano na justiça nem na fazenda; não fazer difícil ao senhor o fácil nem tornar impossível o que é possível.

Socorrendo-se de Cícero, clama que a obediência é uma virtude anexa à justiça e nenhuma cousa é mais justa que obedecermos a nosso rei. A obediência envolve a reverência que se tem aos velhos e a aceitação face às determinações do juiz. Não obedecer a quem nos pode mandar é cair em pecado mortal. E em abono das suas palavras recorreu à luta dos celtiberos contra Roma e às epístolas de S. Paulo.

Quanto ao príncipe, este não pode jurar porque correria o risco de ser perjuro e traidor ao vassalo e não se pode privar um rei do reino nem um imperador do império.

Em traços gerais, o rei assumia-se como o senhor supremo do temporal na linha do «dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus». A fidelidade condenava toda a resistência passiva, isto é, não fazer difícil o fácil, impossível o possível. A obediência era o suporte do estado. Finalmente, libertando o rei do juramento, as Cortes renunciavam a demiti-lo por perjuro e não obrigavam o rei a garantir os privilégios outorgados pelos reis anteriores.

Esta última leitura é confirmada pela determinação de que agora não se confirmariam em globo as doações anteriores, antes os beneficiários deveriam apresentar a uma Junta de Letrados os seus pergaminhos para serem analisados e confirmados ou não, caso a caso.

O Duque de Bragança protestou contra o rigor do juramento e mandou um vassalo a Vila Viçosa buscar os pergaminhos que o libertavam de tal sujeição. Com tanta infelicidade que logo vieram cair em poder do rei cartas comprometedoras, trocadas com a rainha Isabel a Católica, e bem fechadas no seu cofre.

Entretanto, de joelhos, as mãos nas mãos, o duque de Bragança jurava em Évora fidelidade ao rei, por si e pelo duque de Viseu, ausente em Castela. Seu irmão D. Álvaro jurava pelo conde de Faro e pelo marquês de Montemor, seus irmãos, e ainda por todos os fidalgos do reino; a cidade de Lisboa pelas cidades; e a vila de Santarém pelas vilas.

### **A morte do duque de Bragança**

O país das vilas e cidades estava à beira da explosão devido à guerra com Castela e aos excessos da nobreza senhorial como revelam as reclamações dos procuradores dos povos, apresentadas às Cortes de Évora de 1481, marcadas desde o início pelo desterro do marquês de Montemor.

Vários capítulos aprovados, entre eles o da abolição dos adiantados e o que ordenava a entrada dos corregedores nas terras senhoriais estremaram mais os campos. Dum lado, o duque de Bragança com os seus irmãos, conde de Faro, marquês de Montemor e chanceler D. Álvaro, e o duque de Viseu; do outro o rei, alguns fidalgos medianos, os cavaleiros, as cidades e

as vilas. A infanta D. Beatriz, sogra do monarca e do duque de Bragança, ao opor-se à entrada dos corregedores nas terras dos fidalgos, alinhava no partido dos duques.

Os inimigos do monarca e da sua política não brincavam em serviço. Logo no ano de 1482 lhe armaram uma primeira cilada de morte, uma noite, quando caçava nos arredores de Coruche.

O rei sabia que a luta era de vida ou morte. Num dos seus primeiros actos de governo, criou uma guarda pessoal permanente de 60 lanças com o seu capitão de ginetes, guarda que aumentará para 200 lanças. Ao mesmo tempo ordenava que todos os moradores da sua Casa, os membros do Conselho ou oficiais com moradia de 1 000 reais para cima trouxessem na Corte continuamente cavalo e armas. Ainda nas Cortes de Évora criava um exército de reserva permanente de 2 000 vassalos com cavalo e armas que receberiam 2 500 réis por ano; um corpo suplementar de mais 2 000 para o servir somente com as armas e a quem proporcionaria privilégios; e ainda um corpo de 2 000 besteiros<sup>13</sup>. Uma outra disposição, de Outubro de 1482, autorizava os oficiais dos lugares de Entre Tejo e Odiana a trazerem armas de noite e de dia, quais e quantas quisessem<sup>14</sup>. Finalmente, uma rede de informadores, alguns infiltrados no próprio coração dos inimigos, traziam ao conhecimento do rei todos os passos e papéis dos conspiradores.

Na quaresma de 1483, em Almeirim, onde a rainha abortara, o rei tentou compor-se com o terceiro duque de Bragança D. Fernando, desculpando-se, pela sua mocidade, de alguns agravos que tivesse cometido e lembrando-lhe que eram casados com duas irmãs, filhas da infanta Beatriz. O duque prometeu lealdade mas teria interpretado o encontro como fraqueza. E decidiu com os irmãos que mantinham encontros secretos nos arredores de Évora, em Santa Maria do Espinheiro, resistir à entrada dos corregedores nas suas terras.

De mãos atadas, o filho continuava como refém em Moura, o monarca desistiu no momento do envio de corregedores para as terras senhoriais. Mas desfeitas as Terçarias, depois de muitas hesitações e conselhos, logo transmitidos ao monarca, o duque de Bragança decidiu acompanhar o príncipe herdeiro D. Afonso até à Corte, então sediada em Évora.

Era véspera do Corpo de Deus. O rei recebeu o filho e o duque com grandes mostras de alegria. Houve touros e danças. Mas quando em 29.5.83, o duque subiu à câmara do rei para se despedir, achou-o em despacho com os desembargadores. Trocadas breves palavras a sós, o duque ficou detido. E mal a nova correu, toda a cidade de Évora se alvo-roçou, até velhos e moços, tantos que não cabiam nas ruas e terreiros clamando por vingança<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> Ibidem, 68.

<sup>14</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários...*, 81.

<sup>15</sup> Garcia de Resende, ob. cit., 59.

Os nobres principais pediram que perdoasse ao duque e em troca pusesse nas fortalezas do fidalgo alcaides de confiança régia. D. João não disse não mas enviava fidalgos e cavaleiros com cartas suas a tomar posse das fortalezas do cunhado e primo. Eram cerca de 50, do Alentejo a Trás-os-Montes, e todas se entregaram sem resistência, sintoma claro do descontentamento geral contra a prepotência dos grandes fidalgos e certamente algum medo da fama do príncipe.

Senhor da situação, o rei não perdoou e submeteu o duque ao julgamento formal dos desembargadores régios, sentados a uma grande mesa que ele mesmo presidia. A cada voto de condenação à morte, rompia em grandes soluços. E a 20 de Junho de 1483, menos de um mês decorrido, o preso foi levado de madrugada sob escolta, montado numa mula com um guarda nas ilhargas, até à Praça Grande. Ainda escarneceu do fidalgo, ricamente armado, que presidia à execução: «Bem galante está Francisco da Silveira!» Depois, quando viu o cadafalso armado, exclamou: Ah! Como em França!<sup>16</sup> A morte do duque inscrevia-se num movimento geral de abatimento do poder das grandes casas senhoriais como na França de Luís XI ou nos estados pontifícios do futuro papa Júlio II.

Como a gente principal do reino acorrera a Évora em defesa do rei, a praça e as ruas estavam cheias de gente de armas. No alto do cadafalso, erguido na Praça do Giraldo, com os pregoeiros atroando os ares com os seus gritos, um homem enorme, o corpo e a cara cobertos de dó, tirou da loba um cutelo aguçado e de um só golpe decepou a cabeça do duque.

### A morte do duque de Viseu

A execução humilhante e exemplar de Fernando, terceiro duque de Bragança, exasperou os inimigos da política régia, à frente dos quais estava o escrivão da puridade Fernando da Silveira e o bispo de Évora, Garcia de Meneses. Logo nesse dia, este chamara Diogo Tinoco, irmão da sua manceba, e disse: «Que vos parece este homem? Vistes nunca tão mau rei e tão iníquo e tão tirano cobiçoso que com inveja matou o Duque; pois deixai-o vós que ele haverá má fim». E quando chegaram novas que o conde de Faro, irmão do duque, e também o marquês de Montemor eram mortos em Castela, acrescentara: «Que vos parece tal cousa? Já este rei usa com peçonha. Porém, deixai-o que eu vos prometo que antes que os anos sejam muitos ele haverá o fim que não pode ser que não morra. E eu vos prometo que vos faça grande homem»<sup>17</sup>.

Gonçalo de Resende, criado do conjurado D. Goterre Coutinho, comendador de Sesimbra da Ordem de Santiago, e familiar do cronista Garcia de Resende, disse que o amo lhe entregara um bilhete para o bispo e dissera:

<sup>16</sup> Ibidem, 68.

<sup>17</sup> Rui de Pina, *Chroniqua del rey Dom Joham II*, 224.

«ide à pousada do bispo e tanto que disserdes que sois meu, logo vos abrião. E se alguém achardes no caminho e quiser tomar o escrito, rompei-o. E direis ao bispo, que se não pôde fazer o que ele sabe».

Vasco Coutinho, irmão do conjurado Goterre e futuro conde de Borba, declarou em tribunal que o bispo chamava ao rei «onzeneiro, tirano e mau rei das mercadorias e que todos nós outros fidalgos devíamos de o comer aos dentes como o lobo come as ovelhas e as alimárias.» E que o duque determinava matar o rei e o príncipe Afonso.

Os conjurados escolheram para chefe o jovem duque de Viseu e Beja, D. Diogo, que, segundo as actas do julgamento, pretendia matar o rei João e até assumir-se como rei pois era neto e bisneto dos reis de Portugal.

As tentativas de regicídio sucederam-se. Uma primeira vez em Santa Maria da Anunciada, nos arredores de Setúbal, com o rei cercado pelos conjurados, mas fracassada pela chegada do capitão da guarda Francisco Martins de Mascarenhas. Nova tentativa ocorreu ao serão, em casa da rainha. O rei estava deitado no seu regaço e cercado pelos conspiradores. De repente levantou-se, tirou uma dama para dançar e assim frustrou o golpe das espadas. Noutra altura, o rei subia para a sua câmara e encontrou na escada um grupo de fidalgos, entre eles D. Goterre que tirou a espada até metade. O rei disse: -Que quereis de mim?- E só com estas palavras desarmou os conspiradores.

Finalmente determinaram matá-lo no caminho de Setúbal por Alcácer. Avisado, o rei veio pela Landeira. Chegado à vila, mandou chamar o duque a Palmela. Mal este entrou na câmara, matou-o às punhaladas.

Um dos conjurados Fernando de Meneses, irmão do bispo D. Garcia e filho do conde de Viana, justificou-se dizendo que «não fora criado de vosso pai nem vosso nem nunca recebi mercê de vós antes me tiraste o que vosso pai me fez». E que de encobrir seu senhor o duque de Viseu, ninguém lhe podia pôr culpa. D. Vasco Coutinho era obrigado mas não como cavaleiro. «Estes narizes em vosso serviço os perdi»<sup>18</sup>.

O rei defendeu Vasco Coutinho, que denunciara a conspiração em que participava seu próprio irmão D. Goterre, dizendo que o fizera como bom cavaleiro, leal fidalgo e bom português.

Este discurso permite clarificar os laços psíquicos e institucionais que ligavam os homens da época. Para lá dos laços familiares, dos laços de vizinhos do concelho ou de pertença a uma instituição religiosa, para lá dos laços que envolvia toda a comunidade cristã, havia o laço português que exigia fidelidade ao seu rei e se sobrepunha aos laços de senhor/vassalo.

O bispo de Évora não pôde ser julgado mas morreu pouco depois, certamente envenenado, na cisterna do castelo de Palmela. D. Goterre Coutinho, tendo em conta o pedido de seu irmão, foi condenado a uma

---

<sup>18</sup> *Ibidem*, 229.

cova e cárcere perpétuo mas morreria pouco depois nas covas da Torre de Aviz. Pedro de Ataíde e Fernando de Meneses foram degolados e depois esquartejados na praça de Setúbal. Degolaram Pero de Albuquerque publicamente em Montemor-o-Novo. Fernão da Silveira, filho do barão de Alvito, será mais tarde apanhado em Avinhão pelo ferro comprado do castelhana conde de Palhais.

O rei venceu mas os cadáveres dos seus opositores quase não largaram a sua câmara até ao fim dos seus dias. E na hora da morte, pedia perdão à rainha, e à sogra e tia pela morte do filho e genro e do irmão primo e cunhado.

### **A política europeia**

Mal chegou ao trono, as primeiras embaixadas dirigiram-se a Inglaterra a confirmar as ligas antigas e a garantir o direito português ao senhorio da Guiné. Que nesse reino se não fizessem armadas para aquelas partes, designadamente uma armada encomendada pelo duque de Sevilha. A outra embaixada dirigia-se a Castela para ajustamentos do Tratado de paz de Alcáçovas/Toledo e o das Terçarias de Moura. Os embaixadores aperceberam-se rapidamente que os Reis Católicos tinham conhecimento prévio dos temas públicos e secretos que iriam requerer; e as desconfianças caíram sobre o chanceler D. Álvaro, irmão do duque de Bragança. Ao mesmo tempo que enviava esta embaixada a Castela a curar da paz, mandava celebrar em Évora, todos os anos e com toda a pompa, a chamada vitória da batalha de Toro.

Estas embaixadas circunscrevem desde logo as linhas de força de uma política: entendimento com Castela mas numa base de firmeza; alianças renovadas com os países da periferia europeia; e defesa intransigente do senhorio e das navegações da Guiné. Para isso, um outro polo da política externa envolvia relações estreitas com Roma para onde fugia a boa moeda de ouro portuguesa mas que garantia, com os raios eclesiásticos, o monopólio português naqueles mares. A necessidade de boas relações com o papa induz o monarca a dispensar o direito ao beneplácito régio, inaugurado pelo seu antepassado o rei Pedro I.

A política de casamentos revela o jogo diplomático. No tempo de D. João I, os casamentos da família real ligam Portugal aos países da periferia: Inglaterra, Aragão (agora unido a Castela), Flandres e Borgonha sem menosprezar as ligações com as cidades italianas, designadamente com Génova, Veneza e Florença, sendo o rei um dos grandes depositantes do banco desta última cidade.

No governo de D. Afonso V as alianças proporcionadas pelos casamentos seguem uma outra direcção. Primeiramente, o casamento da irmã do monarca D. Leonor com o imperador da Alemanha, iniciativa de prestígio para a coroa portuguesa, integrada nos custos da pequenez e da periferia,

e que bem caros saíam ao tesouro régio de Afonso V e D. João II. Noutra direcção sucedem-se os casamentos em Castela (D. Joana, irmã de Afonso V com o rei Henrique; D. Isabel, filha do infante D. João e mãe de Isabel a Católica com o rei D. João de Castela) e simultaneamente casamentos que envolvem o reforço das ligações das grandes casas senhoriais à família do rei (Afonso V com D. Isabel, D. João II com D. Leonor).

Embora cioso do reforço do poder real, a política externa de D. João II não escapa aos movimentos aglutinadores do espaço ibérico, movimentos que deixaram um rasto de sangue em Aljubarrota e também tingiram em 1476 os campos da batalha de Toro. Este movimento é tão forte que Garcia de Resende na *Miscelânia*, depois de referir as quatro vezes em que Portugal e Castela se juntavam através de casamentos que a morte separava, termina «Portugueses Castelhanos/ já os quer Deus juntos ver». E assim assistiremos à construção e ao desmoronar do grande sonho político do monarca: o casamento de seu filho D. Afonso com a princesa castelhana D. Isabel.

As cerimónias do casamento em Évora, iniciadas em 27 de Novembro de 1490, atingiram um fausto sem precedentes, evocando as cores do Renascimento. Os castelhanos espantar-se-iam com a riqueza, as invenções e a galantaria. Na véspera da entrada na cidade, a noiva pernoitou no mosteiro de Santa Maria do Espinheiro, onde a visitou o noivo, o príncipe Afonso, e como hoje se diz e segundo fama conservada por Rui de Pina, «transaram», contra a honestidade e acatamento que se devia e não guardou à Igreja.

Entremeses de judeus e mouros e muitas danças e folias de gente popular acompanharam a princesa até à Porta de Aviz onde estavam armados grandes arcos triunfais e fadas que a fadavam. E entre as portas estava o paraíso, muito grande, muito alto, ricamente ordenado com todas as ordens do céu, com muito ouro e muita riqueza e nele singulares cantores. Seguiu-se uma arenga latina de Cataldo Sículo, e logo os habitantes do paraíso, com instrumentos que tangiam e cantores que suavemente cantavam, elevaram uma espantosa música, seguida de representações. As ruas desde a porta de Aviz à Sé e da Sé à Praça Grande estavam toldadas de panos de cores, assentes em mastros, levados de Lisboa e doutros portos marítimos. Nas janelas, jóias, ramos de louro e laranjeira e perfumes às portas e na praça.

As festas e as ceias prolongaram-se até 5 de Dezembro com dois grandes banquetes na sala da madeira, de que foi vedor e ordenador Fernão Lourenço, feitor da Casa da Mina e futuro feitor da Casa da Guiné e Índia. Até ao Natal correram-se no terreiro dos paços muitos touros, jogaram-se as canas, houve momos, músicas e festas. Num auto, em que intervieram o rei e os principais personagens da Corte, invocaram-se Júpiter, Saturno, Vénus, Mercúrio e outros deuses romanos enquanto o rei entrava com uns liames de nau, cheios de pedraria em honra da rainha

Leonor: «Estes liam de maneira/ que jamais pode quebrar/ quem com eles navegar».

As relações do casal régio parecem boas mesmo com a chegada à Corte do filho bastardo do rei, o príncipe D. Jorge. Por outro lado, os versos que os actores declamavam partilhavam a língua portuguesa e a língua castelhana, numa Corte onde Jorge Manrique era um autor da predilecção do monarca.

No início de 1491, D. João retirou-se para a herdade que diziam da Fonte Coberta. E sentiu-se tão mal que logo imaginou ser peçonha ou peste. A suspeição do veneno foi bem confirmada pela morte do copeiro-mor e do copeiro pequeno que, inchados como el-rei, antes dele faleceram.

A bandeira da princesa Isabel juntava as armas de Portugal e de Castela. Mas o sonho desfalecia em Junho de 1491 com a queda do cavalo e a morte do príncipe Afonso, de 16 anos de idade, na ribeira de Santarém. Recolhido numa cabana de pescador em Alfange, entraram o rei, a princesa e a rainha. Depois de o beijar na face, o pai deu a beijar a mão direita ao filho moribundo e lançou-lhe a bênção vendo que a alma já lhe saía da carne<sup>19</sup>.

O choque foi profundo e minaria as difíceis relações do rei e da rainha. Quanto ao sonho da união das duas coroas peninsulares, voltaria a acender-se com o casamento desta mesma princesa D. Isabel de Castela com o futuro rei D. Manuel I de Portugal.

### A política atlântica

Duarte Pacheco Pereira, navegador e cosmógrafo de D. João II, adverte-nos no *Esmeraldo de Situ Orbis*, escrito por volta de 1505, que o tema da política atlântica joanina é «grave de fazer pela grandeza do príncipe». E sem temer mordedores, maldizentes e murmuradores, começa por assim dizer o seu retrato-louvor:

«Nele se cumpriu o que disse o sapientíssimo rei Salomão, que o começo da sabedoria é temer ao Senhor. O seu entender e singular engenho em nossos dias se não viu outro que quisesse parecer igual a ele. Foi uma raíz e fundamento da verdade, que sua palavra críamos por evangelho. E assim como foi formoso no corpo e parecer, assim foi formoso nas virtudes da alma. O seu saber e conselho pareceu ser divino com que grandes feitos acabou, e assim soube ser liberal, ordenado, guardando-se dos vícios da avareza e prodigalidade. Foi todo grande em suas obras e a fortaleza de seu coração digna é de grande louvor sendo edificada sobre um honesto repouso de grande autoridade. Era estimado de todos os príncipes cristãos, excelente em todos seus feitos. E os mouros por tal o conheciam... Todo o louvor que lhe for dado é baixo e menos digno em respeito de sua grande

<sup>19</sup> Ibidem, 137.

excelência. Guardou sempre justiça à sua república, de que foi doce pastor e o seu jugo foi suave. Tomou por divisa um pelicano, que aqui posemos pintado, no modo que fere seu peito por dar o sangue a seus filhos. O seu mote foi «pela lei e pela grei»<sup>20</sup>.

Ao tomar a direcção do comércio da Guiné, D. João II defendeu, com a lei e com as armas, a política do *mare clausum*. Só os navios do rei de Portugal ou por ele autorizados podiam navegar, primeiramente, em todo o Mar Oceano a sul do cabo Bojador, até que forçado pela descoberta de Cristóvão Colombo, pelas concessões do papa catalão Alexandre VI e ainda pelas incursões dos ingleses, se vê forçado, pelo Tratado de Tordesilhas, a partilhar com os castelhanos metade do mundo descoberto e a descobrir.

Como rei do Algarve de Além Mar em África manteve o domínio do noroeste marroquino e tentou sem êxito controlar o comércio do rio de Larache mandando construir a não construída fortaleza da Graciosa.

O senhorio da Guiné permitiu a D. João II desafogo financeiro, moeda forte, os justos de ouro (justos de justiça, obsessão primeira da sua política) e o afluxo crescente de mão de obra escrava.

Em 1481, no começo do seu governo enviou para o golfo da Guiné, para a Aldeia das Duas Partes no actual território do Togo, uma expedição militar e civil, comandada por Diogo de Azambuja com a missão de construir a fortaleza de S. Jorge da Mina por onde corria o principal resgate do ouro.

Mandou descobrir as ilhas de S. Tomé e de S. António e povoou-as com o fundamento da navegação da Índia, afirma Duarte Pacheco, que se Deus lhe dera vida, ele a descobrira. Diogo Cão subiu o rio Congo e navegou até ao sul de Angola. Bartolomeu Dias comandou a grande viagem que dobrou o Cabo da Boa Esperança e escancarou a larga porta para alcançar a Índia.

Por mim e outros capitães, escreve ainda Duarte Pacheco Pereira, mandou descobrir novas terras a sul, procurando medir e saber novas do comércio e das gentes, pois até aí «a costa do mar somente era sabida sem se saber o que dentro nela era»<sup>21</sup>. E se das descobertas do sul de África não resultou outro bem salvo muita despesa, mais merecimento teve o príncipe.

Cosmógrafos, pilotos, oficiais, peritos em artilharia e construção naval, aconselhavam o monarca. Por sua ordem, José Vizinho, Duarte Pacheco Pereira e outros navegaram e mediram em graus a costa ocidental de África. Pelo menos nalgumas reuniões dos cosmógrafos participou também Cristóvão Colombo.

<sup>20</sup> Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, Sociedade de Geografia, 1975, 130.

<sup>21</sup> *Ibidem*, 15.

A miragem do Preste João das Índias impulsionou a primeira iniciativa estatal europeia que visava penetrar no interior da África Negra. D. João II enviou embaixadas aos reinos jalofo e mandingas, embaixadas cuja memória perdurava quase um século mais tarde. Interveio na guerra civil que opôs o rei jalofo Bemoim a seus irmãos; e nas guerras provocadas pela descida dos fulas para Futa Jalom. Descobriu o Benim e enviou Duarte Pacheco à grande cidade negra de Hugatoo. De S. Jorge da Mina, do Congo e doutras partes despachou aventureiros que lhe trouxessem notícias do interior da terra e do mítico príncipe cristão da Etiópia. Pela velha estrada do Norte de África enviou dois mensageiros espíões, Afonso de Paiva e Pero da Covilhã. Este último alcançou o Golfo Pérsico, a costa ocidental da Índia e cidades da África Oriental. No Cairo encontrou o judeu de Beja Abraão que o monarca enviara à sua procura.

«Muitas opiniões houve nestes reinos de Portugal nos tempos passados entre alguns letrados acerca dos descobrimentos das Etiópias de Guiné e das Índias porque uns diziam que não curassem de descobrir ao longo do mar e que melhor seria irem pelo pego atravessando o golfão até topar em alguma terra da Índia ou vizinha dela e por esta via se encurtaria o caminho. Outros disseram que melhor seria descobrir em ao longo da terra sabendo pouco e pouco o que nela ia e assim suas rotas e conhecimentos e cada província de que gente era para verdadeiramente saberem o lugar em que estavam por onde podiam ser certos da terra que iam buscar... E a mim parece que a segunda opinião foi mais certa. E assim se fez»<sup>22</sup>.

A América ainda não descobrira as suas riquezas e o seu futuro. A aposta na Rota do Cabo daria frutos imediatos e duradouros. Mas nem por isso o monarca deixará de se recriminar por não ter dado ouvidos a Cristóvão Colombo, embora tivesse autorizado o envio de armadas de particulares para ocidente.

Após o encontro com o genovês em Santa Maria das Virtudes, D. João II organiza uma armada, comandada por Francisco de Almeida, e que se destinava a tomar posse das novas terras descobertas. Mas as negociações sobrepuseram-se às armas e o Tratado de Tordesilhas de 1494 partilharia por alguns séculos o mundo novo em duas esferas de influência, divididas pelo paralelo que passa a 370 léguas das ilhas de Cabo Verde.

### **Suporte social e político**

O suporte social da política de D. João II estava na classe média dos cavaleiros da pequena nobreza, nos cavaleiros e escudeiros das cidades e das vilas, nos proprietários e mercadores. Eram como a sardinha. Muita, custava pouco e sabia muito bem. São os cavaleiros que falam pela voz

---

<sup>22</sup> *Ibidem*, 137.

dos procuradores nas Cortes de Évora de 1481 e 1490. E esclarecem o monarca: «A formosura e a fortaleza do rei é o seu povo».

A alta nobreza usava em seu proveito as rendas e as jurisdições do rei, cobrava empréstimos forçados, intervinha na eleição dos oficiais dos concelhos, acumulava o trigo das rendas para o vender na carestia enquanto o comprava para seu consumo aos preços que ela mesma impunha, forçava os camponeses a trabalho gratuito. Esta prática juntava no apoio ao rei a gente meã e o povo meúdo.

Mas na reforma do Estado e na luta para reduzir os poderes da mais alta nobreza, o monarca usou e forjou velhos e novos instrumentos militares e políticos: os homens do seu Conselho, o corpo de leigistas organizado na Casa da Suplicação e na Casa do Cível, o corpo da guarda pessoal, a rede de informadores que o traziam a par dos movimentos dos seus inimigos.

Reorganizou o aparelho fiscal cobrindo o país com uma rede de escrivães e juizes das sisas, o principal imposto. Interveio na administração local não só confirmando a eleição dos vereadores e juizes mas propondo ou estranhando algumas vezes a não eleição deste ou daquele vereador<sup>23</sup>.

Embora permaneça pouco em Lisboa, em boa parte pelo morder contínuo da peste, ela constituiu o seu principal suporte político. Em Lisboa assentou a Casa da Guiné, a Casa dos Escravos, os armazéns das especiarias e riquezas, o arsenal, os fornos de biscoito, as fundições, as teraceñas. Equiparou os altos burgueses de Lisboa e Porto aos fidalgos do reino. Determinou que nas cidades onde a Corte permanecesse, devia ser dada boa aposentadoria a qualquer cidadão de Lisboa que ali se deslocasse em serviço<sup>24</sup>.

Durante os 14 anos de governo, boa parte do tempo passou-o no vale do Tejo que gozava de comunicações muito rápidas com Lisboa. No verão de 1484, pouco antes da morte do duque de Viseu, escreveu à Câmara da cidade que teria «muito prazer» em receber a vereação em Alcochete.

Preocupa-se com a higiene da cidade. Manda desfazer as suas esterqueiras e monturos e que se entregue a um vereador o pelouro da limpeza. Insiste no calcetamento da Rua Nova dos Mercadores e também da Rua Nova do Porto. Liberta as ruas de inúmeras alpendradas para as tornar mais formosas. Lançou a primeira pedra do grande hospital real de Todos os Santos.

Noutra direcção, para a defesa da barra do Tejo, mandou construir o Forte Velho de Almada e encarregou Garcia de Resende de desenhar uma fortificação para o Restelo onde D. Manuel erguerá a Torre de Belém. Ainda em sua vida, lançou à água um enorme navio de 1000 tonéis, profusamente artilhado que a meio do rio assegurava a defesa da barra. Esta

<sup>23</sup> Manuela Mendonça, *D. João II*, Lisboa, Editorial Estampa, 1991, 309.

<sup>24</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários...*, 101.

defesa tinha como ponta avançada o forte que mandara erguer em Cascais.

A cidade era um grande motor do país e pelo menos para a rainha D. Leonor: «tempo que fora de Lisboa gastamos, entendemos que não é viver»<sup>25</sup>.

Mas não é só Lisboa ou o Porto que merecem as atenções do monarca. Setúbal, Beja, Santarém, para não falar dos Paços de Almeirim e de Sintra, são estâncias muito procuradas pela Corte. Mas Évora é quase a capital. Aí se reúnem as Cortes de 1481 e 1490, aí decorrem as faustosas festas do casamento do príncipe Afonso e da infeliz D. Isabel de Castela.

Protegeu os oficiais mecânicos, em especial os espingardeiros, e todos os inventores. Preocupou-se com o povo comum. Em 1484 autorizou os habitantes de Sintra a fazerem a festa do Espírito Santo no Paço Real e a cortarem lenha nas suas matas. Em 1493 perdoou a um pobre mancebo de soldada a coima que lhe aplicaram por ter deixado que as vacas dos seus amos atravessassem a ribeira de Rio de Moinhos para a serra de Montemuro<sup>26</sup>.

### A morte e o mito

Os últimos anos de governo são marcados internamente pelo problema da sucessão do reino e pela entrada dos judeus vindos de Castela.

No final do século XV havia em Portugal cerca de 136 judiarias espalhadas por todo o território com particular intensidade no Alto Alentejo, Estremadura, Beira Alta e fronteira leste de Trás-os-Montes<sup>27</sup>. Arrematavam rendas do Estado e dos senhores, incluída a Igreja. Contavam-se entre os principais prestamistas do rei e conservavam a sua cultura própria, os seus livros (a Isaque Abravanel, implicado na conjura do duque de Viseu, confiscaram pelo menos 11 livros hebraicos), possuíam mesmo uma escola, o Estudo dos Judeus, edifício transformado mais tarde em Tribunal das Causas Cíveis<sup>28</sup>.

Com a expulsão dos judeus de Espanha, a população de religião judaica subiu em flecha podendo aproximar-se de um décimo da população portuguesa. Os judeus de Castela puderam entrar em Portugal mediante o pagamento de oito cruzados por cabeça. As crianças de peito não pagavam e os oficiais mecânicos pagariam somente metade do imposto. A entrada fez-se por Olivença, Arronches, Castelo Rodrigo, Bragança e Melgaço. Um contrato especial, envolvendo o pagamento de 60 mil cruzados

---

<sup>25</sup> Ibidem, 569.

<sup>26</sup> Ibidem, 487.

<sup>27</sup> Maria José Ferro, *Os Judeus em Portugal no século XV*, Lisboa, Universidade Nova, 1980, 72.

<sup>28</sup> António dos Santos Pereira, I, 252.

dos, permitiu que 600 das famílias mais abastadas se estabelecessem em Lisboa, Porto, Coimbra, Évora e nalgumas terras do Algarve<sup>29</sup>.

Segundo o acordo, muitos judeus pediram embarcações para demandarem terra de mouros. Depois de muita insistência, alguns embarcaram. No alto mar roubaram-nos, violaram as suas mulheres e filhas. Meninos e jovens judeus, que Samuel Usque designa como os «meninos dos lagartos», foram arrancados aos pais e à força enviados a povoar a ilha de S. Tomé<sup>30</sup>. Nos princípios do século seguinte, sobravam 600, segundo o testemunho de Valentim Fernandes. Começava um largo drama que iria corroer a sociedade portuguesa durante mais três séculos.

A sucessão do reino levava ao afrontamento aberto. De um lado, a rainha, apoiada pelos seus parentes, os derrotados de 1483 e 1484, os Reis Católicos e o Cardeal Alpedrinha; do outro, o rei e alguns dos seus fiéis. O monarca pretendia assegurar a sucessão no filho bastardo o senhor D. Jorge. A rainha defendia o direito de seu irmão D. Manuel, duque de Beja.

Em 1495, já gravemente diminuído, D. João redige o seu testamento nas Alcáçovas aceitando, certamente por razões de Estado, o direito de seu primo e cunhado. Trata a rainha como a «excelente senhora minha prima» e pede a D. Manuel que a honre e a trate bem e não lhe tire nada da sua manutenção em seus dias, «estando ela na maneira em que ora está».

Os médicos aconselham as águas das termas de Monchique. Sente-se pior e avança para Alvor. Os fantasmas dos justicados entram na sua câmara e não é de excluir que impulsionem as mãos que, segundo voz corrente, vão ministrando o veneno. Pede perdão à rainha, à sogra e ao povo de Portugal. Quando o consolam exclama: Nunca ninguém se aproximou de mim que o não mordesse. Ou então: Não sou mais que um saco de terra e de bichos. Só o filho bastardo está próximo a acompanhá-lo na morte<sup>31</sup>.

Durante quatro anos, o cadáver do rei ficou sepultado na catedral de Silves apesar do testamento obrigar à transladação para o túmulo que lhe estava destinado na Batalha. E só quando Vasco da Gama regressar da Índia retirarão o cadáver do meio-desterro da catedral de Silves. Ao levantar do caixão, encontraram «o corpo do glorioso rei são e inteiro com um cheiro singular. E as suas barbas e cabelo na cabeça e nos peitos e pernas e braços. E o estômago testou como se fora vivo»<sup>32</sup>.

<sup>29</sup> Ângelo Ribeiro, «O Príncipe Perfeito», in *História de Portugal*, Porto, Portucalense Editora, s/d, III, 208.

<sup>30</sup> Samuel Usque, *Consolação à Tribulação de Israel*, ed. de Yosef Haym Yerushalami e José V. Pina Martins, Lisboa, Fundação Gulbenkian, 1989, 227.

<sup>31</sup> Garcia de Resende, ob. cit., 284.

<sup>32</sup> Ibidem, 291.

40  
do  
Rei do yoa: o sequido: ~



abamifer grande elo q̃açi a p e r a c o m e a z  
Vida e feitos / do mui e x e l e n t e R e i d o m



Retrato de D. João II, retirado de uma *Crónica* (sem título) dos Reis de Portugal, atribuída a Pero Andrade Caminha e datada das vésperas da batalha de Alcácer Quibir. O manuscrito pertence a um particular que quis manter o anónimo.



Afinal o rei era santo. Ao entrar no mosteiro da Batalha segue levado aos ombros pelas vítimas ou pelos filhos das vítimas: D. Álvaro, o antigo chanceler e irmão do duque de Bragança; o filho do duque e novo duque D. Jaime; o marquês de Marialva, parente de D. Goterre Coutinho; o marquês de Vila Real, outrora condenado pelos seus pares, parente próximo do bispo de Évora D. Garcia. Os que o tinham combatido em vida recuperavam agora o cadáver e o mito.

Termino com a pergunta inicial. Porque é que 14 anos de governo marcaram tão profundamente a nossa memória nacional? Certamente pela vida dramática do monarca, pelos retratos debuxados por Rui de Pina e Garcia de Resende e também porque, como dirigente político, encarnou o próprio coração da república, nas palavras de Rui de Pina, num tempo que se abria às grandes transformações da época moderna.

Mas não esqueçamos que de algum modo fracassou na batalha de reduzir a grandeza da nobreza senhorial e que foi um homem profundamente marcado pelo seu tempo com as tais veias de sangue nas alvas dos olhos. Por outro lado, as grandes transformações estavam ainda no limiar, como no limiar estava a abertura da Rota do Cabo. Na *Miscelânea*, Garcia de Resende tem consciência disso mesmo:

«O reino vimos valer  
60 contos não mais  
as rendas tanto crescer  
que agora o vemos render  
duzentos milhões de reais  
Índia e Mina não entrando  
que estas duas assomando  
os gastos e os provectoros  
duzentos contos bem factos  
rendem forros navegando»<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> *Ibidem*, 377.



## A ILHA DE S. TOMÉ ALGUNS PROBLEMAS HISTÓRICOS

---

Benedita Araújo

1 – «Descubertas todas estas regiões e prouincias e finado el-Rey Dom Afonso, ueo esta mesmo cobasam ao Serenissimo Príncipe el-Rey Dom Joam ho segundo, seu filho, que he dino de immortal lembrança, o qual com muito desejo de acrescentar no comercio e riqueza destes Reynos mandou descobrir as ilhas de Sam Thomé e Sant'Antonio e as pourou com fundamento da nauegação da Índia (...)»<sup>1</sup>.

Desta forma sucinta refere Duarte Pacheco Pereira, no *Esmeraldo de Situ Orbis*, o descobrimento das ilhas de S. Tomé e de Santo António, e o seu povoamento, subordinando o acontecimento a um objectivo mais vasto e que visava mais longe, o descobrimento do caminho marítimo para a Índia. Acrescenta mesmo Duarte Pacheco Pereira, referindo-se a D. João II: «se lhe nosso senhor dera uida, deuemos crer que elle ha descobrira»<sup>2</sup>.

Mais adiante, precisa a situação das terras de S. Tomé e volta a fazer alusão ao seu povoamento, iniciado pelo mesmo monarca, bem como à majestosa grandeza da sua floresta:

«Nesta terra ha ho mais fermoso aruoedo e mais alto e grosso que se sabe em toda ha Ethiopia de Guinee e asy tem muitas e boas fontes e ribeiras d'auguoa. Nesta ilha se criam as canas d'açuquar com tanta aventajem das outras partes, que nam pode mais ser; e asy haqui muitas e muito boas laranjas e limoes e cidras, e outras aruores se dam aqui muito bem»<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, reprod. anastática da ed. crítica anotada por Epifânio da Silva Dias, Lisboa, 1905, Prólogo, p. 15.

<sup>2</sup> Idem, *ibidem*, livro I, p. 15.

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*, livro II, p. 128. E, referindo-se à ilha do Príncipe, acrescenta: «Ao nornordeste desta ilha de Sam Thome estaa outra ilha mais pequena, que se chama a ilha de Sant'Antonio, que por outro nome ha do Principe chamamos (...) e tambem o dito Rey Dom Joham descobrio esta ilha e ha pourou (...)».

A uma primeira versão do achamento, encontram-se ligados os nomes de João de Santarém e Pero Escobar, navegadores, e os de Martim Fernandes e Álvaro Esteves, pilotos, que, tendo ultrapassado o Cabo das Palmas e, rumando a sul, teriam encontrado a ilha de S. Tomé, a 21 de Dezembro de 1470. Pouco depois, a 1 de Janeiro de 1471, encontraram a ilha de Ano Bom, e a de Santo Antão, a 17 de Janeiro do mesmo ano.

Outra hipótese atribui este descobrimento a Rui de Sequeira que, regressando à Mina depois de uma viagem ao Cabo Catarina, teria encontrado as ilhas de S. Antão e de S. Tomé. Esta zona pertencia à área do contrato de Fernão Gomes que, de acordo com João de Barros, começava na Serra Leoa e se prolongava até ao citado cabo. Pela lógica do descobrimento da costa, orientado no sentido norte-sul, natural se torna que as ilhas atlânticas a ela adjacentes fossem sendo conhecidas à medida que os descobrimentos se processavam para sul<sup>4</sup>.

Uma fonte da segunda metade do século XVI, o texto anónimo da *Navegação de Lisboa á Ilha de S. Thomé escrita por hum Piloto Portuguez*, refere que a ilha foi descoberta «ha outenta e mais annos pelos Capitães do nosso Rei»<sup>5</sup>. Este documento coloca o descobrimento nos últimos decénios do século XV, sem precisar contudo a sua data.

As hipóteses aventadas quanto à chegada a esta ilha são portanto inconcludentes. Contudo, se relacionarmos os seus nomes com o calendário litúrgico, encontraremos a data de 21 de Dezembro para a ilha de S. Tomé, 1 de Janeiro para Ano Bom, e 14 de Janeiro para a ilha de Santo Antão, muito embora ignoremos de que ano.

A teoria mais plausível aponta que, em 1471, João de Santarém e Pêro de Escobar descobriram as ilhas de S. Tomé e de Santo António, respectivamente, a 21 de Dezembro e 17 de Janeiro do ano seguinte, sendo esta última conhecida posteriormente pela designação de Ilha do Príncipe, em honra do herdeiro da Coroa.

Damião Peres não compartilha a mesma asserção, considerando ser pouco provável a descoberta, numa única viagem, de tão grande extensão de costa. Por tal motivo, prefere considerar que o achamento das ilhas deveria ter-se processado posteriormente. De toda a discussão histórica suscitada pela descoberta, fica apenas a certeza de que terá ocorrido no decénio compreendido entre 1470 e 1480.

Dentro do campo vasto das hipóteses, salientamos as que apontam para os primeiros anos da década de setenta, pois não se conhecendo documentação que lhe faça directamente referência, será de concluir que alguma das frequentes expedições de que Fernão Gomes foi responsável terá

<sup>4</sup> Duarte Leite, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, 1959, pp. 284-293, 337 e seg. tes.

<sup>5</sup> Piloto Anónimo, «Navegação de Lisboa á Ilha de S. Thomé», in *Colecção de Notícias Para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas, que Vivem nos Dominios Portuguezes*, tomo II, n.ºs I e II, Lisboa, 1812, p. 92.

atingido estas ilhas, embora não saibamos a data precisa de tal acontecimento.<sup>6</sup>

Em 1475 o príncipe D. João encontrava-se já à frente da empresa de descobrir e instaurava a política de *mare clausum*. A rivalidade entre portugueses e castelhanos traduzia-se pela aparição frequente nos mares da Guiné de embarcações armadas por estes, o que reflectia o grande interesse despertado pela zona e motivava os portugueses a uma defesa mais enérgica dessas paragens. João de Barros, na segunda metade do século XVI, afirmava que o descobrimento destas ilhas se havia processado «per mandado del-rei Dom Afonso, e outros resgates e ilhas, das quais não tratamos em particular por não termos quando e per quem foram descobertas»<sup>7</sup>.

À sua riqueza natural, traduzida quase logo na forte pujança das suas canas de açúcar e à sua posição geográfica privilegiada, perto dos Rios dos Escravos, ficou a ilha de S. Tomé devendo o não ter sido, no ordenamento económico do espaço português dos descobrimentos e na área atlântica em que se encontrava implantada, um mero ponto de passagem dos navios da carreira da Índia.

O mais provável, a não ocorrerem as circunstâncias apontadas, seria mesmo um esquecimento total ou parcial. De facto, no organigrama da Expansão, havia outras ilhas, como Cabo Verde ou os Açores, mais vocacionadas para desempenhar essa função de abastecimento (carnagem e aguagem), bem como a de vigilância do mar.

2 – A colonização, iniciada cerca de 1486, apresentou de início enormes dificuldades, ligadas principalmente ao clima e às muitas enfermidades dele derivadas. O povoamento instaurou-se pela vinda de famílias oriundas do continente, assim como de condenados a cumprir penas e ainda pelas populações africanas, principalmente da costa fronteira<sup>8</sup>.

A miscegenação, tornada política da Coroa, processou-se rapidamente, incentivada como meio de se obter o aumento da população. A legislação favorecia essa nova sociedade, concedendo muitas vezes a alforria aos escravos, como acontece logo no reinado de D. João II, em que são libertados filhos da população escrava, medida essa que merece ser confirmada por D. Manuel<sup>9</sup>.

Entretanto, procedia-se à estruturação da pirâmide hierárquica, com a distribuição dos cargos, que, nos primeiros tempos do povoamento, foram

<sup>6</sup> Duarte Leite, *op. cit.*, pp. 284- 293, 337 e seg. tes.

<sup>7</sup> João de Barros, *Asia*, déc. I, Lisboa, 1945, p. 73.

<sup>8</sup> R. J. Cunha Matos, *Corografia Histórica das Ilhas de S. Tomé e Príncipe Ano Bom e Fernando Pó*, Lisboa, 1905, pp. 32.

<sup>9</sup> R. J. Cunha Matos, *op. cit.*, p. 34.

doados a fidalgos que os requeressem.<sup>10</sup> Ao mesmo tempo, concediam-se privilégios e isenções fiscais aos moradores que transaccionassem os seus produtos em S. Jorge da Mina.

A organização comercial era complexa e envolvia a troca das mercadorias por «peças» de escravos, embora aparecessem também outros produtos. Igualmente seriam beneficiados os moradores que enviassem para o Reino os bens a comerciar. Excluía-se deste negócio pedraria, ouro, especiaria, malagueta e gatos d'algália, que constituíam monopólio régio<sup>11</sup>.

Com o mesmo propósito, foi autorizada a concessão de alvarás de seguro aos moradores degredados que pretendessem vir ao reino arrecadar suas fazendas ou vender as suas mercadorias. Estes privilégios não deviam ir além de um período de quatro meses e seriam respeitados por todas as justiças do Reino, que não estavam autorizadas a prender os degredados de S. Tomé:

«(...) que aquelles degradados que la estiverem ou forem que alvaro de caminha capitam da dita ilha vir que tem bem servido e aproveytado na dita Ilha e tiverem neçessidade de virem a estes rregnos que o dito capitam lhe possa dar seus seguros»<sup>12</sup>.

Com essa mesma intenção, e visando o mesmo fim, era reconhecida à alcaidaria mor da ilha de S. Tomé iguais direitos aos gozados pela de Lisboa, direitos esses que se estendiam não só ao capitão da ilha, mas também a «todos seus herdeyros e desçemdemtes asy e pella guisa que lhe temos feita merçee da dita capitania»<sup>13</sup>.

O capitão encontrava-se incumbido de permitir aos moradores que fossem mercadejar nas zonas delimitadas. Pagos os direitos devidos à Coroa, os produtos podiam ser transaccionados no Reino, ou nas ilhas de Cabo Verde, Madeira, Açores e Canárias, bem como na cidade de S. Jorge da Mina, sem que para isso houvesse necessidade de nova cobrança por parte dos oficiais.

Os mercadores, contudo, deveriam respeitar as determinações papais, isto é, «nom resguatando porem na dita terra nenhüas mercadarias nem cousas defesas pello samcto padre»<sup>14</sup>. Assim, a 15 de Dezembro de 1499, Fernão de Melo recebeu carta da alcaidaria-mor da ilha, para si e para seus herdeiros, ao mesmo tempo que lhe eram reconhecidos os direitos doados anteriormente e que faziam equivaler a alcaidaria-mor de S. Tomé à da cidade de Lisboa.<sup>15</sup>

<sup>10</sup> A.N.T.T. *Chancel. de D. João II*, liv. I, fls. 5vº, 68 vº; liv. IX, fl. 127.

<sup>11</sup> A.N.T.T. *Chancel. de D. João II*, liv. I, fl. 4vº.

<sup>12</sup> A.N.T.T. *Ilhas*, fl. 20vº.

<sup>13</sup> A.N.T.T. *Ilhas*, fl. 107.

<sup>14</sup> A.N.T.T. *Ilhas*, fl. 106.

<sup>15</sup> A.N.T.T. *Ilhas*, fls. 60vº. -61.

Quando houvesse almoxarife ou recebedor, este deveria dar regimento de que constasse a licença facultada pelo monarca «pera yrem aas ditas partes fazer os ditos resgates como he conteudo em seu Regimento», fixando-se o preço a pagar. A pimenta, por exemplo, colhida entre o Rio Real e a ilha de Fernando Pó, quando para tal houvesse autorização, seria paga na feitoria de S. Jorge da Mina ao preço de «sasemta manilhas e mays outo cruzados por moyo»<sup>16</sup>.

3 – Quanto à cultura da cana sacarina, os canaviais continuaram a alastrar pela ilha. Segundo o piloto anónimo, «cada habitante compra escravos negros com as suas negras de Guiné, Benim e Manicongo e os empregão aos casaes em cultivar as terras para fazer as plantações, e extrahir os açúcares»<sup>17</sup>. Embora muitas plantas alimentares oriundas da metrópole tivessem dificuldade em adaptar-se, muitas outras, resultantes de aclimatação de espécies africanas e/ou de cruzamentos com a flora indígena apresentavam-se em plena força. Entre essa flora de importação salientava-se justamente a cana sacarina pela importância económica assumida.

Foi justamente a aptidão do solo e do clima para a cultura da cana a causa da fixação dos europeus e dos escravos africanos, praticando-se o cultivo desta gramínea desde o início da colonização. A carta de privilégio concedida a João de Paiva, outorgava a isenção do pagamento de direitos, devidos a quaisquer bens que possuíssem no Reino<sup>18</sup>, de modo a tornar mais atractiva a perspectiva de povoamento e, portanto, de rentabilização da terra.

De igual modo, o foral de S. Tomé indicava já o açúcar como uma das riquezas a incrementar<sup>19</sup>, pois o exemplo de outra ilha atlântica, a Madeira, com o seu saldo favorável devido à indústria do açúcar, deveria ser um exemplo a seguir<sup>20</sup>.

No cumprimento de linhas de força direccionadas para o incremento da produção, já na carta régia de 11 de Dezembro de 1493 se permitia a exportação do açúcar de S. Tomé para a cidade de S. Jorge da Mina, sendo o preço fixado o de meio cruzado. Deste modo, a ilha de S. Tomé teve o mérito de ser «o ponto crucial da passagem da cultura da cana

---

<sup>16</sup> A.N.T.T. *Ilhas*, fl. 105.

<sup>17</sup> Piloto Anónimo, «Navegação de Lisboa á Ilha de S. Thomé», in *Colecção de Noticias Para a História e Geografia das Nações Ultramarinas, que Vivem nos Domínios Portuguezes*, tomo II, n.ºs I e II, p. 93.

<sup>18</sup> João Martins da Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, vol. III, Lisboa, 1988, p. 295.

<sup>19</sup> A.N.T.T. *Ilhas*, fl. 109.

<sup>20</sup> João Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal Económico*, 4ª. ed., Lisboa, 1988, p. 225.

«Temos por bem queremos e nos praz em quanto nossa mercee for que o capitam e moradores da dicta ilha e asy as pessoas que a ella forem estar de suas vontades e os marimheiros que nos navios da dicta Ilha amdarem e navegarem posam llevar e mamdar llevar destes nosos Regnnos pera a dita ilha todas e quaes quer mercadoryas que lhes aprouuer», pondo unicamente como condição que não fossem «llambees nem outras nhuuas roupas das que se resguatam em a çidade de sam jorje da myna»<sup>25</sup>.

Os direitos a respeitar seriam os de «quarto» e «vintena». A justificar esta legislação mais favorável estava o desejo «que temos na povoraçam da ilha de sam tomee a quall nom soomente desejamos que seja povorada mas que aimda os moradores della sejam aproveitados e tenham caminho da ter e aver grandes fazendas»<sup>26</sup>.

Tais privilégios eram ainda favorecidos por nova carta, datada de Março de 1500, em que se determinava que, com excepção das mercadorias defesas, os moradores podiam «resgatar e trautar todallas mercadarias e cousas nadas e criadas na dita ylha». Além disso, eram alargadas as fronteiras abertas aos comerciantes de S. Tomé na terra firme, desde o Rio Real a «toda a terra de manicongo». Os comerciantes pagavam apenas o «quarto» referido, havendo contudo «espicial mamdado» para zonas auríferas. Estatuía-se, do mesmo modo, diversas isenções e liberdades por «a dicta ilha ser tam allomgada destes nosos Regnos ha gente nom quer laa hiiir viver senam com grandes liberdades e framquezas»<sup>27</sup>.

No início do século XVI, ou mais precisamente, a 7 de Junho de 1504, o monarca arrendava os quartos das ilhas de S. Tomé e do Príncipe a um consórcio constituído por António Carneiro e João da Fonseca. Este contrato ficava sujeito ao pagamento de duzentos mil reis, e deveria perdurar, na sua primeira fase, pelo espaço de dois anos<sup>28</sup>. Logo nos primeiros dias do mês seguinte, o arrendamento encontrava-se assinado pelos dois signatários<sup>29</sup>.

4 – Com o intuito de desenvolver a sociedade civil já instalada, no reinado de D. Manuel, em 1504, iniciavam-se as obras do Hospital, oferecendo o monarca para o efeito o preço correspondente a seis escravos, quer para as primeiras despesas quer para a manutenção<sup>30</sup>. Com o mesmo intuito de valorização e morigeração da nova sociedade, determinava-se posteriormente, que, primeiro as escravas e depois os escravos dados aos

<sup>25</sup> A.N.T.T. *Chancel. de D. Manuel*, liv. XIII, fl. 17.

<sup>26</sup> *Ibidem*, fl. 17.

<sup>27</sup> A.N.T.T. *Ilhas*, fl. 81.

<sup>28</sup> A.N.T.T. *Gav.*, 15-15-31.

<sup>29</sup> *Ibidem*, 15-14-43.

<sup>30</sup> A.N.T.T. *Chancel. de D. Manuel*, liv. XIII, fl. 19.

sacarina para clima tropical», incentivando-se a experiência coroada de êxito da aclimação da gramínia produtora do açúcar<sup>21</sup>.

O açúcar foi, portanto, um traço de união na valorização das terras insulares descobertas pelos portugueses, imprimindo-lhes características estruturais económicas e sociais bastante semelhantes. Mas, o cultivo exigia bastante água e terrenos férteis. S. Tomé possuía estas duas características principalmente na zona de nordeste, em que as terras vermelhas mostravam uma extraordinária apetência para a produção açucareira.

A prolongada estação das chuvas, seguida por um período seco, contribuía para o completo desenvolvimento da cana<sup>22</sup>. As plantas, depois de cortadas e prensadas nos engenhos, permaneciam mergulhadas em água corrente durante certo tempo, de modo a obter-se um suco rico em açúcares. Seguia-se uma fervura, mais ou menos prolongada, conforme os caracteres organolépticos do produto de que se partia. O melaço resultante era vertido em moldes e dava origem ao chamado «pão de açúcar», que deveria ser purificado.

Para tentar igualar a qualidade do produto santomense à do oriundo da ilha da Madeira, que atingia cotações mais elevadas no mercado europeu, os cultivadores enxugavam o açúcar utilizando uma estufa com lenha bem seca. Com o intuito de melhorar a qualidade, «fazem hum coberto alto de taboas(...) todo fechado por cima, sem janella alguma das ilhargas e somente com a abertura da porta; levantão dentro d'elle hum estrado da altura de seis pés com traves distantes huma da outra quatro pés e sobre ellas vão estendendo taboas nas quaes põem os pães de açúcar»<sup>23</sup>. Era nesta estufa que se procedia à primeira secagem.

Também com a mesma finalidade foram experimentadas diferentes técnicas e introduzidas algumas modificações na arte do fabrico, mas sem se alcançarem resultados.

Uma questão que envolvia certo melindre era a da administração da justiça. Por isso, fora desde o início acautelada da forma possível, recebendo Fernão de Melo a alçada do cível e crime, incluindo a pena de morte sobre a população escrava.<sup>24</sup>

Quanto à economia, a linha de orientação até então seguida pela Coroa a este propósito foi reiterada na carta de privilégios de 20 de Março de 1500, em que, além de outras regalias, o rei acrescenta:

<sup>21</sup> Virgínia Rau e Jorge de Macedo, *O Açúcar da Madeira nos Fins do século XV. Problemas de Produção e Comércio*, Funchal, 1962, p. 9.

<sup>22</sup> Piloto Anónimo, «Navegação de Lisboa á Ilha de S. Thomé», in *Colecção de Noticias Para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas, que Vivem nos Dominios Portuguezes*, tomo II, n.ºs I e II, p. 93.

<sup>23</sup> Idem, *ibidem*, p. 96.

<sup>24</sup> A.N.T.T. *Ilhas*, fl. 60 vº.

primeiros povoadores fossem declarados forros, assim como seus filhos<sup>31</sup>. A carta de alforria que se lhes refere, datada de 24 de Janeiro de 1517, exprime justamente a necessidade de um mais rápido povoamento da ilha:

«(...) per nos foi ordenado que aos degredados e pessoas outras decharradas no Regimento que se disso fez, que fossem a nossa ilha de Santomé se dessem a cada hũ esprava para a ter e se della servir avendo o pryncipal respeito a se dita ilha se povoar»<sup>32</sup>.

Por alvará de 1520, confirmado em 1538, o monarca comunicava ao capitão de S. Tomé, juizes, vereadores e procurador o seguinte: «Hei por bem que os homens Pardos nella moradores entrem nos officios da Governança da Ilha como entrão<sup>33</sup> os Outros moradores da dita Ilha sem nisso se fazer deferença deles aos homens brancos»<sup>34</sup>, permitindo portanto o acesso aos officios da governação às pessoas de origem mestiça.

No seguimento desta política, em 1528, por decreto real, afirmava-se expressamente a elegibilidade dos mulatos para o concelho municipal, desde que estivessem casados e possuíssem bens, em igualdade, portanto, com os outros colonos, sendo, conforme era costume exigir, «homens de bem, e Cazados».<sup>35</sup>

Do privilégio de 1520 foi pedida confirmação em 1546, pelo que se depreende ter havido necessidade de tal medida. Era com a escravatura que muitos dos moradores do arquipélago obtinham os seus maiores lucros, sendo o trabalho escravo considerado imprescindível para a laboração dos engenhos de cana de açúcar.

De qualquer modo, estes escravos forros e seus descendentes irmanavam-se com os pequenos roceiros «filhos da terra», constituindo uma classe média de grande importância social.

Realmente, «sendo os habitantes negros de grande intelligencia, e ricos, e criando as suas filhas ao nosso modo, tanto nos costumes como no traje»,<sup>36</sup> as jovens conheciam os usos do reino, encontrando-se habilitadas a realizar casamentos honrosos. Será interessante recordar a este propósito que, já em 1514, o rei do Congo pedira a D. Manuel que mandasse erigir na ilha um colégio onde fossem educados os jovens congueses, qualquer que fosse o sexo<sup>37</sup>.

<sup>31</sup> António Brásio (dir.), *Monumenta Missionária Africana*, vol. I, Lisboa, 1952, doc. 87, «Carta de alforria aos escravos de S. Tomé», de 24 de Janeiro de 1517, p. 376.

<sup>32</sup> A.N.T.T. *Chancel. de D. Manuel*, liv. IX, fl. 1.

<sup>33</sup> Ms. «então».

<sup>34</sup> A.H.U. S. Tomé, Papéis avulsos, cx. 1, doc. n.º. 1, 1538, Dezembro, 7.

<sup>35</sup> A.H.U. S. Tomé, Papéis avulsos, cx. 1, doc. n.º. 1, 1538, Dezembro, 7.

<sup>36</sup> Piloto Anónimo, «Navegação de Lisboa á Ilha de S. Thomé», in *Colecção de Noticias Para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas, que Vivem nos Dominios Portuguezes*, tomo II, n.ºs I e II, p. 93.

<sup>37</sup> A.N.T.T. *Corpo Cronológico*, I-16-28.

5 – Pelo foral de 16 de Dezembro de 1485 parte do açúcar produzido deveria ser pago ao rei:

«Item de todo o açuquar que se na dita ylha lavrar nos averemos o quarto feito e lavrado e do dito nosso quarto se paguará todo o dízimo a saber de çento arouvas daçúcar averemos vinte e cinco e destas se paguaram a deus dez que he o dízimo de todas ditas çemto», levando o dono do açúcar setenta e cinco arrobas sem pagar mais dízima<sup>38</sup>. Depois de pagar de cada cem arrobas vinte e cinco, os produtores encontravam-se isentos de mais taxas.

Conforme referimos, a partir de 1493, data em que Álvaro de Caminha tomou posse da capitania da ilha, foi incrementada a cultura da cana. Para isso terão contribuído alguns dos «mossos» judeus enviados por D. João II para estas paragens, meninos ainda<sup>39</sup>. Embora, ao que parece, muitas destas crianças não tenham resistido às condições precárias e insalubres,<sup>40</sup> alguns dos sobreviventes empregaram o seu esforço nesta cultura promissora, acabando por constituir um núcleo de crescimento económico, do mesmo modo que outros colonos, brancos, mestiços ou negros, como um neto de João Gonçalves Zarco, ou como o célebre João Menino.

É o que se depreende de diferentes alvarás promulgados nos reinados seguintes, em que, muitas vezes, se faz directa referência a estes «mossos». Os «mossos» eram mencionados com particularidade, depreendendo-se que haveria para tal uma razão específica, possivelmente a sua ascendência judaica e as condições que envolviam a sua presença naquelas paragens.

Realmente, sendo a cultura da cana a maior riqueza da ilha, e pouco mais havendo além do mercadejar das «peças», torna-se natural que gran-

<sup>38</sup> A.N.T.T. *Ilhas*, fl. 109 vº.

<sup>39</sup> João Lúcio de Azevedo certamente porque não tinha presente o documento que se refere aos «mossos» judeus, afirma, pelo contrário: «Não passa de fantasia dizerem certos autores (...) que o progresso da indústria açucareira em S. Tomé foi obra dos judeus, para lá mandados na infância por D. João II, em 1493. Assim como terem sido esses os primeiros a plantar na ilha a cana produtora», in *Épocas de Portugal Económico*, 4ª. ed., Lisboa, 1988, p. 229. Evidentemente que a afirmação de que os «mossos» ajudaram no desenvolvimento da plantaçao do açúcar, não pressupõe efectivamente que tenham sido obrigatoriamente os primeiros a dedicar-se a tal indústria.

<sup>40</sup> «Item Senhor pello dito testamento / de Álvaro Caminha / vera vossa allteza como el rey vosso primo que deus aja tinha dado estes moços ao dicto allvaro de caminha e Como por este respeito nom podem ser de outrem Salvo sse os vossa alteza deer elle Sennhor me leixou que vo-llo escrevese pera os vossa alteza mamdar hir / para Portugal / quando quer que me eu for, porque estamdo eu aquy e tendo delles grraande Cuidado e o prinçiapll que qua tenho / sam easy perdidos e amdam tam piedossos que nam ssemto quem a delles nom aja que fara Senhor se os leixar que antes de muy pouquo tempo polla maldade da terra e doemças (...) seram de todo perdidos», Carta de Pero Álvares de Caminha, datada de 30 de Julho de 1499. A.N.T.T. *Corpo Cronológico*, I-2-128.

de parte da actividade da ilha estivesse dependente desta produção e com ela se ligasse o interesse de elevado número de colonos.

Aos degredados de S. Tomé era permitido virem ao reino a tratar de seus negócios, «pera arrecadar suas fazendas e cousas que teuerem, ou della trazerem alguías mercadorias e cousas a vender a nossos regnos (...)», recebendo para isso a sua carta de seguro<sup>41</sup>, como referimos.

Por morte de Álvaro de Caminha, os «moradores e vezinhos degredados desta vossa ilha de Samthomee» solicitaram à Coroa que lhes confirmasse por capitão a Pero Álvares de Caminha, primo de Álvaro de Caminha, conforme era solicitado ao monarca na cédula de testamento do primeiro capitão<sup>42</sup>.

A acompanhar este documento, considerado pelos moradores de importância primordial para o futuro da ilha, seguiam as assinaturas dos petiçãoários, entre as quais se encontrava a de um religioso, frei Afonso de Abreu<sup>43</sup>.

O próprio Pero de Caminha, em carta datada de 30 de Julho de 1494, e dirigida ao monarca, narra o falecimento do seu familiar e solicitava a confirmação da posse da capitania, que recebera por herança: Para testemunhar os bons serviços já prestados na governança da ilha, lembrava as obras de engrandecimento em fase adiantada, nomeadamente o Mosteiro e a Casa de Nossa Senhora, as quais contava dar por finalizadas dentro de dois ou três anos<sup>44</sup>.

Álvaro de Caminha acreditara no futuro promissor do negócio do açúcar. E foi em torno deste sistema económico-social ainda embrionário, em volta do açúcar e do escravo, que se iria desenvolver toda a actividade económica da ilha no século XVI.

Foi, realmente, no início de seiscentos que se processou a transformação industrial do açúcar, pois até então só era feita a expressão e obtenção do suco. Caminha, no seu testamento, manifestava a convicção de que, em pouco tempo, o desenvolvimento da cultura progrediria e passaria rapidamente para a actividade da produção industrial, ligado ao engenho e casa de purgar.

Para isso, legava aos «mossos», o que prova que à data estavam vivos, todo o cobre que existisse em S. Tomé, destinando-o aos engenhos, «o quall elles vemderam e o teera muy bem guardado tee aver emgenhos e acuquar emtam o poderam melhor aproveitar». Esse metal portanto, seria guardado até a indústria açucareira constituir uma realidade<sup>45</sup>. Aos «Mo-

<sup>41</sup> António Brásio, *op. cit.*, doc. 36, p. 152.

<sup>42</sup> A.N.T.T. *Corpo Cronológico*, III-1-34. António Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, vol. I, doc. 41, p. 163.

<sup>43</sup> A.N.T.T. *Corpo Cronológico*, I-2-127.

<sup>44</sup> *Ibidem*.

<sup>45</sup> *Ibidem*, III-1-34.

ços e Moças» ficavam ainda outros bens, como o «moesteiro» para nele viverem, se os frades, a quem primeiramente era doado, não chegassem a vir para a ilha.

Estes «mossos» de ascendência judia, nomeadamente Pedro Gonçalves, Francisco Lopes, João Velho, Diogo Fernandes, Fernão Lopes, João de Lagos, entre vários moradores, apresentaram posteriormente a D. João III uma carta de D. Manuel, datada de 10 de Agosto de 1520, em que, entre as mercês concedidas por este, se contava «o privilegio e liberdade para não poderem ser presos por nenhuns casos salvo sobre fianças tirando caso de obrigação de morte por bem deles serem dos primeiros povoadores da terra», acrescentando seguidamente «todolos outros moradores da dita Ilha homens, e Mulheres que forem dos mossos<sup>46</sup> que El-Rey Meu Primo que Santa Gloria haja, a dita Ilha enviou quando se acontecer haver de ser prezos por quaesquer cazos não sendo cazo que obrigue a morte o seião sobre fiança que darão de estarem o cumprimento de direitos e se livrarem soltos sobre as ditas fianças (...)»<sup>47</sup>.

Desta forma, a protecção dispensada aos «mossos» prolongou-se mesmo depois da morte de D. João II. As cartas de mercê deste rei e de D. Manuel continuaram a ser confirmadas e apresentadas nos reinados seguintes.

A partir de 1506 a indústria açucareira apresentava-se instalada e em 1517 encontravam-se já a laborar na ilha alguns engenhos de açúcar. Os anos seguintes apontam valores altistas e o «Regimento da Venda de açúcares» para essa altura indica valores de produção da ordem das 100 mil arrobas, ultrapassando os meles tal volume<sup>48</sup>.

Cerca de 1530 corriam os direitos dos açúcares pelo arrendamento de Duarte de Loronha, que pagou à Fazenda no ano de 1528, 12 317 arrobas do produto<sup>49</sup>. Por esta altura, encontrava-se já em vigor o dízimo de D. João III, o que equivale a uma produção de 123 170 arrobas. Para tal valor, é natural que o número de engenhos fosse bastante superior ao conhecido. As necessidades de produção levaram a que, em 1529, o monarca ordenasse por regimento ao seu feitor na ilha, João Lobato, que procedesse à construção de certo número de novos engenhos que, provavelmente, seriam arrematados<sup>50</sup>.

<sup>46</sup> Na cópia existente no A. H. U. Lê-se «nossos», certamente por erro do copista.

<sup>47</sup> A. H. U. S. Tomé, Papéis avulsos, cx. 1, doc. n.º. 1, 1538, Dezembro, 7.

<sup>48</sup> Virgínia Rau e Jorge Borges de Macedo, *O Açúcar da Madeira nos Fins do século XV. Problemas de Produção e Comércio*, Funchal, 1962, p. 10.

<sup>49</sup> A.N.T.T. *Corpo Cronológico*, I-1-34.

<sup>50</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. II, Lisboa, 1965, p. 453.

O relatório de João Lobato, datado de 13 de Abril de 1529, expõe com clareza a situação económica e social da ilha<sup>51</sup>. Neste documento dirigido ao rei, Lobato refere o arrendamento dos engenhos reais a contratadores, assegurando o contrato<sup>52</sup>. A cana continuava, portanto, a ser um bom investimento<sup>53</sup> e a trazer à ilha vantagens económicas. Aproximadamente dois decénios mais tarde, o piloto anónimo afirmava existirem já na ilha 60 engenhos movidos a água, cuja produção rondaria as 150 mil arrobas, números oficiais, pois muitas vendas processar-se-iam sem qualquer controlo por parte das autoridades régias. Daí a necessidade de exercer vigilância sobre as quantidades produzidas pelas fazendas.<sup>54</sup>

Em Dezembro de 1531, em carta dirigida ao feitor e demais oficiais, era lembrado que, terminando os arrendamentos pelo S. João, o açúcar que fosse «feito» depois desta altura pertenceria ao rei.

Por outro lado, os plantadores madeirenses, ameaçados pelo aumento da produção santomense, dirigiram-se ao rei. Em resposta datada de 8 de Fevereiro de 1528, o monarca refere a necessidade de obter informações mais detalhadas sobre o assunto.

Realmente, embora a sua qualidade fosse inferior à do produto de origem madeirense, o «vermilhão» gozava da preferência do mercado continental devido ao seu baixo preço. Era muito empregado na doçaria e confeitaria, apesar de, neste último caso, haver uma postura do município de Lisboa, estipulando que o açúcar utilizado nessa arte fosse de boa qualidade. A proibição do emprego da mercadoria oriunda de S. Tomé estava em vigor em 1532, mas foi rapidamente ultrapassada, pois se destinava principalmente a apoiar o produto madeirense.

A razão apresentada oficialmente para a existência de legislação restritiva parece ter sido o facto dos confeitores exigirem os pagamentos dos seus doces como sendo inteiramente manipulados com açúcar madeirense, quando, na realidade, o empregavam unicamente no revestimento. Em contrapartida, o edulcorante oriundo de S. Tomé, bastante mais barato, aparecia em todas as diferentes fases de laboração<sup>55</sup>.

Depois da reunião de uma junta de físicos para determinar quais os produtos que se poderiam utilizar na fabricação de doces e nas fórmulas de botica, o «vermilhão», apesar de excluído destas últimas, continuava a ser considerado apto para todos os outros usos.

<sup>51</sup> A.N.T.T. *Corpo Cronológico*, I-42-90.

<sup>52</sup> António Brásio, *op. cit.*, doc. 151, p. 505.

<sup>53</sup> Jorge Faro, *Organização Comercial de S. Jorge da Mina*, Lisboa, 1965, p. 23.

<sup>54</sup> Piloto Anónimo, «Navegação de Lisboa á Ilha de S. Thomé», in *Colecção de Notícias Para a História e Geografia das Nações Ultramarinas, que Vivem nos Domínios Portuguezes*, tomo II, n.ºs I e II, p. 95.

<sup>55</sup> Francisco Tenreiro, *A Ilha de S. Tomé*, Lisboa, 1961, p. 92

Entre 1536 e 1550, a carga dos navios portugueses com açúcares para Antuérpia revela-se já bastante elucidativa acerca da importância assumida pelo «vermilhão», pois se da ilha da Madeira seguiram um total de 28 embarcações, transportando apenas açúcar e outras 28 com fardos mistos em que o açúcar também aparecia mencionado, de S. Tomé partiram 88 barcos, que carregaram unicamente o produto edulcorante, além de muitas outras embarcações com diferentes mercadorias em que o açúcar estava incluído<sup>56</sup>.

6 – Os engenhos de açúcar não se sustinham sem abundante mão-de-obra. Os escravos de S. Tomé, constituindo o fornecimento barato e sempre renovado da força necessária aos engenhos, representavam igualmente uma mercadoria valiosa, inserida num contexto mais vasto, que ligava as duas margens do Atlântico.

Dos Rios dos Escravos ao Brasil ou às Índias de Castela, os «arrematadores» de S. Tomé mantinham os seus contratos. A costa continental, até ao reino do Manicongo, encontrava-se dividida em duas zonas, que eram arrendadas aos lances mais altos, e, uma vez feita a arrematação, a mais pessoa alguma era permitido vender ou comprar, a não ser aos que tinham o contrato ou aos seus representantes.

Frequentavam esta costa «infindas caravanas de Negros, que trazem ouro, e escravos para vender, em parte dos que eles aprizionarão na guerra, e em parte dos próprios filhos que os pais e mães conduzem para o mesmo fim, parecendo-lhes que lhes fazem o maior benefício do mundo, em os mandar por este meio, habitar n'outros paizes mais abundantes»<sup>57</sup>.

Factores de ordem interna e outros motivados pela conjuntura externa, provocaram alterações desfavoráveis à economia açucareira santomense, especialmente a partir da segunda metade do século XVI. O produto brasileiro começava a conquistar os mercados, impondo-se pelo preço e qualidade. Alguns lavradores da ilha, desalentados pelo clima de instabilidade então vivido e pelas dificuldades da cultura, em que as pragas eram numerosas e se estendiam desde as formigas aos ratos, reconhecendo as boas possibilidades de desenvolvimento que a safra oferecia no Brasil, transferiram-se para lá. Para essa deslocação contribuíram igualmente as razias dos negros dos quilombos e o desassossego social que reinava na ilha e que não era de molde a favorecer a produção.

Outra causa de desestabilização encontrava-se no facto de que, regra geral, os oficiais não permaneciam muito tempo nos seus cargos e só procuravam enriquecer. A administração era corrupta e os excessos prati-

<sup>56</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *op. cit.*, vol. II, p. 456.

<sup>57</sup> Piloto Anónimo, «Navegação de Lisboa á Ilha de S. Thomé», in *Colecção de Noticias Para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas, que Vivem nos Dominios Portuguezes*, tomo II, n.<sup>os</sup> I e II, p. 89.

cados de toda a ordem. Em 1547 esta situação apresentava-se deteriorada pelas revoltas dos angolares, que tomaram e saquearam a cidade de S. Tomé<sup>58</sup>.

Os «alevantamentos dos Negros», do mesmo modo que os ataques dos inimigos do exterior, serviram de base para a transmissão devida a serviços prestados, de importantes ofícios da terra. Durante o século XVI, algumas mulheres cujos cônjuges haviam falecido nessas guerras, pediram mercês de cargos anteriormente desempenhados por seus maridos. Expunha uma dessas peticionárias que «nas ocasiões que na ditta ilha ouve dos negros criolos alevantados, e na dos olandezes que forão a ditta ilha, e abrasarão e destruirão a cidade e despoes de o ditto seu marido servir o ditto offiço por ser mancebo muito esforçado e valente, e se aver valerosamente em todas as ocasiões que se offerecerão na ditta ilha foi eleito por capitão de infantaria da ordenança (...)», pelo que servira no cargo durante dez anos<sup>59</sup>.

Durante este tempo acudira ele «a todos os rebattes, cõ sua pessoa, armas e escravos, e cõ muito risco de gasto de sua pessoa, e fazenda (...)». Pelos serviços prestados, a viúva solicitava a mercê «da propiedade do ditto offiço» para um filho menor, e a «serventia enquanto elle não for de idade para servir para a ditta pessoa que casar cõ ella supplicante, para que assy tenha remedio, e possa viver como molher que foi do dito jeronimo de Moura e como quem ella he»<sup>60</sup>.

7 – Entre os inimigos mais perigosos encontravam-se os franceses e os holandeses. Interessados na posição estratégica da ilha, junto aos Rios dos Escravos, e pela produção rica do açúcar, os seus ataques eram constantes. Assim, em 1567, os corsários franceses saquearam S. Tomé, destruindo engenhos e templos. Também os holandeses, depois de algumas surtidas de maior ou menor gravidade, acabaram por fazer o mesmo, e saquearam a cidade em 1595. A carta do cabido de S. Tomé a el-rei, datada de 24 de Dezembro de 1599, retrata o grau de destruição que a cidade sofreu, com as igrejas, «todas abrasadas e postas por terra pellos inimigos dos estados alevantados de Alemanha baixa, os quaes profanarão os templos, queimarão as Imagens e roubarão a mor parte dos ornamentos e algũa parte da prata finalmente não deixarão em toda a cidade casa nenhũa em pe, o que cauzou ficar este povo, e os sacerdotes delle muito desconsolados (...)»<sup>61</sup>. Todas estas infelicidades seriam, certamente, por castigo de

<sup>58</sup> Teixeira da Mota, *Alguns Aspectos da Colonização do Comércio Marítimo dos Portugueses na África Ocidental dos séculos XV e XVI*, Lisboa, 1976, p. 22.

<sup>59</sup> A.H.U. S. Tomé, Papéis avulsos, cx. 1, doc. n.º. 28, 1614, Maio, 9.

<sup>60</sup> A.H.U. S. Tomé, Papéis avulsos, cx. 1, doc. n.º. 28, 1614, Maio, 9.

<sup>61</sup> A.H.U. S. Tomé, Papéis avulsos, cx. 1, doc. n.º. 3, 1538, Dezembro, 7.

«nossos peccados», tomando-se necessário um propósito de emenda para que «o mesmo Senhor seja servido alevantar de sobre nos sua ira»<sup>62</sup>.

Em 1580, a crise açucareira encontrava-se instalada. Aos prejuízos já apontados, que a produção do Brasil rapidamente viera agravar, juntara-se a migração dos técnicos dos engenhos santomenses. A acrescentar a esta série de factores desfavoráveis, a menor apetência das terras para a cultura fazia-se sentir cada vez com maior intensidade, devido ao esgotamento do solo. Os canaviais necessitavam de ser refeitos, ou de estar de pousio durante certo tempo e a sua produção apresentava baixas sucessivas. Contudo, as condições económicas desfavoráveis obrigavam a solicitar cada vez mais de solos cada vez menos capazes.

Cerca de 1590, encontrava-se no contrato das ilhas Cristóvão Paes, que entrou em pleito com o procurador da Fazenda real. Entre os artigos que lhe foram apreendidos pela justiça, de modo a que a real Fazenda pudesse compensar as dívidas, contavam-se o açúcar e escravos<sup>63</sup>.

Constituíam estes a maior parte da população, pois eram considerados indispensáveis na labuta do engenho. Guardavam o sábado para as suas culturas, atendendo a que a subsistência não estava a cargo do senhor. Mas, o trabalho braçal e o clima a todos afectava e os escravos africanos, embora não fossem tão atingidos como a população de origem portuguesa, também padeciam e morriam com as moléstias da terra.

S. Tomé, que desde cedo se tornara um importante centro do tráfico, via os seus réditos diminuídos pelas crises mortais. Para o descalabro contribuiu igualmente a concorrência dos mercadores caboverdianos.

Não obstante essa situação de crise, a Coroa mantinha o controlo do pagamento dos direitos devidos pelos escravos. Os particulares deveriam possuir uma autorização se careciam de braços para os serviços domésticos. Mesmo para este tipo de trabalhos eram necessários vistos para o embarque ou para a saída da ilha, verificando-se assim o melhor possível as preciosas «peças»<sup>64</sup>. Tal cuidado pela regulamentação do trato ficara documentado logo desde o início do negócio e na segunda metade do século XV referia-se-lhe especialmente a carta de doação a João de Paiva, datada de 1485. Essa carta delimitava as zonas onde era permitido o resgate, a partir da zona fronteira do continente africano. Com a evolução das condições do negócio, tal demarcação foi aumentando, até ao ano de 1493, conforme testemunha a carta de privilégios a Álvaro Caminha<sup>65</sup>.

Os abusos cometidos pelos mercadores de S. Tomé na liderança do tráfico dos escravos, que resgatavam fora das áreas circunscritas e o não pagamento do estatuído pela Coroa, depressa levou a desentendimentos

<sup>62</sup> A.H.U. S. Tomé, Papéis avulsos, cx. 1, doc. n.º 3, 1538, Dezembro, 7.

<sup>63</sup> A.H.U. S. Tomé, Papéis avulsos, cx. 1, doc. n.º 2, 1594, Dezembro, 4.

<sup>64</sup> A.H.U. S. Tomé, Papéis avulsos, cx. 1, doc. n.º 9, 1610.

<sup>65</sup> A.N.T.T. Ilhas, fl. 104.

com as autoridades. Por outro lado, as queixas apresentadas frequentes vezes pelo rei do Congo nas suas cartas dirigidas a D. Manuel não eram de molde a serenar os ânimos<sup>66</sup>.

No período entre 1514-1518, o tráfico, dirigido por contratadores da área, passou para a mão de particulares da ilha do Príncipe. Mas, porque o monopólio não era respeitado, os problemas agravaram-se e, em 1518, o negócio dos escravos foi declarado livre.

A situação deteriorou-se ainda mais. Logo a seguir, para tentar impor certa ordem, um alvará proibía que fossem trazidos escravos do Congo sem ser em barco da Coroa<sup>67</sup>.

Na segunda metade do século XVI e princípio do seguinte, o soldo da gente da governação da ilha, «pello trabalho de servir o dito officio e avendo respeito ao poucuo ordenado que com elle tem», podia ser acrescido de certo número de escravos<sup>68</sup>.

Para cumprimento do estipulado no contrato do tráfico, havia uma cláusula que obrigava o contratador que na altura estivesse com o negócio a responsabilizar-se por este tipo de obrigações assumidas pela Coroa, tomando sobre si o pagamento dos retroactivos<sup>69</sup>.

Este direito, e correspondente dever, de cujo alvará se passava certidão ao beneficiado e de que ficava registo na Casa da Mina<sup>70</sup>, devia ser anual, mas o não cumprimento era geral.

Os contratadores, quando de posse do contrato, ignoravam estas cláusulas e o mesmo praticava a Fazenda, se, de uma forma esporádica, estava à frente do trato. O continuado desrespeito pelo acordo dava azo a muitas reclamações<sup>71</sup>.

Contudo, se ao negócio dos escravos em S. Tomé se deparavam problemas, e o açúcar da mesma proveniência sofria com a concorrência do edulcorante brasileiro, os produtores madeirenses encontravam-se ainda em **mais grave situação**. Por isso, **apresentando a falta de mão-de-obra para os engenhos como uma causa da decadência**, solicitavam à Coroa, em 1562, que lhes fosse autorizada a compra de escravos na Guiné e Cabo Verde<sup>72</sup>.

<sup>66</sup> António Brásio, *op. cit.*, p. 294.

<sup>67</sup> Idem, *ibidem*, doc. 83, «Alvará às autoridades da Mina e de S. Tomé», de 18 de Novembro de 1519, p. 429.

<sup>68</sup> A.H.U. S. Tomé, Papéis avulsos, cx. 1, doc. n.º. 5, 1601, Dezembro, 31.

<sup>69</sup> A.H.U. S. Tomé, Papéis avulsos, cx. 1, doc. n.º. 22, 1612.

<sup>70</sup> Assim nomeada na documentação, seguindo o Regimento de 1509, que considerava a existência, entre outros altos funcionários, de um feitor da Casa da Mina e Guiné.

<sup>71</sup> A.H.U. S. Tomé, Papéis avulsos, cx. 1, doc. n.º. 5, 1601, Dezembro, 31; cx. 1 doc. n.º 22, 1612.

<sup>72</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. III, p. 175.

Os «negros do mato» continuavam a fomentar revoltas e a economia da ilha não deixava de reflectir a instabilidade da situação social. D. Martinho de Ulhoa, bispo de S. Tomé, comunicava para a Corte, em Julho de 1584, as consequências nefastas dessas revoltas<sup>73</sup>. Para fazer frente à situação, em Março de 1591, um alvará dirigido ao capitão da ilha concedia a todos aqueles que quisessem servir na guerra do mato à sua custa, uma comutação de pena por delito não escandaloso, que ficaria limitada ao tempo deste serviço militar<sup>74</sup>.

No início do século XVII, o comércio negreiro de S. Tomé apresentava-se desarticulado do vector africano continental, não sendo respeitada a obrigatoriedade de levar as «peças» até à ilha. Por isso, em 1615, Feliciano de Carvalho, governador de S. Tomé, requeria ao rei que os contratadores fossem obrigados a deixarem na ilha «duas partes das peças que vierem dos resgates», pelo «grande proveito para a fazenda Real e aumento daquela Ilha», acrescentando ainda que haveria toda a vantagem em «unir o contrato do Congo ao da dita Ilha», provando, através de listas dos escravos das fazendas de açúcar, que a terra estava despovoada e que quase metade dos engenhos estavam sem laborar<sup>75</sup>.

Os números apontavam neste período, 62 «fazendas de fazer açuquar» em laboração, e 59 sem actividade por falta de mão-de-obra. Para remediar tal estado de coisas, além das providências já indicadas, era sugerido que as viagens à costa africana não fossem arrendadas aos contratadores no continente, mas que estes fossem obrigados a tomar «linguas» e pilotos na própria ilha.

Desta queixa, repetida em documentação vária, fazia-se eco o Conselho da Índia, em vésperas da sua extinção, referindo que «a gente nova danná os resgates todos» e apresentando como causa, o facto de «se querem aviar», não regateando preços, dando «o que os negros lhe pedem e por esse respeito custa oje laa tanto húa peça quato val na Ilha»<sup>76</sup>.

Esta «gente nova» acusada de danar o trato, eram os mercadores oriundos de Cabo Verde que, com seus navios e fazendas, enxameavam a boca dos Rios de Guiné. O Conselho havia já exposto esta matéria em respostas a consultas que lhe haviam sido dirigidas, quer em 7 de Junho, quer em 2 de Dezembro do ano de 1610.

Na mesma data, o capitão e governador de S. Tomé, Constantino Lobo, referia os prejuízos, que, a seu ver eram causados pelo contratador Jorge da Costa, pessoa sem suficiente cabedal, «que arrenda as viagens aos navios que daquela cidade vão aos resgates, manda que nas Índias, lhe

<sup>73</sup> A.N.T.T. CM. 2-131.

<sup>74</sup> Ibidem. *Chancel. Filipe I*, liv. 16, fl. 433vº.

<sup>75</sup> A.H.U. *S. Tomé*, Papéis avulsos, cx. 1, doc. nº. 5, 1601, Dezembro, 31; cx. 1 doc. nº 22, 1612.

<sup>76</sup> A.H.U. *S. Tomé*, Papéis avulsos, cx. 1 doc. nº 29, 9 de Maio de 1614.

paguem os direitos a 100 por cento e cobra muito dinheiro dos direitos da referida ilha», pelo que solicitava remédio<sup>77</sup>. Também neste caso o Conselho se pronuncia: «Pareço a todos que deve Vossa Magestade mandar acudir a esta ilha com remedio per se hir de todo perdendo per as faltas dos contratadores passados, principalmente per as do que de presente o hé», pois, além de outros abusos perpetrados, «vendo os asuqueres dantemão cobrando o dinheiro delles e fez avenças dos resgates para hirem daqui em direitura cobrando da mesma forma o dinheiro para suas necessidades como homem quebrado»<sup>78</sup>.

Assim, nos primeiros anos do século XVII, o negócio dos escravos não representava já para os mercadores santomenses a importante fonte de riqueza do início do século anterior. Continuava, contudo, a processar-se e a trazer lucros. Fernão Jorge, morador na ilha, que, por escritura, assumira a responsabilidade do passadio dos escravos, provendo-os de todo o necessário até alcançarem terra firme, nas Índias de Castela, permaneceu durante certo tempo no contrato. Mas, como se compreende, o risco era grande, atendendo ao número de «peças» que devido a morte ou a doenças graves acabavam por não ser adquiridas.

Das cláusulas números 16, 17 e 54, dependia-se que o contratador, depois de efectuada a venda, podia pagar o correspondente ao montante dos fretes exigidos, neste caso concreto, pelas autoridades nas Índias de Castela. Do que sobrasse, a Coroa cobraria uma terça parte do total. O contratador haveria «os dous terços per Rezão dos Escravos, Risco e Mantimento, e mais custos que cõ elles hade fazer até serem chegados, e vendidos»<sup>79</sup>. Em contrapartida, ficava autorizado a trazer livremente de Sevilha a importância correspondente aos seus dois terços, pagando seguidamente a importância do contrato.

Do clausulado, muito minucioso e em que todos os casos pareciam estar previstos, constava ainda que o contratador ou um seu feitor deveria participar ao capitão de S. Tomé e aos oficiais da ilha o número de escravos que contava embarcar, sendo toda a operação minuciosamente escriturada no livro da feitoria. Assinavam este livro o capitão, os oficiais e o contratador ou quem o representasse.

O contingente de escravos era limitado pela importância dos dois terços correspondentes ao contratador, mas nunca poderia ultrapassar o valor do terço devido à Fazenda Real. Segundo o regimento, pesadas penas puniam o infractor de qualquer destas cláusulas, que deveriam ser seguidas com todo o rigor, «E não em outra maneira»<sup>80</sup>.

<sup>77</sup> A.H.U. S. *Tomé e Príncipe*, Papéis avulsos, cx. 1, doc. n.º. 19, 1610, Dezembro, 2.

<sup>78</sup> A.H.U. S. *Tomé e Príncipe*, Papéis avulsos, cx. 1, doc. n.º. 19, 1610, Dezembro, 2.

<sup>79</sup> A.H.U. S. *Tomé*, Papéis avulsos, cx. 1, doc. n.º 14.

<sup>80</sup> A.N.T.T. *Mesa da Consciência e Ordens*, Liv. 26.

No início do século XVII, ou mais precisamente, em 1615, o contrato de S. Tomé, registado no Livro 4.º dos Contratos da Casa da Mina, corria ainda por conta de Fernão Jorge, que estava habilitado a trazer da Índia, por ano, quinhentos quintais de «buzio» destinado aos resgates. Este «buzio» vinha por lastro das naus da Índia e não pagava quaisquer direitos, nem os fretes habituais; contudo, apenas podia ser utilizado nos lugares estipulados para o trato. Quando, por falta ou atraso das naus da carreira, fosse embarcado em navios de armadores, a real Fazenda ficava desobrigada de qualquer gasto, pois facultava a vinda do produto nas embarcações do ano seguinte<sup>81</sup>. O «buzio», denominado pelos italianos «porcellete», encontravam-se no negócio já em meados do século anterior<sup>82</sup>, constituindo uma mercadoria de grande interesse na permuta do «Rio Real».

Outras mercadorias desta zona com valor no resgate, quer na área da Guiné quer em Benim, eram a «pimenta de cauda», a malagueta e o chamado «gingibre», que podia ser utilizado em substituição da Zingiberácea do mesmo nome. A especiaria designada em primeiro lugar, a pimenta de cauda, entrava no movimento comercial e era exportada para a Europa, não obstante as proibições. Alcançava esta pimenta, em Inglaterra, o dobro do preço da originária de Calecut, pelo que o negócio ia em franco progresso. A interdição e as pesadas sanções que a acompanhavam justificavam-se pelo cuidado que El-rei punha em evitar que esta planta provocasse a «empata», isto é, o atraso na venda, ou o embaratecimento da grande quantidade de produto similar trazido todos os anos pelas naus da Índia.

Os escravos continuavam a constituir outra carga valiosa, sempre pronta a ser transaccionada com lucro. As condições desumanas em que o transporte se processava estavam na origem do elevado índice de óbitos registados em tais viagens. Preocupadas com a salvação de tantas almas, pois que os corpos apenas tinham valor para o «Livro de rezão», as autoridades religiosas procuravam que se procedesse previamente, em terra, ao ensino dos rudimentos do catecismo e ao baptismo dos escravos trazidos quer da Guiné, quer de Cabo Verde, Angola, ou ainda de S. Tomé. Como isso raras vezes acontecia, por carta régia datada de 4 de Agosto de 1623 o problema era colocado, pelo que, de futuro, os navios negreiros deveriam trazer a bordo alguns religiosos que ensinassem a doutrina e procedessem ao baptismo<sup>83</sup>.

<sup>81</sup> A.H.U. S. Tomé, Papéis avulsos, cx. 1, doc. n.º. 32, 1615, Dezembro, 20.

<sup>82</sup> A.H.U. S. Tomé, Papéis avulsos, cx. 1, doc. n.º. 32, 1615, Dezembro, 20.

<sup>83</sup> Piloto Anónimo, «Navegação de Lisboa á Ilha de S. Thomé», in *Colecção de Noticias Para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas, que Vivem nos Dominios Portuguezes*, tomo II, n. os I e II, p. 94.

A questão fora previamente debatida, devido principalmente às consultas da Junta do Comércio sobre o baptismo dos negros adultos. A Mesa da Consciência, depois de ouvir diversas informações sobre esta matéria, emitiu o seu parecer, concordando com as soluções que preconizavam a rebaptização dos negros sob condição. Conforme a sua origem e destino, essa cerimónia realizar-se-ia em Santiago de Cabo Verde ou em S. Tomé, como estações de concentração de escravos.

Resolvida esta questão «que os negros adultos que em Cacheu e Rios de Guiné se resgatão e nauegão pera jndias e outras partes, se não baptizam na forma de Direito, por não serem primeiro catequizados e instruidos como hé necessario»<sup>84</sup>, salvaguardada portanto a salvação das almas, o negócio continuou a bom ritmo, já que o «Direito», que lembrava a perdição para a vida eterna, ignorava o sofrimento, a morte e as terríveis penas a que eram submetidos os corpos...

---

<sup>84</sup> António Brásio, *op. cit.*, vol. VII, Lisboa, 1954, doc. 83, «Consulta da Junta», de 27 de Junho de 1623, p. 127.

## O PROJECTO DE CASAMENTO DO INFANTE D. LUÍS COM MARIA, PRINCESA DE INGLATERRA

Um Português ao serviço do equilíbrio europeu (1537/1538)

---

*Manuela Mendonça*

1. O infante D. Luís nasceu em Abrantes, a 3 de Março de 1506, vindo a falecer em Lisboa, a 27 de Novembro de 1555. Foi o quarto filho do segundo casamento de D. Manuel I com a princesa D. Maria, filha dos Reis Católicos. Segundo filho varão deste casamento, teria sido, se a morte o não levasse aos cinquenta anos, o legítimo sucessor de D. Sebastião. Mesmo assim, a sua linha genealógica ainda se afirmou quando do pleito dinástico, através da acção de D. António, Prior do Crato, seu filho bastardo, que reivindicou, em nome do progenitor já falecido, a coroa que considerava pertencer-lhe. Não fora a oposição pessoal e política que lhe votou o seu tio, o Cardeal-Rei e, certamente, D. António teria argumentos de sobra para ser alçado ao trono, garantindo a independência do reino de Portugal<sup>1</sup>.

D. Luís teve, ao longo da sua vida, um papel privilegiado e, por conseguinte, fundamental na corte portuguesa. Feito condestável ainda em vida do pai, veio a ser nomeado fronteiro-mor da comarca de Entre Tejo e Guadiana por seu irmão, o rei D. João III<sup>2</sup>. Grande senhor em domínios e bens, foi duque de Beja<sup>3</sup> e detentor de enorme riqueza. A partir de 1527 recebeu o Priorado do Crato, com o título de Governador da Ordem militar dos Hospitalários. Mas, no dizer do cronista, apesar de todo o poder e prestígio de que gozava, «nunca se soube d'elle que negociasse com el Rey cousa que fosse de importância mais que o que lhe deixara el Rey seu pay,

---

<sup>1</sup> J. Veríssimo Serrão, *O Reinado de D. António Prior do Crato (1580-1582)*, Coimbra, 196.

<sup>2</sup> Ver AN/TT, *Chancelaria de D. João III*, lv. 30, fl. 120v.

<sup>3</sup> AN/TT, *Chancelaria de D. João III*, lv. 30, fl. 120.

porque todo seu cuidado e merecimento pôs sempre nas mercês que del Rey alcançava para hos homens, e em lhes procurar a satisfação de seus serviços...»<sup>4</sup>. Da descrição que Damião de Góis faz deste Infante, que conheceu pessoalmente, retem-se a imagem de um homem notável e de um leal servidor. Pode ainda reconstituir-se o seu retrato físico e moral através da informação registada pelo cronista «foi homem de meã statura, louro, & de bom parecer, bem disposto e prazenteiro, no fallar, galante, no vestir, & bõ cortesam, em todalas canas, touros, justas & torneos em que se achou, de nenhum sahio sem ganhar alguns dos preços, & muitas vezes hos maiores, assi de galante, quomo de esforçado & bom mantenedor, ou aventureiro». Vale a pena reter, em corpo inteiro, as qualidades do Infante: «pelos quaes dotes & virtudes que nelle desde sua mocidade começarão a dar sinal de quem havia de ser, & pela muita obediência, & na mesma igualdade teve depois a el rei dom Ioam terceiro seu irmão, atte ha hora de sua morte, & em tão que não deixou de ser tachado, & acõselhado dalguns que tivesse nisso outro modo. Pelo qual acatamento, & divida obediencia ho teve elRei seu irmão sempre em muita conta, tanto que nenhuma cousa fez, nem trattou, das que tocavam ahos negócios da guerra, & da paz, quomo do governo do Regno, & de sua fazenda que não fosse per seu conselho & parecer, nem tão somente era presente a estes negócios, mas ainda ahos despachos dos officios, honrras e merces que ElRei dava, & fazia a todos seus moradores e vassalos...»<sup>5</sup>.

A acção de D. Luís ao serviço da Coroa é particularmente visível nas missões diplomáticas que lhe foram confiadas. Nessa qualidade encontramos-lo, em Maio de 1523, a acompanhar a Castela sua madrastra, a rainha D. Leonor, terceira mulher de D. Manuel<sup>6</sup>. Em missão idêntica o vemos nos fins do ano seguinte, quando foi designado pelo monarca seu irmão para receber a futura rainha de Portugal, a infanta D. Catarina, irmã de Carlos V<sup>7</sup>. Trinta anos mais tarde, quando se aproximava do termo da vida, cumpriu um último mandato régio, seguindo na comitiva da viúva do príncipe D. João, pai do futuro rei D. Sebastião. Partindo de Lisboa a 16 de Maio de 1554, o infante acompanhou a jovem viúva até Arraiolos, no caminho que a conduzia a Castela<sup>8</sup>.

Muitas outras missões foram entregues a D. Luís, com particular destaque para os contactos com a França. A correspondência diplomática entre os dois reinos ilustra com frequência o papel do Infante, que chegou mesmo a projectar uma viagem ao reino de Francisco I. Mas a empresa

<sup>4</sup> Francisco de Andrada, *Chronica del Rey Dom João o III*, Porto, 1976, p. 1210.

<sup>5</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicissimo rei D. Manuel*, nova edição conforme a primeira de 1566, Coimbra, 1949, Parte I, p.247

<sup>6</sup> Cf. Francisco de Andrada, *op. cit.*, p. 99.

<sup>7</sup> Cf. Idem, *Ibidem*, p. 161.

<sup>8</sup> Cf. Idem, *Ibidem*, p. 1194.

mais notória em que D. Luís participou e, porventura, a mais ousada foi a da conquista de Tunes, ao serviço de Carlos V. Com efeito, escreve Damião de Góis, «querendo ho mesmo Emperador, no anno de MDXXXV, passar em Africa, a conquistar o regno de Tunez, depois da partida de huma armada que lhe elRei mandou pera ajuda desta empresa, este valeroso Príncipe se foi huma noite secretamente da corte que então estava em Evora cõ proposito de per nenhum modo tornar aho regno sem se achar neste negoçio cõ ho Emperador seu cunhado...»<sup>9</sup>. Com efeito, D. Luís participou da campanha como comandante da representação portuguesa e o seu desempenho foi de molde a atrair as atenções de Carlos V, que, por isso, muito o distinguiu. Talvez este conhecimento tão próximo e certamente o respeito que o Infante lhe mereceu, levaram o Imperador a encontrar nele a pessoa certa para estabelecer o equilíbrio europeu em que andava empenhado e cuja supremacia reivindicava.

Situemo-nos no período que se seguiu à conquista de Tunes, concretamente nos anos de 1536 a 1538, para tentar acompanhar as negociações políticas que envolveram a Espanha e a França e eram condicionadas pelos sucessos ou insucessos conseguidos em Itália. Desse modo será possível encontrar a explicação da importância do casamento que Carlos V se propôs obter de Henrique VIII, rei de Inglaterra, para o infante D. Luís, irmão do rei de Portugal. Nesse processo há que ter presente a luta permanente – latente ou patente – entre Carlos V e Francisco I de França, que não se pode dissociar do interesse que ambos tinham no palco preferencial dessas lutas, que era a península itálica.

Recuando um pouco, lembremos que, após a batalha de Pavia, vencida por Carlos V em 1525, o Imperador pretendeu assumir-se como senhor dos destinos da Europa. Por seu turno, Francisco I, envolvido em políticas pouco transparentes, procurava alianças diversificadas que o fizessem novamente temido. Foi nessa base que chegou a aliar-se aos Turcos, em 1536, iniciando uma nova guerra com Carlos V. Este conflito, que o imperador enfrentou logo a seguir à conquista de Tunes, terminaria sem o brilho de uma vitória estrondosa, mas o rei de Espanha, mais uma vez surgia como vencedor. Nessa qualidade procurou garantir, por meios diplomáticos, o equilíbrio político que lhe era favorável.

É nessa conjuntura que devem entender-se as negociações para o casamento, que se deduz quisesse favorecer, entre o infante D. Luís de Portugal e D. Maria, filha de Henrique VIII de Inglaterra. À primeira vista pode dizer-se que, oferecendo uma aliança matrimonial a Portugal e a Inglaterra, Carlos V beneficiava das simpatias dos respectivos monarcas. Por outro lado, atribuindo a D. Luís o ducado de Milão, que acabara de anexar, o Imperador encontrava naquele duque o aliado natural contra a França, em terras da Península Itálica. Deste modo, o casamento do infan-

---

<sup>9</sup> Damião de Góis, *op. cit.*, p. 248.

te português criava as condições de supremacia de que o Imperador precisava para unir os reinos do ocidente naquilo que, em última análise, poderia vir a ser uma frente comum contra a França. E esta perspectiva ganhava tanto maior interesse, quanto era certa, na época, a aliança de Francisco I com os Turcos. Por tudo isso, o Imperador se empenhou no projecto, sem, no entanto, descurar o andamento da sua política noutras frentes.

O projecto sofreu sucessivos atrasos, inicialmente casuais e depois premeditados. Em consequência, acabaria por ser prejudicado pelo armistício de Nice, assinado em Junho de 1538 e confirmado pelo encontro pessoal de Francisco I e Carlos V a 14 do mês seguinte. Esta reconciliação temporária entre as duas potências precedeu a Liga Santa, isto é, a união do ocidente contra o turco e tornou-se responsável pela não efectivação do casamento proposto.

2. Analisemos agora as negociações conducentes ao hipotético casamento de D. Luís, que situamos entre a terceira guerra das duas potências e a Liga Santa. No dizer de Manuel Fernandez Alvarez «En Túnez se encontró Carlos V con pruebas de la alianza sellada entre Francisco I y Barbaroja. Lo qual coincidía con la súbita presión del rey francés sobre el duque de Saboia...»<sup>10</sup>. A pressão do rei de França em Itália motivou a intervenção bélica de Carlos V e levou-o a anexar o ducado de Milão. Convinha-lhe, pois, encontrar um aliado seguro a quem entregar esse território cobiçado da Península Itálica. Tendo conhecido de perto D. Luís, na conquista de Tunes, pensou nele como o duque ideal. A hipótese de vir a conseguir a aliança de mais um reino contra a França terá levado o Imperador a pensar no eventual casamento do infante português com a princesa de Inglaterra. Por isso iniciou as desejadas negociações.

Analisando as instruções que Carlos V deu aos seus embaixadores, a propósito deste projecto, estas afirmações ficam perfeitamente demonstradas. Mais ainda, essa análise deixa antever uma política global do rei de Espanha, que joga com o equilíbrio de todos os reinos vizinhos, fomentando o aparecimento de questões que vão desde as dissidências internas do reino de Henrique VIII, ao significado das alianças matrimoniais estabelecidas entre Francisco I da França e o rei da Escócia. Tudo isto na intenção de tornar indispensável uma liga dos reinos do ocidente contra o velho rival de Espanha: a França.

Político esclarecido e atento, foi nas qualidades de D. Luís que o Imperador encontrou o homem ideal para uma posição chave no serviço pretendido. Ele próprio o afirmou ao seu embaixador em Londres quando, em 28 de Março de 1536, lhe mandou que apresentasse o projecto a Henrique VIII. Carlos V escrevia então que D. Luís o acompanhara na conquista de

---

<sup>10</sup> Manuel Fernandez Alvarez, *Carlos V. Un hombre para Europa*, Madrid, 1973, p. 123.

Tunes, e que ali pôde apreciar as suas «tantas virtudes y buenas qualidades que dignamente meresce venyr a grande Estado»<sup>11</sup>. Nestas primeiras intruções estão implícitos dois princípios que haveriam de acompanhar todas as negociações do Imperador: não ofender a igreja de Roma e estabelecer uma liga defensiva com os reinos mais a ocidente. Nesse sentido o Imperador indicou ao seu embaixador em Inglaterra que nas negociações tomasse sempre muito cuidado para se não «hazer cosa ninguna contra la auctoridad de la yglesia romana y de la sancta sede apostólica...»<sup>12</sup>.

Por outro lado «seremos muy contento y assy los sereníssimo Rey y illustríssimo Infante de nos ligar y confederar indisolublemente con el Rey de Inglaterra para la deffension de los estados de cada uno, y tambien quanto a la (...) segundo sera acordado, requerido, y conveniente, y tambien inseriremos en esto lo Rey de romanos nuestro hermano, de tal manera que de todos nos otros sera una misma cosa, de lo qual Dios nosso Senhor será servido y la republica christiana receberá beneficio y a los reynos irmãos e vassalos de cada uno de nos se seguiria reposo, tranquilidad y muy grande satisfação»<sup>13</sup>. Para além destas preocupações, o imperador manifestava ainda a vontade que tinha de que o rei de Inglaterra aceitasse o casamento. É que ele sabia que também Francisco I propusera uma aliança matrimonial a Henrique VIII, sugerindo o casamento de Maria com o duque de Orleães. Tudo dependia da vontade de Henrique VIII.

3. Vamos acompanhar as pretensões dos dois monarcas numa dupla vertente: os contactos de Carlos V com o rei português e de ambos Henrique VIII, por um lado, e as informações que seguiam da corte inglesa para França, através dos embaixadores, por outro, bem como as respostas e instruções a estes enviadas por Francisco I.

Em 29 de Abril de 1536 o embaixador francês residente na corte de Henrique VIII informava Francisco I de notícias de interesse chegadas a Londres. Concretamente, o monarca dera-lhe conta de cinco importantes pontos que, também por carta, o imperador Carlos V lhe comunicara. O primeiro referia-se ao dia em que o imperador entraria em Roma<sup>14</sup> e à guerra que o rei francês fazia ao duque de Sabóia. Aludia também ao pedido que o imperador dirigira a Henrique VIII para que intercedesse no caso, de modo a que o duque visse restituído o que lhe fora roubado. Informava ainda sobre o receio que tinha de que Francisco I lhe fosse fazer guerra no ducado de Milão, pelo que lhe pedia ajuda para o caso. Em

<sup>11</sup> Arquivo Geral de Simancas, *Patronato Real*, Legajo 371, fl.197v.

<sup>12</sup> *Idem, Ibidem*, fl. 185.

<sup>13</sup> *Idem, Ibidem*, fl. 187.

<sup>14</sup> M. Jean Kaulek, «Correspondence politique de MM de Castillon et de Marillac», *Ambassadeurs de France en Angleterre (1537-1542)*, Inventaire Analytique des Archives du Ministère des Affaires Étrangères, Paris, 1885, pg. 2.

quarto lugar solicitava a Henrique VIII que quisesse esquecer os desentendimentos passados e renovar as antigas alianças. Finalmente comunicava estar a preparar uma grande armada contra o turco e pedia a contribuição de Inglaterra, em nome da fé.

Francisco I forneceu todas estas informações ao seu novo representante em Londres, enviado em Outubro de 1537, o Senhor de Castillon. Deu-lhe igualmente conhecimento de que, parecendo senhor de todas as informações sobre as desavenças entre os dois rivais, o monarca inglês manifestara ao anterior embaixador de França que o seu maior desejo era promover a paz entre os dois reinos. Castillon partia, pois, com a difícil missão de trazer Henrique VIII para o lado francês.

É com este pano de fundo que devemos observar as negociações para o casamento luso-inglês. Como já ficou referido, a partir de 1536 Carlos V quis, a qualquer preço, opôr-se às pretensões de Francisco I ao ducado de Milão, bem como de outros pontos de Itália. Estranhamente, fez-lhe saber que essa oposição se devia ao facto de o ducado lhe ter sido pedido pelo rei de Portugal, para o dar a seu Irmão D. Luís, a troco de grande quantidade de dinheiro<sup>15</sup>. Encontramos aqui o primeiro passo da sua estratégia. Isso explica que a 9 de Fevereiro de 1537 o Imperador tenha dado a Álvaro Mendes de Vasconcelos, embaixador português na sua corte, alguns apontamentos no sentido de tratar o casamento do infante D. Luís com D. Maria<sup>16</sup>, junto do rei D. João III. Mas que a sua decisão de promover o casamento é muito anterior, pode comprovar-se ao ler as instruções que então mandou escrever: «el dicho senhor embaxador ha entendido lo que Sua Magestade mandou scriver a su embaxador en Inglaterra desde Gaeta havra já cerca de un ano para que moviese y propusiesse de su parte el dicho casamiento y despues de Savillan y para que tenga entera informação dello se le ha dado la copia delo que assy fue scripto...»<sup>17</sup>. Precisamente a informação referida está datada de Sevilha, a 30 de Junho de 1536<sup>18</sup>.

Pela mesma altura ter-se-á deslocado a Londres o embaixador que Henrique VIII tinha na corte imperial, Sir Thomas Wyatt. Conforme registou o Visconde de Santarém, este embaixador apresentou ao seu monarca a proposta de casamento que era «apadrinhado» por Carlos V, assegurando que o infante português seria o futuro duque de Milão. Pedia igualmente ao rei inglês que, se assim o entendesse, enviasse plenipotenciários à corte imperial para acertarem oficialmente as negociações, o que Henrique VIII não fez<sup>19</sup>.

<sup>15</sup> Du Bellay, Mémoires, lv.5, p.317 (col. Petitot, t.18).

<sup>16</sup> Visconde de Santarém, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo*, Lisboa, 1865, Vol. XV, p. 29. A cópia desses apontamentos encontra-se no: AN/TT, C.C., parte I, m.58, doc. 45.

<sup>17</sup> Arquivo Geral de Simancas, *Patronato Real*, Legajo 371, fl. 191.

<sup>18</sup> Idem, *Ibidem*, fl. 195.

<sup>19</sup> Idem, *Ibidem*, p. 29.

No princípio de Março de 1537 chegava à corte de Henrique VIII a proposta formal feita pelo monarca português para o casamento do infante D. Luís com D. Maria, filha de Henrique VIII. Trata-se de uma carta em que D. João III informa que teve conhecimento do interesse do imperador na realização do casamento, registando igualmente a alegria de Portugal por poder continuar na linha das velhas alianças matrimoniais «como sempre os Reis destes reinos meus antecessores tiveram com os vossos...»<sup>20</sup>. No entanto e apesar desta proposta, é curioso notar que este gesto de D. João III não foi feito sem alguma resistência, frente à decisão de Carlos V. É que nos apontamentos enviados por Luís Sarmiento, embaixador de Carlos V em Portugal, ele esclarece o imperador que falou ao rei português no assunto em causa. Este ter-lhe-ia dito que «devia muyto a V.M. por la voluntad com que procurava de fazer mercê al Infante don Luys su hermano, mas que en lo dell casamiento de Inglaterra no veyra como se pudiesse fazer para que proviesse en ello seguridad y por la poca constancia que ay en el rey de Inglaterra y en su Reyno y que le parecia que para el bien de la paz seria mejor casar al Senhor Infante con la hija del rey de françia dando le el estado de milan porque con esto se podria tener seguridad...»<sup>21</sup>. Logo a seguir o mesmo embaixador relata que pouco depois o rei voltou a chamá-lo e lhe disse «como se havia resolvido en lo del casamiento de Inglaterra (...) y le dio las cartas que embia...». Portanto, considerando que as informações do embaixador foram escritas a 22 de Fevereiro e a 3 de Março, torna-se lógico que só neste mês a carta do rei de Portugal fosse mandada para ser presente a Henrique VIII.

Que o procedimento do rei português não era de todo correcto, fica claro nas instruções que Carlos V dava ao seu embaixador em Londres quando lhe escrevia mandando que se desculpasse por o rei de Portugal não enviar directamente embaixadores e o fizesse através do seu e, do mesmo modo, que justificasse a ausência de uma carta do próprio infante D. Luís que «lo ha dexado de hazer por la modestia y respecto que tiene al sereníssimo Rey su hermano y a nos, añadiendo todo lo que possa favorecer a esta excusa...»<sup>22</sup>. Parece, pois, que Carlos V percebeu as reservas de Portugal, mas não quis discuti-las, preferindo negociar a sua política do momento.

Os dados de que dispomos levam a crer que as negociações foram continuando, mas numa espécie de conversa de surdos. Só assim se explica que, a 6 de Junho de 1537, Lord Cromwell escreva uma carta a Sir Thomas Wyatt, embaixador de Inglaterra junto do imperador, sobre o mesmo casamento, na qual lhe diz que o monarca inglês é favorável ao

<sup>20</sup> Arquivo Geral de Simancas, *Patronato Real*, Legajo 371, fl. 198 e Corpo Cronológico, pp.30-31.

<sup>21</sup> Arquivo Geral de Simancas, *Patronato Real*, Legajo 371, fl. 73.

<sup>22</sup> *Idem*, *Ibidem*, fl. 184v

projecto. Lamenta, no entanto, que o embaixador de Carlos V, Diogo de Mendonça, tenha acabado de chegar à corte inglesa sem levar os poderes necessários à negociação<sup>23</sup>. Portanto o rei inglês acusa o imperador de não fazer aquilo a que ele próprio se negara no primeiro contacto: mandar emissários com poderes para negociar. Está-se perante um medir de forças: negocia-se em definitivo na corte inglesa, donde sairá a noiva, ou na corte espanhola, reverenciando o imperador? As hesitações e eventualmente o desinteresse crescente de Carlos V ficam demonstradas em nova carta de Lorde Cromwell para Sir Thomaz Wyatt. Nela o autor informa que, por parte do rei inglês, parece estar tudo bem, mas o mesmo se não pode dizer do imperador, pois os respectivos embaixadores parecem desinteressados<sup>24</sup>.

4. Vejamos agora o que se passa no tocante às informações dos embaixadores de Francisco I. Ignorando ou parecendo ignorar as negociações em curso, o embaixador francês, M. de Castillon, fez a Henrique VIII, em Novembro de 1537, a proposta de casamento de sua filha, Maria, com o duque de Orleães, terceiro filho de Francisco<sup>25</sup>. O embaixador referiu-se por várias vezes à proposta apresentada, mas relativamente à hipótese de que o casamento estivesse a ser negociado com o infante português não deu qualquer indicação. Cabe, então, perguntar: porquê? Trata-se certamente de uma omissão voluntária, para minimizar a hipótese, já que é manifesto o interesse de França numa aliança matrimonial com Henrique VIII. Assim, logo a 11 de Dezembro de 1537 o rei francês faz saber que «il estimerait toujours à très grande honneur que le roi d'Angleterre prenne femme en son royaume...»<sup>26</sup>. As negociações para este outro casamento arrastar-se-ão e elas explicam a ignorância em que se mantém o hipotético casamento proposto por Carlos V, pois também ao monarca inglês importava ganhar tempo. Não abria o jogo com nenhuma das partes e ia procurando as soluções que mais lhe conviessem. De facto a aceitação de uma aliança com o imperador teria que excluir a França, tal como um casamento inglês neste reino excluía a hipótese de negociação em Espanha e Portugal. Medem-se, pois, os interesses.

O acompanhamento atento das informações dos embaixadores revela apontamentos de interesse para a compreensão destes modos de agir. Não há dúvida que a pedra de interesse nas negociações estava no domínio do

<sup>23</sup> *Quadro Elementar...*, vol. XV, p. 31. Segundo o autor, a carta encontra-se no Museu Britânico, *Biblioteca Harleyana*, cod.282, fl.203.

<sup>24</sup> *Idem, Ibidem*, p. 32. O autor indica que a cópia desta carta se encontra no Museu Britânico, *Biblioteca Harleyana*, cod. 282, f.219.

<sup>25</sup> Jean Kauler, *Correspondance politique de MM. de Castillon et de Marillac, ambassadeurs de France en Angleterre, (1537-1542)*, Paris, 1885, p. 4.

<sup>26</sup> *Idem, Ibidem*, p. 5.

ducado de Milão. Só assim se explica a proposta francesa: «que le délai de la restitution du duché de Milan gist au bas aage de la fille qu'on veut donner à M. d'Orléans, qu'il face envers l'empereur que Madame Marie sa fille qui est sa proche parente et en bon aage soit mise au lieu de l'autre, et ainsy vous demeurerez tous trois bons amis et ensemble confédérés et alliés...»<sup>27</sup>. Três dias depois de dar notícia desta proposta ao rei francês, Castillon volta a escrever, informando que Henrique VIII se interessara bastante por ela. Com efeito este monarca que «m'avoit dict quand il sçauroit vostre intention qu'à l'heure il regarderoit comme il en auroit à faire, maintenant il m'a dit qu'il vous en rendra si bonne response que vous aurez occasion de vous en contenter, et qu'il sçait bien que l'empereur ne voudra pas rendre le duché de Milan pour le premier coup; mais qu'il en fera telle instance que vous congnoistrez quil en aura faict son devoir»<sup>28</sup>.

Porquê esta súbita mudança de Henrique VIII? É ainda um pequeno apontamento da carta que, do nosso ponto de vista, o explica. O rei de Inglaterra «est encore revenu à ce qu'il voudrait bien que le roi ne se trouvât pas avec l'empereur»<sup>29</sup>. Este desejo de impedir a paz entre Espanha e França vai ser uma constante a acompanhar as negociações, mas Francisco I mantém-se firme, escrevendo, em 9 de Abril de 1538, que não pode aceitar tal pedido, pois isso levaria a «mettre toute la chrestienté à l'encontre de moy». Por um lado está o interesse de Francisco I em encontrar um aliado em Inglaterra, mas por outro a impossibilidade de descontentar o papa, que procura aproximá-lo do imperador e prepara, para isso, o encontro de Nice. Ao contrário, do lado inglês há um empenhamento forte em hostilizar o papa. Para o compreender é importante ter presente que Henrique VIII se assumira como cabeça da igreja inglesa a partir de 1531 e a sua relação com Roma era tensa. Interessava-lhe, pois, minimizar o papel do Sumo Pontífice e pretendia-o através desta potencial aliança com Francisco I. Assim, acompanhando a correspondência do embaixador, percebemos muito bem que a pressão inglesa se exercia no sentido de impedir o encontro de Nice.

Apesar deste confronto, a verdade é que Castillon, a 26 de Abril de 1538, recebeu cartas do seu rei, com poderes para preparar o casamento. Mostrou-as imediatamente a Henrique VIII, que achou que o assunto era de interesse, mas, por ser Páscoa, lhe pediu que aguardasse uns dias. Sabia-se, entretanto, que Francisco I e Carlos V estavam de partida para o referido encontro. É fácil verificar que Henrique VIII estava em observação. Só assim se explica que os seus conselheiros levantassem questões

<sup>27</sup> *Idem, Ibidem*, p. 33. Carta enviada por Castillon a Francisco I a 29 de Março de 1538.

<sup>28</sup> *Idem, Ibidem*, p. 35. Carta enviada por Castillon a Francisco I a 31 de Março de 1538.

<sup>29</sup> *Idem, Ibidem*

aos poderes do embaixador francês e o fizessem continuar à espera de uma decisão. Castillon começou então a recear e, talvez por isso, na carta que escreveu ao seu rei, a 3 de Maio, fala pela primeira vez no casamento projectado em Portugal. Com efeito, o rei inglês fizera-lhe saber que iria falar ao imperador sobre o projecto francês, mas manifestava bem a dificuldade dessa tentativa, «encores qu'il en soit si avant avec ledict empereur pour l'infant de Portugal comme vous sçavez, qu'il pense bien qu'il trouvera fort estrange...»<sup>30</sup>. Ora porque é que Henrique VIII escolheu este momento para manifestar os seus receios? A sua atitude só se pode entender tendo um objectivo: obrigar o rei de França a aceitar o pedido que a seguir lhe fazia: «que vous n'accorderez point avec le pape le concile présent ou advenir sans son advis et consentement, et que ne ferez paix avec l'empereur qu'il ne soit tiers contrahant...»

Mais uma vez o rei de Inglaterra pretendia impedir a supremacia de Roma. Mas Francisco I não podia ceder e, por isso, dias depois fazia saber a Castillon que as condições exigidas por Henrique VIII eram inaceitáveis, em troca de um ducado que nem sequer havia a certeza de conseguirem. O rei de França, com os pés bem assentes na terra, explicava então que não poderia enfrentar o papa e o imperador, que eram amicíssimos. Se o fizesse sujeitava-se a que, tendo eles conseguido uma imensa soma de dinheiro para lutarem contra o turco, não vindo este «et ne s'accordant paix entre nous, tout ledict argent sera converty à me faire la guerre et faultra que je supporte ce faix». Mas como o importante era negociar, Francisco I ainda fez nova proposta: para ser presente ao rei inglês: que «pareillement il m'accorde, venant à la dicte guerre, de m'ayder... pour le moins de cinquante mil escus par moys...»<sup>31</sup>. Mas a segurança que o rei de França tinha nos ingleses ficou manifesta numa das últimas frases dessa carta, quando aconselhava Castillon «à se maintenir le plus gracieusement qu'il pourra», mas a ter «l'oeil à sçavoir ce qu'ilz ont par delà en leur pensée...».

Torna-se importante registar uma outra informação de Castillon ao seu rei, no dia 18 de Maio. Diz ele que falou com Henrique VIII e este lhe disse que gostava muito de França, afirmando mesmo que a sua preferência ia para um novo casamento naquele reino, «mais le roi lui a toujours préféré le pape et le roi d'Ecosse, ses ennemis». Henrique VIII fazia alusão ao facto de *madame de Longueville*, que ele pretendia desposar, estar já comprometida com o rei da Escócia. Não vamos agora analisar os motivos, que se prendem com os próprios casamentos de Henrique VIII, mas apenas reter mais esta alusão, para se perceber uma nova tentativa do monarca inglês: Como se avolumavam as dificuldades nas negociações para o casamento de sua filha, ele reforçava o interesse da aliança com a

<sup>30</sup> Idem, *Ibidem*, p. 43. Carta enviada por Castillon a Francisco I a 3 de Maio de 1538.

<sup>31</sup> Idem, *Ibidem*, p. 47. Carta enviada por Francisco I a Castillon, de Avignon, a 14 de Maio de 1538

França, propondo um casamento para si próprio. O monarca francês aceitaria a proposta do seu embaixador, isto é, se Henrique VIII quisesse poderia desposar uma irmã da futura rainha da Escócia. Abria-se assim uma outra fonte de diálogo.

As negociações continuaram. Não esqueçamos que o encontro entre Francisco I e Carlos V estava iminente. Convinha, pois, ao monarca francês aliviar um eventual ponto de discórdia, qual era o de pretender a filha de Henrique VIII para seu filho, quando Carlos V fizera já uma proposta diferente, favorável ao infante D. Luís de Portugal. Mas ao rei de França interessava manter o diálogo com Henrique VIII. Isso explica que tenha aceitado a nova hipótese. O que acontece então?

As negociações foram continuando, sendo manifesto o interesse do rei inglês e a disponibilidade de Francisco I, mas não avançaram muito mais. E, facto curioso, na carta de 4 de Junho, Castillon voltava a falar ao seu rei da hipótese de casamento de Maria com o infante D. Luís de Portugal. Mas não o fazia em jeito de novidade, limitando-se a informar que haviam chegado à corte os embaixadores de Carlos V e que Henrique VIII lhe confidenciara a que vinham, isto é, esclarecer «s'il veult entendre au mariage de l'infant de Portugal avec madame Maria d'Angleterre sa fille, il leur promet leur bailler le duché de Milan, moyennant toutesfois que pour la défense et conservation d'iceluy ilz feront une ligue, l'empereur, le roy d'Angleterre et le roy de Portugal»<sup>32</sup>.

Por este tempo o encontro entre Carlos V e Francisco I estava cada vez mais próximo. O jogo político continuava, na convicção mútua de vir a ser encontrada a melhor solução política para cada um dos intervenientes. Mas a ambos parece colocar-se a mesma questão: qual será o aliado ideal, que o mesmo é dizer, com quem interessa fazer alianças? Este jogo fica denunciado quando, na carta a que antes aludimos, o embaixador escreveu ainda: «il m'y a touché quelque chose des Vénitiens, non pas qu'il les ayt du tout mis si avant, et ne m'a pas bien achevé ce propos; mais bien qu'il veult entrer en ceste défensive, l'empereur luy promet qu'il investira le dict sieur Infant du dict duché de Milan moyennant iceluy mariage, et qu'il n'aura ne paix ne appointement avec vous, mais qu'ilz feront par ensemble une si bonne alliance qu'elle sera au proffit et utilité de tous troys». Eis, pois, Carlos V manifestando ainda a sua dúvida sobre a paz com Francisco I, de que o papa pretende ser intermediário.

O que vai passar-se a seguir? A opinião de Castillon vai no sentido de que se deve fazer a vontade ao rei de Inglaterra, pois está convencido que este prefere aliar-se a Francisco I. Daí a insistência no favorecimento do casamento de Henrique VIII, a quem devem ser enviadas «les portraits de deux ou trois» senhoras como possíveis esposas<sup>33</sup>. Castillon mantinha a

<sup>32</sup> Idem, *Ibidem*, p. 56. Carta enviada por Castillon ao rei em 4 de Junho de 1538.

<sup>33</sup> Idem, *Ibidem*, p. 57. Carta de Castillon ao Condestável, de Londres, a 4 de Junho de 1538.

esperança de conseguir a aliança com Inglaterra, pois ainda escreve ao condestável: «maistre Hoyet partira vendredy, et croy qu'il passera par vostre court. Si luy et M. Bryant vous trouvent raisonnable, il a charge de s'excuser envers l'empereur du mariage de Madame Marie et déclarer au roy la résolution d'amitié que le roy son maistre cherche avec luy...». Mas dias depois, a 8 de Junho, Castillon já não estava optimista e escrevia ao mesmo condestável que «le roi d'Angleterre et son conseil sont maintenant tous résoluz de se retirer du party de France, qui est chose que semble par adventure estrange, veu les offres qu'il dict (et que je suis adverty d'autres lieux sont vrayes), que l'empereur luy faict»<sup>34</sup>.

Os jogos do rei inglês continuaram e o embaixador informou ainda o condestável de que o imperador prometeu a Henrique VIII que «s'il veut faire la guerre en France, de s'y mettre en pareille despense que luy et tout ce qui s'y conquestera, hors les anciennes querelles de la maison de Bourgogne, que tout sera sien, et que les italiens vous mettrons bien hors de ce que tenez de là les monts».

A resposta dada pelo rei francês às dúvidas e informações de Castillon foi o envio do texto aprovado para a paz com o imperador, no qual impunha a presença de Inglaterra. Em troca, como é óbvio, exigia participação nas despesas de guerra, que não poderia ser menos de «cinquante mil escus par mois durant ces six mois que la guerre se conduira et vingt mil escus par mois durant les six autres mois qu'il faudra asseoir les garnisons, munir et pourveoir les villes et places...»<sup>35</sup>.

Dias depois desta comunicação, Castillon voltaria a escrever, novamente certo da aliança que se faria entre França e Inglaterra, pois Henrique VIII se mostrava convicto de que «vous n'aurez point de paix avec l'empereur, bien qu'on parle de quelque treve et qu'il sçait que le pape ne fera chose qui doive mescontenter ledict empereur...»<sup>36</sup>. Veja-se como as partes eram hesitantes, a menos de um mês do encontro de Nice. Importante é também ver os interesses que se defendiam em cada frente de luta. Como exemplo repare-se que a 24 de Junho o rei de França escreveu a Castillon. Dava-lhe conhecimento de que os seus representantes e ainda os do imperador, na presença do papa, acordaram «une tresve pour dix ans, communicative à marchands tant par mer que par terre, laquelle s'estend par tous les lieux, pays et endroitz de ce qui est tenu en l'obeissance de lun et de l'autre, tant de çà que de là les monts...»<sup>37</sup>. Depois de comunicar esta novidade pedia ao embaixador que explicasse a Henrique VIII que, no texto aprovado, todos os príncipes cristãos foram nomeados em conjunto

<sup>34</sup> Idem, *Ibidem*, p. 58. Carta de Castillon ao Condestável, de Londres a 8 de Junho de 1538.

<sup>35</sup> Idem, *Ibidem*, p. 60. Carta do rei a Castillon, de Villeneuve de Tende, a 9 de Junho de 1538.

<sup>36</sup> Idem, *Ibidem*, p. 61. Carta de Castillon ao Rei, de Londres a 19 de Junho de 1538.

<sup>37</sup> Idem, *Ibidem*, p. 64-65. Carta do rei a Castillon, de Fréjus, a 24 de Junho de 1538.

porque os representantes do imperador «vouloient mettre en ladite compréhension le roi de Portugail premier...». Os representantes do rei de França queriam que o primeiro a ser nomeado fosse o rei de Inglaterra. Neste impasse, decidiram nomear globalmente todos os príncipes. Fica patente que o Imperador privilegiava Portugal e Francisco I defendia Inglaterra.

É lícito continuar a perguntar: e Henrique VIII, por quem virá a decidir-se? Os dias seguintes foram decisivos na tomada de posição de cada monarca, vindo a desembocar em interesses diferentes. Quanto a Henrique VIII, manifestou-se muitíssimo descontente com a atitude do imperador ao pretender afirmar, no tratado de paz, a primeira posição do rei de Portugal. Esse descontentamento levou-o a optar definitivamente pela França. As notícias enviadas por Castillon passam, pois, e sempre por uma proposta de encontro entre estes dois monarcas. A paz que fariam seria selada pelo casamento do rei inglês com uma dama francesa. Discutir-se-ia igualmente o casamento de sua filha Maria. Mas os apelos enviados pelo seu embaixador cruzavam-se com as notícias de Francisco I que, entretanto, já se avistara com Carlos V. Desse encontro ele manda dizer a Castillon que tudo correu tão bem «de sorte que nous nous sommes départis d'ensemble avec tant d'aise et de contentement que je vous puis dire et assurer qu'onques princes ne furent plus contents l'un de l'autre que nous sommes et espère que par les effects qui s'ensuyvront cy après de ceste nostre entrevue l'on pourra et devra estimer que les affaires dudict empeur et les miens ne serons plus que une mesme chose; dont je vous ay bien voulu advertir, vous priant que saigement et dextrement en ce que vous verrez estre à faire pour le mieux vous veuilliez faire entendre au roy d'Angleterre mon bon frère ce que je vous escri cy dessus...»<sup>38</sup>.

Assim se logravam as esperanças de Henrique VIII. Francisco I, de momento, optara pelo imperador. E, paradoxalmente, o mesmo se decide Henrique VIII a fazer. Em carta de 25 de Julho, antes mesmo de Castillon receber informações directas do seu rei, já lhe dava conta da fúria do rei inglês quando teve conhecimento do encontro de Francisco I com Carlos V. A sua decisão imediata foi favorecer novamente o casamento de sua filha com o infante de Portugal. No fundo o rei inglês já não tinha nada a perder. O seu jogo de pressões com a França falhara. Restava-lhe assegurar o ducado de Milão. Por isso informou Castillon de «qu'il faict de grandes instances pour ce mariage de l'Infant de Portugal avec madame Marie d'Angleterre, leur voulant bailler le duché de Milan; et il a dict à l'ambassadeur d'Angleterre que, luy arrivé à Barcelonne, il envoyeroit un pouvoir nouveau à ses ambassadeurs de par deça pour le conclure et arrester...»<sup>39</sup>. Mas esta era a decisão do rei inglês; a questão está em saber se a

<sup>38</sup> Idem, *Ibidem*, p. 70. Carta do rei a Castillon, de Vauvert, a 18 de Julho de 1538.

<sup>39</sup> Idem, *Ibidem*, p. 74. Carta de Castillon ao rei, de Chelsea, a 25 de Julho de 1538.

Carlos V continuava a interessar a entrega do ducado de Milão ao infante D. Luís. A opinião de Francisco I esclarece o nosso pensamento. Com efeito, em carta de 1 de Agosto, o rei escrevia a Castillon dizendo que não acreditava que o imperador ainda estivesse interessado no casamento e explicava «entendez que la memoire est encore trop fraische de l'entreueu de l'empereur et de moy et sommes mesouen départis en trop grande seureté et amitié l'un de l'autre pour vouloir déjà commencer à parler ce langage, estimant bien que vous pouvez croire que nous ne sommes point départis l'un d'avec l'autre sans premièrement avoir communiqué entre nous de toutes les choses qui peuvent estraindre et corroborer notre amitié pour l'advenir...» e o rei continuava mostrando-se senhor da situação e dizendo ao embaixador que se Henrique VIII lhe voltasse a falar do assunto nem valia a pena mandar-lho dizer, pois ele sabia que tal não iria acontecer<sup>40</sup>. Quando Castillon se apercebeu da dimensão das negociações feitas entre o imperador e o seu rei, logo pediu desculpa pelas insistências feitas. A negociação do casamento da filha de Henrique VIII ficou por ali. A presença de Castillon na corte inglesa durou apenas mais alguns meses.

5. Retomando as relações lusas com Carlos V, que se conclui? Ao interesse manifesto em 1536 e princípio de 1537 seguiu-se o silêncio, que só viria a ser quebrado em Novembro de 1538. Tinha então sido feita a paz entre o império e a França, o que levava Henrique VIII a disponibilizar-se para o casamento de sua filha com o infante português. Mas em instruções a Luis Sarmiento, de Toledo, a 12 de Novembro, Carlos V manifestava-se muito mais preocupado com os problemas trazidos pela ameaça turca. Quanto ao casamento escrevia: que o dote que Henrique VIII estava a prometer para a filha lhe parecia muito pequeno e, por isso, não avançava nas negociações. A 24 de Dezembro do mesmo ano o próprio imperador escrevia a D. Luís, mas nada adiantava sobre o casamento<sup>41</sup>. Entretanto, nas informações enviadas por Luis Sarmiento, de Lisboa a 19 de Novembro de 1538, também nada se adiantava. Nota-se que ambas as coroas sabiam que o assunto estava ainda pendente, mas não queriam mostrar ansiedade. Só assim se percebe que o embaixador tenha escrito a Carlos V que quando, na corte portuguesa, se falou do casamento com a infanta de Inglaterra e ouviram : «lo que Vossa Magestade avia respondido, a tudo me dixeram los serenissimos rey y reina y tambien el senhor ynfante don Luys que avia sido muy bien y todo muy bien considerado y no me respondieron nada a lo del dote ny declararon en esto su voluntad»<sup>42</sup>. Será que as resistências do monarca aliado tinham constituído uma libertação para os interesses portugueses? Não é o momento de o fazermos, mas

<sup>40</sup> Idem, *Ibidem*, p. 77. Carta do rei a Castillon, de Villefranche, a 1 de Agosto de 1538.

<sup>41</sup> Arquivo Geral de Simancas, *Patronato Real*, Legajo 371, fl.139.

<sup>42</sup> Idem, *Ibidem*, Legajo 371, fl. 108v.

quando tivermos oportunidade de desenvolver este estudo é imperioso que nos confrontemos com um outro problema que certamente também não foi alheio à posição de cada um dos reinos. Trata-se dos respectivos interesses comerciais. Os desentendimentos e os acordos feitos entre Portugal e França, de que na época D. Luís chegou a ser medianoeiro, estiveram concerteza presentes às decisões ou receios portugueses.

Mas continuando a análise que vimos fazendo, constatamos que na carta escrita pelo embaixador de Espanha na corte portuguesa, a 26 de Novembro deste mesmo ano, se informava já sobre outros interesses manifestados por parte de D. Luís. Quase toda a informação se relacionava com o desejo que o infante tinha de partir ao serviço do imperador, mas, inesperadamente, na parte final da carta, o embaixador escrevia que o infante lhe falara da morte do duque de Urbino...«y que la marquesa su mujer quera uno de los mejores casamientos que agora avia en la christandad, que desian que valia su casamiento dos millones de oro y que quedava tan moça que luego se casaria (...) y que el casamiento seria muy bueno para el senhor ynfante don Luis, que era mejor que no el de Ynglaterra...»<sup>43</sup>. Como se vê o infante continuava desinteressado da aliança inglesa. A hipótese esbatia-se progressivamente e o irmão do rei de Portugal buscava outros interesses, certamente mais favoráveis ao reino.

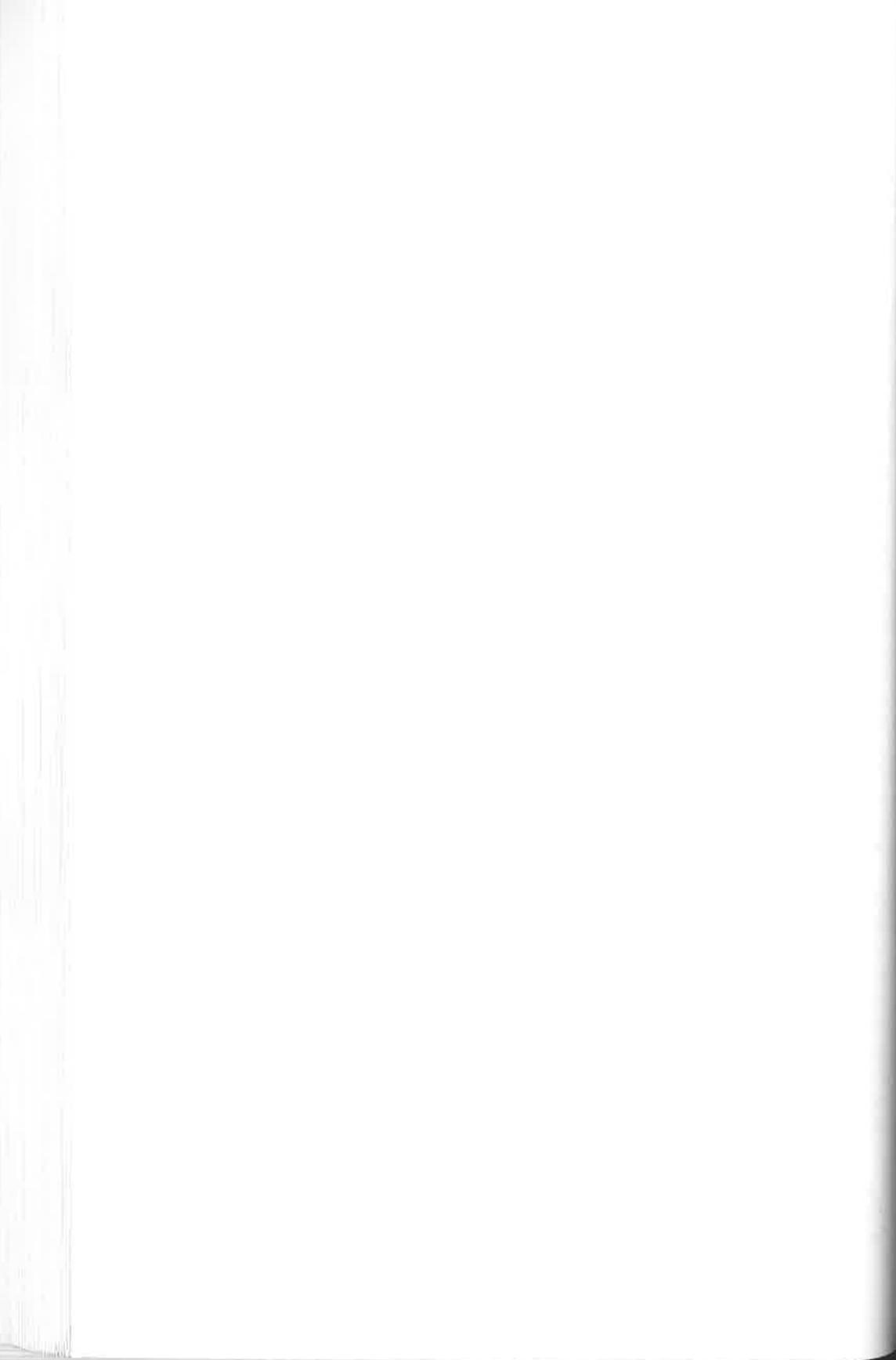
Em carta de Julho de 1539 o embaixador de Carlos V, informava-o de que ficara sem gota de sangue quando o monarca português lhe comunicou que o imperador voltava a partir para Itália. A sua atrapalhação fora ainda maior quando D. João III sugeriu que Carlos V devia casar sua filha com o infante D. Luís. Era o inesperado para o embaixador, mas o rei de Portugal estava senhor da sua hipótese. Explicando os benefícios de tal matrimónio, D. João III lembrava que o infante D. Luís era o homem indicado para assegurar a defesa do reino de Castela enquanto o imperador andava por fora, em sucessivas campanhas.

Não está no âmbito deste estudo o desenvolvimento desta hipótese, mas a referência serve para demonstrar que o casamento em Inglaterra estava inteiramente fora de causa por parte da coroa portuguesa.

Será que um novo ciclo se iria iniciar?

---

<sup>43</sup> Idem, *Ibidem*, Legajo 371, fl.. 109.



## RENEGADOS ESTRANGEIROS NA INQUISIÇÃO DE ÉVORA (SÉCULO XVII): A VIVÊNCIA DA RELIGIÃO ISLÂMICA

*Isabel M. R. Mendes Drumond Braga*

Vários autores dedicaram à Inquisição de Évora estudos diversos, abrangendo-a quer na perspectiva temporal<sup>1</sup>, quer na temática, nomeadamente com um balanço global da actuação<sup>2</sup>, ou com o estudo de aspectos específicos, tais como as práticas supersticiosas<sup>3</sup>. Neste artigo pretendemos apenas contribuir para o estudo dos elches estrangeiros que caíram sob a alçada do tribunal eborense. Note-se que, à partida, estes casos seriam da competência do Santo Ofício de Lisboa, mas como todos estes estrangeiros chegaram a Portugal via Algarve, tiveram que comparecer frente aos inquisidores de Évora<sup>4</sup>.

Do universo que nos ocupa, constituído por 27 processos, cujas datas limites são 1620 e 1685, verificamos que os estrangeiros que passaram

<sup>1</sup> Maria do Carmo Teixeira Pinto, Lucília Maria Luís Ferreira Runa, «Inquisição de Évora: dez anos de funcionamento (1541-1550)», *Revista de História Económica e Social*, vol. 22, Lisboa, 1988, pp. 51-76.

<sup>2</sup> António Borges Coelho, *Inquisição de Évora, dos Primórdios a 1668*, 2 vols., Lisboa, Ed. Caminho, 1985-1987.

<sup>3</sup> Francisco Bethencourt, *O Imaginário da Magia, Feiticeiras, Saludadores e Nigromantes no Século XVI*, Lisboa, Universidade Aberta, 1987; Maria Benedita A. Araújo, *A Medicina Popular e a Magia no Sul de Portugal, Contribuição para o Estudo das Correntes Mentais e Espirituais (Fins do Século XVII a Meados do Século XVIII)*, texto policopiado, 3 vols., Lisboa, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1988.

<sup>4</sup> Ao tribunal de Lisboa cabia a arquidiocese de Lisboa, as ilhas e todo o além-mar; enquanto ao de Évora correspondia o Alentejo, o Algarve e a parte oriental da diocese da Guarda. Cf. Maria José Pimenta Ferro Tavares, «Inquisição: um 'Compellere Intrare' ou uma Catequização pelo Medo (1536-1547)», *Revista de História Económica e Social*, vol. 21, Lisboa, 1987, p. 12.

pela Inquisição de Évora, acusados de maometismo ou de práticas islâmicas, são de proveniência europeia diversa: 11 espanhóis de várias zonas, oito franceses, três gregos, dois italianos, dois ingleses e um norueguês. Desconhecemos as profissões de todos. Salientam-se, contudo, duas actividades: homens do mar – marinheiros e pescadores – e soldados que exerciam funções no Norte de África. Em menor número temos mercadores.

Merece referência o local onde estes homens foram capturados pelos muçulmanos. Se bem que a documentação seja omissa na localização precisa, fornece indicações sobre grandes áreas: o Atlântico, o Mediterrâneo e, em terra, o Norte de África. Se no caso dos portugueses alguns eram cativados na costa algarvia<sup>5</sup>, o mesmo não acontece com este grupo de estrangeiros, nem sequer com os andaluzes<sup>6</sup>.

Se o Mediterrâneo tinha sido uma zona de corso por excelência durante a Idade Média, e mesmo no período Moderno<sup>7</sup>, também é um facto que o Atlântico se distinguiu cada vez mais nesse domínio<sup>8</sup>. Concretamente, segundo as nossas fontes temos 10 aprisionamentos no Mediterrâneo, outros tantos no Oceano Atlântico e cinco no Norte de África, embora este último número se refira a cristãos que de livre vontade se dirigiram a terras muçulmanas.

Após o aprisionamento, qualquer local sob o domínio islâmico podia passar a ser morada dos cativos, os quais conheciam, por vezes, vários padrões e diversos pontos de residência. No entanto, Argel e Túnis, seguido de Salé, são os mais citados, em particular o primeiro, indicado como morada de pelos menos 16 destes homens.

A partir do momento em que ficavam na posse dos muçulmanos, havia que escolher entre manter-se cristão (católico, luterano, calvinista) ou

<sup>5</sup> Cf. Isabel Maria Ribeiro Mendes, «Alguns Elementos para o Estudo dos Cativos Algarvios no Século XVII», *Cadernos Históricos*, vol. 2, Lagos, 1991, p. 55.

<sup>6</sup> Sobre elches andaluzes que passaram por Tânger, cf. *Idem* e Paulo Drumond Braga, «Andaluzes em Tânger (Séculos XVI-XVII)», comunicação apresentada ao 2º Congresso de Historia de Andalucía, Córdoba, Abril de 1991 (actas no prelo).

<sup>7</sup> Cf., de entre outros, Luís Adão da Fonseca, *Navegacion y Corso en el Mediterraneo Occidental, Los Portugueses a Medios del Siglos XV*, Pamplona, Universidad de Navarra, 1978; Emilio Sola, *Un Mediterraneo de Piratas: Corsarios, Renegados y Cautivos*, Madrid, Ed. Tecnos, 1988; Jorge Borges de Macedo, «A Política Atlântica de D. João II e o Mediterrâneo», *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época*, Actas, vol. I, Porto, 1989, pp. 387-403; Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*, 2 vols., Lisboa, Dom Quixote, 1983-1984; Claude Larquie, «Le Commerce des Hommes en Méditerranée au Milieu du XVII<sup>e</sup> Siècle», *Atti del IV Congresso Internazionale di Studi Storici, Rapporti Genova, Mediterraneo, Atlantico nell'Età Moderna*, dir. Raffaele Belvederi, Génova, 1990, pp. 397-412.

<sup>8</sup> Cf. Ana Maria Pereira Ferreira, *Problemas Marítimos entre Portugal e a França na Primeira Metade do Século XVI*, Cascais, Patrimonia, 1995.

apostatar, passando a seguir o islamismo. Aos primeiros oferecia-se uma vida mais dura e vigiada, enquanto os outros podiam chegar a ocupar altos cargos<sup>9</sup>, ou colaborar com os muçulmanos, realizando corso, quer no Mediterrâneo quer no Atlântico.

André, natural da ilha de Cândia (Creta), não renegou, apesar do seu patrão ter insistido, prometendo-lhe a liberdade e o posto de soldado. Face à recusa, o turco afirmara: «que fosse christão mui embora que o não queria fazer mouro por força, nem nunca mais lhe pediu que o fosse»<sup>10</sup>. Este grego serviu nas galés durante dois anos. O mesmo destino, mas durante 11 anos, conheceu João Piver, um francês de La Rochelle<sup>11</sup>. Nicolas Maribon, da ilha de Maiorca, também serviu nas galés, e na agricultura<sup>12</sup>; enquanto José Orlando, natural de Palermo, foi, antes de renegar, moço de cozinha de Amet Baxa, o qual por qualquer erro cometido «lhe dava logo seu patrão muitas pancadas e asoutes e couces e bofetões e lhe cospia por desprezo chamando-lhe de cam perro judeo conteadamente»<sup>13</sup>.

Tratamento semelhante teve Bento do Souto, que antes de apostatar trabalhou nas fazendas, tendo «muita aspera e cruel vida com pouco sustento, com hua cadeia de ferro sempre sergido e ordinariamente lhe dava muitos açoutes e pancadas pella barriga e sollas dos pes cruelmente afrontando-o de cam perro e judeu»<sup>14</sup>.

Outros dois, Teodoro e João, gregos, também não renegaram, nem afirmaram ter sido constrangidos. Parecem não ter tido qualquer problema no Norte de África, mas em contrapartida foram objecto de um enorme interrogatório por parte da Inquisição, que incidiu quer sobre as eventuais práticas islâmicas quer sobre a vivência da religião cristã na Grécia.

Teodoro, que tinha embarcado num barinel carregado de arroz, café e outras mercadorias de Alexandria para Argel, e não havia regressado com

<sup>9</sup> Bartolomé et Lucille Bennassar, *Los Cristianos de Alá, La Fascinante Aventura de los Renegados*, trad. José Luiz Gil Aristu, Madrid, Nerea, 1989, pp. 475ss.

<sup>10</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 5683.

<sup>11</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 7061.

<sup>12</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 1462.

<sup>13</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 7700. Sobre este tipo de injúrias vd. Isabel M. R. Mendes, *O Mosteiro de Guadalupe e Portugal. Séculos XIV-XVIII. Contribuição para o Estudo da Religiosidade Peninsular*, Lisboa, JNICT, 1994, p. 52; *Idem*, «Relações Mouros/Cristãos nas Crónicas Marroquinas de Gomes Eanes de Zurara», comunicação apresentada ao 1º Encontro Nacional Os Descobrimientos Portugueses e os Cronistas, Guarda, Dezembro de 1990, no prelo; Paulo Drumond Braga, «O Quotidiano dos Cativos Portugueses em Marrocos (Século XV) segundo Frei João Álvares», comunicação apresentada ao mesmo Congresso; António de Sosa, *Dialogo de Los Martires de Argel*, ed. de Emilio Sola y José Maria Parreño, Madrid, Libros Hipericon, 1990.

<sup>14</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 2298. Sobre o uso de ferros, cf. a bibliografia indicada na nota anterior.

receio das galés da ilha de Malta, vestia-se à moda dos turcos, com turbante e guedelha, e assim chegou a Portugal. Apresentou algumas orações escritas em grego, traduzidas posteriormente por um jesuíta, e declarou, desmentindo em seguida, que o patriarca grego obedecia ao Papa<sup>15</sup>.

João, conterrâneo de Teodoro, viu-se com problemas semelhantes face ao Tribunal do Santo Ofício, mas fez afirmações verdadeiramente surpreendentes. Declarou não ter vindo a corso, embora viesse numa sétia de corsários, pois não encontrara outro transporte para Tânger ou Tetuão, e aí não tinha podido aportar devido ao vento forte que se fazia sentir. Disse-se cristão, explicando que os cristãos gregos pagavam tributo ao grão-turco para os deixarem viver livremente e ir às igrejas. Afirmou ter sido baptizado na Igreja de S. Jorge de «Estancois», parecida com uma que estava em Tavira, dizendo ainda que sabia as orações e que a Igreja de Roma era cabeça universal. Para este homem, primeiro o patriarca estava sujeito ao Papa, depois diz desconhecer se este reconhecia algum superior, para concluir que afinal não reconhecia o sumo pontífice romano.

Mas não é tudo. Depois destes ditos e contra ditos, explicita melhor, ou pretende explicitar, dizendo que «o seu patriarca da Igreja grega com o pontífice são encontrados no seu governo e por isso diferentes as igrejas»<sup>16</sup>. As seitas de Lutero e Calvino também eram «encontradas». Face a esta situação continua afirmando «que por se achar em Portugal entre catholicos romanos dizia ser tambem catholico romano, e que do mesmo modo e com a mesma facilidade devia ser luterano ou calvinista se se achasse em Inglaterra»<sup>17</sup>; «tinha para sy que todo o grego com o territorio podia acomodar-se a ley delle comtanto que seja de christãos ou seja da Igreja Roma (*sic*) ou da seita de Calvino ou Lutero porque isso lhes não proibe o seu patriarcha»<sup>18</sup>. Neste contexto, a lei de Maomé estava excluída.

João também tinha aspecto de turco devido ao vestuário e à guedelha, daí os inquisidores procurarem apurar se era de facto renegado, como parecia, ainda mais depois de tão versáteis declarações. Este homem justificou que na sua terra os cristãos podiam vestir assim desde que não usassem a cor verde, e que tivera guedelha quando era moço, tendo-a cortado porque tinha piolhos. Depois havia-a deixado crescer de novo «por ser uzança entre os gregos sujeitos ao turco»<sup>19</sup>.

<sup>15</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 1192.

<sup>16</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 7701.

<sup>17</sup> *Ibidem*.

<sup>18</sup> *Ibidem*.

<sup>19</sup> *Ibidem*. Note-se que, por vezes, os cristãos não faziam a distinção entre os vários grupos humanos, falando indistintamente em Mouros e Turcos. Cf., a este respeito, Miguel Angel de Bunes Ibarra, *La Imagen de los Musulmanes y del Norte de Africa en la España de los Siglos XVI y XVII, Los Caracteres de una Hostilidad*, Madrid, C.S.I.C., 1989. Contudo, os Portugueses procuravam ter informações bastante

Bem mais vasto é o grupo de elches e as informações que fornece acerca da integração na sociedade islâmica. Miguel Angel de Bunes Ibarra chama, contudo, a atenção para o facto dos processos inquisitoriais não serem as melhores fontes para o efeito, pois o réu conhecia os métodos dos inquisidores, ficando assim limitada, à partida, a sua expressão<sup>20</sup>. Exemplo paradigmático respeita ao motivo pelo qual os cristãos afirmam ter apostatado. Duma maneira geral, referem ter sido constrangidos por maus tratos, o que choca com a prerrogativa islâmica que proíbe taxativamente tal comportamento, se bem que isso não impedisse a existência de algumas pressões<sup>21</sup>.

Na documentação que estudámos, pudemos detectar muitos exemplos de conversões alegadamente forçadas. Miguel Bouer, natural de Barcelona, cativo aos 13 anos, afirmou que renegou porque «pondo-lhe alfanges no pescoço pera o matarem isto não somente hua vez mas muitas e dando-lhe muito má vida»<sup>22</sup>. Guilherme Arçon, inglês, cativo aos 14 anos, renegou ao fim de 8 dias, pois «o dito seu patrão nesta porfia não desistindo elle de seus propositos o despirão por alguas vezes e lhe derão com hum cabo de corda alguns cento e cincoenta açoutes na barriga e outros tantos nas nalgas e o dependurarão de hua pollé o que elle não podendo soffrer disse ao ditto seu amo e mais mouros que elle hera contente de ter crença na seita de Mafamede»<sup>23</sup>.

Pedro Odel, um jovem francês de 17 anos, também afirma ter renegado imediatamente após o terem mandado «atar pellos pes e alevantar com hua roldana com os pes pera sima e a cabeça pera baxo»<sup>24</sup>. Igualmente violento parece ter sido o comportamento face a outro francês, Maurício Noel, de 24 anos. O segundo patrão não se conformava com a posse de um cristão, pretendendo que ele renegasse «dando-lhe pancadas e lançando-lhe botões de fogo nas pernas»<sup>25</sup>. José Lopez, natural de Alicante, cativo aos sete anos, além de receber pancadas na barriga e nas costas, foi obrigado a meter os pés em azeite fervendo e andar descalço em cima de grãos<sup>26</sup>.

---

concretas acerca do Império Otomano. Cf. Dejanirah Couto, «L'Espionnage Portugais dans l'Empire Ottoman au XVI<sup>e</sup> Siècle», *La Découverte, le Portugal et l'Europe, Actes du Colloque*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, pp. 243-267 e Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, «Os Diplomatas Portugueses em Roma no Séc. XVI e as Informações acerca do Turco e da Índia», *Portugaliae Historica*, II série, vol. I, Lisboa, 1991, pp. 103-138.

<sup>20</sup> Cf. Miguel Angel de Bunes Ibarra, «Reflexiones sobre la Conversión al Islam de los Renegados en los Siglos XVI y XVII», *Hispania Sacra*, vol. XLII, n<sup>o</sup> 85, Madrid, 1990, pp. 188 e 192.

<sup>21</sup> Cf. Idem, *ibidem*, p.188, nota 26.

<sup>22</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 1651.

<sup>23</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 3373.

<sup>24</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 2510.

<sup>25</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 2509.

<sup>26</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 5334.

Em 1620, um grupo de cinco homens (Fernando Girão, de Granada<sup>27</sup>; seu irmão Sebastião Lázaro<sup>28</sup>, João de Lacerna, natural de Madrid<sup>29</sup>; Alonso de Osuna, da vila com o mesmo nome<sup>30</sup> e João Baptista, de Valência)<sup>31</sup> comparece na Inquisição de Évora. Relataram várias peripécias da vida que levavam desde há cinco anos. Vindos de vários locais de Espanha, dirigiram-se a Murcia, onde se alistavam homens para irem servir como soldados em Ourão. Embarcaram em Cartagena, e no presídio desempenharam funções, até que ao fim de dois anos decidiram ir para terra de muçulmanos, oferecendo-se como escravos «por não lhe pagarem o seu soldo [afirma Fernando Girão] e passar muitas fomes por lhe não darem de ração ordinaria mais que dous paes cada dia e perecer de fome e se ver sem vestido e cuberto de piolhos por não poder sofrer estes trabalhos e fomes que padecia tentado do demónio determinou consigo de se passar a terra de mouros»<sup>32</sup>.

Todos estes homens repetem a história da fuga, explicando que passaram o dia nas hortas e fugiram à noite. Confirmam que tinham intenção de se tornar escravos dos muçulmanos, e não de apostatar, embora o tenham feito logo, alegando pressão dos mouros, que os acusaram de espíões. No entanto, sabe-se da existência de muitos soldados que abandonavam as guarnições do Norte de África para se entregarem à hoste inimiga e com ela actuarem. Trata-se de um grupo que estava insatisfeito com a vida que levava ou que tinha feito algo repreensível<sup>33</sup>.

Só duma forma indirecta podemos averiguar da verdadeira convicção com que se faziam estas conversões<sup>34</sup>. Por vezes parecem não ser consideradas convictas, nem pelos muçulmanos, nem pelos antigos cristãos. Isac Druhe, de Bordéus, afirmou que fazia curso, mas «não pelejava contra christãos porque no tempo que começava a peleja o metião os turcos debaixo da coberta com os mais christãos»<sup>35</sup>. Tal atitude, cremos,

<sup>27</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 7258.

<sup>28</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 2538.

<sup>29</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 6.

<sup>30</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 5682.

<sup>31</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc.10832.

<sup>32</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 7258.

<sup>33</sup> Miguel Angel de Bunes Ibarra, *op. cit.*, p. 186; *Idem*, «La Vida en los Presidios del Norte de Africa», *Relaciones de la Peninsula Iberica con el Magreb (Siglos XIII-XVI)*, *Actas del Coloquio*, ed. Mercedes Garcia-Arenal y María J. Vigerá, Madrid, C.S.I.C., 1988, pp. 561-590; Isabel Mendes e Paulo Drumond Braga, «Andaluzes em Tânger...»; Bartolomé Bennisar, *op. cit.*, p. 422.

<sup>34</sup> Sobre conversões no século XVI cf. Bernard Rosenberger, «Mouriscos et Elches: Conversions au Maroc au Début du XVI<sup>e</sup> Siècle», *Relaciones de la Peninsula [...]*, pp. 621-644.

<sup>35</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc.10588.

só pode ser entendida como receio dum levantamento a bordo, no qual os elches se colocassem ao lado dos cristãos atacados.

Por vezes, os renegados possuíam objectos de culto, como José Orlando que guardava uma imagem de Cristo<sup>36</sup>, ou Luís que ficara na posse dos mouros, com os pais, quando tinha quatro meses. Quando a mãe faleceu encontrou um terço escondido. Este, sabendo da sua origem católica, falava com os cristãos, de tal modo que tinha notícia do mistério da Trindade e dos sacramentos, além de possuir uma imagem de Santo António que um cristão lhe tinha dado<sup>37</sup>. Declarou ainda ter ouvido dizer que a Inquisição era rigorosa. Em África, confessou ser amigo dos cristãos «quando em Argel os via necessitados lhe acodia com o sustento que podia tirado muitas vezes da sua ração e acodindo-lhe com alguma roupa»<sup>38</sup>.

Além disto, todos os elches confessaram à Inquisição, como é compreensível, que tinham renegado só exteriormente, pois no interior nunca se tinham apartado da santa fé. Aparece apenas uma excepção. José Lopez, de Alicante, aprisionado aos sete anos, «como não tinha notícia de nossa santa fe como tem ditto parecendo-lhe bem a ceita dos mouros e que nella podia salvar sua alma se fez mouro em seu coração crendo e esperando salvar-se na dira seita»<sup>39</sup>. Acrescente-se que José Lopez era baptizado, desconhecia o que era o crisma, e ao contrário da maioria dos outros renegados, não sabia qualquer oração cristã.

A idade com que estes homens eram feitos cativos, o tempo que permaneciam na sua crença e a duração do cativo, eram também factores a ter em conta. Duma maneira geral, os mais jovens renegavam mais rapidamente. As maiores pressões eram-lhes feitas, como meio de os amedrontar. Os mais velhos eram levados a essa atitude após vários anos de cativo, talvez porque já tivessem perdido a esperança de se resgatarem<sup>40</sup>.

<sup>36</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 7700.

<sup>37</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 2518. O réu conta que um Turco, ao descobrir a imagem de Santo António, partiu-a atirando-a para o chão, ficando em seguida com os braços tolhidos. O Turco afirmou em seguida que talvez a ceita dos Cristãos fosse melhor.

<sup>38</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 2518

<sup>39</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 5334

<sup>40</sup> Os resgates eram poucos para o número de cativos que permaneciam em poder dos muçulmanos. Sobre esta matéria vd. Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica da Ordem da Santissima Trindade da Redenção dos Captivos*, 2 vols., Lisboa, 1789; AA.VV., *Las Dos Ordenes Redentoras en la Iglesia*, Madrid, 1989; Raoudha Guemara, «Il Riscatto degli Schiavi Genovesi a Tunisi Nella Seconda Metá del '600», *Atti del IV Congresso Internazionale di Studi Storici [...]*, pp. 103-122; Isabel Maria Ribeiro Mendes, «Uma Via de Resgate de Cativos Cristãos em Marrocos: Ceuta», *Ceuta Hispano Portuguesa*, pub. Alberto Baeza Herrazti, Ceuta, 1993, pp. 273-288; *Idem*, «O Primeiro Resgate Geral de Cativos após a Restauração», *Itinerarium*, vol. 40, Braga, 1994, pp. 117-130.

## QUADRO I

## Elches Estrangeiros, Idade e Tempo de Cativoiro

PROCESSO	DATA	NOME	IDADE	TEMPO CATIVEIRO	CATIVO COM	MANTEVE CRENÇA
5683	1620	ANDRÉ	23	8	15	—
7258	1620	FERNANDO GIRÃO	21	3	18	0
6	1620	JOÃO DE LACERNA	21	3	18	0
5686	1620	ALONSO DE OSUNA	22	3	19	0
2538	1620	SEBASTIAO LAZARO	25	3	22	0
10832	1620	JOÃO BAPTISTA	22	3	29	0
10929	1623	JOÃO PAYOL	20	4	16	
10588	1623	ISAC DRUHE	19	8	11	3 Meses
1651	1631	MIGUEL BOUER	20	7	13	
1296	1632	JOÃO CRIMP	21	9	12	5 Meses
3373	1632	GUILHERME ARÇON	21	6,6	14,6	8 Dias
2510	1633	PEDRO ODEL	20	3	17	0
3044	1634	PEDRO VERNUDES	32	10	11	9,8 Anos
2511	1635	MIGUEL DE NORIEGA	24	9	15	4 Anos
2509	1635	MAURICIO NOEL	24	6	18	3Anos
5334	1636	JOSÉ LOPEZ	19	12	7	7 Anos
7061	1651	JOÃO PIVER	44	22	22	14 Anos
2236	1651	PEDRO MAHED	20	8	12	
1642	1651	NICOLAS MARIBON	38	18	20	8 Anos
7065	1651	JOÃO BUENAUT	25	7	18	3 Anos
2755	1668	JOÃO BAPTISTA	28	12	16	8 Anos
7701	1684	JOÃO	26			
7700	1684	JOSÉ ORLANDO	50	30	20	6 Anos
1192	1684	TEODORO	40			
2298	1685	BENTO DO SOUTO	33	14	19	12 Anos
71727	1685	ISAC ANDERSEN	27	10	17	6 Anos
2518	1685	LUIIS	35	35	0	4 Meses

A passagem de cristão a muçulmano obedecia a um cerimonial bastante fácil. O indivíduo apenas tinha que levantar o indicador da mão direita e dizer «La ilah illa Allah Muhammed rezul Allah» que significa «Não há outra divindade a não ser Deus e Maomé é o seu Profeta»<sup>41</sup>. Quase todos relatam tal prática. Contudo, exemplifiquemos com os casos de João Piver, João Buenaut e Alonso de Osuna, em que se passou algo distinto.

João Piver, natural de La Rochelle, afirmou que levantou o dedo para o céu e disse estar mouro<sup>42</sup>, João Buenaut, de Marselha, explicou que «havera agora quatro annos pouco mais ou menos apertarão mais com elle e lhe atarão as mãos e hua cadea nos pes e lhe cortarão o cabelo deixando-lhe hua guedelha no alto a modo de mouro e o vestirão em trage de mouro

<sup>41</sup> Bartolomé Bennassar, *op. cit.*, p. 350.

<sup>42</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 7061.

e o obrigarão a dizer que estava tornado mouro»<sup>43</sup>. Nunca disse a frase, nem foi circuncidado. Alonso de Osuna após ter proferido a frase, foi levado a cavalo, acompanhado por música de guerra, passando por algumas ruas e recebendo esmola, que este calculou ser no valor aproximado de 10 cruzados<sup>44</sup>.

Após a frase, seguiam-se outros preceitos, nomeadamente a circuncisão, o corte do cabelo e a adopção de outro tipo de vestuário. Se alguns se deixavam circuncidar sem opor resistência, outros havia que não o permitiam, como Pedro Vermudes, natural de Málaga<sup>45</sup>. Casos mais notáveis foram os de Bento do Souto, que não foi circuncidado porque ficava enfermo mais de 50 dias<sup>46</sup> e o patrão queria que ele trabalhasse<sup>47</sup>, e o de João Payol, de Bordéus, que opôs resistência: «o tomarão des homens e o attarão de pes e mãos lhe taparão a boca com hum pano e estando assi o cortarão»<sup>48</sup>.

Caso inconclusivo é o do grego João, que afirmou e reafirmou não ter sido circuncidado, enquanto o parecer dos dois médicos da Inquisição era contrário. Estes alegaram que o réu era circuncidado, embora a cicatriz fosse mais pequena do que as que costumavam observar. O réu afirmou que «o cirurgião que fez a vesturia não intendia bem das cortaduras»<sup>49</sup>.

Um número significativo, senão o total, (alguns processos são omissos a respeito de alguns destes itens) usavam uma guedelha comprida e vestiam trajes de turcos. Guilherme Arçon disse usar «giquetas te mea perna e barrete vermelho na cabeça»<sup>50</sup>, José Orlando acrescentou que a camisa era fechada à frente<sup>51</sup> e Bento do Souto afirmou que vestia «jaqueta e calções té meio da perna e camisa fechada por diante e pellas ilhargas como a das mulheres»<sup>52</sup>.

Com a mudança de credo vinha também a mudança de nome, cuja grafia é frequentemente deturpada pelos portugueses. Os nomes mais

---

<sup>43</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 7065.

<sup>44</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 5682.

<sup>45</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 3044.

<sup>46</sup> Parece ser exagero, porque em regra curavam-se em cerca de uma semana ou ainda menos. José Orlando afirmou que «sarou dentro em quatro ou cinco dias por ser de boa carnadura» Cf. A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 7700.

<sup>47</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 2298.

<sup>48</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 10929.

<sup>49</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 7701. O réu dá a explicação completa duma circuncisão.

<sup>50</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 3373. Algumas indicações sobre trajes de muçulmanos podem ver-se in Guillermo Gozalbes Busto, *Estudios sobre Marruecos en la Edad Media*, Granada, 1989, pp. 283-338.

<sup>51</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 7700.

<sup>52</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 2298.

comuns neste universo são: Mami, Maomet, Mustafa e Hamet como se pode ver pelo quadro seguinte:

QUADRO II

## Nomes Árabes dos Renegados Estrangeiros

PROCESSO	NOME CRISTÃO*	NATURA- LIDADE	NOME ÁRABE	TRANSLITE- RAÇÃO
5683	ANDRÉ	CRETA		
7258	FERNANDO GIRÃO	GRANADA	HAMET	AHMAD
6	JOÃO DE LACERNA	MADRID	MAMI	
5682	ALONSO DE OSUNA	OSUNA	MORL	
2538	SEBASTIÃO LAZARO	GRANADA	ALI	ALI
10832	JOÃO BAPTISTA	VALENCIA	MAHOMET	MUHAMMAD
10929	JOÃO PAYOL	BORDÉUS	MAMI	
10588	ISAC DRUHE	BORDÉUS	MAAMET	MUHAMMAD
1651	MIGUEL BOUER	BARCELONA		
1296	JOÃO CRIMP	PLYMOUTH		
3373	GUILHERME ARÇON	LEIME	AMAN	
2510	PEDRO ODEL	FRANÇAS	OLIMAN	SULAYMAN
3044	PEDRO VERNUDES	MALAGA	MOSTAFA	
2511	MIGUEL DE NORIEGA	BURGOS	ASSÃO	HAÇAN
2509	MAURICIO NOEL	BRETANHA	MAMIM	
5334	JOSÉ LOPEZ	ALICANTE	MOSTAFA	
7061	JOÃO PIVER	LA ROCHELLE	BEIRAO	
2236	PEDRO MAHED	BRETANHA	MORAT	
1642	NICOLAS MARIBON	MAIORCA	ASSAN	HAÇAN
7065	JOÃO BUENAUT	MARSELHA	ISSUA	
2755	JOÃO BAPTISTA	ROMA	BASTAFAN	
7701	JOÃO	GRÉCIA		
7700	JOSÉ ORLANDO	PALERMO	REGIPE	
1192	TEODORO	GRÉCIA		
2298	BENTO DE SOUTO	GALIZA		
1727	ISAC ANDERSEN	NORUEGA	ARREZA	
2518	LUIS	TOULOUSE	MAHOMET	MUHAMMAD

\*Nome tal como aparece no processo

Aceite a nova crença, importava viver em harmonia com ela, respeitando dadas proibições e praticando determinados actos. Como se sabe, o Islamismo assenta em cinco pilares, a profissão de fé, a oração ritual, o jejum do Ramadão, a esmola legal e a peregrinação<sup>53</sup>. Por vezes, os renegados afirmavam desconhecer o significado das práticas islâmi-

<sup>53</sup> Cf., de entre outros, Dominique Sourdél, *O Isão*, trad. Mariana Quintela, [s. l.], Publ. Europa-América, [s.d.], pp. 56-60.

cas<sup>54</sup>, ou o conteúdo das orações, as quais proferiam frequentemente sem saber o que queriam dizer, até porque não dominavam o árabe<sup>55</sup>.

Aos inquisidores importava saber não só o que os réus tinham feito, mas também o que tinham deixado de fazer. Isto é, se tinham desrespeitado a proibição católica de comer carne às sextas-feiras e durante a Quaresma, e se haviam abolido da alimentação a carne de porco e o vinho. Duma maneira geral, podemos afirmar que ingeriam carne nos períodos desfos, e que não deixavam de consumir carne de suíno e beber vinho, embora o fizessem às escondidas. Excepções parecem ter sido José Lopez que nunca mais comeu toucinho<sup>56</sup> e José Orlando que não ingeria carne de porco nem bebia vinho<sup>57</sup>. Mais interessantes são as informações de Fernando Girão<sup>58</sup> e Pedro Odel. Tanto o andaluz como o francês afirmam que alguns mouros também bebiam. O último esclarece: «bebia vinho no ditto tempo porque alguns mouros o bebem e que os christãos fazem lá o vinho e o vendem»<sup>59</sup>.

O jejum do Ramadão era outro dos preceitos que deveria ser respeitado. A maioria diz não o fazer, enquanto outros afirmam que só o faziam à frente dos mouros, comendo às escondidas. Isac Druhe fez 3 jejuns<sup>60</sup>, João Crimp, natural de Plymouth, jejuou apenas nos primeiro e último dia<sup>61</sup>, Guilherme Arçon<sup>62</sup>, José Lopez<sup>63</sup>, José Orlando<sup>64</sup>, Isac Andersen<sup>65</sup> e

---

<sup>54</sup> Miguel Angel de Bunes Ibarra, «Reflexiones sobre la Conversion [...]», p. 188.

<sup>55</sup> Sobre a língua árabe cf. Bernard Lewis, *Os Árabes na História*, trad. Maria do Rosário Quintela, Lisboa, Ed. Estampa, 1990, pp. 149ss. Em muitas cidades do Norte de África que se dedicavam ao corso utilizava-se frequentemente a chamada língua franca. Ou seja, uma aglutinação de vocábulos de todos os idiomas dos países mediterrânicos. Cf. Miguel Angel de Bunes Ibarra, *La Imagem de los Musulmanes [...]*, p. 185.

<sup>56</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 5534. Um gentio que se tornou cristão e posteriormente muçulmano foi detectado também porque comia toucinho. Cf. Isabel Maria Ribeiro Mendes, «Ceuta, Residência dum Antigo Corsário Oriental», *Cuadernos del Archivo Municipal de Ceuta*, n.º 8, Ceuta, 1990, no prelo.

<sup>57</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 7700.

<sup>58</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 7258.

<sup>59</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 2510. Tal notícia não é inédita, lembremos que, por exemplo, no final do séc. XV, o *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama*, ap. e notas de Neves Águas, Lisboa, Publ. Europa-América, [s.d.], p. 40, regista que o embaixador do rei de Moçambique era um Mouro branco, xarife, que por sinal era muito bêbado.

<sup>60</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 10588.

<sup>61</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 3373.

<sup>62</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 3373.

<sup>63</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 5334.

<sup>64</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 7700.

<sup>65</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 1727.

Luís<sup>66</sup>, dizem que jejuavam, não fornecendo mais pormenores, e Pedro Vernudes afirma que fingia<sup>67</sup>, tal como Bento do Souto<sup>68</sup>.

Igualmente importante era a ida às mesquitas e a realização da salá. Nem todos os que renegavam cumpriam este ritual, até porque, ao que parece, não eram obrigados, se dermos crédito ao depoimento de Guilherme Arçon, segundo o qual «os mouros não obrigão a ninguem a hir as misquitas»<sup>69</sup>. Fernando Girão<sup>70</sup> e João de Lacerna<sup>71</sup> declararam ter entrado, mas apenas para as ver, sem qualquer intuito de culto. Há, contudo, outros testemunhos que fornecem pormenores.

Miguel Bouer, catalão, explicita que «hia as misquitas fazia a salla pondo a cabeça no chão em companhia de seu patrão Sid e de outros mouros em companhia de muitos christãos arrenegados»<sup>72</sup>, João Crimp, de Plymouth, confessou que «hia as misquitas e nellas antes disso lavava as partes inferiores e as mãos e a boca e rosto como os mouros costumão e dentro nas ditas misquitas fazia a sallá como elles abaxando a cabeça duas vezes»<sup>73</sup>. Pedro Vernudes, andaluz, afirmou que «entrando nellas levantava as mãos para o ar com os mais e de que hoia dizendo as palavras seguintes: Alahacobar (*sic*) que querem dizer o Deos grande, depois de que fazia a salla debruçando-se sobre a terra até tocar com a testa o chão»<sup>74</sup>. Freqüentador assíduo das mesquitas, parece ter sido o romano João Baptista, que ía diariamente e «tanto que entrava nellas se lançava no chão beijando-o na forma que o costumavão fazer os mouros»<sup>75</sup>.

João Crimp e Pedro Vernudes declararam saber orações. O primeiro disse conhecer algumas em árabe, embora ignorasse o que queriam dizer<sup>76</sup>; enquanto o segundo repetiu muitas vezes uma oração que começava por «bismi la»<sup>77</sup>. Se a oração ritual é um dos elementos essenciais do culto, que obedece a um conjunto rigorosamente fixo de gestos e de palavras, constituindo um acto de louvor e adoração após o fiel ter realizado uma ablução para se purificar<sup>78</sup>; já a peregrinação era uma obrigação com

66 A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 2518.

67 A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 3044.

68 A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 2298.

69 A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 3373.

70 A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 7258.

71 A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 6.

72 A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 1651.

73 A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 1296.

74 A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 3044.

75 A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 2755.

76 A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 1296.

77 A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 3044.

78 Cf. Dominique Sourdel, *op. cit.*, p. 56.

características específicas. Os muçulmanos deveriam fazê-la uma vez na vida, mas só se tal lhes fosse possível (por exemplo se tivessem saúde e meios materiais)<sup>79</sup>. Na documentação em estudo apenas encontramos o testemunho do galego Bento do Souto, o qual confessou que «fora hua vez em companhia de seu patrão à casa de Meca porem não entrou nella nem foi com tenção de fazer romaria mas somente por acompanhar o ditto seu padrão»<sup>80</sup>.

Os banhos eram outra cerimónia pouco praticada<sup>81</sup>. José Orlando, natural de Palermo, afirmou ter ido uma vez para ficar livre dos pecados, mas a impressão que reteve foi a de que a cerimónia era um embuste<sup>82</sup>. José Lopez, de Alicante, confessou que ía, sem fazer mais nenhum comentário<sup>83</sup>. Os restantes renegados que afirmaram ter frequentado os banhos, disseram que o haviam feito por questões de higiene. Neste caso temos Miguel de Noriega, que ia «afim de se lavar e alimpar»<sup>84</sup>, João Piver<sup>85</sup>, Nicolas Maribon<sup>86</sup> e João Buenaut, que ía «aos banhos como os christãos vão por occazião de se lavar»<sup>87</sup>.

Os processos indicam ainda alguns outros rituais próprios dos muçulmanos, como por exemplo o modo específico de matar animais ou de realizar casamentos. José Orlando confessou que matava galinhas à moda dos mouros<sup>88</sup>, isto é, degolando-as viradas para o Oriente, e sangrando-as em seguida<sup>89</sup>. Maurício Noel, ao confessar as práticas islâmicas que havia feito, explicitou que punha «a mão na barba por conteporizar somente»<sup>90</sup>.

Apenas dois elches afirmam ter contraído matrimónio em Argel. Trata-se de João de Lacerna a quem fora dada uma «carta de casamento»,

<sup>79</sup> Cf. Idem, *ibidem*, pp. 58-60.

<sup>80</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 2298.

<sup>81</sup> Importa não confundir os banhos de água com os «banhos», bairros onde viviam os Cristãos e onde se praticavam sérios desvios doutriniais. Cf. Miguel Angel de Bunes Ibarra, «La Conversion al Islam [...]», p. 195; Bartolomé Bannassar, *op. cit.*, p. 296; Ellen G. Friedman, *Spanish Captives in North Africa in the Early Modern Age*, Londres, Wisconsin University Press, 1983, pp. 60ss.

<sup>82</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 7700.

<sup>83</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 5334.

<sup>84</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 2511-

<sup>85</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 7061-

<sup>86</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 1462.

<sup>87</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 7065-

<sup>88</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 7700-

<sup>89</sup> Esta prática também é visível nos processos de mouriscos. Cf., por exemplo, Mercedes Garcia-Arenal, *Inquisición y Moriscos. Los Procesos del Tribunal de Cuenca*, Madrid, Siglo XXI, 1983, p. 70.

<sup>90</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 2509.

negociada por um muçulmano<sup>91</sup>, e Luís, o qual à data que chegou a Portugal se confessou solteiro, porque havia repudiado a esposa, a qual já tinha realizado novo enlace<sup>92</sup>. Nenhum dos dois refere a celebração de qualquer ritual específico, o que não é de estranhar, porque nos países muçulmanos o casamento é um acto civil<sup>93</sup>.

A poligamia decerto atraía os cristãos<sup>94</sup>, embora nenhum tivesse confessado esse desígnio à Inquisição. Pelo contrário, ou negavam, ou até chegavam a mostrar-se não simpatizantes com tal prática. É o caso de Luís, aprisionado com os pais quando contava apenas quatro meses, e que afirmou não concordar com a poligamia tendo até ouvido dizer à mãe «que aquella ley dos turcos não era boa no tocante as mulheres porque seu senhor que era cazado com hua turca era tambem cazado com sua may, delle declarante, e as tinha a ambas de portas a dentro»<sup>95</sup>. Lembremos que o Alcorão limitava a quatro o número de esposas legítimas, mas de entre as escravas o número de concubinas era ao critério de cada homem; ou melhor, estava limitado às suas possibilidades económicas<sup>96</sup>.

Se tivermos em conta as declarações dos réus, será lícito concluir que havia, pelo menos por parte de alguns, uma relativa boa integração na sociedade islâmica. Embora quase todos confessem ter mudado de credo em resultado dum constrangimento mais ou menos evidente – como uma vida difícil e cheia de insultos ou de maus tratos físicos – afirmando, como já vimos, que no seu íntimo nunca se tinham desligado da fé em Cristo, também é verdade que tais declarações são feitas perante um tribunal que já julgar os seus actos.

Não podemos esquecer que todos estes estrangeiros chegaram a Portugal porque andavam a corso, se bem que alguns afirmem ter levado o barco a encalhar propositadamente, com o intuito de regressar à Europa. Fernando Girão<sup>97</sup>, João de Lacerna<sup>98</sup>, Alonso de Osuna<sup>99</sup>, Sebastião Lazaro<sup>100</sup> e João Baptista<sup>101</sup> são unânimes em confessar que decidiram «dar com o navio em terra» para voltarem para o seio da Cristandade, o

91 A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 7258.

92 A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 2518.

93 O casamento verdadeiramente muçulmano seria contraída perante um cadí. Cf. Mercedes García Arenal, *op. cit.*, p. 59.

94 Cf. Bartolomé Bennassar, *op. cit.*, pp. 475ss

95 A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 2518.

96 Cf. Dominique Sourdel, *op. cit.*, p. 65.

97 A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 7258.

98 A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 6.

99 A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 5682.

100 A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 1538.

101 A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 10832.

que não tinha obstado a que em anteriores viagens tivessem feito curso no cabo de S. Vicente<sup>102</sup>.

A quase totalidade dos réus confessou que a embarcação em que vinha tinha dado à costa. Mas algumas destas chegadas não são isentas de peripécias. Se Bento do Souço mais não fez do que aproveitar a situação, saindo para terra quando a ocasião já não implicava perigo<sup>103</sup>, João Piver<sup>104</sup>, João Buenaut<sup>105</sup> e João Baptista<sup>106</sup> fugiram, respectivamente, numa lancha, a nado e numa sétia.

Houve também quem pelejasse numa forma árdua para voltar para terra de cristãos. João Crimp, um católico inglês, confessou que ele e os seus companheiros, de entre os quais Miguel de Bouer e Pedro Mahed, tinham saído com ideia de não voltarem para África. No Cabo de S. Vicente fugiram e lançaram o patrão ao mar<sup>107</sup>. João Payol<sup>108</sup> e Isac Druhe referem uma luta que durou 30 minutos. No Cabo de S. Vicente avistaram uma caravela que pretendiam atacar. Os cristãos, em número de sete, e os cinco renegados, aproveitaram para tomar as armas contra os 36 turcos. O resultado da peleja permitiu aos europeus fugirem depois de terem ferido oito turcos e de terem encerrado metade dos restantes debaixo da coberta<sup>109</sup>. Situação semelhante é relatada por Pedro Odel<sup>110</sup>.

Outros, mais audaciosos, chegavam a desembarcar e ir fazer cativos na costa algarvia, entrando por terra<sup>111</sup>. Neste caso temos Pedro Vernudes, o qual, em Quarteira, foi roubar a ermida de Santo António, com outros, aproveitando depois o ensejo para fugir «gritando pollo favor de Nossa Senhora do Rosário que o livrasse do poder dos turcos»<sup>112</sup> e Miguel de Noriega, o qual saíu para cativar pessoas e vacas na zona de Lagos, e depois fugiu «por hum monte acima»<sup>113</sup>.

---

<sup>102</sup> No Cabo de S. Vicente tinham encontrado um navio de alemães católicos carregado de cera, seda, cutelos, cadeados, linhas, anil, trigo e centeio. Os ocupantes fugiram mas as mercadorias foram aprisionadas e vendidas em Salé. Cada soldado recebeu três meticais.

<sup>103</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 3373.

<sup>104</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 7061.

<sup>105</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 7065.

<sup>106</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 2755.

<sup>107</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, procs. 1296, 1651, 2236.

<sup>108</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 10929.

<sup>109</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 10588.

<sup>110</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 2510.

<sup>111</sup> Cf. Isabel Maria Ribeiro Mendes, «Alguns Elementos para o Estudo dos Cativos [...]», p. 55.

<sup>112</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 3044.

<sup>113</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 2511.

Caso *sui generis* foi o de Maurício Noel. Este francês embarcou-se numa lancha junto a Faro, quando andava a corso, e, ao amanhecer, foi tomado por dois barcos cristãos<sup>114</sup>. Atendendo a que há seis anos tinha sido aprisionado no mar pelos turcos, a repetição da experiência conduziu-o de novo à Cristandade através dos mesmos meios, mas sem que ele tivesse tido qualquer intervenção activa.

Todos estes aspectos que temos vindo a tratar pesavam na decisão do Tribunal do Santo Ofício. O modo como os antigos cristãos tinham passado a adoptar um credo diferente, as cerimónias que tinham praticado e o modo de regressarem, eram registados para averiguar da culpabilidade dos réus. Contudo, a Inquisição era bastante benevolente face a estes homens. Decerto interessava-lhes o seu regresso, numa idade em que podiam ainda ser úteis, ao mesmo tempo que recuperavam mais almas para a Igreja. Deste modo, as sentenças dos processos resultam quase iguais para todos, com abjuração de leve suspeito na fé, absolvição *ad cautelam* da eventual excomunhão em que tivessem incorrido, instrução e penitências espirituais, além do eventual pagamento das custas do processo.

Muitos dos processos não têm testemunhas de acusação porque são os próprios réus que ao chegarem se dirigem a párocos que os conduzem ao tribunal, ou são presos e depois aí conduzidos. Como na maioria dos casos nunca chegava apenas um só renegado, as culpas de cada um aparecem também nos processos dos outros, dado que lhes era sempre perguntado se conheciam mais cristãos que tivessem apostatado, e que tipo de comportamento tinham.

Além do regresso por esta via, por vezes ao acaso, havia outros meios de voltar, como a perigosa fuga por terra, por vezes conseguida<sup>115</sup>, e os resgates efectuados sobretudo pelos religiosos trinitários<sup>116</sup>, embora sempre em número insuficiente para o número de cativos em poder dos muçulmanos.

---

<sup>114</sup> A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, proc. 2509.

<sup>115</sup> Isabel M. R. Mendes, *O Mosteiro de Guadalupe [...]*, pp. 49-52; 124-133.

<sup>116</sup> Cf. a bibliografia citada na nota 40.

## AUTO-DA-FÉ DE COIMBRA DE 14 DE JUNHO DE 1699

---

*Isaías da Rosa Pereira*

O Auto-da-Fé celebrado em Coimbra, no Terreiro de S. Miguel, no dia 14 de Junho de 1699, apresenta algumas características que merecem uma reflexão, tanto mais que os Autos-da-Fé nunca foram estudados convenientemente e, por outro lado, temos pouquíssimas descrições destas cerimónias.

Deste Auto possuímos a Lista impressa dos réus nele penitenciados e a descrição das cerimónias, feita por um capuchinho francês que esteve presente em Coimbra nesses dias.

Foi um Auto longo, pois só terminou no dia seguinte dado que compareceram 86 réus e foram queimadas as ossadas de um homem falecido no cárcere. Assim, foi necessário ler 87 sentenças.

Os penitenciados foram 50 homens e 30 mulheres, tendo sido relaxados ao braço secular, e naturalmente executados pelo fogo, 3 homens e 3 mulheres e uma urna com os restos mortais de um homem já falecido, mas também com sentença de relaxado ao braço secular.

A primeira observação que se nos apresenta como digna de nota é a da residência dos réus, dos quais 74 provinham de Trás-os-Montes e de terras próximas umas das outras:

- CHACIM, concelho de Macedo de Cavaleiros, 15 homens e 13 mulheres;
- CARÇÃO, concelho de Vimioso, 15 homens e 9 mulheres;
- ARGOSELO, concelho de Vimioso, 12 homens e 3 mulheres;
- BRAGANÇA, 2 homens, e de BOISENDE, termo da cidade, 1 homem e duas mulheres;
- AZINHOSO, concelho de Mogadouro, 1 homem;
- CAMPO DE VÍBORAS, concelho de Vimioso, 1 homem.

Os restantes 13 eram de diversas localidades.

Verifica-se, assim que Chacim, Carção e Argoselo foram as terras mais sacrificadas, com 67 réus, cinco dos quais foram queimados.

Note-se também o elevado número de pessoas oriundas do Reino de Castela; 25 homens e 7 mulheres, o que não causa muita estranheza porque os neoconvertos expulsos de Espanha se fixaram nas terras da raia.

Por outro lado, muitos membros da mesma família foram ter aos cárceres da Inquisição de Coimbra:

– *Domingos Lopes Ruivo*, com a mulher Maria Lopes Vinagre (esta relaxada), e os filhos André Lopes e Domingos Lopes Ruivo (nome igual ao do pai);

– *Jorge Lopes*, com a mulher Isabel Rodrigues, o filho Henrique Lopes e as filhas Brites Lopes e Catarina Lopes;

– *António Lopes de Oliveira*, com a mulher Ana de Oliveira.

É muito provável que estas três famílias fossem parentes, embora não tenhamos elementos que o confirmem.

– *Gabriel Rodrigues*, com a mulher Brites Lopes Martins.

– *Filipe Rodrigues*, com a mulher Branca de Chaves e as filhas Maria Lopes Cinzenta e Filipa Dias.

Também é provável que estes dois casais fossem parentes.

– *Luís Lopes Henriques*, com a mulher Maria Lopes Henriques;

– *Domingos Álvares*, com a mulher Isabel Pires;

– *Manuel Lopes*, com a mulher Ana Lopes (ambos relaxados).

– *Alexandre de Mesquita*, *Manuel Lopes Álvares* e *Raimundo de Mesquita*, irmãos, filhos do médico António Rodrigues de Mesquita.

Quanto a profissões, temos os seguintes dados:

- Curtidores – 26
- Torcedores de sedas – 4
- Tecelões de sedas – 2
- Tratantes – 4
- Surradores – 4
- Cardadores – 3
- Sacerdotes – 3
- Lavradores – 2
- Jornalheiros – 2
- Um sapateiro, um mercador, um rendeiro e um tendeiro.

Note-se que 3 ou 4 exerciam mais do que uma profissão.

Também nos parece de assinalar as idades de alguns réus que eram bastantes jovens. Na estatística que abaixo se propõe não ultrapassámos os 30 anos. Assim, aparecem 26 homens com idades compreendidas entre os 15 e os 30 anos; e 14 mulheres com idades entre os 15 e os 28 anos.

HOMENS	MULHERES
15 anos - 1	15 anos - 1
19 anos - 2	16 anos - 1
20 anos - 2	21 anos - 1
21 anos - 5	22 anos - 2
22 anos - 5	24 anos - 3
24 anos - 1	25 anos - 1
25 anos - 2	26 anos - 3
27 anos - 1	28 anos - 2
28 anos - 2	
29 anos - 4	
30 anos - 1	

De assinalar ainda que a maioria dos réus eram cristãos-novos: 48 homens (sobre 54); 28 mulheres (sobre 33).

Destes réus, cinco homens e seis mulheres já tinham sido penitenciados em Autos anteriores, sendo, por isso, relapsos.

Além da Lista do Auto que se publica em anexo, possuímos a descrição feita pelo chapuchinho francês, que estava de passagem em Coimbra como já se indicou. É por este relato que se ficou a saber que o Auto durou dois dias e também o lugar exacto em que eram executados em Coimbra os relaxados ao braço secular.

O religioso francês refere com pormenor os dois *actos* diferentes no cerimonial e no local: o *Auto* em que se liam as sentenças, se absolviam os penitenciados e se entregavam ao braço secular os relaxados; e a *execução* destes pelo fogo, de noite, junto ao Mondego, acompanhados pelos irmãos da Misericórdia e as autoridades civis, e a que não assistiam os inquisidores.

Publicamos o referido relato, que o Dr. Teixeira de Carvalho traduziu do francês e editou no jornal de Coimbra intitulado *Resistência*, nos números de 21 de Abril e de 5 e 9 de Maio de 1907.

Transcrevemos daquele periódico apenas o que se refere ao Auto de 1699, com ortografia actualizada. Os outros pormenores do relato do chapuchinho nada têm a ver com o assunto que nos interessa aqui.

Com a divulgação destes documentos fica esclarecido em que lugar se realizava em Coimbra a execução dos relaxados ao braço secular. Para Lisboa, já o sabíamos: as fogueiras faziam-se no sítio do Chafariz, que fica em frente ao Terreiro do Trigo para além do Terreiro do Paço indo em direcção a Alfama.<sup>1</sup> Falta-nos esclarecer onde se realizava tal cerimónia em Évora, logo que os documentos incontestáveis no-lo revelem.

<sup>1</sup> Publicámos os documentos sobre este assunto no artigo *Para a História da Inquisição em Portugal: O que era um Auto-da-Fé*, «Os Portugueses e o Mundo - Conferência Internacional», Vol. II «História, Filosofia e Direito», Porto 1988, p. 173-180.

**Descrição do Auto-da-Fé de Coimbra de 14 de Junho de 1699  
por um Padre capuchinho francês que a ele esteve presente**

Na Biblioteca de Rouen encontrei a curiosa descrição da viagem a Espanha e Portugal feita pelo padre francês *de Tours*, pregador, da ordem dos capuchos, em 1698, e escrita e dada por ele mesmo aos capuchos de Orléans. (.....)

O frade francês era de Nevers e daí veio correndo Orléans, Blois, Tours, Fontainebleau, Rouen, Havre, Caen, Cadis e San Lucar. Entrou o bom do capuchinho por Moura, passou por Vidigueira, Porto de El-Rei e pôs-se com o companheiro a caminho de Alcácer do Sal. (.....).

Na manhã do dia 14 de Junho de 1699 – pelas seis horas viu-se sair da inquisição a cruz dos reverendos padres de S. Tiago, atrás da qual seguiam oitenta e seis prisioneiros, com a estátua em relevo dum que tinha morrido impenitente na prisão, e com um cofre pintado de chamas infernais.

A maior parte destes prisioneiros eram judeus.

Iam uns atrás dos outros, segurando uma vela amarela na mão, com o seu rosário que quase arrastava pelo chão, e acompanhados por dois irmãos da Misericórdia.<sup>2</sup>

Os que eram convictos de judaísmos e tinham gritado misericórdia não eram condenados senão a penas temporais, como ser banidos do reino, metidos na cadeia durante algum tempo e levar uma túnica, como dalmática, sobre que havia, de alto a baixo, uma grande cruz amarela.

Atrás desta primeira cruz caminhavam oitenta presos; depois deles seguia-se outra cruz, no alto da qual havia um grande crucifixo, atrás de que seguiam três homens e três mulheres, que haviam de ser queimados por não terem querido retractar-se e gritar misericórdia.<sup>3</sup>

Iam revestidos de uma túnica pintada com chamas infernais, com o seu retrato na frente.

Cada um tinha um reverendo padre jesuíta para os exortar a retractar-se, mas inutilmente; porque, quando queriam fazer-lhes beijar o crucifixo, eles o repeliavam com violência, e assim morreram.

<sup>2</sup> É provável que haja aqui um lapso do padre francês, pois os réus eram acompanhados por familiares da Inquisição e não por irmãos da Misericórdia.

<sup>3</sup> Estes números são rigorosamente exactos. Na verdade, saíram neste Auto 50 homens e 30 mulheres e foram relaxados ao braço secular (que os executou pelo fogo) três homens e três mulheres, bem como um homem relaxado em estátua. Da lista do Auto consta ainda uma mulher que morreu no cárcere, mas foi absolvida. Esta mulher não vem numerada na lista; aparece o seu nome no fim da relação das 30 mulheres penitenciadas. Se se quiser ser mais exacto em números, diremos que se leram 31 sentenças de mulheres, mas uma delas era absolvida das culpas que lhe imputaram. E não compareceu no Auto por ter falecido.

Seguia-os um homem que levava a estátua de um que tinha morrido na prisão impenitente, e um outro um cofre pintado de chamas infernais, onde iam os ossos desse defunto.

Todos estes presos, acompanhados, como disse, por irmãos da Misericórdia, fizeram uma procissão por uma parte da cidade, e foram para um grande teatro<sup>4</sup> que se tinha levantado na praça principal, diante do convento dos cónegos regulares.

Estávamos nesse teatro desde as cinco horas. À entrada da escada havia guardas para impedir o acesso e não deixavam subir senão os padres e religiosos, e pessoas de distinção, porque havia uma multidão esmagadora. Diz-se mesmo que havia mais de doze mil estrangeiros, porque se julgava se veria uma rapariga que tinha sido jesuíta dezoito anos e que tinha tomado ordens de presbítero.<sup>5</sup> E como se aparece nos autos com o hábito com que se foi preso, e, como há três reverendos padres jesuítas que são do conselho de sua majestade, conseguiram que não aparecesse, mas que ficasse o resto de seus dias presa.<sup>6</sup>

Se padres ou religiosos são entregues à inquisição, aparecem com o hábito de padre e de religioso, como eu vi três padres que lá iam e de que falarei no lugar competente.

O teatro estava pois armado na praça principal e deste modo:

Primeiro era coberto de pano de vela. No fundo do teatro, que estava coberto, estavam os inquisidores que condenam somente os criminosos a penas temporais, porque são todos padres e a Igreja tem horror ao sangue; mas, como a justiça secular está na mesma câmara em que eles julgam, abandonam os que não gritam misericórdia e não confessam os seus crimes à justiça secular que, tirando os barretes, os condena ao fogo.

Ao fim do banco dos inquisidores, à mão direita, estava um altar. Havia outro no meio do teatro, ainda à mão direita.

À direita e à esquerda do teatro, que era também alcatifado, estavam os qualificadores do Santo Ofício.

À mão direita, subindo para o teatro, havia um grande anfiteatro. E era necessário que fosse bem grande, pois lá estavam oitenta e seis presos, tendo cada um dois irmãos da Misericórdia.

Diante deste anfiteatro havia um púlpito em que se pregou e se leram o processo e as belas acções de todos os prisioneiros, como direi.

A plateia do teatro era cheia por toda a espécie de honrada gente, não havendo porém mulher alguma.

---

<sup>4</sup> *Teatro*, quer dizer um tablado ou uma grande tribuna onde se realizava o Auto. Chamava-se cadafalso.

<sup>5</sup> Isto deve ser lenda porque não consta de nenhum documento autêntico até hoje encontrado.

<sup>6</sup> É história totalmente inventada porque na Inquisição nunca houve prisão perpétua.

Depois da procissão ter dado uma volta por uma parte da cidade, dirigiram-se ao teatro, os presos colocaram-se no anfiteatro, e apenas estiveram colocados, subiu ao púlpito um padre para pregar e fez quatro pontos para o sermão; um contra os bigamos, um contra os que judaizavam, um contra os blasfemadores do santo nome de Deus, e, enfim o último contra os quietistas, porque de toda esta gente tinha aparecido na inquisição.

Depois do pregador ter pregado, subiu ao púlpito um padre, tendo na mão o processo de um judeu, que saíu do seu lugar do anfiteatro e foi colocar-se diante do altar que estava no meio do teatro, e, mal lá chegou, o padre que estava no púlpito leu tudo o que ele tinha feito, depois do que aquele voltou para o seu lugar, e veio outro depois dele, e assim consecutivamente se liam os processos e as belas acções destes presos.<sup>7</sup>

Do número era um bigamo e um blasfemador que trazia um pau na boca; mas a maior parte dos presos eram judeus.

Havia também três desgraçados padres que ensinavam o quietismo e cometiam muito más acções.

Entre outros os dois últimos, dos quaes o primeiro quis passar por santo, fingindo ressuscitar mortos que estavam cheios de vida, e se gabava de fazer muitos milagres. O segundo era um cura que tinha sido expulso de uma certa congregação, que tinha um certo número de devotas a quem ensinava coisas muito perniciosas, e com as quaes cometia abominações tão grandes que o pudor me não permite pintá-las neste papel.

Tinha também comércio com o demónio, fazendo muitas curas sem remédios, como soldar braços e pernas partidas e outras curas semelhantes.

Apareceram pois os três padres como os outros, por sua vez, diante do altar acima dito, em que lhes leram todas as suas belas acções.

Levaram três horas a ler as infâmias daquele cura expulso de certa congregação, a que todo o mundo levantava os ombros. Só ele se não espantava e as ouvia ler com uma tranquilidade tão grande como se lhe estivessem lendo as mais belas coisas do mundo em louvor seu.

Foram todavia todos três condenados a não exercer mais qualquer função de sacerdócio e a prisão perpétua.<sup>8</sup>

Este modo de ler publicamente todas as vilanias não me agradou; porque havia grande número de mulheres inglesas que estavam às suas janelas e que as ouviam ler, como nós, do que se riam e faziam zombaria, o que é em detrimento da religião. Mas é essa a prática da inquisição.

<sup>7</sup> O que se lia no Auto-da-Fé não eram os processos, o que seria impraticável, mas apenas as sentenças de cada réu. De resto, as outras peças do processo eram secretas.

<sup>8</sup> De facto os dois primeiros foram degradados por toda a vida para o reino de Angola e o terceiro foi condenado a «perpétua e irremissível reclusão nos cárceres do Santo Offício». No entanto, nunca houve prisão perpétua; significa uma pena muito grave. O tempo mais longo de reclusão de que se tem conhecimento foi de seis anos.

Depois de lerem o processo destes três padres, sendo perto da uma hora da tarde, e estando eu a pé desde a uma hora da noite para ir dizer missa; porque as começaram a dizer desde então, atravessei a multidão e fui jantar a casa dos franceses em que estávamos hospedados.

Os outros três padres não tardaram muito tempo a seguir-me; os senhores inquisidores fizeram o mesmo.

Pelas três horas se começou o auto da inquisição, e não acabou senão no dia seguinte depois do meio dia.<sup>9</sup>

Como queriam fazer queimar nesse dia as seis pessoas que tinham sido condenadas ao fogo, começaram por elas, a ler os seus processos, e foram na verdade queimados naquele dia.

Andando nós, pelas nove horas da noite, a passear pelas ruas, ouvimos matracas, como de enterro.

Eram os pobre desgraçados que iam fazer queimar.

Adiante deles ia a cruz da Misericórdia, e eles atrás, mas já sem a túnica em chamas; porque iam todos vestidos de branco.

Todos os irmãos da Misericórdia, em número de mais de quarenta, tinham na mão uma grande tocha de cera branca acesa e, assim, procesionalmente levaram-nos para o areal no meio da ponte, onde havia sete pequenas barracas de madeira, que eu tinha ido ver de dia.

Meteram-nos em cada uma delas, ficando sentados num pequeno banco.

O cofre, em que estavam os ossos do homem morto impenitente na prisão, foi posto numa dessas barracas para ser queimado.

À meia noite puseram fogo às sete barracas, e depois de queimados os corpos, deitaram ao vento as cinzas dos que haviam sido queimados.

Eram pai, mãe, filha e genro.

Aqui está a forma por que se faz um auto na inquisição.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Por esta narração, parece que o Auto foi interrompido cerca da uma hora da tarde e recomeçou às três horas até à noite, recomeçando de novo no dia seguinte até depois do meio dia.

<sup>10</sup> Este documento dá-nos uma informação importante acerca do local e da maneira de executar os relaxados ao braço secular. Não consta que nos outros tribunais se usassem as barracas para colocar nelas os condenados ao fogo.

(Documento publicado pelo Dr. Teixeira de Carvalho no jornal de Coimbra «Resistência», em 21 de Abril, 5 e 9 de Maio de 1907, de onde o copiamos com actualização da ortografia)

LISTA DAS PESSOAS QUE SAÍRAM, CONDENAÇÕES QUE TIVERAM, E SENTENÇAS QUE SE LERAM EM O AUTO PÚBLICO DA FÉ, QUE SE CELEBROU EM O TERREIRO DE S. MIGUEL DA CIDADE DE COIMBRA, EM DOMINGO 14 DE JUNHO DE 1699. SENDO INQUISIDOR GERAL O ILUSTRÍSSIMO SENHOR BISPO D. FREI JOSÉ DE LANCASTRO DO CONSELHO DE SUA MAJESTADE<sup>11</sup>

### HOMENS

Pessoas que não abjuram nem levam hábito

Número	Idades		Penas
1	55	ANTÓNIO LOPES DE OLIVEIRA, cristão novo, curtidor, natural da Vila de Vimioso, e morador na de Chacim Bispado de Miranda, reconciliado que foi por esta Inquisição por culpas de judaísmo no Auto que se celebrou na Igreja do Real Mosteiro de Santa Cruz em 4 de Fevereiro de 1685, preso 2ª vez por relapsia das mesmas culpas.	Três anos para fora do Reino.
2	57	FILIPE RODRIGUES, curtidor, natural e morador na Vila de Chacim, reconciliado que foi por esta inquisição por culpas de judaísmo em 29 de Dezembro de 1684, preso 2ª vez por relapsia das mesmas culpas.	O mesmo.
3	56	FRANCISCO LOPES DE CARVALHO, o Bonitinho de alcunha, cristão novo, torcedor de sedas, natural da cidade de Bragança Bispado de Miranda e morador na Vila de Chacim reconciliado por culpas de judaísmo no Auto da Fé que nesta cidade se celebrou em 14 de Junho de 1671, preso 2ª vez por relapsia das mesmas culpas.	O mesmo.
4	55	GABRIEL RODRIGUES, cristão novo, torcedor de sedas e curtidor, natural da cidade de Bragança e morador na Vila de Chacim, reconciliado por culpas de judaísmo no Auto público da Fé que nesta cidade se celebrou em 26 de Fevereiro de 1664, preso 2ª vez por relapsia das mesmas culpas.	O mesmo.

<sup>11</sup> Actualizámos a ortografia, mas não modificámos nenhuma palavra.

- 5 63 JORGE LOPES, cristão novo, curtidor, natural e morador na Vila de Chacim, reconciliado por culpas de judaísmo no Auto público da Fé que nesta cidade se celebrou em 13 de Fevereiro de 1667, preso 2ª vez por relapsia das mesmas culpas, originário do Reino de Castela. Cinco anos para fora do Reino.
- 6 38 Abjuração de leve  
MANUEL VIEGAS LOBO, Ouvidor Geral e Auditor da gente de guerra na Ilha de São Tomé conquista deste Reino, onde era morador, natural e residente na vila de Abiul Bispado de Coimbra, por casar 2ª vez sendo viva sua primeira mulher. Cinco anos para Angola.
- 7 46 JOÃO FERNANDES, lavrador, natural e morador no lugar de Tourelhe freguesia de Cambres concelho de Lafões Bispado de Viseu por culpas de blasfemias Mordaça, açoites, e dois anos para o Bispado de Miranda.
- 8 54 Primeira abjuração de veemente  
O P. MARCOS REBELO, cura na Igreja de São Brás de Aldeia do Bispo de Ciudad Rodrigo onde era residente, natural da Vila de Torvões, e morador no lugar de Ruidades termo da Vila de Paredes Bispado de Lamego, por molinismo e solicitante. Um ano de reclusão no cárcere que o Santo Ofício lhe assinar e degradado por toda a vida para o Reino de Angola, e que não entre nos lugares de Ruidades e Vilar, e privado para sempre do poder de confessar e pelo mesmo tempo privado do exercício de suas ordens.
- 9 44 O P. Domingos Pires, cura na freguesia de Bousende termo da cidade de Bragança, e natural da quinta de Vilar, freguesia de Soutelo de Penamourisca termo da Vila de Rebordainhos Bispado de Miranda, pela mesma culpa e pela de cooperar em fingidos milagres para certa pessoa ser tida e reputada por santa. Degradado por toda a vida para o Reino de Angola antes do que terá reclusão nos cárceres do Santo Ofício o tempo que parecer para ser instruído nos mistérios da fé, e para sempre privado do poder de confessar e do exercício de suas ordens.
- 10 27 O P. António de Afonseca, sacerdote expulso de certa Congregação, natural da Vila de Amarante Arcebispado de Braga e morador na Vila de Midões Bispado de Coimbra, pela mesma culpa e pela de blasfemo e presunção de ter pacto com o demónio. Privado para sempre do poder de confessar e pelo mesmo tempo suspenso do exercício de suas ordens, e perpétua e irremissível reclusão nos cárceres do Santo Ofício.

## Por judaísmo

## Segunda abjuração de veemente

11 37 JOÃO LOPES RODRIGUES, cristão novo, curtidor, solteiro, filho de Matias Rodrigues, curtidor natural da Vila de Chacim e morador na cidade de Bragança. Cárcere a arbítrio.

12 25 JOÃO LOPES HENRIQUES, cristão novo, sem officio, solteiro, filho de André Lopes, curtidor, natural e morador na Vila de Chacim, originário do Reino de Castela. O mesmo.

13 27 GASPAR FERNANDES LOPES, cristão novo, tecelão de sedas, solteiro, filho de Matias Rodrigues, curtidor, natural da Vila de Chacim, e morador na cidade de Bragança. O mesmo.

14 38 DOMINGOS FERNANDES, o Toroló de alcuinha, meio cristão novo, tosador de cobertores, solteiro, filho de Mateus Fernandes, sapateiro, natural e morador no lugar de Carção termo da Vila de Outeiro Bispado de Miranda, originário do Reino de Castela. O mesmo.

## Terceira abjuração de veemente

15 28 LUÍS LOPES HENRIQUES, cristão novo, curtidor, natural e morador na Vila de Chacim, originário do Reino de Castela. O mesmo.

16 29 MANUEL FERREIRA, três quartos de cristão novo, tecelão de sedas rasas, solteiro, filho de Pedro Ferreira, curtidor, natural e morador na Vila de Chacim, originário do Reino de Castela. O mesmo.

17 30 MANUEL RODRIGUES DA PALMA, cristão novo, cardador e lavrador, solteiro, filho de Domingos Rodrigues, curtidor, natural e morador no lugar de Argoselo termo da Vila de Outeiro Bispado de Miranda. O mesmo.

18 21 DANIEL FERREIRA, três quartos de cristão novo, tecelão de sedas rasas, solteiro, filho de Pedro Ferreira, curtidor, natural e morador na Vila de Chacim, originário do Reino de Castela. O mesmo.

## Primeira abjuração em forma por judaísmo

19 31 ANTÓNIO RODRIGUES, cristão novo, sapateiro, natural e morador na Vila de Vimioso Bispado de Miranda. Cárcere a arbítrio e hábito que se tirará no Auto.

- |                             |    |   |                              |
|-----------------------------|----|---|------------------------------|
| 20                          | 20 | BALTASAR RODRIGUES DIAS, cristão novo, curtidor, solteiro, filho de António Rodrigues, sapateiro e jornaleiro, natural e morador no lugar de Argoselo originário do Reino de Castela.                 | O mesmo.                     |
| 21                          | 43 | MIGUEL RODRIGUES, cristão novo, curtidor, natural e morador no lugar de Argoselo.   | O mesmo.                     |
| 22                          | 22 | JOÃO RODRIGUES DIAS, cristão novo, curtidor e trabalhador, solteiro, filho de António Rodrigues, sapateiro e jornaleiro, natural e morador no lugar de Argoselo.                                      | O mesmo.                     |
| 23                          | 29 | DOMINGOS LUÍS, cristão novo, surrador, natural do lugar de Carção, e morador no lugar de Argoselo, originário do Reino de Castela.  | O mesmo.                     |
| 24                          | 46 | AFONSO LUÍS, cristão novo, surrador, natural e morador no lugar de Argoselo, originário do Reino de Castela.  | O mesmo.                     |
| Segunda abjuração em forma  |    |   |                              |
| 25                          | 31 | MANUEL RODRIGUES ou FERNANDES, o Balardo de alcunha, cristão novo, cardador, natural e morador no lugar de Carção.  | O mesmo.                     |
| 26                          | 24 | BELCHIOR LOPES, cristão novo, surrador, solteiro, filho de Tomás Lopes, surrador, natural e morador no lugar de Carção, originário do Reino de Castela.   | O mesmo.                     |
| 27                          | 36 | ANTÓNIO JORGE, cristão novo, cardador, natural e morador no lugar de Campo de Víboras termo da Vila de Vimioso Bispado de Miranda.  | Cárcere e hábito a arbítrio. |
| 28                          | 19 | ANTÓNIO ÁLVARES, o Barriladas de alcunha, cristão novo, curtidor, solteiro, filho de Francisco Álvares, o Barriladas, curtidor, natural e morador no lugar de Carção, originário do Reino de Castela. | O mesmo.                     |
| 29                          | 29 | FILIFE DIAS, cristão novo, curtidor, solteiro, filho de Francisco Dias, curtidor, natural e morador no lugar de Argoselo.   | O mesmo.                     |
| Terceira abjuração em forma |    |   |                              |
| 30                          | 29 | JOSÉ RODRIGUES, cristão novo, curtidor, natural e morador no lugar de Argoselo.   | O mesmo.                     |
| 31                          | 33 | JOÃO LOPES DA PAZ, o Frenético de alcunha, cristão novo, curtidor, solteiro, filho de Pascoal da Paz, do mesmo ofício, natural e morador na Vila de Chacim.   | O mesmo.                     |

- 32 25 DOMINGOS ÁLVARES, o Barriladas de alcunha, cristão novo, curtidor, solteiro, filho de Francisco Álvares, cardador, natural e morador no lugar de Carção, originário do Reino de Castela. O mesmo.
- 33 42 AFONSO DIAS, cristão novo, alferes da ordenança, natural e morador no lugar de Carção. Cárcere e hábito perpétuo.
- 34 38 GASPAR RODRIGUES, cristão novo, jornalista, natural do lugar de Carção e morador no de Argoselo. O mesmo.
- 35 22 FRANCISCO PIRES, cristão novo, curtidor, solteiro, filho de Manuel Pires Frade, o peito de Bronze de alcunha, curtidor, natural e morador no lugar de Argoselo, originário do Reino de Castela. O mesmo.
- 36 21 ANDRÉ LOPES, cristão novo, torcedor de sedas, solteiro, filho de Domingos Lopes Ruivo, o Faraó de alcunha, tratante, que vai na lista, natural e morador na Vila de Chacim, originário do Reino de Castela. O mesmo.
- 37 41 JOSÉ DE OLIVEIRA, meio cristão novo, jornalista, natural do lugar de Argoselo e morador no de Carção. O mesmo.
- 38 15 DOMINGOS LOPES RUIVO, cristão novo, torcedor de sedas, solteiro, filho de Domingos Lopes Ruivo, o Faraó de alcunha, que vai na lista, natural e morador na Vila de Chacim, originário do Reino de Castela. O mesmo.
- 39 22 ANTÓNIO LUÍS DIAS, cristão novo, curtidor, solteiro, filho de Gaspar Luís, do mesmo officio, natural e morador no lugar de Carção, originário do Reino de Castela. O mesmo.
- 40 25 **Quinta abjuração em forma**  
MIGUEL PIRES, cristão novo, curtidor, solteiro, filho de Manuel Pires Frade, o Peito de Bronze de alcunha, curtidor, natural e morador no lugar de Argoselo, originário do Reino de Castela. O mesmo.
- 41 20 ALEXANDRE DE MESQUITA, cristão novo, tratante, solteiro, filho de António Rodrigues de Mesquita, médico, natural de Taranquenha terra de Carraçena Bispado de Ciguensa Reino de Castela, e neste morador na Vila de Muxagata Bispado de Lamego, originário do Reino de Castela. O mesmo.

- 42 28 HENRIQUE LOPES, cristão novo, curtidor, O mesmo.  
solteiro, filho de Jorge Lopes, curtidor que  
vai na lista, natural e morador na Vila de  
Chacim, originário do Reino de Castela.
- 43 19 DOMINGOS MACHADO, cristão novo, curti- O mesmo.  
dor, solteiro, filho de Francisco Machado,  
cardador, natural e morador no lugar de Car-  
ção, originário do Reino de Castela.
- 44 31 DOMINGOS ÁLVARES, o Mofio de alcunha, O mesmo.  
cristão novo, curtidor, natural e morador no  
lugar de Carção.
- 45 40 BALTASAR RODRIGUES, cristão novo, traba- O mesmo.  
lhador, natural da Vila de Vimioso e morador  
no lugar de Carção.

Sexta abjuração em forma

- 46 21 MANUEL LUÍS, cristão novo, surrador e curti-  
dor, solteiro, filho de Gaspar Luís, curtidor,  
natural e morador no lugar de Carção, origi-  
nário do Reino de Castela.
- 47 22 LUÍS LOPES BICHO, cristão novo, curtidor, O mesmo.  
solteiro, filho de Miguel Luís, curtidor, natu-  
ral e morador no lugar de Carção, originário  
do Reino de Castela.
- 48 31 MANUEL LOPES ÁLVARES, cristão novo, tra- O mesmo.  
tante, solteiro, filho de António Rodrigues de  
Mesquita, médico, natural da cidade do Porto  
e morador na Vila de Muxagata, originário do  
Reino de Castela.
- 49 22 ANTÓNIO RODRIGUES DA PAULA, cristão O mesmo.  
novo, curtidor, solteiro, filho de Domingos  
Rodrigues, curtidor, natural e morador no  
lugar de Argoselo.
- 50 21 RAIMUNDO DE MESQUITA, cristão novo, O mesmo.  
mercador, solteiro, filho de António Rodri-  
gues de Mesquita, médico, natural de Taran-  
quenha terra de Carraçena Bispado de  
Ciguença Reino de Castela, e morador na  
Vila de Muxagata, originário do Reino de  
Castela.

## MULHERES

Defunta nos cárceres absoluta da Instância

- 1 ISABEL RODRIGUES DA PAZ, cristã nova, casada, com Miguel Fernandes, o Bijuega de alcunha, curtidor, natural e moradora na Vila de Chacim, reconciliada que foi por esta Inquisição por culpas de judaísmo em 11 de Abril de 1685, presa segunda vez por relapsia das mesmas culpas.
- 2 62 JOANA CARDOSA, casada com Amaro Pinheiro, lavrador, natural e moradora no lugar da Prova termo da Vila de Penedono Bispado de Lamego, por dizer que certa pessoa era tão virgem como Nossa Senhora. Dois anos para fora do bispado de Miranda.
- 3 72 MARIA LOPES, casada com Pedro Rodrigues, lavrador, natural do lugar dos Oios freguesia de Carrazedo e moradora no lugar de Boisende termo da cidade de Bragança, por cooperar com fingidos milagres. Dois anos para fora do Bispado de Miranda.
- 4 64 MARIA GOMES GALVOA, viúva de António Simões, pescador, natural da Vila de Buarcos Bispado de Coimbra, e moradora na Vila de Redondos do mesmo bispado, por descobrir o segredo do Santo Ofício em matérias a ele pertencentes. Dois anos para fora do Bispado de Coimbra.
- 5 62 MARIA MANUEL BELEZA, casada com Jerónimo João, marceneiro, natural e moradora no lugar de Azurar termo e Bispado do Porto, que abjurou de veemente por culpas de feitiçaria na Sala desta Inquisição em 14 dias do mês de Outubro de 1687, presa segunda vez por relapsia das mesmas culpas e por não cumprir o degredo a que foi condenada. Cinco anos para o Brasil.
- 6 58 ANA DE OLIVEIRA, meia cristã nova, casada com António Lopes de Oliveira, curtidor, que vai na lista, natural do lugar de Carção e moradora na Vila de Chacim, reconciliada que foi por esta Inquisição por culpas de judaísmo em 10 de Janeiro de 1685, presa segunda vez por relapsia das mesmas culpas. Cinco anos para fora do Reino.

- 7 64 BRITES LOPES MARTINS, cristã nova, casada com Gabriel Rodrigues, curtidor, que vai na lista, natural da Vila de Torre de Moncorvo Arcebispado de Braga e moradora na de Chacim, reconciliada que foi por esta Inquisição por culpas de judaísmo em 15 de Setembro de 1684, presa segunda vez por relapsia das mesmas culpas. O mesmo.
- 8 56 BRANCA DE CHAVES, meia cristã nova, casada com Filipe Rodrigues, curtidor que vai na lista, natural do lugar de Santavalha termo da Vila de Monforte Bispado de Miranda e moradora na de Chacim, reconciliada que foi por esta Inquisição por culpas de judaísmo em 14 de Abril de 1682, presa segunda vez por relapsia das mesmas culpas. O mesmo.
- 9 59 ISABEL RODRIGUES, a Marquesa de alcunha, cristã nova casada com Jorge Lopes, curtidor, que vai na lista, natural da Vila de Torre de Moncorvo e moradora na de Chacim, reconciliada que foi por culpas de judaísmo no Auto público que nesta cidade se celebrou em 13 dias do mês de Fevereiro de 1667, presa segunda vez por relapsia das mesmas culpas. Cinco anos para fora do Reino.
- 10 53 MARIA ANTUNES, casada com Paulo Simões, lavrador, natural e moradora no lugar de Cabreira, freguesia de Cadafaz termo da Vila de Góis, Bispado de Coimbra, por culpas de feitiçaria. Três anos para o couto de Castro Marim.
- 11 26 DOMINGAS RODRIGUES, solteira, filha de Pedro Rodrigues, lavrador, natural e moradora no lugar de Boisende, por fingir visões e revelações para ser tida e reputada por santa e para fazer acções desonestas dizendo que eram a Deus agradáveis e meritórias, e presunção de ter pacto com o demónio. Açoites e degradada por 10 anos para o Reino de Angola.
- Segunda abjuração de veemente por judaísmo
- 12 24 BRITES LOPES, cristã nova, solteira, filha de Jorge Lopes, curtidor, que vai na lista, e moradora na Vila de Chacim, originária do Reino de Castela. Cárcere a arbtrio.
- 13 22 MARIA LOPES CINSENTA, meia cristã nova, solteira, filha de Filipe Rodrigues, curtidor, que vai na lista, natural e moradora na Vila de Chacim. O mesmo.

- |    |    |   |  |
|----|----|---|--|
| 14 | 39 | CATARINA LOPES, cristã nova, solteira, filha de Jorge Loes, curtidor, que vai na lista, natural e moradora na Vila de Chacim, originária do Reino de Astela.  | O mesmo.   |
| 15 | 21 | FILIPA DIAS, cristã nova, solteira, filha de Filipe Rodrigues, curtidor, que vai na lista, natural do lugar de Santavalha e moradora na Vila de Chacim.   | O mesmo.   |
| 16 | 24 | MARIA LOPES HENRIQUES, cristã nova, casada com Luís Lopes Henriques, curtidor, que vai na lista, natural e moradora na Vila de Chacim.  | O mesmo.   |
| 17 | 34 | MARGARIDA DIAS, cristã nova, casada com António Lopes Montesinhos, tratante, natural e moradora na Vila de Chacim, originária do Reino de Castela.  | O mesmo.   |
| 18 | 16 | ANA PIRES, cristã nova, solteira, filha de Manuel Pires Frade, o Peito de Bronze de alcunha, curtidor, natural e moradora no lugar de Argoselo, reconciliada que foi por esta Inquisição por culpas de judaísmo em 2 de Maio de 1699, presa por diminuição das mesmas culpas. |  |
|    |    | Primeira abjuração em forma por judaísmo  |  |
| 19 | 26 | ISABEL PIRES, cristã nova, casada com Domingos Álvares, o Mofio de alcunha, curtidor, que vai na lista, natural e moradora no lugar de Carção.  | Cárcere a arbítrio e hábito que se tira no Auto. |
| 20 | 26 | MARIA ÁLVARES, cristã nova, solteira, filha de Francisco Álvares, cardador, natural e moradora no lugar de Carção.  | O mesmo.   |
| 21 | 28 | BRANCA LOPES, cristã nova, casada com Domingos Luís, surrador, natural e moradora no lugar de Carção.   | O mesmo.   |
| 22 | 31 | HELENA LUÍS ou ÁLVARES, solteira, filha de Domingos Luís, sapateiro, natural e moradora no lugar de Argoselo.   | Cárcere e hábito perpétuo.                       |
| 23 | 22 | MARIA FERNANDES ROLDANA, cristã nova, solteira, filha de Domingos Fernandes Roldão, cardador, natural e moradora no lugar de Carção, originária do Reino de Castela.  | O mesmo.   |

- |                            |    |   |  |
|----------------------------|----|---|--|
| 24                         | 24 | MARIA ÁLVARES, a Direita de alcunha, meia cristã nova, casada com António Fernandes do Campo, o Burraça de alcunha, cardador, natural e moradora no lugar de Carção.    | O mesmo.   |
| Segunda abjuração em forma |    |   |  |
| 25                         | 27 | MARIA DIAS, cristã nova, viúva de Gaspar Rodrigues, curtidor, natural e moradora no lugar de Argoselo.  | O mesmo.   |
| 26                         | 25 | MARIA PIRES, cristã nova, solteira, filha de Estêvão Pires, o Frade de alcunha, sapateiro, natural e moradora no lugar de Carção, originário do Reino de Castela.       | O mesmo.   |
| 27                         | 51 | ISABEL RODRIGUES SALGADA, três quartos de cristã nova, casada com António Fernandes Salgado, tratante de panos, natural e moradora no lugar de Carção.                  | O mesmo.   |
| 28                         | 28 | CATARINA LOPES ÁLVARES, cristã nova, casada com Gaspar Rodrigues, Montesinhos, mercador, natural da Vila de Vila Flor Arcebisado de Braga e moradora na Vila de Chacim. | O mesmo.   |
| 29                         | 15 | MARIA PIRES JERÓNIMA, cristã nova, solteira, filha de Jerónimo Pires, sapateiro, natural e moradora no lugar de Carção, originária do Reino de Castela.                 | O mesmo.   |
| 30                         | 41 | DONA HELENA DA COSTA, cristã nova, casada com Álvaro Machado Pindo que vive de sua fazenda, natural da cidade de Angra da Ilha Terceira, e morador na cidade de Lisboa. | Cárcere e hábito perpétuo sem remissão com insígnias de fogo, cinco anos para o Reino de Angola. |

Defunta nos cárceres recebida

MARIA FERNANDES, a Torola de alcunha, meia cristã nova, casada com Afonso Fernandes, tratante de panos, natural do lugar de Carção e moradora na Vila de Vimioso, originária do Reino de Castela.

RELAXADOS EM CARNE

Homens

- |   |    |  |
|---|----|--|
| I | 46 | JORGE DE OLIVEIRA, cristão novo, rendeiro, natural do lugar de Carção e morador no de Azinhoso Bisado de Miranda, originário do Reino de Castela, convicto, ficto, falso, simulado, confitente diminuto e impenitente. |
|---|----|--|

- 2      34      MANUEL LOPES, o Malhão de alcunha, cristão novo, tratante e curtidor, natural e morador na Vila de Chacim, originário do Reino de Castela, convicto, ficto, falso, simulado, confitente, diminuto e impenitente.
- 3      72      DOMINGOS LOPES RUIVO, o Faraó de alcunha, cristão novo, curtidor, natural e morador na Vila de Chacim, originário do Reino de Castela, convicto, ficto, falso, simulado, confitente, diminuto, impenitente e relapso.

#### Mulheres

- 4      34      ANA LOPES, cristã nova, casada com Manuel Lopes, o Malhão de alcunha, tratante e curtidor que vai na lista, natural da Vila de Vila Flor e morador na Vila de Chacim, Bispaço de Miranda, convicta, ficta, falsa, simulada, confitente, diminuta, variante e impenitente.
- 5      39      CATARINA LOPES BICHA, cristã nova, casada com Miguel Luís, curtidor, natural da Vila de Vimioso e moradora no lugar de Carção, convicta, ficta, falsa, simulada, confitente, diminuta e impenitente.
- 6      51      MARIA LOPES VINAGRE, cristã nova, casada com Domingos Lopes Ruivo, o Faraó de alcunha, curtidor, que vai na lista, natural da Vila de Vila Flor, e moradora na de Chacim, convicta, negativa, pertinaz e relapsa.

#### Defunto nos cárceres relaxado

- 7      BERNARDO RODRIGUES, cristão novo, ten-deiro, solteiro, filho de Francisco Rodrigues, o Sargento de alcunha, curtidor, natural e morador no lugar de Carção, convicto, negativo, pertinaz e impenitente.

## AS ESTRATÉGIAS PARA O ATLÂNTICO NOS ANOS CINQUENTA

---

*António José Telo*

### **I – Os Açores e criação do sistema internacional da «guerra fria»**

A mudança do sistema internacional no fim da Segunda Guerra obriga a rever as estratégias pensadas para o Atlântico e, logo, para o espaço português. Os Açores, dentro do novo contexto político, técnico e estratégico, cumprem uma função diferente no controlo do Atlântico. Para compreender qual ela é, temos de previamente referir, muito de passagem, as principais vertentes das mudanças verificadas.

Os anos de 1945 a 1949 são um período de transição entre dois sistemas internacionais, onde se molda a pouco e pouco um novo equilíbrio estável, num processo que tem como centro a Europa Ocidental e o espaço atlântico. As mudanças apressadas pela guerra são imensas: a Europa Ocidental ficou fortemente enfraquecida, o poder soviético alargou-se substancialmente e os impérios europeus da Ásia esboroam-se, num processo muito rápido, que consome os principais recursos e energia de países como a França e a Holanda.

Os EUA são chamados, pela mera falta de alternativas com o vazio do poder criado na Europa, a um papel de charneira na criação da nova ordem internacional. O único desafio sério que identificam parte da URSS, país que George Kennan define desde 1945 como sendo o centro de um projecto de domínio mundial e o único adversário possível dos EUA no novo sistema. A partir do momento em que esta noção básica é aceite pelos EUA – o que acontece em 1946/47 –, o grande perigo é ver a URSS atrair para a sua esfera, de forma gradual, as zonas estratégicas do planeta. É a perspectiva de um processo de lenta alteração da relação de forças, que só pode culminar ou num colapso da vontade americana, ou num conflito geral em condições desfavoráveis.

Os documentos iniciais do NSC<sup>1</sup> são já marcados pela ideia de um confronto global e prolongado entre sistemas, onde o essencial é preservar as condições de supremacia do sistema ocidental.

O NSC identifica duas zonas vitais para os EUA, zonas que terão de ser defendidas a todo o custo, pois a sua perda provoca uma alteração substancial da relação de forças, dando a supremacia ao bloco comunista: a Europa Ocidental e a cadeia de ilhas do Pacífico, onde se inclui o Japão. Enquanto estas zonas se mantiverem dentro do sistema ocidental, três dos quatro grandes centros industriais do planeta pertencem-lhe e, logo, a relação de forças geral é-lhe favorável. Nesta perspectiva, uma guerra acabará sempre com a vitória do ocidente, mesmo que comece por derrotas significativas.

Das duas zonas, a Europa Ocidental é considerada a mais importante. Em primeiro lugar, o seu peso relativo em todas as vertentes é ainda superior ao dos arquipélagos do Pacífico. Em segundo lugar, e mais importante, a Europa Ocidental é a única zona que a URSS pode ocupar com os seus meios políticos e militares.

A prioridade americana é assim a Europa Ocidental, considerada nesta altura a zona nevrálgica, onde se decidirá o conflito com a URSS e a única que corre um risco real de cair sob o seu controlo. Os EUA identificam três perigos potenciais para a Europa. A cada um deles corresponde uma resposta diferente e um diferente papel do espaço português. Vamos examinar mais em pormenor estes três perigos.

O primeiro, é a hipótese de um ataque directo soviético, possível graças à grande superioridade russa em meios de guerra terrestre convencionais. Segundo os planos americanos, uma ofensiva da URSS resultaria na ocupação de toda a Escandinávia em 50 dias, no avanço até aos Pirinéus, efectuado por 50 divisões, em 65 a 90 dias, na ocupação de toda a Itália, por 15 divisões, em 100 a 130 dias e na perda de todo o Médio Oriente e do Irão por 56 divisões, em 130 a 173 dias<sup>2</sup>. Previa-se que estes ataques fossem simultâneos e os EUA sabiam que, isolados ou com os potenciais aliados, não tinham meios para os deter, apesar o monopólio das armas nucleares<sup>3</sup>.

O plano geral americano para se opor a um tal ataque prevê uma guerra prolongada, com duas fases distintas. Na primeira, era inevitável a perda da quase totalidade da Europa e Médio Oriente, com a excepção da

---

<sup>1</sup> National Security Council. Entidade que se torna a partir de 1946 o principal centro de elaboração da estratégia americana.

<sup>2</sup> Avaliação das capacidades e planos soviéticos feita pelo Joint Intelligence Group a pedido do NSC, em Fevereiro de 1949. NA JIC 435/21.

<sup>3</sup> Segundo uma avaliação de Abril de 1948, a URSS podia empenhar numa ofensiva geral na Europa e Médio Oriente cerca de 2.600.00 homens em 154 divisões, com 34 já na Europa Oriental. Nesta altura, tudo que os aliados ocidentais podiam opor, em termos convencionais, eram cerca de 15 a 20 divisões na Europa.

Inglaterra e – possivelmente – da Península Ibérica. Havia, no entanto, uma diferença fundamental entre estas duas zonas nos planos de guerra anteriores à formação da NATO: a Inglaterra podia ser defendida numa segunda fase e era vital como base da contra-ofensiva, enquanto se pensava que a Península estava condenada a ser ocupada na segunda investida, não sendo possível criar um dispositivo eficaz para a sua defesa, nomeadamente tendo em conta a real fraqueza militar e o atraso tecnológico dos poderes ibéricos.

Os EUA tinham assim a perspectiva de uma guerra prolongada, onde, na primeira fase, a única coisa possível era defender as bases da futura contra-ofensiva e desgastar o inimigo. O desgaste era feito principalmente através de uma ofensiva aérea a lançar desde o primeiro momento, com meios nucleares e convencionais, que partia de bases avançadas na Inglaterra, Egipto, Índia e Japão<sup>4</sup>. Esperava-se que a ofensiva aérea prolongada, somada à resistência que os países da Europa e Médio Oriente pudessem opor diminuiria a força e a capacidade industrial do atacante, permitindo o esgotamento do ímpeto ofensivo e a sua derrota na segunda fase da guerra.

Assim, a força americana tinha por detrás a maior capacidade técnica e económica do ocidente. No entanto tal implicava que durante o período crítico inicial era vital garantir a segurança das bases avançadas. O elemento essencial nesta equação era o poder aéreo, a principal forma de projectar poder, que se tinha de exercer desde o primeiro momento para garantir a vitória final.

O grande problema americano, que obrigava a pensar numa guerra prolongada apesar do monopólio das armas nucleares, era o facto do arsenal nuclear ser muito reduzido<sup>5</sup>. As poucas bombas disponíveis só podiam ser lançadas, até 1949, por aparelhos como o B-29 ou o B-50, que, operando a partir das bases avançadas previstas, não conseguiam alcançar toda a URSS. Os planos de guerra americanos destes anos, consideram «absolutamente vital» que as zonas das bases avançadas, especialmente a Inglaterra e o Egipto, sejam reforçadas desde o primeiro momento e usadas para a ofensiva aérea estratégica com meios atómicos e convencionais, única forma efectiva de reduzir as capacidades ofensivas da URSS. Os planos de guerra até 1949 são um bom exemplo do velho princípio de que «os generais preparam sempre a guerra que passou», pois no essencial seguem o esquema estratégico geral da segunda guerra, ao qual se acrescentam as armas nucleares como elemento auxiliar.

---

<sup>4</sup> A ofensiva estratégica é coberta pelo plano «Broiler» até fins de 1947, substituído pelo «Frolic» e «Halfmoon» depois.

<sup>5</sup> Os EUA só tinham 2 bombas A em fins de 1945, 9 de Julho de 1945, 13 em Julho de 1947 e 50 em Julho de 1948. Eram bombas equivalentes às lançadas no Japão, que pesavam mais de 3 toneladas. Cf. David Alan Rosenberg, *The Origins of overkill*, Houston, 1983, pp. 10-11.

A execução dos planos americanos dependia da existência de várias pontes aéreas intercontinentais desde o primeiro momento. Era a única forma de reforçar a Inglaterra e o Norte de África/Médio Oriente, onde já havia algum material pré-posicionado, e começar a ofensiva aérea a partir destas zonas. Tal como tinha acontecido na segunda guerra, o uso dos Açores era considerado absolutamente indispensável para qualquer destas pontes, mas especialmente para o Egipto e Médio Oriente<sup>6</sup>. Assim, dentro dos planos de guerra americanos, a obtenção de bases nos Açores em tempo de paz é classificada de «vital», pois só estas permitem o uso das ilhas desde o primeiro momento do conflito. Os Açores são o mais importante pilar das gigantescas pontes aéreas das quais dependem os planos de guerra americanos. Sem elas, não é possível a ofensiva aérea estratégica ou a defesa das zonas de onde a contra-ofensiva deve partir e, logo, todo o plano de guerra fica seriamente comprometido. Na realidade, é difícil exagerar a importância dos Açores para os EUA nestes anos, quando o transporte aéreo intercontinental ainda depende fundamentalmente de aviões como o C-54, que não leva uma carga útil para o Norte de África sem escala.

O segundo perigo que os EUA temem em relação à Europa, é um crescimento gradual do peso e influência comunista em países como a França, a Itália ou a Grécia, que os possa levar a abandonar o sistema ocidental, alterando significativamente a relação de forças no continente. O principal factor que alimenta este perigo é a grave crise económica, moral e de identidade da Europa do pós-guerra, agravada pelo choque do esboroar dos impérios europeus e pelas políticas desastrosas de países como a França neste campo. É principalmente este receio que leva os EUA a lançarem o plano Marshall, dirigido prioritariamente para as zonas onde a crise é maior.

O terceiro perigo, é a hipótese de ver a Europa Ocidental, ou uma parte importante dela, refugiar-se numa estratégia de neutralidade perante o conflito que se desenha entre os EUA e a URSS. Não se trata de modo nenhum de uma hipótese remota, pois é proposta em 1946-47 por significativos sectores políticos, em zonas como os países escandinavos, a França ou a Europa do sul. Na realidade, na Europa ocidental continental só a Península Ibérica não corre este perigo, na perspectiva americana, mas aí, a existência do regime espanhol, condenado internacionalmente, e os conhecidos preconceitos anti-americanos do regime português, impedem uma colaboração mais firme.

---

<sup>6</sup> O NSC 2, um dos primeiros documentos aprovados pelo National Security Council, define a Gronelândia, Islândia e Açores como as três bases vitais dos EUA no Atlântico. Destas, os Açores são considerados «o ponto mais importante do mundo, logo a seguir aos EUA» no que diz respeito ao transporte aéreo.

A resposta americana a qualquer destes três potenciais perigos não pode ser directa, até porque o que se pretende é conquistar «as almas e as vontades» da Europa para o sistema ocidental em formação. De forma simplificadora, podemos dizer numa primeira abordagem, que os EUA responderam no essencial ao primeiro perigo com os planos de guerra próprios, ao segundo com o Plano Marshall e ao terceiro com a NATO, num processo interligado, no qual Portugal se viu envolvido. Por outras palavras, numa primeira fase a NATO cumpre um importante papel político do ponto de vista dos EUA, mas o seu papel no campo da defesa é meramente auxiliar em relação aos planos de guerra americanos, os únicos que são um real dissuasor<sup>7</sup>.

O carácter unitário, global e coordenado da estratégia americana nestes anos não foi devidamente entendido e apreciado na Europa, até porque os seus vários elementos identificadores se sucedem ao longo do tempo, sem uma aparente ligação entre eles. No entanto, queremos salientar e sublinhar que se alguma vez uma grande potência teve uma estratégia coordenada e global, foram os EUA em 1945-49. O seu centro político era o NSC e o seu centro militar os JCS (Joint Chiefs of Staff – Estado-Maior Conjunto), sendo a coordenação por vezes difícil, mas efectiva. O «plano Marshall», a NATO, as negociações bilaterais para bases, a política financeira ou o uso da ONU, para citar só alguns exemplos, mais não são que aspectos parciais de uma estratégia global.

A atitude americana destes anos em relação à Europa pode ser classificada como a «estratégia do rio». O objectivo central – enquadrar a Europa no sistema ocidental – está claro desde o primeiro momento, mas, tal como o rio, os obstáculos sérios não podem ser afastados pela força no caminho para o mar; é necessário aguardar que o acumular do caudal leve o rio a contornar o obstáculo e continuar o seu sinuoso e lento percurso. O que vamos procurar fazer, é ilustrar como esta estratégia foi aplicada em relação aos Açores. Portugal é um excelente exemplo do que acontece a uma pequena potência periférica e fortemente relutante, que ocupa posições geográficas essenciais para a estratégia de uma grande potência numa altura de confronto global.

## II – A visão portuguesa do mundo

A forma como os responsáveis portugueses encaravam o mundo alterou-se significativamente desde o fim da segunda guerra. Portugal aproximou-se do lado vencedor na parte final do conflito, graças em grande

---

<sup>7</sup> É usual resumir o papel da NATO nos primeiros anos na famosa frase de um inglês: «A NATO serve para manter os EUA na Europa, a URSS fora da Europa e a Alemanha em baixo». Na realidade, esta frase, é em grande parte falsa no que diz respeito a Alemanha e não menciona o grande objectivo político da organização do ponto de vista americano: trazer a Europa continental para o sistema ocidental, cortando as penas às várias estratégias da neutralidade propostas um pouco por todo o continente.

medida ao pedido inglês de bases nos Açores. A Inglaterra ocupa as Lajes em fins de 1943, mas Portugal recusa inicialmente os pedidos para os aviões anti-submarino dos EUA operarem a partir das ilhas. Só é aceite o seu uso pelos aviões de transporte americanos em trânsito.

A razão desta atitude está na forma como os EUA são encarados por Lisboa. Há, antes do mais, a ideia que o mundo do após-guerra será dominado por três grandes poderes – a Inglaterra, EUA e URSS –, tendo diferentes filosofias políticas. Portugal identifica-se sobretudo com a Inglaterra, encarada como o poder europeu e imperial tradicional, à volta do qual se pode refazer a Europa no após-guerra, sempre em ligação aos impérios. Neste aspecto, Lisboa nada aprendeu com as imensas mudanças verificadas durante o conflito e continua a acreditar que é possível manter a África e a Ásia indefinidamente. É justamente neste campo que surgem as maiores reservas em relação aos EUA. A forma como os americanos usaram a fraqueza europeia durante a guerra para penetrar no Médio Oriente ou na Argélia e Marrocos, é encarada com receio. Lisboa teme sobretudo o facto de Washington parecer encorajar as autonomias, não duvidando que por detrás desta atitude está a ambição de substituir o papel dos poderes europeus, através da promoção da independência dos seus impérios.

Salazar percebe muito cedo que o colapso da Europa Central será um resultado inevitável da forma como os aliados conduzem a guerra e que o vazio de poder beneficia a URSS, propiciando o seu avanço para Ocidente. Percebe igualmente que os EUA serão o poder mais forte do mundo ocidental e que a Inglaterra precisa da sua ajuda para conter a URSS. Na sua visão, tal desloca o «centro político» para o Atlântico, dando uma nova importância aos países limítrofes desse oceano. No entanto, esta visão é paralela à da necessidade de manter um papel tradicional da Europa imperial, o que só pode ser feito mantendo a distância em relação aos EUA e com o apoio da Inglaterra. Isto levava-o a resistir, tanto quanto pode, ao avanço dos EUA para ocidente, recusando sistematicamente os muitos pedidos para bases americanas nos Açores. Nas suas palavras de 1945, há duas alianças no Atlântico: uma entre a Inglaterra e os EUA e outra entre Portugal e a Inglaterra, mas nunca uma entre Portugal e os EUA.

Foi só depois da Inglaterra ter, por várias vezes, repetido que não apoia este conceito e que deseja um crescente envolvimento dos EUA na Europa que, em 1945, Portugal aceita relutantemente ceder a base de Santa Maria, nos Açores. Em troca, recebe sobretudo garantias políticas em relação à devolução de Timor, ocupado pelos Japoneses.

No fim do conflito, Portugal tem assim uma atitude essencialmente de desconfiança em relação aos EUA, embora reconheça que a sua força é indispensável para que o Ocidente Europeu se defenda da ameaça soviética. Na sua visão, a Europa Ocidental deve renascer à volta dos impérios,

com a ajuda da Inglaterra e o apoio distante dos EUA, em relação aos quais é necessário manter a autonomia. Para conciliar estes dois aspectos, Portugal procura aproximar-se da Inglaterra, o poder intermédio na relação com os EUA. Esta política altera-se rapidamente nos anos do pós-guerra, sob o efeito de uma série de acontecimentos não previstos.

Em primeiro lugar, a Europa Ocidental é «irreconhecível» para os responsáveis portugueses. O liberalismo e a democracia renascem das cinzas do conflito, depois do regime lhes ter já passado múltiplos atestados de óbito nos anos trinta. Pior que isso, a França e a Itália parecem prestes a ser dominadas pelo comunismo e mantêm relações frias e distantes com os regimes peninsulares, enquanto na própria Inglaterra os trabalhistas vencem as eleições. Toda a Europa ocidental inflecte fortemente para a esquerda, numa altura de crise económica e política. A visão dos responsáveis de Lisboa é a de um continente em profunda crise moral, indevidamente afastado dos valores tradicionais, sem o desejo de se defender e prestes a cair nos braços do comunismo.

Em segundo lugar, e também de forma inesperada para Lisboa, a crise dos impérios europeus é imediata, especialmente na Ásia. Pior que isso, na perspectiva portuguesa, é o facto de vários países europeus aceitarem esta evolução e não se oporem às independências asiáticas. Tal facto, conjugado com o avanço comunista na China, Coreia do Norte e Indochina, reforça a ideia de um ocidente europeu minado pelo «liberalismo» e o esquerdismo, prestes a ser engolido, sem uma efectiva vontade de se defender.

Em terceiro lugar, torna-se evidente o colapso do poder britânico a todos os níveis, do mesmo modo que se torna evidente que a única alternativa são os EUA. A evolução da Grécia é considerada por Lisboa muito significativa, enquanto não se pode ignorar o significado do colapso da libra no sistema económico internacional. Tudo demonstra que a Inglaterra não é o grande poder que se imaginava.

Estes factores conjugados levam a que o governo português perceba, a partir de 1947, que a sua visão inicial sobre o mundo do pós-guerra não corresponde à realidade. Tal facto, conjuga-se com uma série de perigos considerados iminentes, desde o reacender da guerra civil espanhola, à evolução da Europa ocidental, passando pela possibilidade de um ataque frontal russo, ou pelas reais pressões que se começam a exercer sobre Timor, Macau e a Índia portuguesa. Para qualquer destes perigos, é evidente que a Inglaterra já não oferece as garantias a que o país está habituado e que a única alternativa são os EUA, justamente o poder em relação ao qual Portugal procurou manter as distâncias e evitar relações bilaterais firmes desde 1939.

Washington pede repetidamente o direito de manter de forma prolongada forças próprias nos Açores e de desenvolver as instalações, dizendo sempre que está disposto a encarar qualquer contrapartida razoável. Nos

contactos havidos, Lisboa pede amplas garantias políticas, que na prática correspondem a um compromisso de defesa permanente que abrange o continente, ilhas e império. Os americanos vão tão longe quanto podem, acabando por propor uma fórmula de defesa em relação ao continente e ilhas que é quase tão ampla como a adoptada futuramente na NATO, mas esclarecendo que não podem assumir nenhum compromisso em relação ao império. As negociações prolongam-se por vários meses, mas são brusca-mente interrompidas quando Portugal esclarece que, mesmo que se encontre uma fórmula política satisfatória, nunca se cedem bases permanentes em tempo de paz. Os responsáveis portugueses repetem este ponto à exaustão, dizendo que o país não quer «gibraltares no território». Perante isto, os EUA cortam as negociações e resolvem aguardar pela evolução das relações mais gerais com a Europa antes de retomar o assunto.

É esta a situação nas vésperas da formação da NATO. As negociações para a manutenção de bases americanas nos Açores falharam e o governo esclarece que nunca aceita bases em tempo de paz. Salazar, em particular, acha que os EUA pedem demasiado, pois «os compromissos que pode legalmente tomar o Governo Americano não têm constância ou valor compensador dos sacrifícios da nossa parte»<sup>8</sup>.

Do ponto de vista americano a situação exige medidas anormais, pois os JCS classificam os Açores como uma das mais importantes bases no ultramar. Este facto leva a que seja colocado em Lisboa, logo em Fevereiro de 1948, o embaixador MacVeagh, o homem que coordenou a «crise da Grécia» em plena guerra civil. MacVeagh é considerado um dos melhores diplomatas para resolver situações «impossíveis» e complexas.

### III – A formação da NATO

A ideia da NATO surge muito cedo. Na sua origem está a preocupação inglesa de envolver os EUA na defesa da Europa, que data pelo menos de 1943, juntamente com a consciência por parte da França e do Benelux da sua fraqueza relativa. O estímulo é tanto maior quanto os poderes europeus sabem que vão ter de dedicar uma parte substancial dos respectivos recursos à crise nos impérios e o principal poder continental ocidental – a França – se envolve muito cedo numa prolongada guerra na Indochina. A Inglaterra, por seu lado, tem mesmo de abandonar pequenos esforços em zonas estratégicas, como a Grécia.

As primeiras sugestões de uma aliança defensiva Europa-América surgem logo em 1945, mas será Bevin que, em Dezembro de 1947, sob pres-

---

<sup>8</sup> A frase é dita numa conversa com Nicolau Franco, o embaixador espanhol em Lisboa, a 17 de Março de 1948. Nesta mesma troca de impressões, Salazar esclarece que a aliança inglesa se mantém, mas já não é considerada um «instrumento ou garantia suficiente dos nossos interesses no mundo. Por este motivo reconhecemos ser necessário um apoio suplementar – e este só pode vir dos EUA». ANTT AOS/CO/NE-7.

são de Georges Bidault, sugere formalmente ao secretário americano Marshall que se forme uma «espécie de federação do Ocidente», virada para a defesa da Europa. Os EUA recebem esta iniciativa sem surpresa, mas não se apressam a tomar uma posição, por dois motivos. Em primeiro lugar um compromisso de defesa permanente na Europa é algo que vai contra toda a tradição americana e exige um cauteloso e demorado trabalho de preparação interna. Como 1948 é ano de eleições, é aconselhável deixar passar estas antes de tentar uma inflexão tão significativa da política americana.

Em segundo lugar, e mais importante, os círculos superiores da administração compreendem que é do seu interesse rearmar a Europa e favorecer a sua recuperação económica e moral, mas a forma de o fazer é vital. Para alcançar os seus objectivos políticos fundamentais, os EUA combatem desde o começo a visão europeia de um rearmamento feito país a país, de forma não coordenada, e colocam a tónica na constituição de um dispositivo de defesa comum e de mecanismos políticos integrados. A sua preocupação é sempre a de desenvolver os factores de interdependência, de modo a favorecer a união num continente fraco e com uma longa tradição de rivalidades e guerras, base da futura tentativa de aproximar a França da Alemanha.

Neste sentido, a resposta inicial americana é cautelosa. Washington limita-se a dizer que, antes de assumir qualquer compromisso, quer ver o que os europeus «podem fazer por si», através da colaboração mútua. Com este estímulo, a Inglaterra e a França propõem aos países do Benelux a constituição de um pacto defensivo, iniciativa de onde sai o Tratado de Bruxelas, em Março de 1948. O facto de só estes países terem sido contactados é significativo. Por um lado, mostra que a preocupação principal anglo-francesa é obter o essencial apoio americano ao rearmamento, sendo conveniente reduzir o número de países abrangidos ao mínimo; por outro, mostra que ideia da França é obrigar os EUA a defenderem o Reno, algo que os militares americanos nesta altura sabem ser impossível, mas não o dizem. Do ponto de vista americano, o planeamento feito pelos países do Bruxelas cumpre a importante função de desenvolver a cooperação europeia, convencer os países participantes que estão indefesos – se dúvidas houvesse – e fazer passar o tempo até às eleições.

Os EUA participam desde o começo como observadores nas actividades do Tratado de Bruxelas. Tal como esperavam, os planos desenvolvidos concluem que qualquer esquema de defesa efectiva da Europa, por mais optimista que seja, exige a participação americana e um longo período de rearmamento e de aumento das forças convencionais. É muito significativo que ao mesmo tempo os EUA mantêm contactos com a Inglaterra e o Canadá para elaborar planos próprios de defesa da Europa.

A razão de ser destes circuitos paralelos é, ao fim ao cabo, o grande problema da NATO nos seus anos iniciais, de um ponto de vista meramen-

te lógico. A verdade é que os EUA e a Inglaterra sabem que toda a Europa continental – inclusive a linha dos Pirinéus – não é defensável em caso de ataque soviético. Os planos americanos reais partem todos desse pressuposto. Neste sentido, o essencial, de um ponto de vista exclusivamente militar, é assegurar as bases da futura contra-ofensiva e do ataque aéreo estratégico, ou seja, essencialmente a Inglaterra, Norte de África e Egipto. Simplesmente, os únicos países que podem aceitar politicamente esta tese são a Inglaterra e o Canadá, razão porque os EUA desenvolvem planos paralelos com eles, excluindo a França e o Benelux.

Se futuramente os EUA fazem planos para a defesa da Europa continental é por razões políticas: estão a pagar o preço mínimo para conseguir a colaboração da França e a conquistar as «almas e as vontades» de um continente vital no confronto global. Por outras palavras, estão a formar o núcleo central de um bloco ocidental, coordenado e dirigido pelos EUA, mesmo que para tal sejam obrigados a desenvolver planos irrealistas e até mesmo a enviar forças para a Alemanha que, conforme sabem, serão sacrificadas em caso de guerra. Só a partir de 1952/54 esta situação se altera, quando o crescimento das forças convencionais permite encarar com algumas hipóteses de sucesso a ideia de uma defesa do continente.

Passadas as eleições americanas, o processo decorre muito rapidamente. Em Junho de 1948, a administração consegue já fazer aprovar no Senado a resolução Vandenberg, que abre o caminho para a sua entrada num pacto de defesa permanente. Em Julho, são os EUA que propõem que os contactos até aí existentes entre os países do Pacto de Bruxelas e o Canadá, sejam alargados, de modo a cobrir os flancos atlânticos, as vitais zonas de comunicação de qualquer futuro plano de defesa, teórico ou real.

Washington propõe que os contactos abarquem os países que tem bases consideradas vitais pelos JCS, mas onde ainda não foi possível obter direitos permanentes: a Islândia, a Dinamarca (por causa da Gronelândia), a Noruega (em parte para facilitar a adesão da Dinamarca), a Irlanda e Portugal (por causa dos Açores). A iniciativa permite aos EUA usarem a NATO para obter direitos de bases consideradas vitais nos seus planos reais, fazendo-o de forma que não pode ser recusado pelos parceiros europeus.

A França e os países do Benelux são muito relutantes em relação ao alargamento proposto, não só porque tal representa uma maior divisão da limitada ajuda militar americana, mas sobretudo porque sabem que tal vai contra o que é o seu objectivo central: atrair os EUA para uma estratégia de defesa da Europa continental e afastá-los de uma estratégia marítima, que sacrifique o continente numa primeira fase. No entanto, a França não consegue apresentar um único argumento válido para fazer recusar o alargamento, enquanto os EUA e a Inglaterra não tem dificuldades em provar que os novos países são essenciais para manter as linhas de comunicação América-Europa, base de qualquer plano da NATO.

Assim, em começos de Outubro a proposta americana é aprovada. É decidido que, no caso de Portugal, o contacto formal será feito pela Inglaterra, com os EUA em segundo plano.

As potências europeias continentais conseguem, no entanto, uma importante vitória: impedem que o convite seja alargado à Espanha, tal como os EUA gostariam de fazer logo em 1948. Esta questão é vital para a França ou os países do Benelux, pelo simples motivo que a adesão da Espanha significaria que o planeamento futuro da NATO se poderia de alguma forma basear no conceito de defesa da linha dos Pirinéus, o que, diga-se, os planos americanos também não consideram ser uma hipótese realista, embora fosse mais lógico do que pretender defender o Reno com as forças existentes em 1948. A exclusão da Espanha afasta esta hipótese à partida e obriga os EUA a basearem os planos NATO na linha do Reno. As futuras insistências portuguesas sobre a adesão directa ou indirecta da Espanha não tem qualquer hipótese de ser aceites. Os EUA podem simpatizar com a ideia – porque querem bases aeronavais na Península e não para defender os Pirinéus – mas sabem que insistir neste ponto é afastar os países da Europa e abrir o flanco a fortes críticas internas.

#### **IV – A adesão relutante de Portugal**

A Inglaterra faz um primeiro contacto formal com Portugal em começos de Outubro de 1948. A 4 desse mês, um representante inglês entrega um memorando a respeito das reuniões que decorrem desde Julho entre os EUA, Canadá e países do Pacto de Bruxelas, ao ministro Caeiro da Matta. Nele se informa da intenção de alargar os contactos a Portugal, Noruega, Islândia e Dinamarca. O representante britânico esclarece que não se trata ainda de um convite formal, mas meramente de uma informação, que visa chamar a atenção para o assunto e conhecer a opinião portuguesa. MacVeagh esclarece pouco depois – 7 de Outubro – que concorda com a deliberação. Na realidade, nesta altura os EUA e a Inglaterra ainda não obtiveram o acordo da França e dos países do Benelux ao alargamento das negociações.

A iniciativa britânica não encontra uma resposta adequada por parte de Caeiro da Matta. Tudo indica que o ministro português não se apercebe da importância do assunto, ou não concorda com a ideia, pelo que não transmite o memorando a Salazar. É preciso que, em meados de Outubro, o FO faça uma nova diligência junto do embaixador António de Faria para que o memorando saia da pasta do ministro e seja estudado pelo Governo<sup>9</sup>.

Os responsáveis portugueses dividem-se sobre uma eventual adesão à NATO, não tardando a definir-se duas posições. Uma, favorável, é muito

---

<sup>9</sup> Este significativo episódio foi referido pelo embaixador António de Faria em entrevista com o autor, sendo posteriormente confirmada pelas datas dos documentos do AMNE. AMNE, Proc. 70, p. 150.

bem resumida por um memorando de António de Faria, o primeiro documento oficial português que examina o problema. O hábil embaixador faz uma análise propositadamente moderada, de modo a contornar as reservas que sabe existirem a respeito da participação em organizações internacionais, especialmente quando orientadas pelos EUA. Assim, começa por dizer que a eventual adesão «poderá oferecer certos perigos», como seja a reacção espanhola ou as tentativas dos EUA de, «à sombra do Pacto», procurarem obter bases permanentes, mas, logo acrescenta que Portugal pode sempre esclarecer que nos Açores não se pode ir mais longe que os direitos de trânsito já cedidos; em contrapartida, são realçados os aspectos positivos de uma eventual adesão, como sejam o acesso às facilidades de rearmamento, a aproximação às potências do Atlântico e, inclusive, as vantagens em relação ao império.

Este documento de António de Faria serve para lançar um limitado debate interno. Tal como o seu autor esperava, a ideia da entrada na NATO encontra fortes reservas. O próprio Salazar, por exemplo, retoma a questão dos Açores e, numa nota à margem do memorando do embaixador, diz que nem sequer se pode prometer aos americanos a continuação dos direitos de trânsito, pois «o acordo dos Açores tem um prazo limitado que não há qualquer intenção de alargar»<sup>10</sup>. Chega-se mesmo a enviar uma nota oficial para os jornais que, pelo seu estilo, ninguém duvida que foi escrita por Salazar. Nela, tomando-se uma posição prematura, afirma-se que a eventual adesão ao Pacto em formação é «supérflua», pois o país já é abrangido pela aliança inglesa<sup>11</sup>.

Esta estranha nota causa surpresa na diplomacia anglo-saxónica, a pontos de MacVeagh ter perguntado se ela se deve entender como uma resposta negativa ao memorando inglês. Caeiro da Matta esclarece que não, mas logo acrescenta que o governo não vê «utilidade» num pacto de defesa que não inclui a Espanha.

Estes primeiros documentos e afirmações definem as duas posições, dentro do estilo português da altura onde as políticas de fundo não são discutidas abertamente e as posições se deduzem pelo que está nas entrelinhas. Caeiro da Matta e o próprio Salazar são as principais vozes de um bloco que vê poucas vantagens na NATO e teme as suas consequências a outros níveis. Salazar, em particular, percebe desde o começo que o principal interesse americano no convite a Portugal consiste em obter bases permanentes nos Açores e não esconde a sua oposição. O Presidente do Conselho, por exemplo, numa significativa entrevista que dá em fins de Novembro, esclarece que Portugal não precisa de aderir «urgentemente» à

<sup>10</sup> A nota à margem está registada no memorando do embaixador António de Faria, com a menção que se trata da opinião de «S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente do Conselho». AMNE.

<sup>11</sup> Nota publicada nos jornais portugueses em começos de Novembro e objecto do telegrama de MacVeagh de 8 desse mês. FRUS, 1948, vol. III, pp. 1008-1010.

NATO, pois já faz parte dela por «inerência» através da aliança inglesa; aproveita para recordar que tinha sido o primeiro a falar num bloco defensivo da Escandinávia à Espanha, mas condena a «cegueira» francesa e britânica ao excluir a Espanha<sup>12</sup>.

Em oposição a esta corrente define-se outra, que considera que as vantagens da adesão excedem os eventuais pontos negativos. Dela fazem parte importantes nomes da diplomacia portuguesa, como os embaixadores António de Faria, Bianchi e Pedro Teotónio Pereira, mas talvez o seu elemento mais importante seja o ministro Santos Costa, que sabe que só a adesão permite receber a ajuda militar americana. Neste campo, a alta hierarquia militar cerra fileiras praticamente em bloco atrás de Santos Costa, por razões fáceis de entender: para os militares, a ajuda militar americana representa a diferença entre terem uma força que pouco mais é que uma polícia interna, ou desenvolverem uma força moderna, capaz de intervir num conflito europeu. Esta perspectiva é tanto mais real quanto a própria Inglaterra já esclareceu que não se pode contar com ela para completar o rearmamento. Assim, Santos Costa, apesar de ser o grande defensor da aproximação à Espanha em termos da defesa, torna-se igualmente o advogado da adesão da NATO e a sua voz representa a opinião da esmagadora maioria dos militares, pelo que tem um peso muito considerável. Salazar sabe que praticamente a única coisa que não pode fazer é enfrentar os militares em bloco, num assunto que eles consideram vital, e onde não há fortes e claros argumentos contrários do ponto de vista do interesse nacional.

O compromisso inicial que sai destas opiniões divergentes está patente no pró-memória elaborado por Caeiro da Matta em fins de Dezembro<sup>13</sup>. Nele diz-se que Portugal vê como vantajoso um «instrumento diplomático» que coordena os esforços de defesa no espaço atlântico em caso de agressão, mas que exclui à partida qualquer ideia de «fusão económica e política»; logo se acrescenta que a defesa da Europa tem de contar com a «África dela dependente» e a ajuda da América, apontando para a ideia de um bloco Europa-África ajudado pela América, mas autónomo e não coordenado ou dirigido pelos EUA, o que corresponde ao conceito básico de Salazar; finalmente é excluída explicitamente a criação de bases permanentes em território português e defende-se a ideia de que um sistema defensivo da Europa só é possível com a participação espanhola.

A discussão interna do problema é demorada e prolonga-se pelos primeiros meses de 1949, enquanto em Washington se ultima o texto da NATO. Em parte a demora justifica-se pelas dificuldades em ultrapassar

---

<sup>12</sup> Conversa de Salazar com o jornalista Cyrus Sulzberger, do New York Times, resumida num telegrama da embaixada americana de 22 de Novembro de 1948. NA 853.002/11-2248.

<sup>13</sup> Pró-memória de 31 de Dezembro de 1948, assinado por Caeiro da Matta. AMNE.

as reticências espanholas, que inicialmente são no sentido de pretender que Portugal recuse o convite. É o embaixador António de Faria que recebe a espinhosa missão de negociar com Madrid, o que faz como um mestre formado na escola da diplomacia inglesa.

Finalmente, e só em Março de 1949, Portugal apresenta uma resposta oficial aos EUA, numa altura em que as negociações da NATO estão completas. São levantados 4 pontos que se pretendem esclarecer antes de dar uma resposta final. O primeiro, diz respeito ao prazo previsto de 20 anos, pois, segundo se afirma, num horizonte de dez anos o único inimigo previsível é a Rússia, mas a maior distância abrem-se outras hipóteses – dando-se a entender que, por exemplo, poderia renascer a rivalidade Franco-alemã, perante a qual Portugal não quer tomar posição; um segundo é a Espanha, defendendo Portugal a ideia de que a Península «é uma unidade geográfica e estratégica», pelo que é necessário um «entendimento militar com a Espanha para a defesa dos Pirinéus»; um terceiro diz respeito às colónias, pedindo Portugal nomeadamente esclarecimentos sobre o pensamento americano neste campo; um quarto é uma sugestão de incluir no tratado uma garantia de integridade territorial dos países aderentes, que era uma forma de abranger as colónias<sup>14</sup>.

Este memorando é muito revelador sobre a posição portuguesa, bem diferente da dos países anglo-saxónicas. Em primeiro lugar, ressalta a preocupação prioritária com o império e, em segundo lugar, um conceito de defesa do território essencialmente continental, virado para a linha dos Pirinéus, sem se aceitar a visão marítima dos poderes anglo-saxónicos e sem se valorizar o espaço atlântico português. Portugal mostra que pensa sobretudo numa defesa da Península, feita por um exército de massas em colaboração com a Espanha, visão que traz vantagens políticas evidentes aos regimes ibéricos. Nesta, os Açores pouca importância têm.

Os EUA entretanto, respondiam oficialmente às reservas portuguesas de forma hábil e conciliatória. Referiam, em primeiro lugar, que tinham sido os EUA os primeiros a defender que as decisões na NATO fossem tomadas por unanimidade e a excluir do texto do tratado qualquer obrigação efectiva de entrar em guerra automaticamente. Acrescentavam que, obviamente, Portugal continuava a dispor soberanamente dos Açores e a entrada na NATO nada alterava nesse campo. Em relação à Espanha, diziam – em «confidência» – que eles próprios gostariam de ver uma maior participação desse país na defesa do ocidente, mas que eram os países europeus que se opunham frontalmente a tal ideia – o que era verdade, mas não era toda a verdade. Em relação à duração do Pacto, os EUA garantiam que também eles preferiam um prazo menor, mas acabaram por aceitar os 20 anos por insistência da Europa. Finalmente, os EUA e a Inglaterra acrescentavam que o texto do tratado estava concluído, tendo

---

<sup>14</sup> Memorando português entregue aos EUA, a 8 de Março de 1949. AMNE, Poc. 70.

sido ultimado nas negociações onde Portugal não participou, não sendo possível introduzir nesta fase alterações de fundo, pelo que a opção era somente a de aderir ou ficar de fora.

Todos estes argumentos são muito fortes e têm a simpatia dos militares portugueses. O problema é examinado numa série de reuniões do gabinete, entre 19 e 23 de Março de 1949, numa altura em que o texto do Pacto já foi tornado público e as negociações de Washington estão concluídas desde 15 desse mês, sem que o infeliz Teotónio Pereira tenha tido ocasião de participar. A Inglaterra, temendo uma recusa, adopta grande meios: no próprio dia 19, Bevin chama o embaixador português em Londres e faz «um apelo instantâneo em seu nome pessoal para a assinatura do Pacto», numa diligência repetida em Lisboa.

A discussão no gabinete é prolongada. No fim, a convicção de Santos Costa, apoiado por Américo Tomaz e pelos restantes militares, consegue fazer aprovar a adesão, perante um Salazar que se mantém não comprometido quase até ao fim. O pensamento do Presidente do Conselho é, aliás, muito bem resumido numa curta frase do discurso com que justifica a posição do governo perante a Assembleia Nacional: «pareceu difícil em tais circunstâncias estar-mos ausentes». Não se pode ser mais claro, «em tais circunstâncias»...

A 4 de Abril de 1949, Caeiro da Matta desloca-se a Washington e assina o Pacto, transformando Portugal num dos 12 países fundadores.

Todo este processo é revelador e repleto de ensinamentos. Mostra, em primeiro lugar, a habilidade que os EUA adquiriram nas suas relações com a Europa, onde nomes como Marshall ou Acheson se revelam verdadeiros mestres na complexa arte da diplomacia, que nada têm já a aprender com Londres. Verificamos que foram os EUA os principais interessados em estender o convite inicial a Portugal, podendo a sua motivação resumir-se numa única palavra: Açores. Foi com grandes dificuldades, e só ao fim de vários meses, que os EUA e a Inglaterra venceram a compreensível resistência dos países da Europa continental. Salazar compreende este facto e a relutância que mostra desde o começo não é «teimosia» mas sim a expressão de uma divergência estratégica, bem como o receio que os americanos acabem por dividir, com os seus métodos suaves, os responsáveis do regime, como veio justamente a suceder nos próximos anos.

As reservas portuguesas são ultrapassadas com grande tacto: os EUA evitam sempre a discussão à volta dos pontos onde não há acordo e reduzem tudo a uma «questão de pormenor», onde dizem simpatizar com a posição portuguesa, mas estarem de braços amarrados por causa da oposição da maior parte dos países da Europa; ao mesmo tempo, acenam com a perspectiva de uma ajuda substancial e uma aceitação política plena pela comunidade Ocidental, importante para o regime. No fim, os métodos americanos compensam e são um prenúncio do que se seguiria.

Salazar, segundo tudo indica com grande relutância e fortes reservas, acaba por concordar com a adesão como o «menor dos males». O processo, contudo, deve ter servido para chamar a atenção do hábil político para uma dimensão nova e inesperada da NATO: os seus efeitos indirectos nos militares portugueses. Na realidade, tinha começado um processo de bola de neve, uma das típicas situações de «aprendiz de feiticeiro» em que história é pródiga.

#### V – Os Açores no contexto do NSC 68

A formação da NATO coincide com uma alteração das estratégias definidas para o Atlântico e os Açores. No período inicial da NATO dão-se dois acontecimentos que mudam os planos de guerra americanos: a perda do monopólio nuclear, com a primeira explosão soviética, e o fim da fase em que o arsenal nuclear americano era muito reduzido.

Os EUA passam em 1949/1950 de uma estratégia de monopólio de um reduzido arsenal nuclear, para outra de supremacia absoluta. O crescimento do arsenal nuclear americano em 1949/1950 leva a que, pela primeira vez, os JCS possam pensar numa ofensiva estratégica inicial que provoque estragos muito sérios no potencial inimigo, sem que este possa responder da mesma maneira. No entanto, esta vantagem é de curta duração e dá-se numa altura em que o sistema Ocidental continua a perder posições.

A visão do conjunto da situação não é optimista. O problema é a evolução previsível a curto prazo. Dentro de um período que é calculado em 4 a 5 anos, a Rússia adquire a capacidade de também ela infligir sérios estragos nos EUA em caso de guerra<sup>15</sup>.

A resposta americana a este problema, é a aprovação do NSC 68, em meados de 1950. Trata-se de um documento complexo, base da estratégia americana para a próxima década. A sua perspectiva é a de um confronto político entre sistemas diferentes, onde o essencial para o ocidente é manter a adesão das populações e consolidar o controle das zonas estratégicas do planeta, através de um sistema de alianças formal de que a NATO é o melhor exemplo. O NSC 68 constata que a URSS tem um PNB de cerca de 1/4 do americano, mas possui um nível de despesas militares que não anda muito longe do ocidente. Tal significa que o sistema soviético implica uma mobilização de recursos muito vasta em tempo de paz, o que implica uma reduzida capacidade de crescimento em caso de conflito. Pelo contrário, o sistema Ocidental baseia-a num elevado nível de consumo, com um míni-

---

<sup>15</sup> Segundo a avaliação do NSC 68, a URSS podia dispor de 10 a 20 bombas atómicas em 1950, 25 a 45 em meados de 1951, 45 a 90 em meados de 1952 e cerca de 200 em 1954. Considerava-se que com 200 bombas e os novos meios para as transportar, dadas pelo TU-16 e TU-20 entretanto colocados em serviço, era possível infligir sérios estragos nos EUA. A previsão americana era que a URSS adquiriria essa capacidade a partir de 1954.

mo dos recursos dedicado ao armamento em tempo de paz. Esta relação básica não pode ser alterada, sob pena de mudar a natureza do próprio sistema Ocidental, mas o NSC 68 defende que é possível aumentar a percentagem dos recursos económicos empregues na defesa sem fortes efeitos negativos.

Esta é a única forma de reduzir o crescente desequilíbrio de forças que, segundo se pensa, atinge o ponto crítico em 1954, quando a URSS pode aliar uma esmagadora superioridade em meios convencionais à capacidade de provocar sérios estragos nos EUA numa guerra nuclear. O NSC 68 conclui que a URSS não está interessada num conflito até 1954, mas pode ser tentada a iniciar um depois. Até lá, é de esperar a continuação de uma política expansionista nas periferias onde se detectarem condições favoráveis.

O documento examina em seguida as várias respostas possíveis, desde a provocação da guerra antes de 1954 até à submissão à URSS. A conclusão é que o objectivo fundamental da estratégia americana continua a ser a manutenção de um clima favorável ao sistema Ocidental nas zonas estratégicas do planeta, com a contenção do comunismo e a dissuasão de um conflito geral. Não se considera possível aplicar uma política ofensiva de provocar a guerra, até porque tal representaria o afastamento dos aliados a curto prazo e, logo, o desfazer da essência do sistema Ocidental. Isto significa que o Ocidente tem de manter a capacidade de vencer uma guerra prolongada depois de 1954, única forma de assegurar a dissuasão. É ponto assente que um confronto geral implica o uso de armas atómicas desde o primeiro momento e dá-se mesmo a entender que, caso se preveja um ataque russo de forma segura, seria bom que os EUA se antecipassem<sup>16</sup>.

O NSC 68 considera essencial um maior equilíbrio de meios convencionais, pois deixa de se contar com uma supremacia nuclear absoluta a partir de 1954. O documento aponta para um vultuoso programa geral de rearmamento do ocidente a partir de 1950, que será quantificado e desenvolvido em vários anexos. O começo da guerra da Coreia reforça esta conclusão e aumenta a urgência do rearmamento. Nesta perspectiva, um dos programas mais importantes é a ajuda militar americana orientada para as zonas consideradas estratégicas. A prioridade vai para a Europa.

O NSC 68 conclui também que o crescimento das forças convencionais tem de ser acompanhado pelo aumento da força nuclear americana, única forma de assegurar a manutenção da supremacia relativa a partir de 1954. O SAC recebe a fatia mais grossa do orçamento de defesa e o seu crescimento coincide com a introdução de importantes inovações tecnológicas,

---

<sup>16</sup> «As vantagens militares de dar o primeiro golpe tem aumentado de importância com as armas modernas e este facto obriga-nos a estar-mos atentos, de modo a dar-mos um golpe com todo o nosso poder assim que for-mos atacados e, se possível, antes de receber o primeiro golpe soviético», NSC 68 e actas da 55ª reunião do NSC, a 14 de Abril de 1950. HSTPL, NSC, box 207.

que criam novas capacidades e alteram a forma como os Açores são encarados.

A partir de 1951, o SAC cria uma força efectiva de bombardeiros a jacto (os B-47) capazes de penetrar nas defesas soviética de então. Os B-47 só podem atingir os principais alvos potenciais com o uso de bases avançadas, ou com a utilização do reabastecimento em voo, técnica que começa a ser aplicada operacionalmente deste 1949.

Os planos do SAC implicam o uso de uma rede de bases avançadas e de bases intermédias, a partir das quais possam operar as centenas de aviões cisterna, essenciais para os B-47 cumprirem a sua missão. Em 1954, o SAC conta com 30 bases nos EUA e 11 no ultramar, mas pode ser apoiado por uma imensa rede de 84 bases aéreas no ultramar, das quais só controla 11 em tempo de paz. As principais bases avançadas estão na Inglaterra, Marrocos, Egipto e Líbia, às quais se juntam as bases da Espanha, a partir de 1954. As bases intermédias, de onde opera a frota de aviões cisterna, estão principalmente no Canadá, Gronelândia, Islândia, Inglaterra, Açores e Norte de África. Em resumo, nos novos planos, a importância dos Açores mantém-se em termos da ofensiva aérea estratégica, embora agora a sua utilização seja pensada de forma diferente. Os Açores passam a ter uma nova função: importante base de aviões cisterna. Mais uma vez a evolução técnica mudou a forma de usar os Açores, mas sem uma diminuição do seu peso relativo.

O crescimento das forças convencionais na Europa é muito rápido a partir de 1950, na aplicação das decisões do NSC 68. Nesta perspectiva a importância dos Açores também aumenta, pois embora os novos aviões de transporte – como o C-124 ou o C-97 – possam levar uma carga útil para a Europa sem escala, as ilhas portuguesas continuam a dar flexibilidade às pontes aéreas para o Norte de África.

Finalmente, na primeira metade dos anos cinquenta os Açores readquirem significado em termos de base anti-submarina, aspecto que pouco importava desde 1944. A URSS cria, entre 1950 e 1955, uma efectiva capacidade de desenvolver uma guerra submarina no Atlântico. O esforço russo é imenso, numa escala nunca antes ensaiada em tempo de paz. Basta aqui referir, que as novas classes de submarinos oceânicos começam a aparecer em 1950 e, passados 6 anos, já cerca de 250 unidades foram lançadas à água. Devido a este esforço, a marinha americana considera os Açores a partir de 1953 como uma base anti-submarina de primeira importância, vertente que estava esquecida desde a segunda guerra.

Em resumo, podemos afirmar que, depois da formação da NATO, a importância dos Açores:

- se mantém pelo seu contributo para a ofensiva aérea estratégica, essencialmente como base de aviões cisternas;
- se mantém enquanto placa giratória das essenciais pontes aéreas, que materializam o sistema logístico dos planos de guerra.

- aumenta substancialmente em termos da luta anti-submarina.

Os JCS continuam a classificá-los como base essencial e atribuem a prioridade máxima à obtenção de direitos nas ilhas em tempo de paz.

## **VI – A nova aproximação americana à Europa**

Com a NATO, muda a tática de aproximação dos EUA em relação à Europa, em geral, e a Portugal, em particular. Os objectivos essenciais dos americanos na primeira fase da NATO são dois: usar a organização para criar um sistema integrado da Europa Ocidental, o que implica ultrapassar as divergências francesas em relação ao rearmamento alemão; obter com a sua ajuda a rede de bases essencial para os seus próprios planos estratégicos. Ambos os objectivos são alcançados em quatro anos.

Devemos esclarecer que este facto não se deve a um especial maquiavelismo ou habilidade dos EUA. Deve-se sim à lógica interna dos sistemas globais criados na guerra fria, com uma complexidade, nível técnico e dimensão que os coloca acima dos recursos disponíveis dos poderes europeus. Os EUA, neste campo, limitam-se a aplicar esta lógica no desenvolvimento de uma dissuasão crível para o ocidente. Quando o fazem, como repetem muitas vezes, estão a beneficiar a Europa e a suportar um nível de despesas com a defesa superior; no entanto, como nunca dizem, estão também a impedir o desenvolvimento das estratégias autónomas da Europa. Até 1956, o processo é conduzido sem provocar conflitos de maior. A partir daí, os atritos multiplicam-se a todos os níveis e chegam a pontos de rotura parcial no caso da França e de Portugal.

A tendência natural dos militares americanos é para, assim que se forma a NATO, renovarem de imediato o pedido de bases nos Açores. São os diplomatas que moderam estes instintos. William Dunham, sub-secretário do SD, sublinha nomeadamente que não é a altura de abandonar a aproximação cautelosa em relação às Lajes, pois os efeitos da NATO ainda não se fizeram sentir. A recomendação dos diplomatas é que na fase inicial não se faça qualquer pedido que possa mostrar as intenções de permanecer nos Açores por um prazo longo, pois os portugueses vão estar especialmente atentos a essa aproximação<sup>17</sup>.

A moderação dos militares não dura muito. Em Agosto, os JCS tornam a insistir junto do SD sobre a necessidade urgente de obter direitos para bases permanentes na Gronelândia, Açores, Marrocos e Islândia, bem como de melhorar e alargar as bases cedidas pela Inglaterra no Egipto e Aden. Por detrás desta pressão está a revisão dos planos de guerra do SAC. Os JCS recomendam em especial que se devem aproveitar os programas de ajuda militar aos países da NATO para obter os direitos pretendidos e pedem que os casos especialmente urgentes, entre os quais se

---

<sup>17</sup> Memorando interno de William Dunham, a 25 de Maio de 1949. NA Correspondence of William Dunham, RG 84.

contam os Açores, sejam cobertos por acordos bilaterais imediatos<sup>18</sup>. Pela primeira vez, é igualmente sugerido que se use o próprio texto do Pacto para obter o enquadramento político, nomeadamente o seu artigo III, onde se refere que os países signatários tem a obrigação de se ajudarem mutuamente a cumprir as missões de defesa.

MacVeagh pede o prolongamento do acordo de 1948 enquanto durar a NATO, colocando-o num âmbito exclusivamente bilateral, como Pedro Teotónio Pereira tinha referido.

A tentativa é prematura e a resposta portuguesa é negativa. A verdadeira razão desta é explicada numa carta pessoal de Salazar a Pedro Teotónio Pereira, escrita sem preocupações de protocolo. Segundo o presidente do Conselho, tinha-se deixado claro que não se permitia o estabelecimento de bases em tempo de paz; na sua opinião, a formação da NATO devia levar os americanos a dispensarem as facilidades nos Açores, passando-as exclusivamente para os portugueses; mesmo a estação de rádio e o posto Loran, só podem ser aceites se forem operados por pessoal português; ora os EUA não só querem eternizar a sua presença, como mostram desejar excluir qualquer outra potência dos Açores, o que é um ataque directo à Inglaterra, atitude que já se detectava durante a segunda guerra. Finalmente, o dirigente máximo português mostra-se ressentido porque as discussões havidas no sub-grupo regional E-1 (o sub-grupo do Atlântico Norte da NATO) provam que os EUA não pensam em Portugal continental e só se preocupam com os Açores<sup>19</sup>.

Com a recusa formal portuguesa, todo o assunto volta à estaca zero. Os diplomatas americanos mostraram que tinham razão e podem agora obrigar a aplicar à tática de aproximação indirecta, mais lenta, mas mais segura. Curiosamente, é a Inglaterra que – por iniciativa própria ou em resposta a um pedido americano – procura desfazer a má impressão inicial, de modo a que o processo possa recomeçar noutra base. É Sir Nigel – embaixador da Inglaterra em Lisboa – que faz uma diligência nesse sentido, numa conversa com o embaixador António de Faria, onde aplaude o que considera ser a decisão portuguesa de não aceitar contactos bilaterais sobre os Açores, colocando todo o problema no sub-grupo da NATO, onde a Inglaterra está representada; acrescenta, que a Inglaterra não queria levantar a questão dos Açores na NATO desde já, tendo sido por causa da pressão dos militares que tal se fez, tudo no tom de quem apresenta uma desculpa não-oficial<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> Anexo ao relatório do Departamento da Defesa sobre o programa de ajuda militar – MDAP. FRUS, 1949, vol. I, pp. 258-261.

<sup>19</sup> Carta pessoal de Oliveira Salazar a Pedro Teotónio Pereira, datada de 26 de Dezembro de 1949. ANTT AOS/CO/NE-18-1.

<sup>20</sup> Relato do embaixador António de Faria, relativo à conversa com Sir Nigel, a 30 de Janeiro de 1950. ANTT AOS/CO/NE-18-1.

**VII – Do «impensável» ao natural – as novas condições aplicadas aos Açores**

Falhada a aproximação directa, os EUA vão tentar outra, utilizando desta vez uma actuação coordenada entre os organismos próprios e os criados pela NATO. É Theo Xanthaky – personagem chave em todo este processo – que faz o movimento inicial dentro da nova táctica. A iniciativa surge quando Santos Costa é convidado para um almoço na embaixada americana. No fim, Xanthaky chama-o de parte e, num tom de grande confiança, defende uma série de teses que sabe coincidirem com o pensamento de Santos Costa: a guerra «pode estalar de um momento para o outro»; os EUA tem que manter a aliança da Europa, pelo que não podem aceitar as propostas portuguesas sobre os planos para a Península e a Espanha, embora, no fundo, concordem com elas; na guerra que vai estalar, a Rússia ataca por cima do pólo, enquanto os EUA retaliam a partir do Norte de África, o que torna os Açores especialmente importantes; passado o perigo de guerra, Portugal pode ter a certeza absoluta que os EUA não tem qualquer ambição em relação aos Açores<sup>21</sup>.

A aproximação de Xanthaky é muito hábil, não só pelo que diz, mas por ter escolhido Santos Costa, como canal directo para os militares e Salazar, com exclusão dos diplomatas. Quase na mesma altura, o ministro da defesa português mantém uma outra conversa com Nicolau Franco, que é relatada a Salazar na mesma carta, mostrando como ambas formam uma unidade na mente de Santos Costa. O embaixador espanhol acredita também que a guerra está para breve e diz que a Espanha gostava de explorar a hipótese de um acordo de defesa a três – Portugal, Espanha, EUA – para a Península; acrescenta que é do interesse da Península não se envolver na primeira fase do conflito – que consistiria no inevitável avanço russo até aos Pirinéus – guardando-se para depois avaliar a situação e «estabelecer o preço» para uma eventual participação. «Esta ideia não me parece insensata», conclui Santos Costa.

É este enquadramento que explica a atitude futura dos militares portugueses. A maior parte deles, a começar por Santos Costa, acredita na perspectiva de uma guerra a curto prazo, pelo que o rearmamento é essencial. A ideia vigente, em 1950, é a da defesa da Península numa segunda fase da guerra na linha estática nos Pirinéus. A aproximação americana em relação aos Açores, tal como foi exposta por Xanthaky e as ideias defendidas por Nicolau Franco, abrem duas possibilidades nesta perspectiva, interligadas na mente de Santos Costa: a de conseguir simultaneamente o rearmamento e um acordo a três para a defesa da Península, em troca da cedência de bases nos Açores, que tinha de estar associada à permanência americana em tempo de paz durante mais uns anos. É normal que o problema tenha sido discutido directamente entre Santos Costa e

---

<sup>21</sup> Carta de Santos Costa de 10 de Fevereiro de 1950, enviada em mão a Salazar. ANTT AOS/CO/NE-18-1.

Salazar, no seguimento da carta pessoal do primeiro acima referida, mas não encontramos documentos que o provem. O que sabemos sem margem para dúvida, é que Salazar muda de atitude em relação aos Açores a partir de meados de 1950 e dá grande margem de manobra a Santos Costa na condução do processo, permitindo e facilitando um verdadeiro curto-circuito dos diplomatas. A tática de Salazar é fácil de compreender: se os contactos dos militares – ou antes, de Santos Costa – junto dos americanos e de Madrid conduzirem a alguma coisa de útil, óptimo; caso contrário, é sempre possível dizer, que se tratava de uma iniciativa pessoal não vinculativa.

Os americanos, quando se apercebem da nova tendência, que Xanthaky muito bem fomentou, exploram a oportunidade, embora, obviamente, a última coisa que pretendam seja preparar planos a três para defender a Península. Todo o problema se prende com a política americana em relação à Espanha, assunto que não podemos desenvolver aqui. Basta referir que é justamente nesta altura que a política dos EUA em relação à Espanha se altera. O NSC concorda que a política até aí seguida de tentar provocar mudanças internas no país vizinho não leva a nada de útil. O Departamento da Defesa passa a conduzir contactos directos com os militares espanhóis, tendo em vista um eventual acordo de defesa fora do âmbito da NATO. A Espanha, por seu lado, há muito que deseja uma aproximação com os EUA e uma das vias que procura explorar é a de um acordo a três com Portugal, tal como Nicolau Franco referiu a Santos Costa. Simplesmente, assim que se concretiza a aproximação inicial com os EUA, a Espanha é a primeira a dizer que prefere um acordo a dois. Portugal serviu meramente para facilitar o primeiro passo.

Os EUA começam por aguardar que os planos regionais da NATO para o Atlântico estejam aprovados antes de tornar a levantar o problema dos Açores. Os JCS recordam aos representantes americanos na NATO que os planos militares conjuntos devem reproduzir as necessidades previstas nos planos de guerra dos EUA, de modo a facilitar as negociações bilaterais que entretanto se desenvolvem com os vários países<sup>22</sup>.

Na realidade, esta repetição de instruções anteriores era inútil e foi seguida demasiado à letra. Mais tarde, os próprios JCS tem de lembrar aos representantes americanos na NATO que, nos planos a desenvolver, deve haver a preocupação de seguir o espírito e a terminologia geral da NATO, sem se reproduzir meramente a lista dos direitos pretendidos pelos EUA, como aconteceu em certos casos<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> Memorando dos JCS para o Secretário da Defesa de 17 de Outubro de 1950, onde se reproduz a rede de bases pretendida pelos EUA, de acordo com o JCS 570/120. NA JCS 570.

<sup>23</sup> Memorando dos JCS de 20 de Dezembro de 1950. NA JCS 570.

Paralelamente, os EUA criam um MAAG<sup>24</sup> em Lisboa e iniciam o programa de ajuda militar ao país. Uma primeira missão militar americana segue para Lisboa em Agosto de 1950, passando antes por Londres para coordenar a sua acção com o MDAP para a Europa. Portugal é um dos 9 países abrangido pela ajuda militar do ano fiscal de 1951.

A missão americana fica em Lisboa até fins de Setembro. Acaba por propor um programa de ajuda militar onde se valoriza sobretudo a Marinha e a Força Aérea, ao contrário do que os portugueses pretendem; a proposta inicial é para uma ajuda de 40 milhões de dólares para o Exército, 65 para a Marinha e 40 para a Força Aérea. Do lado português, é Santos Costa que dirige as negociações, tendo garantido que Portugal podia fornecer 5 divisões prontas a combater, mas acrescentado que, devido aos acordos com a Espanha, as forças nacionais não podem ser deslocadas para fora da Península até ser clarificada a relação entre a Espanha e a NATO<sup>25</sup>. Os americanos devem-se ter rido com a afirmação de que Portugal podia fornecer 5 divisões prontas a combater, quando sabiam que nem sequer uma divisão moderna se consegue formar, mas nada dizem, do mesmo modo que não contestam a afirmação de Santos Costa sobre as obrigações em relação à Espanha. Nesta fase inicial, limitam-se a aprovar um plano potencial de ajuda militar que favorece principalmente a Marinha e Força Aérea, sectores algo esquecidos por Santos Costa, deixando a questão da Espanha para ser esclarecida futuramente. Claro, que a concretização efectiva da ajuda americana está dependente dos planos da NATO e, em particular, da questão dos Açores...

Nestas duas iniciativas americanas paralelas temos exemplificada a flexibilidade que o novo sistema permite. Os EUA podiam desenvolver uma política no âmbito multilateral (NATO) e outra exclusivamente bilateral, visando o mesmo objectivo, mas por caminhos diferentes. Para a sua coordenação, forma-se em fins de 1950 um grupo encarregado de estudar a tática para os Açores, com representantes do SD, do Office do Secretary of Defence e do Special Assistant of the Secretary para assuntos de segurança nacional. A nível de Lisboa, a responsabilidade pelos contactos com os militares em toda a primeira fase pertence à equipa do MAAG, ajudada por Theo Xanthaky<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> O MAAG era a equipa do MDAP em cada país. Teoricamente competia-lhe verificar que o armamento cedido pela ajuda americana era utilizado de forma efectiva. Na prática, especialmente no caso dos pequenos países, o MAAG era o verdadeiro centro de modernização e reestruturação das forças armadas, desempenhando também uma função muito importante no enquadramento político da alta hierarquia militar.

<sup>25</sup> Memorando do MDAP sobre Portugal, a 15 de Outubro de 1950. NA 753.5-MAP/9-1450. Mais uma vez se verifica que a tática portuguesa subordina de forma real e efectiva as relações entre Portugal e aos EUA às relações entre os EUA e a Espanha, de uma forma que beneficia claramente o país vizinho.

<sup>26</sup> Theo Xanthaky é um dos representantes da «intelligence» americana em Portugal, com o cargo oficial de «special assistant» do embaixador. Domina perfeitamente o

O processo decorre rapidamente. Em primeiro lugar, os EUA fazem aprovar pelo Military Committee e o Standing Group da NATO que há uma necessidade para bases nas Lajes e em Santa Maria. Depois, é aprovado no planeamento regional que qualquer acordo bilateral feito no âmbito da NATO se mantém válido até que o Conselho determine que as facilidades previstas já não são necessárias. Em terceiro lugar, é o North Atlantic Regional Planning Group que aprova igualmente que os planos de defesa para a zona aconselham a abertura de negociações bilaterais entre Portugal e os EUA para as bases nos Açores. Finalmente, forma-se oficialmente o MAAAG de Lisboa em começos de 1951, tendo o brigadeiro-general Frank Camm como primeiro director, com a missão oficial de acompanhar o programa de ajuda militar a Portugal, mas a real missão de moldar as forças armadas portuguesas às necessidades dos planos de guerra, abandonando as pretensões irrealistas de Santos Costa em relação ao «exército de massas».

Perante esta máquina coordenada e bem informada, o aspecto do lado português não é famoso. A coordenação é assegurada por Salazar, que permanece nos bastidores, mas se mantém informado directamente de tudo que diz respeito aos Açores<sup>27</sup>. No entanto, abaixo de Salazar, o que prevalece é a rivalidade e a divisão, com visões muito diferentes e informações parciais e mal coordenadas.

As negociações decorrem rapidamente, com um acompanhamento directo de Santos Costa. Começa por se decidir que a primeira questão a tratar seriam os aspectos da defesa, de modo a só se chamarem os diplomatas depois de haver um acordo. Em Fevereiro de 1951, chega a Lisboa a equipa americana, dirigida pelo brigadeiro James Selser<sup>28</sup> e composta por representantes dos vários serviços militares.

Do lado português, a política a seguir é determinada pelas instruções de Salazar a Santos Costa. Segundo estas, o enquadramento geral deve ser dado por um acordo político, que remete para os princípios e filosofia geral da NATO; dentro deste contexto, os pontos concretos serão cobertos por um acordo de defesa bilateral, com anexos secretos. Aceita-se um alargamento muito substancial das instalações da Força Aérea e da Marinha nos Açores, bem como a continuação da presença americana em tempo de paz, embora esta seja entendida como uma solução de curto

---

português e é o único americano que acompanha todo o processo de negociações dos Açores, tanto na fase militar como na diplomática. É difícil dizer em que medida a tática americana aplicada em Lisboa se deve a ele ou a MacVeagh, o diplomata «das grandes crises», mas é certo que Theo Xanthaky tem uma importante participação.

<sup>27</sup> Muitas vezes através de pequenos cartões manuscritos de Santos Costa, quando não havia ocasião para um contacto directo.

<sup>28</sup> James Selser é significativamente um oficial do SAC – Strategic Air Command. A sua escolha revela que a principal preocupação americana em relação aos Açores nesta altura é o seu uso pelas forças nucleares estratégicas, em caso de guerra.

prazo, que acaba teoricamente quando os técnicos portugueses estiverem formados.

A proposta de texto do acordo de defesa foi aparentemente redigida pelo próprio Salazar e profusamente emendada por ele nas negociações conduzidas por Santos Costa<sup>29</sup>. O que surpreende os americanos é que as concessões iniciais seguem à letra as recomendações dos organismos de planeamento da NATO, mostrando as vantagens da aproximação indirecta. Portugal concede à partida o uso de bases nos Açores em caso de guerra em que estejam envolvidos, durante a vigência da NATO (art. 1) e enquadra todo o acordo dentro da filosofia da organização multilateral. Concede ainda o armazenamento de materiais (art. 7) e o trânsito pelas Lajes de «aviões militares dos EUA que executem missões nos quadros da OTAN» (art. 10), tudo enquanto durar a NATO. O que é mais surpreendente é que não se prevê nenhum mecanismo de denúncia que possa ser usado por Portugal – para além da eventual saída da NATO. Só os EUA podem «em qualquer momento renunciar às concessões» (art. 8).

Esta formulação cobre a existência de bases americanas nos Açores em tempo de guerra, bem como o seu uso em tempo de paz nas missões previstas pela NATO, inclusive o treino combinado – subordinado a um acordo prévio entre os ministros da Defesa. Fica em aberto a permanência americana nos Açores em tempo de paz, embora se torne evidente que as funções previstas a exigem de um ponto de vista meramente lógico. O prazo em que se autoriza a permanência em tempo de paz é justamente um dos pontos mais discutidos.

Santos Costa mostra-se disposto a concessões, mas Salazar exige um prazo inicial curto. A sua proposta é que só se aceite a permanência americana até 1954, ano chave no planeamento da NATO – na realidade é o ano de transição previsto no NSC 68, como já vimos. A partir de 1954, segundo Salazar afirma, ou eclode a guerra, ou existe um acordo conducente à pacificação, sendo em qualquer dos casos necessário rever a presença americana nos Açores. É neste ponto que mais se insiste nas instruções para Santos Costa: «Em princípio, não repugna que no acordo se reconheça a possibilidade de utilização da base das Lajes para o caso de guerra que surja no período de validade do Pacto do Atlântico e dentro do quadro defensivo encarado por ele (...) Mas não se deveria fazer aquela concessão senão através da aceitação do regime em que a base ficasse insofismavelmente entregue a pessoal português e fosse insofismavelmente evacuada de todo o pessoal americano no prazo convencionado»<sup>30</sup>. É o

---

<sup>29</sup> No arquivo Salazar existe um manuscrito com a proposta de texto inicial e versões posteriores dactilografadas e emendadas na margem pela original letra do Presidente do Conselho.

<sup>30</sup> Nota manuscrita de Salazar para as negociações dos Açores, datada de 29 de Março de 1951. ANTT AOS/CO/NE-18-1.

velho problema, mas agora com uma concessão portuguesa fundamental: permitir o alargamento da base e a presença americana nos próximos anos.

Este é um ponto essencial para os negociadores americanos. Os JCS sabem que a base tem de ser usada assim que estalar um conflito – até antes, no caso de ser necessário um ataque preventivo, que teria de ser apoiado por aviões cisternas –, o que implica duas coisas: as obras de alargamento e instalação de equipamento – que os portugueses aceitam – e a ocupação permanente – que os portugueses só querem autorizar até 1954. O acordo de defesa em si, onde se inclui a quantificação de uma parte do apoio militar americano, não levanta grandes problemas. Na realidade, os pontos mais discutíveis, como seja o de saber se as armas a fornecer podem ou não ser usadas em África, são ultrapassados com formulações vagas, susceptíveis de várias interpretações. Os EUA, por exemplo, nada referem explicitamente nos acordos ou anexos sobre a eventual utilização do armamento fora da zona NATO, mas numa carta oficial dizem que, «evidentemente», se houvesse uma emergência, os EUA não se opunham ao uso do armamento. Ambos os lados aceitam esta formulação, embora «evidentemente» façam leituras diferentes do que está escrito.

É a questão da duração da presença americana em tempo de paz que levanta maiores problemas. Santos Costa parece ter sido uma importante influência junto de Salazar, pois está genuinamente empenhado em que o rearmamento vá para a frente, base da consolidação do seu poder pessoal. O ministro defende a opinião que 1954 é um prazo demasiado curto para as obras planeadas, tudo indicando que sabe perfeitamente que nunca será possível formar os necessários técnicos portugueses para o complexo equipamento instalado pelos americanos, mas prefere não o dizer. Santos Costa mais uma vez assume, com declarado prazer, o papel de «pessoa razoável» nas negociações, dando autorização para as obras nas Lajes começarem de imediato, enquanto compete a Salazar fazer o papel de «inflexível».

Concluídas as negociações da «parte técnica» do «Acordo de Defesa», em Julho de 1951, começam então as da «parte política», que envolve os diplomatas. Paulo Cunha ainda tem ocasião de provar que não está dentro das novas realidades, ao repetir a MacVeagh o já muito batido discurso sobre a «soberania portuguesa» e as «bases em tempo de paz». O embaixador americano percebe o que se passa, e limita-se a explicar pacientemente o novo enquadramento «teórico» do problema: os EUA não queriam uma «base em tempo de paz»; o que queriam, era aplicar as decisões da NATO, onde Portugal participava, que apontavam para os EUA assinarem um acordo bilateral com Portugal de modo a desenvolver bases nos Açores para os fins comuns<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Relato de MacVeagh da conversa com Paulo Cunha, datado de 23 de Julho de 1951, NA RG 84.

Nas discussões finais entre os diplomatas, o único ponto importante em aberto é o da duração da presença americana em tempo de paz. A contra-proposta americana neste campo é uma permanência inicial até 1958. Na fase final das negociações, conduzida por Paulo Cunha, acaba por se chegar a uma solução de compromisso, perto da data avançada pelos EUA: Setembro de 1956, com uma tolerância de quatro meses até Janeiro de 1957. Os EUA aceitam este facto como um mal menor, embora saibam perfeitamente que nessa data os técnicos portugueses não estão formados e que entretanto se criaram novas necessidades que vão justificar o pedido de prolongamento do prazo. Concordam, no entanto, com a formulação exigida por Portugal, até porque ela lhes dá tudo o que esperam a curto prazo e mais do que esperam a longo prazo.

### **VIII – Portugal, os Açores e a NATO**

Ao longo deste texto procuramos explicar o papel central dos Açores na formação de uma estratégia portuguesa nesta altura e a forma como o país, com o acordo de 1951, acaba por conceder o que tinha repetido à exaustão ser «impossível». Explicamos que esta atitude se tem de enquadrar na alteração da relação estratégica entre os EUA e a Europa nos anos 1948-1951. Dentro desta perspectiva mais ampla, a evolução portuguesa é semelhante à da França, Noruega, Islândia ou Dinamarca. Há no entanto duas importantes diferenças: uma material e de pormenor; outra estratégica e de fundo. Vamos referi-las brevemente.

De um ponto de vista material, pequenos países com dimensões e recursos semelhantes a Portugal, como a Noruega, Islândia ou Dinamarca, assinam igualmente acordos bilaterais com os EUA quase na mesma altura e através de um processo semelhante, mas com contrapartidas claramente expressas. Estes países estão, aliás, entre os mais beneficiados pela ajuda económica e militar americana em termos relativos. Portugal, no entanto, recebe uma das mais pequenas ajudas económicas ou militares no âmbito do plano Marshall e do MDAP. Como o próprio adido militar americano em Lisboa verificaria com surpresa, em meados dos anos cinquenta, o montante da ajuda militar americana a Portugal é inferior ao da Irlanda, para já não falar da Dinamarca ou da Noruega, apesar dos Açores serem uma das mais importantes – se não a mais importante – base americana no Atlântico. Mesmo a própria Espanha, sem participar na NATO, beneficia de uma ajuda americana superior à portuguesa, em termos absolutos e relativos.

Não há dúvida que esta realidade se deve em grande parte à forma como os responsáveis portugueses encararam o acordo dos Açores de 1951. Este, por um lado, dá importantes direitos a bases em tempo de guerra por um período ilimitado – enquanto durar a NATO –, criando riscos para Portugal e incluindo a sua zona atlântica no dispositivo militar

americano de forma «insofismável», como diria Salazar. No entanto, por outro lado, o acordo de 1951 só autoriza uma presença em tempo de paz até Setembro de 1956, sendo todo ele redigido de modo a não criar nenhuma contrapartida directa, que possa ser invocada em termos de «direitos adquiridos» para prolongar essa data. Há assim uma evidente contradição entre as importantes concessões e a falta de um enunciado claro de contrapartidas directas ou indirectas. Esta situação é tanto mais estranha quanto qualquer militar competente sabe em 1951 que, mesmo num prazo de dez anos, não é fisicamente possível criar uma capacidade efectiva portuguesa de gerir os complexos sistemas instalados nos Açores, ligados aos aspectos centrais do aparelho militar americano, desde a guerra nuclear estratégica, até ao apoio às pontes aéreas intercontinentais ou à segurança das vias de comunicação Atlânticas.

Houve, sem dúvida, a preocupação dos responsáveis portugueses de não criar nenhum «pagamento directo» ou a ideia de que se estava a «vender» a soberania nacional. Simplesmente, a forma como isto foi feito, foi a de se adoptar formalmente a fraseologia de uma espécie de tratado de cooperação entre poderes equivalentes, o que não corresponde à realidade. Como consequência, a ajuda concreta americana para a economia e as forças armadas passou a depender essencialmente da boa vontade, ou das decisões de organismos multilaterais. O resultado final, é que Portugal foi dos países europeus que, neste campo, mais deu e menos recebeu.

Este aspecto material esconde um outro, mais significativo, pois tem a ver com uma diferença importante de estratégias: o não aproveitamento do acordo de 1951 para esclarecer a relação política com os EUA, como os próprios americanos propuseram várias vezes. Na realidade, toda a formulação do acordo de 1951 remete directamente para a filosofia da NATO, ou seja de uma ampla organização multilateral de que Portugal é uma pequena parte, e isto apesar de ser um acordo bilateral com os EUA.

Para compreender a opção dos responsáveis portugueses, temos de recordar várias coisas. A primeira, é que a NATO representa o real e efectivo apagar das estratégias autónomas europeias e a sua subordinação às necessidades da criação de um amplo sistema Ocidental. De forma gradual e lógica, os EUA conseguem em poucos anos inserir a Europa Ocidental no bloco próprio e desfazer qualquer veleidade de política autónoma. Este processo político é o requisito prévio para a criação de uma força militar efectiva, bastante superior à existente inicialmente, sob a coordenação e direcção dos EUA.

A grande função da NATO na perspectiva americana, não é tanto a de armar a Europa, mas sim a de impedir que ela se refugie numa estratégia autónoma que, mais tarde ou mais cedo, pode desembocar na submissão política à URSS. Os EUA, no entanto, tiveram a preocupação expressa de dar à Europa a autonomia necessária para manter uma atitude própria e diferente fora da zona geográfica da NATO, nomeadamente através de uma

política colonial não apoiada – nem combatida nos anos cinquenta – pelos americanos.

Foi esta aproximação complexa que assegurou o sucesso da NATO, permitindo que todos os seus participantes recebessem alguma coisa substancial em troca de concessões significativas. Portugal, neste aspecto, é um caso típico de um país europeu que acaba por ceder o que inicialmente dizia ser impensável, de modo a obter vantagens noutros campos. Algo de semelhante se passa numa escala maior, por exemplo com a França, que acabará por aceitar as bases no Marrocos e o rearmamento alemão, coisa que dizia ser «impensável» em 1949.

Portugal, não só acaba por ceder ainda mais direitos do que os americanos pediam inicialmente, como muda por completo a lógica da sua política de defesa e a própria estrutura das forças armadas, tudo através de um processo gradual de estímulos sucessivos, onde acabam por se seguir as opções «lógicas». O resultado final é a inserção de Portugal numa estratégia muito diferente do pensamento inicial, embora tal não seja claro quando se dão isoladamente os pequenos passos que conduzem a esse fim. Examinamos por alto este processo meramente no caso das bases dos Açores, mas não podemos deixar de referir, sem desenvolver aqui o tema, que há uma outra dimensão em que ele é também válido: a política de defesa portuguesa como um todo.

Repetimos que não fazemos um juízo moral sobre este processo e que ele não é bem sucedido por causa de uma especial habilidade ou maquiavelismo americano; é bem sucedido pelo simples, mas inapelável motivo que as estratégias autónomas parciais europeias propostas em 1949 não são críveis. Qualquer militar competente e minimamente conhecedor sabe, por exemplo, que a defesa da fronteira dos Pirinéus numa segunda fase da eventual guerra, com forças mal armadas, treinadas e apoiadas e em posições estáticas, está condenada a um desastre certo. Os EUA limitaram-se a tornar este facto evidente, através principalmente da lógica do planeamento conjunto da NATO.

Simplesmente, é preciso não esquecer que há duas outras perspectivas para encarar as políticas ibéricas, para além do duvidoso cenário de uma guerra geral.

Por um lado, a manutenção da noção de exércitos de massa numerosos e, necessariamente, mal equipados, é fundamental para manter um corpo profissional significativo, pouco instruído e com contactos mínimos com o exterior. Este era um dos principais apoios do aparelho político e, logo, da manutenção das ditaduras ibéricas. A NATO, ao permitir uma evolução no sentido de criar exércitos menos numerosos, mais técnicos e abertos ao exterior, provocou um verdadeiro processo de bola de neve, alterando significativamente a mentalidade e organização do corpo militar profissional. As consequências deste facto não tardam a ser visíveis na pressão para a alteração de todo o sistema político e social que parte dos próprios

militares profissionais, como acontece em Portugal a partir da segunda metade dos anos cinquenta. Neste aspecto, os regimes ibéricos são «aprendizes de feiticeiro», que descobrem à sua custa que a procura da eficácia em qualquer campo tem associada a si um preço mais amplo do que parece à primeira vista.

No caso português, a principal causa para a falta de esclarecimento do enquadramento político da relação com os EUA no acordo de 1951 é a efectiva e real divergência de estratégias no que diz respeito ao Império. A posição portuguesa coincide com a americana na necessidade de desenvolver um sistema crível de defesa da Europa, mas diverge noutros campos, especialmente na política em relação aos impérios. Os EUA ultrapassam a dificuldade afastando os impérios do âmbito da NATO. A tática funciona numa primeira fase, pois é útil para ambos os lados e permite alcançar os objectivos essenciais do NSC 68. Os pontos de divergência estratégicos em aberto pura e simplesmente não são mencionados, o que é possível porque não existe nenhuma crise grave neste campo. A única excepção é a guerra da França na Indochina, mas, neste caso, os EUA dão um substancial apoio directo e indirecto, devido em grande parte à conjuntura da guerra da Coreia.

Portugal segue meramente a evolução geral até 1956, quando se dão alterações significativas em termos da Europa e do país. Simplesmente, as divergências de estratégia em relação ao império podem ser esquecidas, mas são especialmente importantes para Portugal por duas razões. A primeira, é que o regime é, neste aspecto, o exemplo mais acabado de uma mentalidade tradicional europeia, que não aceita qualquer evolução significativa ou a noção básica de que o sistema internacional se alterou. A segunda, intimamente ligada à primeira, é que Portugal é um país pequeno, de fracos recursos, com pouca maleabilidade ou capacidade de adaptação e com um dos maiores impérios europeus. Esta situação anormal só foi possível porque, ao longo dos séculos, o país contou com o apoio diplomático, económico e político do principal poder marítimo para manter o império. No após-guerra esta situação está profundamente alterada e Salazar sabe, pelas falhadas experiências anteriores, que os EUA nunca aceitarão um compromisso de defesa do império. Esta é a principal razão porque se procura uma relação com base numa formulação incompleta, baseada na filosofia da NATO, que cobre só um aspecto da relação estratégica mais geral esquecendo os outros.

Era como se ambos os países, por um acordo tácito, criassem uma relação com base no maior divisor comum, deixando propositadamente de lado o amplo campo onde sabem que não há acordo. Simplesmente, era inevitável que esta duplicidade favorecesse mais a potência maior e com mais amplos recursos que, ao fim ao cabo, obtinha tudo o que a Inglaterra sempre tinha encontrado em Portugal, sem dar em troca nem contrapartidas materiais directas num nível equivalente, nem um acordo político geral que cubra os aspectos mais importantes para Portugal. É um resultado ine-

vitável das opções estratégicas feitas por Portugal no novo sistema internacional, numa altura em que a situação internacional mudou muito e os objectivos portugueses permaneceram os mesmos.

Esta é a razão da ambiguidade do acordo dos Açores de 1951, uma solução de compromisso que não é nem um acordo político geral, nem um mero acordo de vantagens e contrapartidas claramente expressas. Fica a meio caminho entre as duas formulações, de uma forma tal que Portugal nem recebe as garantias políticas que deseja, nem o nível de contrapartidas materiais que correspondem às efectivas cedências. O único ponto que lhe é favorável é que os EUA precisam de tornar a negociar a permanência em tempo de paz a partir de 1957, pelo que se compreende a insistência de Salazar no curto prazo, apesar dos argumentos usados – o famoso período para a formação dos técnicos portugueses – serem ridículos. O que preocupa os responsáveis portugueses não é a lógica interna dos argumentos, mas os seus resultados efectivos.

Os Açores estão assim mais uma vez no centro da complexa teia de opções que é a presença portuguesa no mundo. É este aspecto que torna especialmente significativo e rico o estudo do acordo de 1951, embora seja ele que, simultaneamente, exige uma exposição necessariamente complexa e, infelizmente, demasiado longa.

#### **Abreviaturas usadas**

ANTT	–	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
AMNE	–	Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros
AOS	–	Arquivo Oliveira Salazar
DDEPL	–	Dwight D. Eisenhower Presidential Library
EUA	–	Estados Unidos da América
FO	–	Foreign Office
FRUS	–	Foreign Relations of the United States
GB	–	Grã-Bretanha
HSTPL	–	Harry S. Truman Presidential Library
JCS	–	Joint Chiefs of Staff (EUA)
MAAG	–	Military Assistance Advisory Group
MDAP	–	Mutual Defence Assistance Program
MNE	–	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MNEP	–	Ministro dos Negócios Estrangeiros Português
NA	–	National Archives (dos EUA)
NATO	–	North Atlantic Treaty Organization (OTAN)
NSC	–	National Security Council
OTAN	–	Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO)
PRO	–	Public Record Office
SAC	–	Strategic Air Command
SHAPE	–	Supreme Headquarters Allied Powers Europe
SD	–	State Department
URSS	–	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WU	–	Western Union



## EUROPEAN FASCISM: A CONCEPTUAL SYNTHESIS

---

*João Medina\**

«Don't ask us first what is our program, but what is our mentality.»

Drieu la Rochelle, 1936

«... to define true madness,  
What's but to be nothing but mad?»

Shakespeare, *Hamlet*, act II, scene II.

### I

This brief paper on the phenomenon of European Fascism will attempt to provide, within the allotted time, a global perspective on the various European fascisms existing between 1919 and 1945. Toward the end of my discussion, I will look at the singular case of a political authoritarian regime, both conservative and Catholic, which is normally labeled fascist even though, in my view, it does not in fact deserve this designation. Before attempting a historical synthesis, however, I first want to acknowledge a theoretical debt to certain scholars from the various disciplines of sociology, history and political science, authors whose interpretations and suggestions have been crucial. I especially want to single out the following names: the Italian Renzo de Felice, the German Ernst Nolte, the Spanish-American Juan Linz and the Israeli Zeev Sternhell.

The greatest problem for anyone trying to define or explain the phenomenon of fascism lies in the fact that any reliance on general terms (such as «fascism» or «totalitarianism») stumbles immediately on the difficult

---

\* Professor of the University of Lisbon and Visiting Professor at Brown University (1993-1994).

task of wanting to designate a whole, made up of substantially different political configurations, with one single term as a way of describing what is, by its very nature, equivocal. It is not easy, in dealing with the forms of fascist power, to work towards the construction of a Weberian «ideal type», that is, the search for a unique reality containing only the essential aspects necessary for its continuation as an intelligible whole. These «ideal types» are models that are especially useful as instruments of historical, sociological or politico-logical analysis, for they do not obliterate, in the process of analysis, individual characteristics of the phenomena under consideration. In studying Nazi and Soviet totalitarianisms, for example, Raymond Aron recalls that, in spite of all the similarities between the National-Socialist regime and the Communist regime, there was an essential difference between the two: in one case, the desire to create a new regime and perhaps another human being by means that would stop at nothing – not even slaughter, whereas in the other case, the German one, «a truly demonic will to destroy a pseudo-race» (R. Aron, *Démocratie et Totalitarisme*, Gallimard, 302). We find here a useful distinction to deal with the interpretation of Nolte, who explains the liquidation of the Jews carried out by the SS and the extremes of the social war created by the Soviets. In his personal testimony and poignant cry of warning to the West, Hermann Rauschning's study in pamphlet form, *The Revolution of Nihilism* (published in New York in 1939 and subtitled *Warning to the West*), puts its finger on the real truth of Nazism: at its core, it is a barbarian will synonymous with the business of an absolute nihilistic destruction of the human species itself. It would be difficult to find anything similar in other forms of European fascism, with the exception perhaps of the truly extraordinary case of the Romanian fascist movement known as the Garda di Fier (Iron Guard), created in 1931 and previously known, until 1927, as the Legion of the Archangel St. Michael. This movement, a rabid anti-semitic variation of Romanian orthodox nationalism, was perhaps the most radical form of European anti-semitism of our century. This is all the more strange if we consider that in order to eliminate it as a political and social movement partially in power, the Romanian dictator of the time, General Antonescu, asked for help from Hitler's troops in Romania in January of 1941. As a result, the first European fascism to be destroyed after 1939 was the Romanian Fascism and, in an almost unbelievable paradox, its destruction was accomplished with help of German Nazis!

Such a paradoxical situation shows us just how slippery is the ground on which we tread is when we try to define fascism by using history exclusively, without addressing the question of ideologies and programs. Prefacing my attempt at a synthesis therefore with the caveat that it is extremely difficult to find uniformity among the principal regimes and fascist movements, let me now try to generalize about the common characteristics of a Weberian «ideal type» in respect to the various

European fascisms of the 1919-1945 period, that is, from the establishment of the first fascist parties in Italy and in Germany up to the end of the Second World War.

## II

All the different forms of European Fascism during the period between the two world wars contain the following fundamental characteristics. First, violence is justified as a method of conquering and/or preserving power. This derives from a clear rejection of the entire ethical, liberal and democratic philosophical tradition. Violent by nature, Fascism rejects any legal basis inherent to the liberal-democratic «State of Rights». In this respect, Fascism is the consequence of the fall of democracies; it is the expression of its political and institutional weakness more than an expression of economic crisis within the capitalist system itself. Fascism repudiates the values of individualism as much as the entire tradition of natural rights and liberal thought, which has its origins in the eighteenth century.

Secondly, Fascism exalts extreme nationalism and very often, in traditional Marxist and revolutionary analyses, it substitutes the notion of the class worker for the notion of the nation.

Thirdly, Fascism corresponds to a militarization of society, to an integral militarization of the State and to a conversion of the public servants of a democratic regime into soldiers. Fascism is inseparable from the uniform, from a certain shirt, be it the *camisa nera* of the Italian Fascists, the blue shirt of the Spanish Falangists or the brown shirt of the German Nazis. With Fascism, the State becomes entirely military. The militarization of the whole Nation and the collective pre-military preparation aims at transforming each citizen into a potential fighter, since the desired *new man* is an authentic worker/soldier (as Ernst Jünger imagined him, even though he was considered a heretic within the official Nazi ideology).

Fourthly, being anti-rational, Fascism is vitalist and Romantic, a defender of community values and values of brotherhood over and above all those values of the individual which derive from Humanism and are committed to democratic and liberal ideas. Being Romantic and thus glorifying the values of Tradition and Country, Fascism views as sacred both youth and its «Springtime» values – the so-called «*primavera de bellezza*» in the hymn song of the Balillas, who were the youth movement of the Italian Fascists. Alongside this overvaluation of youth, and following in this respect the lesson of Georges Sorel, Fascism glorifies myth and attempts to extract from myth the enormous potential for action among the masses.

Fifthly, Fascism emerges as a mass movement destined to fascinate the masses, to charm them and to lead them to collective action; whereas the

classical conservative authoritarian regimes – as in the case of Salazar – consistently tried to demobilize the masses, excluding them from public displays and offering them a system of values, points of reference and traditional hierarchies, Fascism, on the contrary, tried to inculcate in the masses the sensation of feeling constantly mobilized, always in relationship to the leader who is, simultaneously, the omniscient interpreter of their wishes and the only one capable of bringing them to fruition. It was this phenomenon that G.L. Mosse called «the nationalization of the masses» (*The Nationalization of the Masses: political symbolism and mass movements in Germany from the Napoleonic wars through the Third Reich*, 1975): an effort to substitute the rational notion of existing society, which is taken as dehumanizing and falsely «constituted», by a society born of tradition, will, brotherhood and, as Nazism made so apparent, racial uniformity. German Fascism took the myth of Race and Soil much further than any other fascist movement, with the exception, perhaps, of the Romanian Iron Guard, whose mysticism mixed perfectly with its anti-semitism. This myth of Blood and Soil was elevated to terrifyingly barbarous heights: think of the expression «Blut und Boden» (*blood and soil*) or its abbreviation «Blubo», which expressed the double, «natural» basis of that which is truly Hitlerian; that is, the double grounding in both the German race and the simple pastoral image of Mother Earth, a theme which echoes the anti-capitalistic, anti-urban and anti-industrial spirit of the Party and of the SS.

A sixth characteristic of Fascism is that it always tried to be a revolutionary movement, to create a genuine revolution in its means and ends, either by constant mobilization of the masses, or in its capacity to destroy archaic or traditional forms of community, national and local life. In this respect, Nazism went perhaps further than any other form of popular mobilization in a revolutionary sense, be it through integrating its women and children into its own movements of National-Socialist indoctrination, be it through the abolition of archaic forms of local administration, manners of behaving and forms of work. In fact, as Fritz Stern underscores (*The Fuehrer and the People*, Glasgow, 1975), Nazism carried out a truly revolutionary process very likely not a part of its original plans: it undid the Prussian model of the armed forces, reducing them to the SS, the Black Guard, the true supra-military political elite (the SS were men with a «hysterical capacity to gloriously assume all the atrocities»); it created an authentic secret association with millennial intensions; it purified the entire civil bureaucracy; it shackled the Churches, thus inciting the uncommonly severe response from Pope Pius XI with his encyclical entitled *Mit brennender Sorge* (1937); it did not nationalize industry but it did put it under the management of the State in such a way that it stopped being in the hands of private owners with the power of decision-making; it liquidated all traces of regional autonomy,

thus profoundly unifying the German «Länder» under the management of the overly centralized State; although it glorified the family, it destroyed it by delivering all its youth between the ages of 10 and 16 to youth organizations. In respect to Italian Fascism, which was more theatrical than real, it too had recourse to the constant mobilization of the masses, from youth to adulthood, all made brothers within the holy trilogy of the Duce – «Believe, Obey, Fight». The credo of the Italian fascists, that which the «Balillas» recited and that which Pope Pius XI considered a sacrilege, went as follows: «I believe in Rome the Eternal, the mother of the country and in Italy her eldest Daughter (...) who descended to the grave and was raised from the dead in the nineteenth century; who ascended into heaven in her glory in 1918 and 1922; who is seated on the right hand of her mother Rome. I believe in the genius of Mussolini, in our Holy Father Fascism, in the communion of its martyrs, in the conversion of Italians and in the resurrection of the Empire». And in a decalogue composed in 1931 by the secretary of the National Fascist Party, Giovanni Giurati, one reads in the eighth law: «Mussolini is always right!» This phrase, which was painted on walls all over Italy, would become one of the most often repeated slogans – and one of the most ridiculous – of the Italian regime up until 1943: *Mussolini ha sempre ragione!*

A seventh characteristic of European fascisms is the ethic of heroism. Whether in the enthusiastic exercises of the Hitlerian and «Balilla» youth, or through the special devotion of the founder of the Spanish Falange, José Antonio Primo de Rivera, for the well-known poem of Rudyard Kipling entitled «If», or in the Romanian Codreanu's cult of sacrifice, death and the new man (*Omul Nou*) to be created by the Legion of the Archangel of St. Michael<sup>1</sup> – every Fascist believes in the heroic mythology of redemption, of self-sacrifice and of the immolation of the individual/soldier on the altar of the Country, thus extending Nietzsche's «gefährlich Leben» (dangerous life) in an overly Romantic, enthusiastic and willful sense. The fascist aesthetic broadens this cult of the national or party hero in its use of solemn and rhetoric. The sculptures of Arno Brecker and the films of Leni Riefenstahl are paradigmatic examples of this heroizing trend, which also had its equivalent in Mussolini's Italy.

---

<sup>1</sup> There was in the Romanian Fascism of the Iron Guard a true cult of death (that recalls that of the Falange and Francoism in Spain). For the Legion of the Archangel of St. Michael, death ought to be seen as a happy, jubilant plenitude, a compensation. One of Romania's favorite songs went this way: «The Legionary dies singing./The Legionary sings when he dies./This is how the Legion triumphs./The Legionary death is dear to me». The morbid cults of death were many with the Iron Guard, with especial devotion in relation to the «Captain» Codreanu, who was assassinated in 1938. The funeral of the two legionaries who were killed in the war in Spain were also shadowy Romanian apotheoses, in 1937, in order to bury Ion Molsa and Marin in the chapel of Ilie Gorgani in Bucharest. See Radu Ioanid, *The Guard of the Archangel. Fascist ideology in Romania* (Boulder, 1990), maxime pp. 139-148.

The eighth characteristic lies in the fact that Fascism is the apotheosis of the political principle of the leader as absolute, as the «Führerprinzip», the leadership system raised to the highest level of political theory and practice, the charisma transformed into an absolute source of legitimization of power. The cult of the Leader, begun by the Italian Fascists, finds its culmination in the leadership of Achille Starace, secretary of the National Fascist Party from 1931 to 1939, a man of fanatical devotion to the Duce, the leader who was always right. This cult of the leader was of crucial importance as well in German Nazism and other fascist movements such as Rexism, Falangism, the Iron Guard, etc. In 1931 in Germany, Goebbels made it mandatory to use the expression «Führer» within the National Socialist Party and it became an indispensable ritual practice to make the salutation «Heil Hitler!». In 1935, already in power, the Nazis published the *Führerlexikon*, a kind of Who's Who of Nazism where a certain title would be made known to the whole party machine: the hierarchy of the various leaders of all the party levels and all the levels of society reflected this predominance of the charismatic command whose crowning point was the person of Adolf Hitler. In Italy the cult of the Duce and the political mantra of «Mussolini ha sempre ragione» summed up the authoritarian and totalitarian essence of the regime: the famous phrase, repeated by the whole of Italy, was more than a simple fetish or an ideological obsession.

And finally the ninth characteristic is that Fascism is inseparable from the idea and practice of a single party, a party of the masses, aimed at keeping them permanently mobilized and at indoctrinating them with its exclusive and totalitarian ideology. Such a party is intensely hierarchical and entirely anchored in a bureaucratic organization of government (that is, when the fascist movement becomes a political regime), when not located somewhere above it. In the opinion of Rauschnig and especially Franz Neumann, National Socialism was – or tended to be – a «non-state», a chaos, a rule of lawlessness and anarchy» (Neumann, *Behemoth*, 1963, VII). In other words, the party as truly a super-State – or supra-State – tended to constitute itself as one and only total and totalitarian power, thus making possible the nonexistence of any genuine and real German Nazi State. «What has taken place in 1933 ... is not the establishment of the state's totality but of the totality of the National Socialist Movement», stated Alfred Rosenberg in the *Völkischer Beobachter*, in January 1935, a phrase which Neumann quotes to support his thesis that the essence and reality of Nazi totalitarianism was the Nazi party itself. Both Rosenberg's book, *The Myth of the Twentieth Century* (1930) and Hitler's *Mein Kampf* already announced such a perspective totally subversive of all traditional notions of the State, something that Italian Fascism was entirely incapable of achieving. And it was that subversive perspective which gave meaning to Hitler's famous statement,

«The State is not our lord; we are the lords of the State». This State declaration was made in September 1934, after the bloodbath of the «Night of the long knives» in June of the same year, so that the phrase was given transcendent political and even juridical meaning: the German State was no longer a State, not even a totalitarian or Hegelian one, but rather something to be consumed by the Biblical monster, the Behemoth.

German political philosophy, tried afterwards by the Nazi jurist Carl Schmitt, would attempt to give a constitutional structure to this political cannibalism, viewing the reality of the German polis after the «Machtergreifung» of 1933 as a tripartite entity: the State, the party, the people. The party, hierarchically superior to the State, was the static element. Adolf Hitler, the leader, was the one who, according to Nazi ideology, linked the State, the party and the people. This leadership, linked the State, the party and the people. And this leadership, which was both mystical and absolute, with a millenarian basis, had obvious charismatic roots. Hitler was the leader of the State, of the people, of the party, as well as the supreme lawmaker, the supreme judge and the supreme administrator. And he was all this for life. All power was concentrated in one single person, Adolf Hitler. The justification for this is charismatic, lying in the affirmation that the leader has qualities which nobody else possesses, qualities which are supernatural, more-than-human. With German Fascism, *charisma* becomes an absolute.

It is important to note that not all fascist movements and/or regimes were racist. Italian Fascist antisemitism only began to emerge in 1938, that is, 16 years after Fascism having become the only regime in Italy. The non-existence of a racist element within the original Italian Fascist party demonstrates that, beyond the geographical, economic and national differences that exist between the various fascist movements in Europe, even before 1939/1940 – that is, when Germany occupied a large part of Europe and forced into being governments which sympathized or collaborated (such as that of Croatia or the Vichy government in France) – the differences among the various Fascist movements and regimes make it difficult to establish a single model of Fascism for that period. The different national psychologies, and the different stages of capitalism and industry explain the specific differences between the various European Fascisms. The dichotomy Fascism/Totalitarianism cannot help but raise other difficulties for a theoretical definition among the various political forms; as in the case of Nazism and Soviet Communism, these too have points in common but they also have differences which cannot be ignored.

Finally, one must consider the no less important distinction between irrefutable Fascisms – the «great ones» as they were then called – and the pseudo-fascisms, the lesser fascisms, the semi-fascisms which, like Francoism or Salazarism or even Petainism, do not reveal all the characteristics we have delineated here as essential ingredients for a

definition of the phenomenon of pure Fascism, that is, as the Weberian «ideal type» of Fascism. The refusal of the liberal-democratic State and of democracies is not sufficient for equating systems of the right or of classical nationalism and the Fascist regimes. The simple refusal of liberalism, of liberal democracy and of the parliamentary system is simply not enough for us to group together all the others under the same theoretical rubric. At the risk of being repetitive, let me briefly restate some of the characteristics which separate the full-blown Fascist model from other lesser forms of Fascism which also reflect authoritarian and militaristic regimes: the authoritarian State was a corporate State of one single party, a dictatorial and military State with faith in the supreme role of its leader, an elitist organization of the masses through the action of a party bent on indoctrinating those masses; it sought party-ideological mobilization over all traditional forms of behavior, social values and life-styles and it asserted the absolute control of the individual by the State and its terrorist system of police control in the service of party and State and the totally arbitrary nature of this political police.

### III

One example of an authoritarian regime which must be viewed as a lesser form of fascism is clearly the regime of the personal dictatorship represented by the long term in office of Salazar. António Salazar was Prime Minister from 1932 to 1968, after an initial experience as a «technical» dictator, that is, after being Finance Minister with nearly unlimited power from 1928 to 1932.

The «Estado Novo» (New State) of Salazar was formed subsequent to a rightist military coup which ended the chaotic, fragile parliamentary Republic of 16 years and 45 different governments. Named Minister of Finance right at the outset of the dictatorship, he resigned a few days later upon seeing that his draconian measures of financial control would not be accepted by the military, who were, at that time, the country's most powerful leaders. Two years later, in 1928, he would accept the same post again, this time with the military respecting his conditions. And this was the beginning of a kind of technical-financial dictatorship that he transformed into a truly personal dictatorship from 1932 to 1968. The origins of the regime built by Salazar have their roots in the conservative Catholic movement to which he belonged in Coimbra during his years there as a law student. It was this movement that would establish the Centro Católico, a Catholic party which remained faithful to the leadership of the Vatican, which, in turn, had been heavily influenced by the papal encyclicals from Leo XIII to Benedict XV, that is, to the so-called «Christian democracy» adapted to an authoritarian but not fascist model.

On the other hand, the regime of Salazar renews and prolongs those Portuguese anti-liberal tendencies of both the monarchy of King Carlos,

who died in 1908, and of his Prime Minister João Franco, as well as of the presidential dictatorship of Sidónio Pais (1917-1918).

Estranged from the totalitarian leadership of the fascist States even though he allowed an element of fascism here and there within his regime – for example, in 1936, during the Spanish civil war, he created both the obligatory Portuguese Youth (*Mocidade Portuguesa*) and the voluntary Portuguese Legion (*Legião Portuguesa*), intending thereby to erect doctrinal and military walls against the «red threat» –, Salazar's regime always distanced itself from the German and Italian models of Fascism, and this became obvious from the moment he repudiated, both within and outside the country, the heresy of the blue shirts. In 1934 he ordered the dissolution of this scheme of the fascist party and he forced his followers to join official organizations created by the «New State».

Afterwards, in 1937, Salazar wrote a kind of political «vademecum» in French, which was distributed to the visitors of the Portuguese pavillion at the universal exhibition in Paris. Given the fact that Salazar remained ever faithful to the social and political doctrines of the Vatican, and given also the fact that in this very same year Pope Pius XI, in his encyclical «*Mit brennender Sorge*», had just condemned the Nazi regime as monstrous, neo-pagan, guilty of idolatry and racism, Salazar affirmed in that political «vademecum», which read as a kind of synthesis of his own political ideology, that both Italian Fascism and German Nazism practiced the cult of idolotry by making the State omnipotent, and this could not be accepted by the «New State» because it (the New State) considered itself limited by both traditional morality and by law. Furthermore, the text condemned German racism as contrary to Catholic doctrine. Echoes of the Pope's encyclical of this same year are extremely clear. And these ideological parameters were maintained during the nearly 40 years of the existence of the «New State».

To all this we need to add the fact that the regime, even though it was a dictatorship, never created a single party of the masses nor did it truly promote any serious cult of the leader. A cold and secretive dictator who lived far from any contact with the people, Salazar cultivated the opposite image: that of an unmarried, monastic leader who lived quietly among his books and documents in a virtually misanthropic retreat. Salazar, we ought to remember, nearly became a priest, but ultimately chose the career of a law professor at the university. He was not interested in cultivating the sort of qualities associated with the charismatic leader, nor did he possess any personal charisma, so that the cult of the leader and the image of himself was always discrete, slightly secretive; nevertheless the praise and glorification were there, taking more sophisticated forms, especially intellectual forms of appreciation, and thus it was totally alien to the louder, more vulgar style of the Fascist leaders, which was specifically cultivated to incite the masses. Salazar's regime, which favored a rural,

sleepy, Catholic and submissive Portugal, manipulated police repression and controlled thought and the written as well as the spoken word with unequalled rigidity and efficacy, all the while avoiding blatant forms of public violence.

On the other hand, the União Nacional (National Union), the only party organization which was authorized during the dictatorship of Salazar – other organizations which were more or less political, such as the «Monarchic Cause», for example, simply vegetated without achieving the status of true party – was more a league of friends of the government, formed by disciples of Salazar, who had come from various ideological fields and even from distinct forms of the regime: some monarchists and republicans, for example. This explains why the National Union had no true doctrinary function nor could it mobilize the masses, since it was not even necessary to be a member of it to become a minister or to occupy some position of note within the hierarchy of the State. It would not be an exaggeration nor a paradox to state that Salazar's political ideal was the general *apoliticism* of the country: his dictatorship was a sociological one, accepted passively and taken as inevitable more than by means of terror, violence or constant mobilization. Grayish, «apolitical» – and this is in quotation marks! – traditional, modest, routine and absolutely alien to any Romanticism of the fascist mythologies, the tone of which connoted for Salazar an immoral paganism, the «New State» attempted to repudiate the totalitarian State in favor of a «National and Authoritarian State» (this is from Salazar's speech on May 26, 1934), limited by morality and by law. A dictatorship it was indeed, yet it was not totalitarian nor was it Romantic, it was not interested in mobilizing the masses nor in inciting mass emotions of enthusiasm and spontaneity. Salazar's «New State» must therefore not be confused with the fascisms that existed at the same time in other parts of Europe. Curiously, the similarity that most strikes us in the designation and in the historical synthesis itself must be sought on the other side of the Atlantic, in Portugal's former colony: the «New State» of the Brazilian dictator Getúlio Vargas<sup>2</sup>.

When Salazar stopped governing, in 1968, the magazine *Time* announced the news in a way that beautifully sums up the situation: for more than 40 years, Salazar was «the unusual dictator of an unfortunate land». Indeed, uncommon and perhaps because of this a very desperate people of a very gloomy country which had to put up with him for such a long time... When, in fact, a physical accident forced him to step down

---

<sup>2</sup> On Getúlio Vargas, see the studies of Raul Loewenstein, *Brazil under Vargas* (New York, 1942) and John W. F. Dulles, *Vargas of Brazil: a political biography* (Austin, Texas, 1967). The «New State» of G. Vargas began in 1937 and lasted 8 years. Vargas stepped down in 1945 and returned to power in 1950. He finally committed suicide on August 24, 1954, in Rio de Janeiro. Vargas destroyed the Brazilian fascism of the *Integralistas* just as Salazar had destroyed the Fascists of Rolão Preto.

from power, Salazar bequeathed to Portugal a somber stark inheritance: one of the most backward economies in Europe, 40% illiteracy and three colonial wars that would still last another six years. In conclusion, an inheritance which completely belies the ejaculation of praise so often made on behalf of his qualities as a dictator: the so-called «benevolent», wise, Christian, and ascetically devoted to the well-being of his countrymen...

*Providence (Rhode Island), March 1994.*

(Lecture given at the Watson Institute, Brown University, on March 25, 1994)



# MEMÓRIA

---



# MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA: NOTAS SOBRE A REVISTA «DO TEMPO E DA HISTÓRIA» (1965-1972)

---

*Ernesto Castro Leal\**

## I – Âmbito

Fazendo parte da memória do actual Centro de História da Universidade de Lisboa, donde emana a presente Revista *Clio*, é de todo o interesse recordar, no trigésimo aniversário do seu aparecimento, a Revista *Do Tempo e da História*, dirigida pela Professora Virgínia Rau, editada pelo então Centro de Estudos Históricos/Instituto de Alta Cultura e publicada entre 1965 e 1972.

A recordação memorial proposta visa integrar esse projecto editorial na grande dinâmica de intensificação da cultura histórica nacional ao longo dos anos 60, para o que, nestas notas breves, se tenta surpreender alguns princípios orientadores e algumas realidades praticadas no interior da revista, ao que se junta a finalizar um conjunto de índices por nós elaborados e dois documentos para um encontro mais próximo com os temas e os autores aí projectados.

## II – Princípios e realidades da revista

Os anos 60 representaram para a historiografia portuguesa uma encruzilhada de itinerários, que na década anterior se tinham começado a desenhar e a afirmar, vindo o labor crítico de renovação epistemológica e metodológica a convergir, em grande parte, no monumental *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, que saiu entre 1963 e 1971 em quatro volumes.

---

\* Assistente do Departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa.

Para aí se orientaram várias manifestações de diferença historiográfica e se tornou disponível ao público médio um conjunto de visões globais e de pontos de vista mais individualizados, que ainda hoje são recorrências obrigatórias para a percepção de problemas históricos portugueses. Recentemente, o Professor Jorge Borges de Macedo (destacado colaborador do *Dicionário* e então secretário da redação da Revista *Do Tempo e da História*) avaliou desta maneira esse empreendimento científico: «(...) não admira que, precedendo o risco da narrativa de uma história global de novo estilo se tenha procedido a uma espécie de inventário do «estado da questão». *O Dicionário de História de Portugal* (...) constituiu esse precedente, de grande significado para ordenar um conjunto de temas sobre o que deles imediatamente se podia saber (...)»<sup>1</sup>.

Alguns membros do Centro de Estudos Históricos, que serão autores de artigos em *Do Tempo e da História*, forneceram importante colaboração ao referido Dicionário: Iria Gonçalves (quarenta e sete entradas), Jorge Borges de Macedo (vinte e quatro entradas), José Mattoso (onze entradas) e Virgínia Rau (três entradas). Por outro lado, houve colaboradores do *Dicionário* que também publicaram artigos na revista do Centro: A. Teixeira da Mota, Frédéric Mauro e Hermann Kellenbenz. Revela este duplo movimento de colaborações um ponto de convergência significativo no processo de revisão crítica da historiografia nacional.

A Revista *Do Tempo e da História* surgiu em 1965, dentro de um escalonado programa de publicações iniciado em 1962, com o *Itinerário del-rei D. Dinis*<sup>2</sup>. Além dos cinco números da Revista, aí se encontram edições críticas de fontes inéditas e estudos, entre os quais várias teses de licenciatura muito inovadoras. Atente-se no Quadro n.º 1, onde se apresenta o movimento editorial ocorrido durante uma década:

Quadro n.º 1

## Publicações do Centro de Estudos Históricos

ANOS	1962	1963	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972
OBRAS	1	1	6	2	2	1	3	2	2	1

Fonte: *Do Tempo e da História*, vol. V, Lisboa, 1972

Além dessas obras, anunciou-se em 1972 mais quatro para próxima publicação, nas quais aparecia outro número da Revista.

<sup>1</sup> Jorge Borges de Macedo, «Da História ao Documento. Do Documento à História. I – Histórias de um só Autor», *Da História ao Documento. Do Documento à História* (Guião de uma Exposição), Lisboa, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1995, p. XL.

<sup>2</sup> Para um encontro com o plano de publicações, cfr. Documento n.º 2 em anexo.

A maior incidência analítica, quer nas obras quer nos artigos da revista, fazia-se sentir em torno de áreas de estudo localizadas temporalmente na Baixa Idade Média e nos séculos XVI, XVII e XVIII, áreas que cobriam pesquisas sobre as estruturas materiais e mentais, a demografia e as relações diplomáticas.

As práticas de investigação do Centro orientavam-se afinal de harmonia com o programa estabelecido e que foi deste modo formalizado no texto «Apresentação», constante do primeiro número da Revista: «Em três pontos fundamentais se tem articulado o plano de investigação deste Centro: a história das estruturas da sociedade portuguesa (desde as culturais às administrativas, oficiais ou particulares), a demografia histórica e a história das relações internacionais de Portugal (...)»<sup>3</sup>.

Os pressupostos epistemológicos e de método, que unificam todos os trabalhos, estão claramente enunciados no citado texto «Apresentação» e nas observações críticas feitas a propósito de um livro recensado de James Clayburn La Force, Jr.<sup>4</sup>. A História devia ser encarada como uma «ciência do concreto», pondo em prática uma aguda vigilância crítica à tentação doutrinária. Para corrigir a «invasão» das ideologias na construção social do passado, exigia-se o inquérito aprofundado às condições reais de desenvolvimento da sociedade portuguesa.

O quadro de análise inerente às diversas áreas de estudo seria, por conseguinte, pautado por estas linhas de orientação:

- a) Intensificar o estudo sobre a realidade portuguesa (história das estruturas, história demográfica e história das relações internacionais);
- b) Definir os problemas e as suas circunstâncias dentro da sociedade concreta;
- c) Admitir juízos prévios somente como hipótese inicial de trabalho.

As cinco Revistas dispuseram da mesma organização interna – uma parte de estudos, outra de notas bibliográficas –, mostrando o Quadro n.º 2 a sua evolução formal.

Mais importante do que estabelecer o quantitativo de artigos dentro da periodização clássica, quer a nível de épocas (medieval, moderna e contemporânea) quer a nível de segmentos (económico-social, político-institucional e cultural-mental) –, afigura-se-nos de maior relevo o diagnóstico às áreas-problema constantes dos 34 estudos:

<sup>3</sup> *Do Tempo e da História*, vol. I, Lisboa, 1965, pp. 3-4. Cfr. Documento n.º 1 em anexo.

<sup>4</sup> Recensão de Jorge Borges de Macedo a James Clayburn La Force, Jr., *The development of the Spanish textil industry, 1750-1800*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1965, in *Do Tempo e da História*, vol. II, Lisboa, 1968, pp. 168-171.

- a) História das estruturas da sociedade portuguesa 22 estudos (64.70%);  
 b) História das relações internacionais de Portugal 6 estudos (17.64%);  
 c) Edição e comentário crítico de fontes 3 estudos (8.82%);  
 d) Estudos sobre outros Países 2 estudos (5.88%);  
 e) História demográfica portuguesa 1 estudo (2.94%).

Numa dissecação mais fina a essas totalidades, sobressaem os estudos sobre descobrimentos e expansão portuguesa (4 estudos), ordens militares (3 estudos), antroponímia medieval (2 estudos) e sobre o pensamento de Duarte Ribeiro de Macedo (2 estudos).

Quadro n.º 2

Elementos formais da Revista

Volume	Ano	Colaboradores	Estudos	Recensões	Páginas
I	1965	7	7	–	218
II	1968	8	6	5	175
III	1970	6	6	2	200
IV	1971	9	9	6	244
V	1972	5	6	7	265

Fonte: *Do Tempo e da História*, Lisboa, 1965-1972

Quanto aos autores de estudos destacam-se Virgínia Rau (7 estudos, sendo 1 em colaboração), José Mattoso (4 estudos), Iria Gonçalves (4 estudos, sendo 1 em colaboração), Maria José Pimenta Ferro (3 estudos) e Eduardo Nunes (3 estudos, sendo 1 em colaboração). O maior número de notas bibliográficas pertenceu a Virgínia Rau (10 notas) e a José Mattoso (7 notas). Por fim, realce-se a colaboração internacional de Peter Russel, Hermann Kellenbenz e Frédéric Mauro.

### III – A Revista na mudança historiográfica nacional

Não é objectivo destas notas o reconhecimento das várias correntes historiográficas vigentes em Portugal nos anos 60, quer no interior da Universidade quer fora dela. Mas, se tal fosse o propósito, concerteza que aí teria um lugar de destaque o grupo de investigadores do Centro de Estudos Históricos, donde emanou a Revista em apreço.

Foi este Centro provavelmente o primeiro criado em Portugal com um «programa» epistemológico e metodológico coerente, tão bem plasmado no título da Revista: *Do Tempo e da História*. O ano de 1965 que viu surgir o primeiro número da Revista, é o mesmo – circunstância interessante – do aparecimento no mercado editorial nacional da obra incontornável de Marc Bloch, *Introdução à História* (Publicações Europa-América, com tradução de Maria Manuel Miguel e Rui Grácio), onde se discute a problemá-

tica da relação entre a História, os Homens e o Tempo (precisamente este o título logo do Capítulo I).

A Revista terminou em 1972 devido ao falecimento da sua Directora nos finais de 1973, porém deve afirmar-se que a Universidade portuguesa teve e tem ainda alguns dos seus antigos colaboradores entre os mais destacados membros: Jorge Borges de Macedo, Eduardo Borges Nunes, Isaías da Rosa Pereira, Universidade de Lisboa, jubilados; Maria José Lagos Trindade, Universidade de Lisboa, falecida; José Mattoso e Iria Gonçalves, Universidade de Lisboa; Maria José Pimenta Ferro Tavares, Universidade Nova de Lisboa e Universidade Aberta.

#### IV – Índices

##### IV – 1. Índice didascálico

- 01 *Alguns estudantes e eruditos portugueses em Itália no século XV* – Virgínia Rau, V, 1972, pp. 29-99.
- 02 *Alguns problemas do pastoreio, em Portugal, nos séculos XV e XVI* – Maria José Lagos Trindade, I, 1965, pp. 113-134.
- 03 *Amostra de antroponímia alentejana do século XV* – Iria Gonçalves, IV, 1971, pp. 173-212
- 04 *Antroponímia das terras alcobacenses nos fins da Idade Média* – Iria Gonçalves, V, 1972, pp. 159-200.
- 05 *Aspectos do «trato» da «adiça» e da «pescaria» do «coral» nos finais do século XV* – Virgínia Rau, V, 1972, pp. 143-157.
- 06 *Bartolomeo di Iacopo di ser vanni mercador-banqueiro florentino «estante» em Lisboa nos meados do século XV* – Virgínia Rau, IV, 1971, pp. 97-117.
- 07 *As doações de D. Manuel, duque de Beja, a algumas igrejas da Ordem de Cristo* – Maria José Pimenta Ferro, IV, 1971, pp. 153-172.
- 08 *Engenhos de moagem no século XVI (Técnicas e estruturas)* – Maria Olímpia da Rocha Gil, I, 1965, pp. 161-192.
- 09 *Feitores e escrivães na Andaluzia durante o reinado de D. João III* – Manuel Henrique Côrte-Real, I, 1965, pp. 135-159.
- 10 *Físicos e cirurgiões quatrocentistas. As cartas de exame* – Iria Gonçalves, I, 1965, pp. 69-112.
- 11 *Fontes documentais castelhanas para a história da expansão portuguesa na Guiné nos últimos anos de D. Afonso V* – Peter E. Russel, IV, 1971, pp. 5-33.
- 12 *O Hospital do Espírito Santo da Vila da Castanheira* – Isaías da Rosa Pereira, IV, 1971, pp. 53-95.
- 13 *Ilha de Santiago e Angra de Bezeguiche, escalas da carreira da Índia* – A. Teixeira da Mota, II, 1968, pp. 141-149.
- 14 *A importância económica e a posição social dos judeus sefardins na Espanha dos fins da Idade Média* – Hermann Kellenbenz, IV, 1971, pp. 35-51.
- 15 *Leituras cistercienses do século XV* – José Mattoso, V, 1972, pp. 101-141.
- 16 *O monaquismo ibérico e Cluny* – José Mattoso, II, 1968, pp. 79-95.

- 17 *Morte ou Libertação del-rei D. Afonso VI* – Virgínia Rau, III, 1970, pp. 169-192.
- 18 *Músicos de câmara no reinado de D. José I* – Maria Adelaide Salvador Marques, I, 1965, pp. 193-218.
- 19 *A nobreza portugalense dos séculos IX a XI* – José Mattoso, III, 1970, pp. 35-50.
- 20 *Nótulas de história do século XV português* – Eduardo Nunes, I, 1965, pp. 47-67.
- 21 *Observações à última edição do «Livro de cozinha» da Infanta D. Maria* – Eduardo Nunes, II, 1968, pp. 151-159.
- 22 *As Ordens Militares e a tributação régia, em Portugal* – Virgínia Rau e Iria Gonçalves, IV, 1971, pp. 119-123.
- 23 *Para o estudo da numária de D. Dinis* – Maria José Pimenta Ferro, V, 1972, pp. 201-228.
- 24 *Para a história da população portuguesa dos séculos XV e XVI (Resultados e problemas de métodos)* – Virgínia Rau, I, 1965, pp. 7-46.
- 25 *Parecer do Doutor «Velasco di Portogallo» sobre o beneplácito régio (Florença, 1454)* – Eduardo Nunes e Martim de Albuquerque, II, 1968, pp. 97-139.
- 26 *O pensamento político de Duarte Ribeiro de Macedo* – Maria Teresa Trigo Neto e Cova, III, 1970, pp. 131-167.
- 27 *Política económica e mercantilismo na correspondência de Duarte Ribeiro de Macedo (1668-1676)* – Virgínia Rau, II, 1968, pp. 3-48.
- 28 *O porto de Ponta Delgada e o comércio açoriano no século XVII (Elementos para o estudo do seu movimento)* – Maria Olímpia da Rocha Gil, III, 1970, pp. 51-130.
- 29 *Problèmes et possibilités d'une histoire économique quantitative de l'Amérique Latine depuis l'Indépendence: le cas du Brésil* – Frédéric Mauro, III, 1970, pp. 1-12.
- 30 *A propriedade das Ordens Militares nas inquirições gerais de 1220* – Maria José Lagos Trindade, IV, 1971, pp. 125-138.
- 31 *As rotas marítimas portuguesas no Atlântico de meados do século XV ao penúltimo quartel do século XVI* – A. Teixeira da Mota, III, 1970, pp. 13-33.
- 32 *S. Rosendo e as correntes monásticas da sua época* – José Mattoso, V, 1972, pp. 5-27.
- 33 *Sumário duma história do açúcar siciliano* (trad. de Eduardo Nunes) – Carmelo Trasselli, II, 1968, pp. 49-78.
- 34 *Vigairaria de Tomar, nos finais do século XV* – Maria José Pimenta Ferro, IV, 1971, pp. 139-151.

#### IV – 2. Índice de obras recenseadas

- 35 *O Arqueólogo Português*, Lisboa, série III, vol. II (1968) e vol. III (1969) – José Mattoso, IV, 1971, pp. 238-241.
- 36 BOXER, Charles R.  
*The Portuguese Seaborne Empire: 1415-1825*, New York, 1969 – Virgínia Rau, III, 1970, pp. 195-197.

- 37 CARRÈRE, Claude  
*Barcelone. Centre économique à l'époque des difficultés, 1380-1462*, 2 vols., Paris, 1967 – Virgínia Rau, II, 1968, pp. 163-165.
- 38 *Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó*. Introduction et notes de Robert Durand, Paris, 1971 – José Mattoso, IV, 1971, pp. 216-229.
- 39 CORTAZAR, José Angel García y AGUIRRE, Ruiz de  
*El dominio del monasterio de San Millán de la Cogolla (siglos X a XII)*. Introducción a la historia rural de Castilla alto-medieval, Salamanca, 1969 – José Mattoso, IV, 1971, pp. 229-236.
- 40 FELLONI, Giuseppe  
*Gli investimenti finanziari genovesi in Europa tra il Seicento e la Restaurazione*, Milan, 1971 – H. Lapeyne, IV, 1971, pp. 241-244.
- 41 GASPAS, Jorge  
*Aspectos da dinâmica funcional do centro de Lisboa*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 1972 – Virgínia Rau, V, 1972, pp. 232-235.
- 42 HOLANDA, Sérgio Buarque de  
«Os projectos de colonização e comércio toscanos no Brasil ao tempo do Grão-Duque Fernando I (1587-1609)», in *Revista de História*, vol. XXXV, São Paulo, 1967 – Virgínia Rau, II, 1968, pp. 174-175.
- 43 LA FORCE, Jr., James Clayburn  
*The development of the Spanish textil industry, 1750-1800*, Berkeley e Los Angeles, 1965 – Jorge Borges de Macedo, II, 1968, pp. 168-171.
- 44 LOPEZ, Robert S.  
*The Commercial Revolution of the Middle Ages, 950-1350*, U.S.A. [1971] – Virgínia Rau, V, 1972, pp. 231-232.
- 45 MENDEZ, M.<sup>a</sup> del Carmen Pallares e SILVA, Ermelindo Portela,  
*El Bajo Valle del Miño en los siglos XI y XIII. Economía agrária e estructura social*, Universidad de Santiago de Compostela, 1971 – Maria José Lagos Trindade, V, 1972, pp. 260-265.
- 46 NETANYAHU, B.  
*Don Isaac Abravanel, Statesman and Philosopher*, Philadelphia, 1972 – Virgínia Rau, V, 1972, pp. 235-238.
- 47 ORLANDIS, José  
*Estudios sobre instituciones monásticas medievales*, Ediciones Universidad de Navarra, Pamplona, 1971 – José Mattoso, V, 1972, pp. 246-249.
- 48 PISTARINO, Geo  
*Castelli del Monferrato meridionale nella Provincia di Alessandria*, Alessandria, 1970 – José Mattoso, IV, 1971, pp. 237-238.
- 49 PRUNAI, Giulio, PAMPALONI, Guido e BEMPORAD, Nello  
*Il Palazzo Tolomei a Siena*, Firenze, 1971 – Virgínia Rau, IV, 1971, pp. 215-216.
- 50 *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, vol. I (1970) e vol. II (1971) – José Mattoso, V, 1972, pp. 238-246.
- 51 RODRIGUES, Maria Teresa Campos  
*Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV*, Lisboa, s.d. – Virgínia Rau, II, 1968, pp. 172-173.
- 52 SARAIVA, António José  
*Inquisição e cristãos-novos*, Porto, s.d. [1969] – Virgínia Rau, III, 1970, pp. 197-200.

53 TOUCHARD, Henri

*Le commerce maritime breton à la fin du Moyen Age*, Paris, 1967 – Virgínia Rau, II, 1968, pp. 165-167.

54 VELAYOS, Salustiano Moreta

*El monasterio de San Pedro de Cardeña. Historia de un dominio monástico castellano (902-1338)*, Universidad de Salamanca, 1971 – José Mattoso, V, 1972, pp. 249-260.

#### IV – 3. Índice onomástico

ALBUQUERQUE, Martim de – 25

CÔRTE-REAL, Manuel Henrique – 9

COVA, Maria Teresa Trigo Neto e – 26

FERRO, Maria José Pimenta – 7, 23, 34

GIL, Maria Olímpia da Rocha – 8, 28

GONÇALVES, Iria – 3, 4, 10, 22

KELLENBENZ, Hermann – 14

LAPEYRE, H. – 40

MACEDO, Jorge Borges de – 43

MARQUES, Maria Adelaide Salvador – 18

MATTOSO, José – 15, 16, 19, 32, 35, 38, 39, 47, 48, 50, 54

MAURO, Frédéric – 29

MOTA, A. Teixeira da – 13, 31

NUNES, Eduardo – 20, 21, 25

PEREIRA, Isaiás da Rosa – 12

RAU, Virgínia – 1, 5, 6, 17, 22, 24, 27, 36, 37, 41, 42, 44, 46, 49, 51, 52, 53

RUSSEL, Peter E. – 11

TRASSELLI, Carmelo – 33

TRINDADE, Maria José Lagos – 2, 30, 45

#### DOCUMENTOS

##### Documento n.º 1

#### APRESENTAÇÃO

Não carece de ser demonstrada a necessidade de um Centro de Estudos dispor de um órgão próprio onde possa apresentar as conclusões que foi tirando relativamente aos seus trabalhos em curso ou onde possa abordar temas e fixar pesquisas. Interessa-lhe também dispor de um meio de contacto regular com o público esclarecido e os estudiosos, onde se faça a recensão da bibliografia mais recente, ou se promova a análise crítica de obras sobre as quais importa realmente formular um juízo. Além disso, é desnecessário salientar a vantagem que há em dispor de uma publicação onde sejam acolhidos trabalhos de historiadores nacionais e estrangeiros cujos métodos, problemáticas e conclusões revistam interesse para a cultura histórica portuguesa.

Nestes termos, como se verifica pelo seu sumário, «Do Tempo e da História» não se apresenta na totalidade das suas secções já previstas. Mas impunha-se, sem dúvida, o seu aparecimento imediato para publicação de trabalhos realizados por investigadores do Centro e cuja divulgação se torna desejável, com vista a dar a conhecer os resultados preliminares do seu labor científico.

Em três pontos fundamentais se tem articulado o plano de investigação deste Centro: a história das estruturas da sociedade portuguesa (desde as culturais às administrativas, oficiais ou particulares), a demografia histórica e a história das relações internacionais de Portugal. Os dois primeiros visam a articulação em termos realmente concretos (e não doutrinário-concretos, como é frequente fazer-se) de uma história da sociedade portuguesa, assentando sobre o prévio estudo das reais condições da sua evolução. O terceiro ponto procura dar às relações internacionais o papel que tiveram na história nacional, quebrando assim o isolamento em que tão frequentemente se realiza a investigação histórica portuguesa e que tantos reparos suscita pela insuficiência de perspectiva que, deste modo, não pode deixar de patentear. Não são, como se vê, objectivos realizáveis a curto prazo nem que possam ser considerados definitivos de uma só vez. Envolvem trabalhos parcelares, cuja solidez deve ser averiguada; conclusões provisórias; todo um desenvolvimento de investigações diversas, originais, embora coordenadas e assentes em trabalhos de grupo. Para realização efectivamente válida destes objectivos impunha-se – entre outras necessidades e independentemente de outras exigências – um plano de publicações cuja execução fosse revelando os passos dados numa investigação organizada.

Este programa começou a ser posto em prática, primeiro, graças à Fundação Calouste Gulbenkian e, depois, ao Plano de Fomento da Acção Educativa, através do Instituto de Alta Cultura. Assim, foram impressas algumas dissertações de licenciatura e outros trabalhos que, tanto pela natureza e significado dos temas e conclusões, como pela capacidade de investigação neles revelada, mereciam mais ampla divulgação. A publicação de obras e documentos inéditos de interesse acompanhou de perto a execução do primeiro ponto do programa, além de tudo o mais, condicionado sempre pelas possibilidades financeiras deste Centro.

Para completar o conjunto dos seus meios de comunicação, o Centro de Estudos Históricos passou agora a dispor de um órgão onde se poderão inserir trabalhos monográficos dos seus colaboradores, expressivos das suas investigações e resultados, na medida em que for de interesse a sua difusão imediata. É esta a finalidade da série a que pertence esta colectânea: assim se explica a variedade dos seus artigos, dentro de uma unidade de tratamento e método de investigação.

Portanto, este número «Do Tempo e da História» não se apresenta como uma publicação isolada. Por um lado, insere-se num programa de publicações; por outro, é um «instrumento» do plano de trabalhos do Centro de Estudos Históricos do Instituto de Alta Cultura, anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

(*Do Tempo e da História*, vol. I, Lisboa, 1965, pp. 3-5)

## Documento n.º 2

**Publicações do Centro de Estudos Históricos do Instituto de Alta Cultura anexo à Faculdade de Letras de Lisboa**

*Itinerários régios medievais: elementos para o estudo da administração medieval portuguesa*, vol. 1, *Itinerário del-rei D. Dinis (1279-1325)*, [Edição e introdução de Virgínia Rau] – Lisboa, 1962.

*Elementos para a história bancária de Portugal (1797-1820)*, [Introdução e notas de Jorge Borges de Macedo] – Lisboa, 1963.

*Arroteias no vale do Mondego durante o século XIV. Ensaio de história agrária* – Maria Olímpia da Rocha Gil – Lisboa, 1965.

*Sebastião José de Carvalho e Mello na corte de Viena de Áustria* – Maria Alcina Ribeiro Correia Lisboa, 1965.

*Privilégios de mercadores estrangeiros no reinado de D. João III* – Maria Valentina Cotta do Amaral – Lisboa, 1965.

*Relações diplomáticas entre Portugal e Veneza (1641-49)* – Maria Emília Madeira Santos – Lisboa, 1965.

*História da vida, milagres e canonização do Bemaventurado S. Hyacintho da Ordem dos Pregadores* – Pedro de Mariz, [Edição e introdução de Virgínia Rau e Jorge Borges de Macedo] – Lisboa, 1965.

*Do Tempo e da História*, I – Lisboa, 1965.

*De Malaca a Pegu. Viagens de um feitor português (1512-1515)* – Luís Filipe Ferreira Reis Thomaz – Lisboa, 1966.

*Serões do Príncipe*, I Parte – Frei Miguel Soares, Lisboa, 1966.

*A feitoria portuguesa na Andaluzia (1500-1532)* – Manuel Henrique Corte-Real – Lisboa, 1967.

*Portugal e a Dinamarca durante a Restauração. Relações diplomáticas (1640-1668)* – Pedro Manuel G.P. Canavarro – Lisboa, 1967.

*Do Tempo e da História*, II – Lisboa, 1968.

*Livro de cartas que escreverão ao Ilustríssimo Senhor Francisco de Mello, Marquês de Sande, sendo embaixador extraordinario em Inglaterra, e França em os anos de 658 athe 665*, [Edição e notas de Virgínia Rau] – Lisboa, 1969.

*Inventário «post mortem» del-rei D. Pedro II*, [Edição e introdução de Virgínia Rau e Eduardo Borges Nunes] – Lisboa, 1969.

*Álbum de Paleografia portuguesa*, vol. I – Eduardo Nunes – Lisboa, 1969.

*Do Tempo e da História*, III – Lisboa, 1970.

*Os Judeus em Portugal no século XIV* – Maria José Pimenta Ferro – Lisboa, 1970.

*Do Tempo e da História*, IV – Lisboa, 1971.

*Rui Fernandes de Almada, diplomata português do século XVI* – Maria do Rosário Themudo Barata – Lisboa, 1971.

*Do Tempo e da História*, V – Lisboa, 1972.

#### PRÓXIMAS PUBLICAÇÕES

*Do Tempo e da História*, VI.

*História Portuguesa e de outras Províncias do Ocidente desde o ano de 1610 até o de 1640* – Manuel Severim de Faria.

*Epistolário do século XVII* – Conde de Castel-Melhor, D. Francisco de Melo, Conde da Ericeira, etc.

*A alfândega de Vila do Conde nos princípios do século XVI* – João Manuel Cordeiro Pereira.

(*Do Tempo e da História*, vol. V, Lisboa, 1972)



## NOTICIÁRIO

---



## II CONGRESSO LUSO-ESPANHOL SOBRE DESCOBRIMENTOS E EXPANSÃO COLONIAL

---

Subordinado ao tema genérico «Portugal e Espanha no encontro dos novos mundos (séculos XV a XIX)», realizou-se entre 13 e 15 de Outubro de 1993 o II Congresso Luso-Espanhol Sobre Descobrimientos e Expansão Colonial, que teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

A iniciativa sucedeu a um encontro similar em Espanha, no ano anterior, cabendo desta feita a organização aos Institutos Fernão Lopes e Infante D. Henrique daquela Faculdade, Institutos estes que agrupam docentes e investigadores das Áreas de História Moderna e História dos Descobrimientos e Expansão. Integraram a Comissão Organizadora os Professores Joaquim Veríssimo Serrão, António Borges Coelho, António Marques de Almeida e António Dias Farinha.

Os estudos apresentados dividiram-se de forma equilibrada pelas três secções principais: «As sociedades hispânicas. Os caminhos da expansão e dos bloqueios»; «A formação e o desenvolvimento dos Impérios Coloniais dos Estados Ibéricos»; e «História das mentalidades e do desenvolvimento tecnológico». Para além das comunicações, os temas gerais foram enquadrados por conferências que estiveram a cargo de especialistas nacionais e estrangeiros convidados pelos organizadores.

Dois aspectos devem ser entretanto realçados (no meio de tantos mais que cumpriria assinalar): em primeiro lugar, o carácter pluridisciplinar do Congresso, que transbordou para fora do âmbito restrito da História da Expansão Ibérica, tal como é normalmente vista pelos historiadores, para ir buscar contribuições preciosas aos domínios da Antropologia, da Geografia ou das ciências aplicadas; por outro lado, o largo espectro cronológico usado como referência, que veio até à era contemporânea.

Os trabalhos foram acompanhadas por mais de duas centenas de pessoas que se inscreveram propositadamente para esse fim; e essa foi uma das principais formas de avaliar o êxito de que se revestiu este congresso.



# RECENSÕES

---



*Estudos em homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Arqueologia e História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992

No começo da actividade redactorial e editorial do Centro de História da Universidade de Lisboa, na sua nova designação e patrocinado, agora, pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, refazendo os laços com a tradição científica que animou o Centro criado sob os auspícios do Instituto para a Alta Cultura e de que foram directores os Professores Doutores Virgínia Rau e Jorge Borges de Macedo, a Revista *Clio* dá notícia da publicação pelo Centro, sob a direcção do Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, dos *Estudos em homenagem a Jorge Borges de Macedo*, livro patrocinado, ainda, pelo Instituto Nacional de Investigação Científica no âmbito das publicações do que, então, se intitulava Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa.

Animou esta publicação a vontade de prestar a justíssima homenagem ao anterior Director do Centro, por altura da sua jubilação como Professor Catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa, efeméride assinalada por várias formas, de que foi a mais significativa a Última Lição – «Lição do Dia» – proferida no Anfiteatro I da Faculdade de Letras no dia 16 de Dezembro de 1991, acto presidido por Sua Excelência o Presidente da República Doutor Mário Soares, que condecorou o Homenageado com o colar de Grande Oficial da Ordem de Santiago e Espada. Na mesma data, o Governo Português atribuiu-lhe a medalha de Mérito Cultural, entregue pelo Secretário de Estado da Cultura, Dr. Pedro Santana Lopes.

A homenagem coincidiu com a inauguração da exposição evocativa da vida e obra do Professor Borges de Macedo, iniciativa conjunta da Faculdade de Letras de Lisboa e do Arquivo Nacional – Torre do Tombo.

Na homenagem ao distinto Mestre insere-se a publicação deste livro, composto por estudos dedicados à figura do Homenageado e que, na diversidade de temas abordados, espaços, tempos, problemáticas é o reflexo da múltipla e profunda influência do Pensador e do Cientista. Nas suas 622 páginas está gravada a colaboração de 36 personalidades, das áreas da História, da Arqueologia, da Arte, dos Estudos Clássicos e Orientais, da Geografia, da Filosofia, da Economia e do Direito, das Universidades de Lisboa (Clássica e Nova), Coimbra, Porto, da Universidade Católica Portuguesa, e de vários Centros e Institutos de investigação.

É desta forma, também, o testemunho, por parte do Curso de História de que foi Professor e do Centro de História de que foi Director, da vontade de continuar uma Escola Histórica e Historiográfica que tanto Lhe deve, como altíssimo expoente científico e humano da História e do Pensamento Português.

*Maria do Rosário Themudo Barata*

IN MEMORIAM

---



## FERNANDO PITEIRA SANTOS

### Historiador e Professor da Faculdade de Letras

---

*António Borges Coelho*

As novas gerações vão naturalmente ocupando o actual espaço social, político e ideológico, que o tempo cobre pouco a pouco as gerações que nos antecederam. E as que novamente assomam, assumem-se como se trouxessem definitivamente a verdade, às outras gerações oculta.

Esta novidade e irreverência também a assumiu a geração de Fernando Piteira Santos. E assumiu-a se não com mais irreverência, pelo menos com outros perigos, os da perda da liberdade e da própria vida.

A sua juventude foi marcada pela Guerra Civil de Espanha e pelos longos dias da Segunda Guerra Mundial. Certamente não faltam guerras a ensombrar o nosso horizonte de hoje mas a Guerra Civil de Espanha envolveu muitos portugueses na frente de batalha e, na Segunda Guerra Mundial, Portugal tornou-se o ponto de encontro da espionagem dos países beligerantes.

A vitória dos Aliados fez explodir a esperança, designadamente a de que a ditadura salazarista, como as suas congéneres europeias, chegara ao fim e que um mundo novo, uma «nova aurora» se abria para os povos de todo o mundo.

Mas Fernando Piteira Santos e muitos jovens da sua geração não ficaram à espera que os sonhos viessem ao seu encontro. No seu livro principal *Geografia e Economia da Revolução de 1820* utilizou como epígrafe uma frase de Lucien Febvre que ilustra bem o percurso da sua vida de cidadão e da sua actividade como historiador: «A História é isto: um meio de compreender e, por isso mesmo, de agir sobre o curso dos acontecimentos».

No passado, o historiador Fernando Piteira Santos procurava luz que iluminasse os passos novos e sem rede do presente. Creio que se pode mesmo afirmar que, ao escolher para objecto de estudo a Revolução de 1820, procurava iluminar caminhos para a revolução que se anunciava e que muitos supunham marcada pela emergência de uma nova classe social, a classe operária.

Fernando Piteira Santos licenciou-se na Faculdade de Letras de Lisboa em Ciências Históricas e Filosóficas. O ensino da História desligava-se da Geografia, sem a esquecer, para se aliar à Filosofia. Creio que este casamento da História com a Filosofia está na origem do traço comum que caracteriza muito os historiadores da sua geração, na época influenciados, confessem-no hoje ou não, pelas ideias de Marx: Julião Soares de Azevedo, Joaquim Barradas de Carvalho, António José Saraiva, Vitorino Magalhães Godinho, Jorge Borges de Macedo, Óscar Lopes, Joel Serrão, Vitor de Sá, Armando de Castro: o pendor problematizante, o travejamento conceptual com que ligam os acontecimentos.

Herdámos «uma historiografia e uma crítica literárias dominadas pela história política [entendamo-nos dos grandes chefes], a biografia e pela antiga erudição cronológica. Coube-nos a nós, nos anos 30, 40, fazer emergir o concreto sócio-histórico e o concreto textual ambos imanentes à literatura». São palavras de Óscar Lopes.

A economia e a sociedade estavam fora do interesse da investigação oficial. Os heróis com que se preocupava essa historiografia eram movidos pela fé e o império. Falar em interesses económicos, na sede do ouro e das riquezas, era entrar no caminho do sacrilégio.

O primeiro estudo de Fernando Piteira Santos intitula-se *As Grandes Doutrinas Económicas*. Impresso em 1951, o livro apareceu assinado com o pseudónimo de Arthur Taylor, a quem tratará mais tarde ironicamente como «meu companheiro de estudos e andanças». O volume obteve um grande sucesso editorial. Contaram-se pelo menos oito edições e 32 000 exemplares.

Breve ensaio sobre a história das doutrinas económicas, o texto ousava expor, entre outras, as traves mestras do pensamento de Karl Marx. Muitos jovens da geração de 50 encontraram, pela primeira vez, a história das diferentes doutrinas económicas no livro de Fernando Piteira Santos.

Às *Grandes Doutrinas Económicas*, seguiu-se a *Geografia e a Economia da Revolução de 1820*, completada em Junho de 1955 mas só publicada em 1962. Esta obra permanece como o seu mais importante legado no campo da historiografia. O título é inspirado numa obra quase homónima de Jaime Cortesão, mas referente à Restauração, e visava com isso homenagear esse grande historiador e patriota.

Fernando Piteira Santos nunca foi um historiador-antiquário que cultivasse a erudição pela erudição. Pretendia alcançar uma história totali-

zante. «A realidade histórica, a realidade económica, a realidade social são uma só e mesma realidade... São os nossos métodos de trabalho, as nossas técnicas de investigação, a utensilagem intelectual ao nosso alcance, o ângulo de ataque que escolhemos, que deformam, alteram e cindem a realidade total. O próprio carácter total da actividade humana sobrepõe e funde a história dos factos políticos e militares, a história económica e social, a história das ideias». Para Fernando Piteira Santos a história económica e social não podia desligar-se da história das ideias.

A metodologia marxista, bebida na leitura das fontes e temperada pela prática da Escola dos *Annales*, é bem visível na *Geografia e Economia da Revolução de 1820*. Marx não é expressamente citado por causa do lápis azul da censura política mas são-no Lucien Fébvre e Fernand Braudel. A dado passo, reflectindo sobre a geografia eleitoral, desenhada pelas eleições para a Assembleia Constituinte, o próprio autor nos esclarece os seus trilhos num texto metodologicamente muito actual: «A nossa intenção não é reduzir a uma mera relação mecânica a teia subtil das reacções e interacções que formam a anatomia da vida social, e não se trata apenas de ver em que medida, e como, os caracteres geográficos e económicos das várias províncias condicionam a atitude política dos eleitores e dos eleitos, mas também de prescrutar se não haverá neste processo um lugar para as determinantes: ideológicas, religiosas ou políticas». Piteira Santos não usou cartilhas nem dividiu a realidade em dois planos horizontais com o plano das ideias e das mentalidades como mera e mecânica expressão do económico e do social.

A *Geografia e a Economia da Revolução de 1820* acompanha o desenvolvimento geográfico do triunfo da chamada Regeneração (a palavra é hoje conotada como reacção mas era então bandeira dos revolucionários de 1820), desde o levantamento do Campo de S. Ovídio, no Porto, à sublevação de 15 de Setembro em Lisboa. Identifica depois as correntes que se afrontam no seio da revolução e o papel dos grupos de cidadãos armados, «capitaneados por pessoas decentemente vestidas» que cercaram os quartéis em 17 de Novembro de 1820 jugulando uma tentativa de golpe militar. O estudo avança para a análise quantitativa e qualitativa da geografia eleitoral, traçada pelas eleições para a Assembleia Constituinte, análise ainda hoje modelar. E de novo mostra que o debate de 1821 estava longe de estar encerrado. «A hipótese de trabalho que escolhemos é a de que certas questões que os constituintes de 1821 vão debater revestem uma importância fundamental, não só porque se trata de problemas relacionados com a autenticidade do regime representativo que se pretende instaurar, como são índices seguros de uma forte vontade de o instaurar, como, e principalmente, porque se relacionam com um longo debate político que cobre toda a história de Portugal contemporâneo – o da validade da ideia de soberania popular e da definição dos meios que efectivamente assegurem o seu exercício». Os revolucionários de 1820, com luta e sacrifício,

procuravam assentar o Estado moderno sobre as bases ainda bem frágeis da democracia representativa.

Nas amplas notas que finalizam o volume, Fernando Piteira Santos evoca um conjunto de vocábulos que poderiam expressar com maior ou menor rigor os acontecimentos de 1820. São elas pronunciamento, revolução, revolta, sublevação, insurreição, levantamento, sedição, motim, ber-narda, intentona, tumulto, golpe de Estado. Estas palavras estavam no próprio fogo do debate, travado pelos clandestinos ou semi-clandestinos, que lutavam pela liberdade e a instauração da democracia. Significativamente escolhia, para o momento inaugural da Revolução de 1820, a designação «pronunciamento militar» que os populares do Porto e principalmente de Lisboa haveriam de transformar em revolução.

São palavras rigorosas e proféticas. Como em 1820, a Revolução de Abril de 1974 iniciou-se por um pronunciamento militar que rapidamente se transformou em movimento revolucionário.

Naquelas horas de brasa, a vida e o tumulto entraram também pelas portas da Universidade Portuguesa. De 1974 a 1988, data da sua jubilação, Fernando Piteira Santos leccionou História Contemporânea de Portugal no Departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa. Depois de 1988, dirigiu seminários de mestrado na Universidade Nova de Lisboa.

Em 1974 todos os olhos se voltavam para as regiões do conhecimento anteriormente interditas, as épocas moderna e sobretudo a contemporânea e todo o mundo oculto e proibido das ciências sociais e humanas. Foram tempos de contestação e negação universal e também de criação e afirmação de valores.

O ensino da História alcançou por fim largamente a história moderna e a história contemporânea. Dada a ignorância geral e por iniciativa de Fernando Piteira Santos, foi criada a cadeira propedêutica *Introdução ao Portugal Contemporâneo*.

Piteira Santos, além das aulas de *História de Portugal Contemporâneo*, orientou seminários e participou na direcção do Centro de História. Aliava a uma informação espantosa, a lucidez, a ironia e o livre e criador exercício das ideias. E sempre a preocupação maior em torno da qualidade do ensino universitário que passava pelo desenvolvimento da investigação.

Em 1979 publicou o volume *Raúl Proença e a Alma Nacional*. O livro nasceu das suas aulas de História de Portugal Contemporâneo. Fernando Piteira Santos sentia-se atraído por esta figura ímpar da I República. Creio mesmo que se revê nalguns traços do percurso deste pensador e tribuno.

No campo da historiografia, deixou outra colaboração dispersa, em particular estudos ligados à história da classe operária.

Fernando Piteira Santos está muito acima da obra escrita que nos legou e ficará como uma das vigorosas personalidades que marcaram os últimos cinquenta anos da vida política e cultural portuguesa. Uma das suas quali-

dades mais eminentes era a capacidade de surpreender e circunscrever a situação concreta, era a fina intuição que o levava rapidamente a apanhar o nó dos problemas e a ajudar-nos a desatar esses mesmos nós.

Uma nota final. À modéstia, ao desapego dos bens e das honras juntava a generosidade e a coragem que marcaram a entrega da vida toda à luta por um mundo mais fraterno, por um mundo radioso de utopia.



**MANUEL CARDOSO MENDES ATANÁZIO**  
Professor Catedrático da Faculdade de Letras  
da Universidade de Lisboa 1927-1992

---

*Maria do Rosário Themudo Barata*

Nascido em Cortiço da Serra, concelho de Celorico da Beira, fez o curso teológico nos Seminários do Fundão e da Guarda, a que se seguiu a licenciatura em História Eclesiástica na Pontifícia Universidade Gregoriana em 1957 («Estética»), a licenciatura em Arqueologia Cristã no Pontifício Instituto de Arqueologia Cristã («Paleo-cristão»), a frequência de diversas cadeiras de Arte na Università degli Studi de Roma. Em Lovaina, na Universidade Católica, obteve, em 1963, a licenciatura em Arqueologia e História da Arte (diss. «La Capella del Cardinale di Portogallo a Firenze, alla luce di nuovi documenti») e, em 1967, o doutoramento em Arqueologia e História da Arte com a dissertação «La Costruzione dello Spedale degli Innocenti a Firenze», e, como tese anexa, «La problematica riguardante la «Porta del Paradiso» de Lorenzo Ghiberti non è stata ancora risolta di una maniera precisa», com a classificação final de «La plus grande distinction». Estas obras que mereceram o interesse dos especialistas internacionais são menos conhecidas entre nós, com excepção da dissertação de licenciatura, pois não foram editadas em Português.

Professor do ensino preparatório e secundário em Angola a partir de 1969, tomou posse, em 1970, do cargo de Assistente Eventual da Universidade de Lourenço Marques, onde, obtida a equiparação de doutoramento em 1973, foi contratado como Professor Auxiliar. Em 1974 tomou posse de lugar da mesma categoria na Universidade do Minho e, de 1976 a 1977, foi professor colaborador na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, na Faculdade de Arquitectura.

As suas funções docentes na Faculdade de Letras de Lisboa principiam em 1978, como Professor Auxiliar, passando, após apreciação curricular,

a Professor Associado em 1979, com nomeação definitiva em 1984. Professor Agregado após provas públicas em 1987, é nomeado Professor Catedrático no ano seguinte.

Impulsionador da criação da Variante do Curso de História – História da Arte, da Faculdade de Letras de Lisboa (a primeira variante da licenciatura em História) de que foi o primeiro coordenador, impulsionador, na sequência, da criação do Mestrado em História da Arte, Director do Instituto de História da Arte da mesma Faculdade, fundador da Coleção *Cadernos de História da Arte*, da Faculdade de Letras de Lisboa, publicação que recebeu o patrocínio da Câmara Municipal de Lisboa e onde o Professor Mendes Atanázio se propôs dar a conhecer os trabalhos de investigação dos docentes, mestrandos e licenciados da Variante de História da Arte de que era responsável, sócio fundador da Associação Portuguesa dos Historiadores de Arte, artista plástico de obra meritória mas pouco divulgada, entusiasmou alunos e colaboradores mais chegados pela sua personalidade muito vincada e por muitos contestada.

Da sua produção bibliográfica, cuja relação integral importa elaborar, destacam-se:

- *Arte Moderna e Arte da Igreja, Critérios para Julgar e Normas de Construção*, Coimbra, Direcção Geral de Urbanização, 1959.
- *Arquitectura do Manuelino, Novos Problemas de Espaço e Técnica*, Caderno, n.º 1, Moçâmedes, 1969.
- *A Capela do Cardeal de Portugal à luz de novos Documentos*, Parte I, *Documentos*, Milano, Dott Giuffrè editore, 1961.
- «O Mausoléu de D. Jaime em Florença», *Revista de Ciências do Homem*, vol. VI, Série A, Universidade de Lourenço Marques, 1974, pp. 1-69.
- *A Arte em Florença no séc. XV e a Capela do Cardeal de Portugal*, Coleção Arte e Artistas, ed. sob auspícios do Comissariado da XVIIª Exposição europeia de Arte, Ciência e Cultura, Conselho da Europa, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.
- «A vinda de Andrea Sansovino a Portugal», in *A Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica*, Actas do Simpósio Internacional do Instituto de História da Arte da Universidade de Coimbra, Epartur, 1981, pp. 191-200.
- *A Arte do Manuelino: Mecenas, Influências, Espaço*, Lisboa, Editorial Presença, 1984.
- «Introdução» à obra de Albrecht Haupt, *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1986.
- «No 1.º Centenário da «descoberta» dos Painéis de S. Vicente de Fora – apelo ao Laboratório», ensaio de 43 páginas entregue em 1983 para ser incluído nas Actas do Congresso Internacional sobre os Descobrimientos Portugueses, realizado por ocasião da XVIIª Exposição do Conselho da Europa.

## LUÍS GUILHERME MENDONÇA DE ALBUQUERQUE (1917-1992)

---

*A. A. Marques de Almeida*

Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque (6/3/1917-22/01/1992) deixou-nos. Com a mesma simplicidade com que viveu, partiu, deixando uma obra notabilíssima de investigador e um lugar cimeiro na historiografia portuguesa deste século. Licenciado em Matemática em 1939 e em Engenharia Geográfica em 1941, veio a doutorar-se em Matemática, em Coimbra, em 1959, tendo atingido a cátedra em 1966. Professor de Matemática até à sua jubilação universitária (1987) foi pioneiro dos estudos das matrizes matemáticas, de que deixou notáveis continuadores na Universidade de Coimbra.

Mas o Professor Luís de Albuquerque foi historiador e, em dezenas de anos de labor científico e em centenas de entradas bibliográficas, legou-nos um espaço de reflexão de primeiríssima água, em torno das questões da História dos Descobrimentos e da História da Ciência. Deixou estudos sobre Náutica e sobre Cartografia de que se tornou, no plano mundial, um dos mais conceituados autores.

Como reconhecimento deste labor, ele que era matemático por formação científica e historiador por amor da História, a Universidade de Lisboa, em cuja Faculdade de Letras regera seminários de História dos Descobrimentos depois de 1974, concedeu-lhe em 1985 o grau de doutor «honoris causa». Na Faculdade de Letras de Lisboa, e no seu Departamento de História, tinha Luís de Albuquerque muitos amigos, discípulos e alunos que eramos todos nós; durante anos a fio orientou teses de mestrado e de doutoramento, participou em júris, viveu entre nós. Era da Casa. Era um dos nossos.

A sua obra é um caso ímpar por muitas razões diferentes, a primeira das quais é o sentido inato, e muito apurado, do ajustamento da sua visão à realidade em mutação. Esta atitude gerou as suas sucessivas visões do Mundo e não conheço melhor exemplificação do que diz Paul K. Feyerabend (a Ciência não é facto mas interpretação do facto) do que o seu caso. Possuía em elevado grau aquela sabedoria da incerteza de que nos fala Kundera e, talvez por isso, a interpretação revisitada é uma constante na sua produção historiográfica.

De tal modo esta atitude mental documenta a sua inquietação que ela acaba por se transformar no motor da aprendizagem que toda a vida o caracterizou como homem de ciência. O gosto pela aventura intelectual, o prazer da inovação e da descoberta matizaram-lhe a vida e a obra como se de uma só coisa se tratasse e nelas se revisse, até ao fim dos seus dias, com uma surpreendente vitalidade.

A reinterpretação das linhas principais do pensamento científico em Portugal devem-se ao labor de Luís de Albuquerque. Não que antes dele nomes de mérito como Sousa Viterbo, Duarte Leite, Joaquim de Carvalho, Luciano Pereira da Silva não tivessem já desbravado o matagal denso dos acervos da inventariação e da descrição dos factos, ou que os seus coetâneos, Joaquim Barradas de Carvalho ou Vitorino Magalhães Godinho não tivessem dado forma a sólidas propostas de trabalho no domínio da nossa pré e proto-modernidade.

O discurso historiográfico de Luís de Albuquerque inova na interpretação da factologia e na identificação heurística do que, até aos anos sessenta, foram a História dos Descobrimentos e a História da Ciência em Portugal.

Mercê da sua formação académica e científica, mas sobretudo pela sua personalidade amável e firme, Luís de Albuquerque representa a fusão harmoniosa do Matemático com o Historiador, do Cientista com o Humanista, a confessar com humildade as dificuldades que se erguem no caminho da pesquisa, mas a compreender, como ninguém, quanto a renovação do ofício do historiador se faz no deve e haver da interdisciplinaridade.

Nos últimos anos de vida, Luís de Albuquerque considerava-se então velho para encetar novos rumos, mas não deixava de, exemplarmente, os apontar à curiosidade dos novos investigadores com quem trabalhava de perto. A sua vida passara-a, como ele próprio confessou, como quem respira, e respirando cativa e estimula a abertura dos novos caminhos.

Luís de Albuquerque morreu. Legou à cultura e às gentes portuguesas páginas importantes da sua identidade e deixou em todos nós, que nesta Casa com ele trabalhámos, uma indelével memória de alegria.

## O TOQUE DE SILÊNCIO

---

*Maria do Rosário Themudo Barata*

Quando se ultimavam os preparativos para a edição deste número da Revista *CLIO*, publicação do Centro de História da Universidade de Lisboa, o Professor Doutor Jorge Borges de Macedo percorria os últimos passos de Agonia, vindo a falecer na manhã do dia 18 de Março de 1996. O Mestre Admirado e Seguido por tantas gerações de alunos que o terão, sempre, como referência necessária, o Mentor da renovação historiográfica da Universidade de Lisboa, a Personalidade Ímpar na Universidade, na Cultura e na Vida Pública Portuguesas, que a excepcional Inteligência e a constante Indagação guindou ou votou a uma solidão dificilmente ultrapassável porque dificilmente compreendida, esperou a hora da morte na expectativa cristã de despojamento e entrega nas mãos de Deus, no sofrimento e no pudor da doença, acolhendo emocionado os amigos que o procuraram até aos últimos dias.

Combatente pelo combate da Inteligência e da Verdade, desta exigência fez o cerne da sua concepção de justiça. Desta interpelação, que por vocação abraçou, hauriu a razão íntima da intrepidez e da tenacidade. Dessa evidência partiu para encontrar a dos outros, em diálogo e descoberta até ao limite da energia e da vontade de compreender.

A tensão dialéctica entre a razão e o real, e a paixão, que viveu até ao máximo da capacidade, caldeou-a com a diversíssima experiência colhida ao longo da vida, da qual a abnegação, o sacrifício, a dádiva que praticou seguindo a consciência, que lhe ditou, igualmente, contrição, arrependimento e perdão, passaram despercebidos a muitos, até por vezes aos próprios destinatários, atentos aos contornos de relevo da personalidade, mas desconhecendo ou querendo ignorar o homem.

A morte do Professor Doutor Jorge Borges de Macedo colheu os amigos e discípulos de surpresa, por estes a quererem humanamente adiar o mais possível. Sentimos todos a ausência do Mestre, do Amigo Pessoal Indefectível, capaz de dizer a palavra de exortação, de aprovação ou crítica, de apoio pessoal em horas difíceis, de advertência para a actuação

necessária e responsável. Sentimos todos a perda do firme e prestigioso esteio da Instituição Universitária, como exigência constante de carácter e de serviço, no ensino e na pesquisa, em prol da Comunidade Humana, lugar de promoção e de dignificação dos homens e não do seu aniquilamento.

Esta hora é de silêncio. Não é, ainda, a hora de um renovado olhar à Sua Obra, de que nos foi apresentado o percurso por ocasião da Jubilação Universitária, que tivemos a felicidade de poder celebrar e de que este número da Revista *CLIO* é, também, um eco. Não é, ainda, a hora de avaliar a Escola Historiográfica que dinamizou e, em muitos aspectos, criou. Não é, ainda, a hora de compreender a real influência que o Professor Doutor Jorge Borges de Macedo exerceu na vida pública e cultural de Portugal.

A hora é para lembrar o Homem, um dos maiores Pensadores de Portugal, o Professor Brillhante e Excepcionalmente Sabedor, o Cientista Multifacetado e Vigilante, o Perscrutador Perspicacíssimo de homens e conjunturas, o Português de Aquilatado Vigor que amou Portugal em transe e em identificação e que lutou contra os sentimentos de angústia quanto ao nosso devir para afirmar, como fez na Lição da Jubilação lembrando Camões, que, como Camões sentiu, o destino de Portugal se tem de cumprir em exigência e escolha, numa vontade de ser, em sobrevivência, numa Fé que ultrapasse toda a contingência.

Perante este Combatente do Bom Combate, como disse São Paulo, os amigos, os discípulos querem, hoje, dizer PRESENTE, SENHOR PROFESSOR, estamos presentes e animados a continuar, no limite das nossas forças e das nossas capacidades, em prol da defesa dos valores da Escola a cujo serviço pôs toda a Vida, em prol da divulgação e frutificação de um Relevantíssimo Legado científico e humano, com toda a nossa admiração, com todo o nosso reconhecimento e com toda a nossa saudade.

Lisboa, 25 de Março de 1996

Lisboa, Maio de 1996

*Colibri* – Artes Gráficas  
Faculdade de Letras  
Alameda da Universidade  
1699 Lisboa Codex  
Telef. / Fax 796 40 38

*...nota de*  
do Rei d'ovão: o ge q



abiamister de eloquẽcia  
vida e fei do mui eixele  
vagam / 1702 a de ochaeva u m

